

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



**O COMPROMISSO DA UNIVERSIDADE COM UM QUEFAZER PÚBLICO**

**AO ENCONTRO DA EDUCAÇÃO SOCIAL E DO BEM VIVER:**

***por uma Pedagogia da Comunicação Universitária !***

Dilmar Xavier da Paixão

Porto Alegre

2018

Dilmar Xavier da Paixão

**O COMPROMISSO DA UNIVERSIDADE COM UM QUEFAZER PÚBLICO**

**AO ENCONTRO DA EDUCAÇÃO SOCIAL E DO BEM VIVER:**

*por uma Pedagogia da Comunicação Universitária !*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof Dr Jaime José Zitzoski

Porto Alegre

2018

#### CIP - Catalogação na Publicação

PAIXÃO, DILMAR XAVIER DA  
O COMPROMISSO DA UNIVERSIDADE COM UM QUEFAZER  
PÚBLICO AO ENCONTRO DA EDUCAÇÃO SOCIAL E DO BEM  
VIVER: por uma Pedagogia da Comunicação  
Universitária ! / DILMAR XAVIER DA PAIXÃO. -- 2018.  
244 f.  
Orientador: Jaime José Zitkoski.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-  
Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Universidade. 2. Quefazer Público. 3. Educação  
Social. 4. Bem Viver. 5. Pedagogia da Comunicação. I.  
Zitkoski, Jaime José, orient. II. Título.

DILMAR XAVIER DA PAIXÃO

**O COMPROMISSO DA UNIVERSIDADE COM UM QUEFAZER PÚBLICO**  
**AO ENCONTRO DA EDUCAÇÃO SOCIAL E DO BEM VIVER:**  
***por uma Pedagogia da Comunicação Universitária !***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação.

Aprovada em: 31 jul. 2018.

---

Prof. Dr. Jaime José Zitkoski - Orientador

---

Profa. Dra. Maria Elly Genro - UFRGS

---

Prof. Dr. Ricardo Rossato - FAPAS

---

Profa. Dra. Daniela Dallegrave - UFG

---

*"Somos assim: - sonhamos o voo, mas tememos a altura. Para voar é preciso ter coragem para enfrentar o terror do vazio. Porque é só no vazio que o voo acontece. O vazio é o espaço da liberdade, a ausência de certezas. Mas é isso o que tememos: - o não ter certezas. Por isso trocamos o voo por gaiolas. As gaiolas são o lugar onde as certezas moram".*

KARAMAZOV, Fiódor Dostoiévski. (s.n.t.). Disponível em:  
<[https://www.pensador.com/autor/os\\_imaos\\_karamazov\\_fiodor\\_dostoi-evski/](https://www.pensador.com/autor/os_imaos_karamazov_fiodor_dostoi-evski/)>. Acesso em: 13 jul 2018.

*"Fazer guerra é muito fácil, quero ver fazer poesia..."!*

TIÃO CARREIRO e PARDINHO. **Viola Divina**. Disponível em:  
<<https://www.letras.mus.br/tiao-carreiro-e-pardinho/560744/>>. Acesso em: 13 jul 2018.

## AGRADECIMENTOS

**Professor Orientador:** uma construção de conviveres. Da subjetividade e criação cartográfica de um às qualidades humanas e acolhedoras do outro, o desafiar idêntico se evidencia. O meu agradecido reconhecimento.

Prof Dr Jaime José Zitkoski, a transdisciplinaridade epistemológica. Da sala de aula ao sítio, o aprendizado continua. A energia do fazer, a certeza do querer, a alegria do saber. *Os Acores Vitaminados* do bem viver. A poesia livre que o grupo ampliou para os palcos dialógicos da sensibilidade com conhecimento.

Prof Dr Ricardo Burg Ceccin, uma das escolhas pela referência qualificada, dinâmica, atenta e desafiadora: o Quadrilátero... A Réplica. O meu poema na Universidade: ArteSaniA.

Ambos, na contemporaneidade da minha trajetória profissional.

**À Banca.** O Prof Dr Ricardo Rossatto tem o dom de partilhar seus conhecimentos e suas vivências como uma Fortaleza (“Também pudera: da Fortaleza dos Valos”!). Da radiodifusão, o entrevistado mais do que inteligente, atualizado e reconhecido. Desde o meu Mestrado em Educação, o meu Mestre: “o historiador do cotidiano comandando excursões para o aprendizado do passado ao futuro do presente”. A Profa Dra Maria Elly Hertz Genro: agradeço pelo convívio do reencontro e pelas lições de tempo e de espaço, da filosofia da coerência à superação dos desafios academicistas. *“Mulher realidade conecta verdade, Universidade, perfil digital. A pesquisadora, Mulher Professora, Doutora...”*. Grupo Germinal”. A Profa Dra Daniela Dalegrave, pelo itinerário universitário, pelo currículo profissional, pela docência acadêmica e pela sua *Alice no país das maravilhas*. Por isso, lembrei-me dos voos do Gaivota que vieram misturar-se à Águia, à Galinha e ao Quero-Quero.

**Mulheres:** fundamentais nesta geração pulsante da vida em mim. *“Por estas guerreiras, olhamos em frente; semente da germinação. Germinam a ação”*.

Da Dona Anita às colegas de travessia e àquela que tem a luz sensível da Lua e compartilha momentos de calor do Sol. Emoção. Entre sussurros e suspiros. Gratidão! *Mais do que a vida, aprendi a fazer versos com o coração!*

**Uma árvore, um filho, um livro:** aprendi nessas quase duas décadas de amor fraterno, que o Arthur é a fotossíntese desse conjunto. E, escreve versos melhor do que eu: “o guri... igualzito ao pai”? Que, assim, permaneçamos! Não precisa ser unitário, o que nasceu para ser integral.

**Um case de imensos significados.** A marcação de uma consulta médica configurou-se como novo aprendizado: a secretária anotou Dra Dinara e passou a tratá-la como se médica fosse. A doce lição: eram a ‘doutora’, graduada e especialista, e a ‘DoUtorá’ com titulação por distinção acadêmica. Respeitosa e prudentemente: mais uma variação gráfica neste “U” da Universidade.

**O bom do “Bem bom Viver”.** Era para apresentar algo significativo na trajetória. Um falou do violão. O outro, não vive sem o acordeon. Restou-me: papel e caneta. E boas amizades ‘quefazendo artes quase de improviso’ pelos palcos. A esses Irmãos de Arte, a todas e a todos os Colegas, os Docentes, os Discentes, Monitores e Monitoras, Familiares e Torcida (né, Eloí): a minha estima ‘gentificada’ e amorosa.

**Imortais:** a Doutora Dinara e o Seu Paixão. Por um longo período, o caso de, numa mesma Academia de Letras, duas gerações perpetrarem essa distinção. Também nossa, os familiares. Ocupantes da Cadeira 15 e Cadeira 14, respectivamente, na Academia Santa-Mariense de Letras. À professora universitária e ao escritor autodidata. Do passado se tem saudade, quando o presente é de evolução.

**À minha Academia !** “*A poesia no currículo...*”. A poesia dentro e fora da Universidade. Por mais que os estudos acadêmicos a expliquem e aperfeiçoem, continua poesia. De Mário Quintana, do Alegrete, ao Jaime Caetano Braun, da velha São Luiz Gonzaga. E eu nas salas de aula, corredores e *lounges* da Ufrgs aos palcos da Estância da Poesia Crioula. Para Cruz Alta-RS e Três Corações-MG, a simplicidade de quem nasceu, escreve e vive simples. “Vez por outro, digo um verso na Academia Xucra do Rio Grande...”.

*Quando a gente faz um verso,  
a gente entrega-o às pessoas.  
Elas o recebem, leem e  
sentem-no como quiserem. Ou não.  
Mas, o verso passa a ser delas.*

## *Onde O Cantor Expõe As Razões Do Seu Canto*

---

Por esse homem, nos olhos de quem, as estrelas fazem chão  
e, em cujas mãos, há uma força tamanha que ninguém adivinha;  
por este homem, claro de céu, resto de verde, berro de boi,  
pitangas colhidas na festa da vida, carícia de campos cobertos de trigo;  
por este homem, pampa, milongas e rio: é que faço o meu canto.

E, sendo cantar o meu ofício, e nada tendo além desta voz,  
que se ouça o meu canto, que se ouça meu canto...  
Cravo cravado em clara garganta, sanga sangrando, campina e barranca,  
ferra ferrando, inventa alegrias, nas cordas do coração,  
nas cordas do coração, nas cordas do coração!

NAPP, Sérgio e DORNELES, Mário Barbará. **Onde o cantor expõe as razões do seu canto.** Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=ngjwugwEBbs>. Acesso em: 15 jun 2018.

---

*Um canto de saudade: por meu pai e minha mãe!*

---

(In Memoriam)



## RESUMO

Este estudo analisa, discute e avalia o compromisso institucional da Universidade com o quefazer público e ao encontro da educação social e do bem viver, considerando situações desiguais das vulnerabilidades humanas e – também, por isso – escolhe construir pistas por uma Pedagogia Universitária Comunicacional. Identifica e caracteriza o compromisso em ser transparente com os quefazeres públicos na integração e intercâmbio das instituições com a sociedade. Revela, destaca, afirma e indica a Comunicação em Outras Linguagens como possibilidade importante para melhorar os processos interativos e de diálogo entre as pessoas. Mesmo consagrada pela excelência acadêmica, a instituição de ensino aprende com o tempo, sua trajetória, ao olhar para dentro de si e, para além dos elos visíveis com a sociedade. A marca histórica dos cem anos do Movimento Estudantil de Córdoba (Manifesto de 21 jun 1918) serve para lembrar que muitas daquelas demandas, por liberdade e ressonâncias do coração humanizado, não foram resolvidas pelas universidades e seguem como necessidades sociais e aspirações acadêmicas. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa em educação, de caráter descritivo exploratório e documental, com recursos da fenomenologia e da dialética, focando as universidades públicas federais localizadas no Rio Grande do Sul. A partir da prática docente experimentada, com a política educacional e a legislação pertinente, é Tese ensaística e exploratório-descritiva, baseada na pesquisa de documentos, na autobiografia e na observação militante. O autor tem 22 anos de docência na UFRGS, 41 anos de vida acadêmica, premiações, reconhecimentos, pedras, muita poeira, chuvas, sóis, girassóis e luas, ânimos, desânimos, reanimações e pronunciamentos de palavras da esperança num outro mundo possível, aqui e agora. À procura da ‘universidade’, encontrou a ‘universalidade’, tais os contextos desse universo. Os resultados deste estudo autenticam que a Universidade precisa contribuir e influir, apontar rumos, sugerir alternativas, elaborar pensamentos, pesquisar situações, projetar resultados e estudar contextos, incentivando e se direcionando para o bem comum. Por isso, a Tese afirma que os conhecimentos universitários precisam de uma Comunicação Pedagógica, dentro e fora da instituição de ensino, que os tornem visíveis, mais disponíveis, mais operacionalizáveis e sempre mais compatíveis, inter-relacionados e identificados com os interesses e as necessidades da população. A escolha pela grafia ‘Universidade’ (primeira letra maiúscula) reivindica e reitera a esperança de que ela não seja instituição comum, mínima ou indiferente e, sim, aferida, nesses tempos líquidos, pelo sentimento, pela aspiração e pela vontade das pessoas. Similar é o raciocínio para escrever ‘comunicação’ ou ‘Comunicação’. A poesia – resta provado - oferece, no formato de poemas e artes variadas livremente, alternativas e instrumentos qualificados para a criatividade e o desenvolvimento melodioso da Comunicação em Outras Linguagens. A advertência é inegável: a ‘universidade’, por vezes, dependente, submissa, descompromissada, controlada, controladora, sofre tentativas e pressões para ficar retida em seus frascos, caixas, arquivos e gavetas. E com ‘gente’ dentro! Até “gente que ‘cuida’ de gente”!

**Palavras-chave:** Universidade. Educação Social. Pedagogia da Comunicação. Bem Viver. Comunicação em Outras Linguagens.

## ABSTRACT

This study associate the University's institutional commitment with the public function and against the social education and the welfare, seeing unequal situations from humans' vulnerabilities and – therefore – choose to frame steps for a Communicational University Pedagogy. The justification is based on the compromise of transparency with the public function in integration and interaction with society. Even consecrated by academic excellence, the educational institute learns by the time, its way, when looking internally and, beyond the connections with society. The historic signal from the One hundred years of Cordoba's student movement (act from Jun 21, 1918) is used to remember that, many of those demands, was not resolved by the universities. Methodologically, is a qualitative research in education, of exploratory and documentary descriptive character, with resources from phenomenology and from dialectic, focused on the public federals universities localized in Rio Grande do Sul. Starting from experienced teachers practice, with the educational politic and the appropriated legislation, is essay's thesis, based on documental research and exploratory-descriptive, in the life's history, in the historiography and militant observation. The author has 22 years teaching at UFRGS, 41 years in academic life, many awards, stones, many dust, rains, suns, sunflowers and moons, moods, dismays, resuscitations and pronunciations of "words of hope" on another possible world, here and now. Looking for "university", I have found "Universality", this way are the contexts of this universe. The university needs contribute and influence, indicate the ways, suggest alternatives, build thoughts, search situations, plan results and analyze contexts, encouraging and focusing to the social welfare. Therefore, the thesis that the university's knowledges crave for a Pedagogic Education, in and out of the teaching institute, that come they to the light that make they more available, more operable and more compatible, related inside they and identified with the interests and necessities from society. I Choose the term "University" (First capital letter), by the hope that this don't turn to be a simple institute, minimal and indifferent and, although, tested, at this "liquid times", by the people's feelings. It is Like: I wrote 'communication' or 'Communication'. The 'university', sometimes, dependent, submissive, uncompromising, controlled, controller, undergoes attempts and pressures to stay retained in her box, files and drawers. In addition, with "People" inside! Up until "people that 'care' people"!

**Key-words:** University. Social Education. Communication Pedagogy. Welfare. Communication in Other Languages

## RESUMEN

Este estudio analiza, discute y evalúa el compromiso institucional de la Universidad con el quehacer público al encuentro de la educación social y del buen vivir, considerando las desigualdades de las vulnerabilidades humanas y, también, construye directrices para una Pedagogía Universitaria Comunicacional. Este estudio identifica y caracteriza el compromiso de ser transparente con los quehaceres públicos, en la integración e intercambio de las instituciones con la sociedad. Este estudio revela, destaca y afirma que la Comunicación en Otros Lenguajes es una posibilidad importante que mejora los procesos interactivos y de diálogo entre las personas. La Universidad, aunque *intrínsecamente* consagrada por su excelencia académica, aprende con el tiempo y con su trayectoria, cuando se mira a sí misma y, además, a los *enlaces* visibles con la sociedad. La marca histórica de los cien años del Movimiento Estudiantil de Córdoba (Manifiesto del 21 de junio de 1918) trae a colación que muchas de las demandas, *por libertad y resonancias del corazón humanizado*, no fueron solucionadas por las universidades, y que aún son necesidades sociales y aspiraciones académicas. Del punto de vista metodológico, *este documento* es una investigación cualitativa en educación, de carácter descriptivo, exploratorio y documental, apoyado en recursos de la fenomenología y de la dialéctica, enfocado en las universidades públicas federales localizadas en el estado de Rio Grande del Sur (Brasil). A partir de la experiencia docente vivida, con la política educacional y la legislación pertinente, esta tesis se convierte en un documento ensayístico y exploratorio-descriptivo, basada en la búsqueda de documentos, en la autobiografía y la *observación*. El autor de esta tesis tiene 22 años de docencia en la Universidad Federal de Rio Grande del Sur, UFRGS, 41 años de vida académica, premios, reconocimientos, *piedras, mucho polvo, lluvias, soles, girasoles y lunas, ánimos y desánimos, reanimaciones y declamaciones de palabras de esperanza en otro mundo posible, aquí y ahora. En la procura de la universidad, se encontró la universalidad...* Los resultados de este estudio evidencian que la Universidad debe contribuir e influir, señalar rumbos, sugerir alternativas, elaborar pensamientos, investigar situaciones, diseñar resultados y estudiar contextos, incentivando y redirigiéndose hacia el bien común *de las personas*. Por estas razones, esta Tesis afirma que los conocimientos universitarios necesitan de una Comunicación Pedagógica, adentro y afuera de la institución de enseñanza, que los vuelvan visibles, más disponibles, más operacionales y siempre más compatibles, interrelacionados e identificados con los intereses y las necesidades de la población. La forma de escribir adoptada en esta tesis de la palabra ‘Universidad’ –con la primera letra en mayúsculas- reivindica y reitera la esperanza de que la Universidad no sea una institución mínima o indiferente, sino evaluada, en estos *tiempos líquidos*, por el sentimiento, aspiración y voluntad de las personas. Similar es el raciocinio usado en esta Tesis para escribir la palabra ‘comunicación’ o ‘Comunicación’. *La poesía – no necesita demostración – ofrece, en el formato de poemas y artes variadas libremente, alternativas e instrumentos calificados para la creatividad y el desarrollo melodioso de la Comunicación en Otros Lenguajes*. La advertencia es innegable: la ‘universidad’, en ocasiones dependiente, sumisa, descomprometida, controlada y controladora, sufre intentos y presiones que la encierran en sus *moldes, archivos y armarios*, hasta con personas adentro. *Hasta con gente que cuida de nosotros mismos*.

**Palabras-clave:** Universidad. Educación Social. Pedagogía de la Comunicación. Buen Vivir. Comunicación en Otros Lenguajes.

## Epígrafe

*Era de manhã e o novo Sol cintilava nas rugas de um mar calmo. A dois quilômetros da costa, um barco de pesca acariciava a água. Subitamente, os gritos do Bando da Alimentação relampejaram no ar e despertaram um bando de mil gaivotas, que se lançou precipitadamente na luta pelos pedacinhos de comida. Amanhecia um novo dia de trabalho. Mas lá ao fundo, sozinho, longe do barco e da costa, Fernão Capelo Gaivota treinava. A trinta metros da superfície azul brilhante, baixou os seus pés com membranas, levantou o bico e tentou a todo custo manter suas asas numa dolorosa curva. A curva fazia com que voasse devagar, e então sua velocidade diminuiu até que o vento não fosse mais que um ligeiro sopro, e o oceano com que tivesse parado, abaixo dele. Cerrou os olhos para se concentrar melhor, susteve a respiração e forçou... só... mais... um... centímetro... de... curva... Mas as penas levantaram-se em turbilhão, atrapalhou-se e caiu. Como se sabe, as gaivotas nunca se atrapalham, nunca caem. Atrapalhar-se no ar é para elas desgraça e desonra. Mas Fernão Capelo Gaivota — sem se envergonhar, abrindo outra vez as asas naquela trêmula e difícil curva, parando, parando... e atrapalhando-se outra vez! A maior parte das gaivotas não se preocupa em aprender mais do que os simples fatos do voo — como ir da costa à comida e voltar. Para a maioria, o importante não é voar, mas comer.*

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>PRIMEIRAS PALAVRAS: DESENHO DO CENÁRIO E TEMATIZAÇÃO DO ESTUDO</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>VOO 1 – UNIVERSIDADE: DA POÉTICA LITERÁRIA À METÁFORA DA CONDIÇÃO HUMANA</b>	<b>31</b>
2.1	UMA INDAGAÇÃO ESSENCIAL: <i>VOAR OU COMER ?</i>	38
2.2	POR QUE VOAR ?	47
2.3	POR QUE CUSTA TANTO SER DIFERENTE DO RESTO DO BANDO ?	53
<b>3</b>	<b>VOO 2 - DA CONSTRUÇÃO DA PERGUNTA À BUSCA PELA CONSTRUÇÃO DAS RESPOSTAS: QUAL O COMPROMISSO DA UNIVERSIDADE COM A EDUCAÇÃO SOCIAL ?</b>	<b>65</b>
3.1	A EDUCAÇÃO COMO UM QUEFAZER PÚBLICO, SOCIAL, COLETIVO, HUMANIZADOR E DE DEMOCRATIZAÇÃO DA SOCIEDADE	73
3.2	OS DESAFIOS DO DISPOSITIVO DESTE COMPROMISSO DA UNIVERSIDADE COM AS SUAS FUNÇÕES SOCIAIS	80
3.3	O PAPEL SOCIAL E A FORMAÇÃO DA CIDADANIA NA UNIVERSIDADE PÚBLICA	95
3.4	INTENCIONALIDADES DA EDUCAÇÃO AO INCORPORAR CONHECIMENTOS DE OUTRAS ÁREAS: DO ATO EDUCATIVO À PRÁTICA PROFISSIONAL EMANCIPADORA E PARA A CIDADANIA	107
<b>4</b>	<b>VOO 3 – ESTAÇÕES DO VOO EM MOVIMENTO E MARCAÇÕES NO CAMPO DA ORGANIZAÇÃO INVESTIGATIVA: o percurso metodológico</b>	<b>119</b>
4.1	A ESTRUTURAÇÃO METODOLÓGICA	123
4.2	O ESTUDO DESENVOLVIDO	126
<b>5</b>	<b>VOO 4 – A UNIVERSIDADE PÚBLICA ANALISADA SOB A ÓTICA DAS SUAS POLÍTICAS GESTORAS, DE ENSINO+PESQUISA+EXTENSÃO E DA COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE</b>	<b>136</b>
5.1	A GESTÃO DA UNIVERSIDADE, O DISPOSITIVO DO SEU COMPROMISSO E A SUA RESPOSTA SOCIAL À COMUNIDADE	141
5.2	BEM VIVER E EDUCAÇÃO SOCIAL NO ENSINO+PESQUISA+EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE	157
5.3	A COMUNICAÇÃO, A INSERÇÃO LOCAL, A INTEGRAÇÃO REGIONALIZADA E A TRANSPARÊNCIA INSTITUCIONAL DAS UNIVERSIDADES	171
5.4	A PROBLEMATIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS SOBRE A UNIVERSIDADE PÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL: GESTÃO, COMPROMISSO E EDUCAÇÃO SOCIAL	180
<b>6</b>	<b>VOO 5 – A CONSTRUÇÃO DE PISTAS PARA UMA PEDAGOGIA DA COMUNICAÇÃO UNIVERSITÁRIA !</b>	<b>188</b>
6.1	POR QUE ‘CONSTRUIR’ UMA PEDAGOGIA DA COMUNICAÇÃO UNIVERSITÁRIA?	190

<b>6.2 SABERES NECESSÁRIOS À CONSTRUÇÃO DE UMA PEDAGOGIA PARA A PRÁXIS DA COMUNICAÇÃO UNIVERSITÁRIA</b>	<b>199</b>
<b>6.3 ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DE UMA COMUNICAÇÃO PARA A UNIVERSIDADE DO PRESENTE E DO FUTURO</b>	<b>211</b>
<b>6.4 A COMUNICAÇÃO POR OUTRAS LINGUAGENS: UM NOVO MOMENTO NA UNIVERSIDADE</b>	<b>227</b>
6.4.1 “AINDA TÊM SENTIDO, A SALA DE AULA E A ESCOLA”?	235
6.4.2 “AQUELES VENTILADORES...”	236
6.4.3 A MÚSICA É UM EXERCÍCIO OCULTO DE ARITMÉTICA	236
6.4.4 NOVOS HORIZONTES PARA A MATEMÁTICA	237
6.4.5 “DEU NO RÁDIO”! O DIA EM QUE EU DESCOBRI QUE “O ‘OUTRO EU’ ERA MAIS IMPORTANTE”	238
6.4.6 “O PRINCÍPIO DA SAÚDE É A BOA INFORMAÇÃO”!	239
6.4.7 “O POVO PODE TER A SOLUÇÃO”!	239
6.4.8 “A GENTE APRENDE ATÉ COM OS ERROS”!	240
6.4.9 E O ‘MICROPODER’, COMO ENSINA FOUCAULT?	241
6.4.10 SEM REMÉDIO? REMEDIADO, ESTÁ!	242
6.4.11 QUEBRAR PARADIGMAS	242
6.4.12 O RUÍDO DO R.U.	243
6.4.13 LINGUAGEM ACESSÍVEL	243
6.4.14 “O PEIXE MORRE PELA BOCA” – DIZ A SABEDORIA POPULAR.	244
6.4.15 AS RESPOSTAS PARA AS ‘NÃO-PERGUNTAS’	245
 <b>7 VOO 6 – A CHEGADA DO VOO: O POUSO FINAL OU NOVAS ARRANCADAS ?</b>	 <b>246</b>
 <b>REFERÊNCIAS</b>	 <b>254</b>
 <b>APÊNDICES</b>	 <b>267</b>
<b>APÊNDICE A - ARTESANIA</b>	<b>268</b>
<b>APÊNDICE B - ACORDES VITAMINADOS</b>	<b>269</b>
<b>APÊNDICE C - PAULO FREIRE: RAÍZES, ASAS E SONHOS</b>	<b>270</b>
<b>APÊNDICE D - UNIVERSIDADES EMERGENTES</b>	<b>273</b>
<b>APÊNDICE E - GAIVOTA, ÁGUIA E GALINHA</b>	<b>274</b>
<b>APÊNDICE F - GERMINAL*</b>	<b>276</b>
<b>APÊNDICE G - ARTE, CURRÍCULO E LINGUAGEM</b>	<b>277</b>
 <b>ANEXO</b>	 <b>279</b>
<b>ANEXO A - MANIFESTO DE CÓRDOBA, 1918</b>	<b>280</b>

## 1 PRIMEIRAS PALAVRAS: desenho do cenário e tematização do estudo

A universidade pública brasileira tem representação intensa e influência histórica na existência das populações, quer enquanto seu ensino formador de profissionais e de principal especializador da sua mão de obra; quer como geradora de novas concepções e proposição de sistemas que, de algum modo, comunicam-se com a rotina dos trabalhadores, decisões de gestores e lideranças e, por conseguinte, com o cotidiano da vida em sociedade.

Aceito a nomenclatura de ‘universidades públicas’ para significar, em linguagem simples, aquelas mantidas pelos poderes públicos estatais. No cenário desta análise estão as instituições federais localizadas no Rio Grande do Sul, a saber: a Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, a Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, a Universidade Federal de Pelotas-UFPEL, a Universidade Federal do Rio Grande-FURG, a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre-UFCSPA, a Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA e a Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS.

Este estudo tem justificativa no compromisso da Universidade com o fazer social coletivo e, por sua condição de instituição federal de ensino, de estar ligada, intimamente, ao planejamento, ao desenvolvimento, ao construir e ao quefazer das políticas públicas em todas as áreas na sociedade.

Raciocinar sobre o compromisso institucional da Universidade com o quefazer público e ao encontro da educação social e do bem viver, considerando situações desiguais das vulnerabilidades humanas e – também, por isso – escolher construir pistas por uma pedagogia da comunicação universitária, é o panorama ampliado ao qual me proponho como **objetivo** desta abordagem. Costumeiramente, acorrem à universidade não apenas os seus futuros profissionais, como boa parte daqueles que, individual ou coletivamente, demandam por cursos, treinamentos, capacitações e outros tipos de formação e educação permanente.

Além disso, nem todo o conhecimento resultante das pesquisas é disponibilizado à população.

Por mais que se produzam formações, aperfeiçoamentos, ações e trabalhos quantificáveis e de qualidade no organismo universitário em seus setores de ensino, da pesquisa e da extensão, mesmo assim, a ‘integratividade’ (integrar + atividade) entre a educação e o atuar social continua com lacunas expressivas a serem vencidas. Vales abissais e históricos nessa geografia. Esses encontros podem ser ampliados, tanto por projetos e programas de oferecimento ou por reivindicações de comunidades e de outras organizações associativas.

Articular interessados em trabalhar colaborativa e coletivamente, vivenciar ações dos organismos públicos e dos grupos comunitários e adotar uma postura institucionalizada ao encontro da integração com a sociedade são razões basilares para essa postulação. Para tanto, a Universidade tem sido o grande tema de interesse do meu estudo, da dialética do pensar e do fazer na minha práxis profissional e humana.

Circunstâncias múltiplas motivam-me sempre para estudá-la. Conhecê-la; compreendê-la como instituição social prioritária; sabê-la viva e necessária, a sua razão para existir; ajudá-la a ser permeável, interessada, educadora, empoderada e estar plenamente incluída na sociedade. Debater suas diretrizes, os princípios que a orientam, seus valores, suas práticas e os seus horizontes são quefazeres e polos que me instigam. As artes, as técnicas, os pressupostos teóricos e práticos de produzir ciência, o plano de desenvolvimento e a organização didático-pedagógica conjugam dados imprescindíveis à sua vivência institucional.

Razões de reforço para a motivação deste estudo me foram alcançadas, inclusive, na planície da sua planificação. Em maio de 2015, no Jornal da Universidade, o Reitor Carlos Alexandre Netto ratificou a “intencionalidade da UFRGS para aprender”, ao declarar:



As relações da Universidade com a sociedade são múltiplas e complexas. Formar e qualificar pessoas, refletir e gerar novos conhecimentos são, provavelmente, as mais visíveis e apontam para o futuro.

Mas, para uma instituição centenária como a UFRGS, a reflexão sobre o trajeto já percorrido e sobre os fatos que marcaram essa caminhada é também uma forma de aprender. Assim, aperfeiçoar o que já fizemos e empreender, sempre com vistas aos avanços que a contemporaneidade exige, é o que une, em nosso caso, a tradição à inovação (ALEXANDRE NETTO, 2015, p.2).

A manifestação do Reitor da UFRGS à época (gestões 2008-2012 e 2012-2016) despontou reveladora e corajosa por destacar o compromisso da Universidade em ser transparente com o fazer social na integração e na interação dela com a sociedade. Afirmou: “mesmo quando está consagrada pela excelência acadêmica, uma instituição de ensino aprende com o tempo da sua trajetória ao olhar para dentro de si e para além dos elos visíveis com a sociedade” (ALEXANDRE NETTO, 2015, p.2).

Ao tempo desse pronunciar gestor, eu me aproximava da quase segunda década como docente – de dedicação exclusiva – na UFRGS. Via, refletia e participava das problematizações fervilhantes entre revolucionários e reacionários conservadores. Perguntava, também, pelo compromisso da Universidade com o seu quefazer público, o fazer social coletivo, o trânsito do conhecimento, do saber, do pensar e da acumulação de experiências, pelas ações e serviços de integração e de interação com a sociedade, com seus docentes, discentes e egressos dos cursos de graduação e de pós-graduação incluídos, até mesmo, nos movimentos emergentes da comunidade.

Recordei-me, muitas vezes, da minha posse em maio de 1996. À procura da ‘universidade’, encontrei a ‘universalidade’, tais os contextos amplos desse universo.

Se a sabedoria para entendê-la é imperativa a quem ingressa numa universidade, decifrá-la é um desafio intimidante para a cidadania simples das comunidades. Suas dimensões, o tamanho institucional, o peso acadêmico e a aceitação social arquitetam um aparato tipológico de fortificações medievais. Tocá-la? Por vezes, é difícil. Adentrar, por quê? Diante dos seus muros, o que fazer?

Apesar da trajetória consolidada, de uma década e meia, como profissional da comunicação, servidor e dirigente público, acredito que, por ingenuidade, não identifiquei óbices proibitivos à condição de professor novato, ingressante no caráter “superior” da “academia”: o “local da ciência e do saber”.

Poucos meses antes, no pensar-fazer público de coordenar a primeira edição municipalizada da campanha de vacinação, que deixava de ser nacional e estadualizada, busquei apoio à Secretaria de Saúde, nos gabinetes e salas de professores de uma universidade pública no interior. Imaginava que seria facilitado, o ‘recrutamento’ de docentes e graduandos dos cursos da área da saúde para participarem das atividades de registro e da aplicação de vacinas.

O tom gentil da recepção que me ofereceram não condisse com qualquer resolutividade, ‘escorrendo’ em respostas como os prazos, o escalonamento das etapas de aprovação e porque precisava ser proposta num sábado. O pensamento era recrutarem-se militares apenas como último recurso, tendo em vista a proximidade de docentes, acadêmicos e pós-graduandos dos profissionais de saúde do município. Onde escorar o idealismo?

Cruzando o pórtico daquela universidade – pública – o motorista me perguntou se dependeríamos mais da vontade dos estudantes ou da burocracia institucional? Ora, se a Prefeitura tinha convênios autorizativos com organizações de ensino, se havia profissionais cursando pós-graduação e as equipes municipais estariam completas nas unidades de saúde, diante da necessidade de operacionalizar a campanha de aplicação das vacinas, de imediato, por que não prever um cadastramento voluntário? Examinada a situação, pesado o interesse público, o processamento levou ao êxito da ação, que superou as expectativas e causa boas lembranças até hoje.

Com a aprovação no concurso docente, logo a seguir, previa encontrar novas parcerias e levar uma boa parte das pessoas dos cursos da área de saúde da universidade à ação renovada para participar de serviços integrados, em especial, na periferia urbana e na zona rural. Eu desconhecia, sendo trabalhador na imprensa e servidor de uma

prefeitura de ‘porte médio’, os grandes problemas que rondam a luta em torno de princípios, conceitos, ideias fundamentais e da representação do conteúdo de cada campo de atuação acadêmica para transformar o discurso na prática, de dentro para fora, na universidade brasileira.

O cenário é complexo e inquietador, logo, com grande relevância. Pensando o papel da Universidade e em perspectivas para outro mundo possível, copio o Professor Alfredo Alejandro Gugliano (2018, p.5), do Departamento em Ciência Política da UFRGS:

A felicidade foi uma das inúmeras promessas não cumpridas pela modernidade. A crença de que o progresso levaria a sociedade a um patamar superior, situação na qual haveria um esforço consciente – racional – visando construir o melhor dos mundos para todos, fracassou diante da modernização econômica. O mundo, no início do século XXI, se manteve como um espaço desigual no qual as fomes, as guerras, a persistência das mais diferentes formas de discriminação, de distintas maneiras de exploração, continuaram predominando.

Neste desenho perspectivo apresento o temário do compromisso da Universidade com quefazeres públicos como o que venho relatando e, principalmente, com estes estudos e trabalhos ao encontro da educação social, no enfoque das vulnerabilidades humanas, e do bem viver, como direito das pessoas.

Concordo com a ressalva, inconteste e naturalizada, de que “toda a educação é social”, no entanto, a falta de serviços públicos adequados de atendimento às populações e a enorme marginalização de muitas pessoas distanciadas das condições de dignidade, de cidadania e bem viver, devem alertar sobre a gravidade do aumento dos grupos vulneráveis nas comunidades. Antiga advertência do educador Juan José Mosquera e do médico Claus Stobäus (1983, p.99) acusava essa sociedade “montada sob valores econômicos e pragmáticos que desconsideram a variedade das necessidades humanas”.

Notório reconhecer, nesse contexto sempre dinâmico, a pesquisa e a produção intelectual em educação contemplando processos de aprendizagem, práticas educativas e a formação docente e de profissionais das diversas áreas do conhecimento, propondo-se

a dialogar com princípios e diretrizes da pedagogia crítica e construtiva, refletindo e debatendo mudanças substanciais e novos desafios do pensar, do agir, do ensinar e do ‘universalizar’.

Preocupado com a democratização da escola pública, o filósofo e professor José Carlos Libâneo (1985) dentre outras vozes, provocava há mais de trinta anos: *saber, saber ser, saber fazer* o conteúdo do *fazer pedagógico (grifos meus)*. E acentuava: o ato educativo não é exclusivamente psicológico ou pedagógico ou sociopolítico; é momento específico de interação social, configurando uma totalidade para a qual convergem fatores econômicos, sociais e psicológicos e que se constituem em condições para o completar da ação pedagógica, desenvolvimento individual e social.

Ora, se raramente essas dimensões andaram juntas, como advertia e incitava aquele professor, ou se a culpa era carga do “sistema” (governo, economia e/ou desinteresse dos alunos, para exemplificar), o sistema público de agora requer uma gestão contextualizada do processo de trabalho e a construção partilhada de modos renovados de pensar, de agir, de gerir e de viver. Pensar, pensar-se; gerir, gerir-se. Todavia, as micropolíticas públicas, também, são constituídas de práticas pedagógicas.

Constato nessa conjuntura que, ao longo do tempo, houve avanços em políticas governamentais, porém distingo tentativas de colonizar, alienar, controlar e oprimir, infligindo retrocessos para acuar e seguir penalizando o meio social. Volto a aderir nesse ponto à observação acentuada por Mosquera e Stobäus (2010, p.1): há “mal-estar na docência em tempos líquidos de modernidade e a docência não fica imune a esse show que se desenrola no palco da pós-modernidade”. Escrever ou falar sobre isso pode implicar num risco. Mas é preciso assumi-lo, pelo menos, tentando marcar a diferença.

As novas bases filosóficas e conhecimentos da antropologia, da política, da epistemologia e da ética, como bem registra o filósofo e educador Jaime José Zitkoski (2018), elaboram a vida em sociedade sob contradições, tensões, conflitos e outros sentidos de alternativas libertadoras, humanistas, solidárias e democráticas para a

concepção, a organização, a produção e a recriação da vida social pelo diálogo crítico e transformador das culturas e das subjetividades do ser humano no mundo.

“Um dos principais desafios do ensino superior é pensar a universidade como um espaço de formação ético política, pensada para além da formação profissional, pois todas as profissões têm de ter cuidado com a vida”. O ensinamento da filósofa e professora Maria Ely Herz Genro (2018, p.9) visualiza a Universidade como espaço de discussão, em todos os cursos, das grandes questões nacionais, de pensar os projetos de país e as políticas públicas. Serve para fortalecer a Universidade como um bem público, patrimônio da sociedade e compromissada em contribuir para a superação das desigualdades (HERZ GENRO, 2018).

Esse comentário da professora, inspirado na marca histórica dos cem anos do Movimento Estudantil de Córdoba, na Argentina, cujo Manifesto de 21 de junho de 1918 (ANEXO A) ocupa aqui espaço cênico em vários atos e reflexões neste trabalho, é apropriado para lembrar que muitas daquelas demandas não foram resolvidas pelas universidades. Surpreendi-me ao descobrir que, ao falar sobre o Manifesto a docentes e alunos, muitos não tinham nem ideia do que havia acontecido há 100 anos.

Isso combina com a observação mais ampliada, advertida pelo professor Jaime Zitkoski (2018, p. 139), de que a perspectiva dialética e dialógica precisa criticar o *eurocentrismo* intrínseco do projeto iluminista pela imposição de “um modelo de vida alienante, necrófilo e destrutivo para os povos do mundo todo, através de uma ‘invasão cultural’ opressora, desumana e destrutiva para as culturas diferentes do núcleo ocidental”. Concordo com a urgência do diálogo e da dialogicidade.

Esse temário das diferenças e das vulnerabilidades pode ser atualizado pelo comentário do pedagogo e filósofo Moacir Gadotti (2017, p.8), ao explicar que se abrem novos ângulos para o debate contemporâneo, como a consciência social da inclusão. Acrescenta o autor que a universidade sempre foi entendida como o “lugar aonde poucos chegam” e esse é um desafio difícil e problemático.

No Brasil, estamos discutindo mais o acesso do que o sentido da universidade. Não se questionam os fins do ensino superior, mas apenas o acesso a ele. Incluir não é emancipar. Não se coloca em questão para que serve a universidade: para emancipar ou domesticar? Tratamos mais de meios do que dos fins da educação.

Fala-se em ‘excelência’, e se vê ‘precariedade’, como diz. Os excluídos “filhos do povo”, na insistência de Paulo Freire, precisam acesso ao ensino superior, mas com condições de permanência, o que não se vê atualmente. Há compromisso da universidade, também, com isso. Fundamentalmente, da ‘Universidade’ pública.

Escolho a grafia ‘Universidade’ (primeira letra maiúscula), pela esperança de que não seja uma organização institucional comum, mínima ou indiferente e, sim, esteja caracterizada pelo sentimento das pessoas, embora esses tempos “muito líquidos da modernidade”. Pelo contrário.

A ‘universidade’, por vezes, dependente, submissa, descompromissada, controlada, controladora, segue sofrendo tentativas para ficar retida em seus frascos, caixas, arquivos e gavetas. E com ‘gente’ dentro! Até “gente que ‘cuida’ de gente”! – como se ‘discursa’ em cursos da área da saúde {?} (**grifo meu**). Aliás, “saúde ou doença”? – uma interrogação permanente e de escolha pessoal e profissional, como prefiro chamar a atenção.

Fala-se, abundantemente, em ‘mudanças’. Todavia, o espelho mostrado na obra de Paulo Freire (2011, p.36), é política e eticamente real: “quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser opressor”.

Acumulam-se notícias, por outro aspecto, de que as universidades públicas agonizam no Brasil diante dos drásticos cortes de verbas e do teto orçamentário que as destinam ao sucateamento, tais os efeitos nocivos da Emenda Constitucional-EC de nº 95/2017, de 16 de dezembro de 2017, derivada da Proposta de Emenda Constitucional-PEC nº 287, de 16 de dezembro de 2016 (BRASIL, 2016; 2017). Há um ano, entre a PEC e a

promulgação da Emenda Constitucional, as reações e críticas não foram suficientes para impedir ou amenizar a dureza das medidas determinantes do congelar dos investimentos públicos. Essa limitação dos gastos por vinte anos descaracteriza a “Constituição Cidadã”. Cognominada de “PEC da Morte”, essa Emenda Constitucional nº 95/2017 barra, gravemente, a expansão do ensino público federal superior, reduz verbas de investimentos, o custeio e a compra de materiais prioritários, além de suspender obras e programas de auxílio.

Segundo o professor Cláudio Ribeiro (2018), Diretor do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior-ANDES, a crise é igual em todas as universidades federais, cuja rede soma 63 unidades em 328 campi. Inviabiliza, ainda, a permanência de estudantes de menor poder aquisitivo nas universidades e auxílios como para o transporte, a alimentação, alojamento e bolsas. O governo mantém a política de reforço ao ensino privado superior e essa Emenda sepulta qualquer possibilidade de “respiro”, merecendo a alcunha de PEC da Morte.

Retomo o contexto do que disse Gadotti (2017, p.8): “Qualidade para poucos não é qualidade. É privilégio”. Assim, as políticas afirmativas da última década são outros direitos agora ameaçados. O ensino pobre para pobres reproduz a visão de mundo do colonizador. Por isso, é tão decisivo discutirem-se as finalidades da educação. Ou a universidade se adapta a essa nova realidade e se repensa para esse novo público ou vai continuar culpando seus novos alunos pelo que chama de “baixa qualidade” (GADOTTI, 2017).

Destarte, em todos os setores sociais, nos espaços intra e extramuros, em seus domínios, nos movimentos sociais e nos territórios onde reside a população, a Universidade tem papéis e funções com as quais precisa contribuir e, mais decisivamente, influir, apontar rumos, sugerir alternativas, elaborar pensamentos, pesquisar situações, projetar resultados e estudar contextos, incentivando e se direcionando para o bem comum.

A reunião dos temas desse compromisso da universidade com a sociedade, em especial suas classes mais vulneráveis, de enfrentamento ao autoritarismo pedagógico e de valorizar o saber popular e os processos participativos alcança a temática, cujo núcleo do estudo, ampara a *Tese* de que ***os conhecimentos universitários precisam de uma comunicação pedagógica, dentro e fora da instituição de ensino, que os tornem visíveis, mais disponíveis, mais operacionalizáveis e sempre mais compatíveis, inter-relacionados e identificados com os interesses e as necessidades da população.***

O problema da pesquisa interroga: - como é concebido o papel social das universidades públicas federais do Rio Grande do Sul considerando seus principais documentos, como o Plano de Desenvolvimento Institucional, o Projeto Político Pedagógico, os Regimentos e o Estatuto de cada Universidade, incluindo a relação ensino, pesquisa e extensão?

As questões centrais deste estudo são:

- Qual o compromisso da universidade com o quefazer público representado pela educação social?
- É possível, a construção de um plano ao encontro da educação e do bem viver como quefazer público?
- Quais os caminhos para equacionar esse compromisso social ao cotidiano da vida na universidade?
- Embora determinado na legislação, há indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão nas universidades?
- Os conhecimentos produzidos nas universidades públicas federais situadas no Rio Grande do Sul são visíveis, disponíveis e identificados com os interesses e as necessidades da sua população de referência?



É pela Universidade em diálogo com os sistemas orgânicos da sociedade, da ‘cidadania’ e da ‘concidadania’, vista pelo seu compromisso com a educação social, que considera situações desiguais das vulnerabilidades humanas e assume a consciência pública a despeito de estímulos corporativos, a opção que faço neste trabalho.

Nela, o pensar e o fazer públicos, as interfaces sociais, a instituição pública de ensino e as intencionalidades do ato educativo e da prática profissional, a concepção, a construção e a proposição de pistas por uma pedagogia para a comunicação universitária. Para tanto, necessário se faz compreender apreciações importantes, como a ‘cidadania’ e a ‘concidadania’. Recolhi da experiência, que algumas palavras são absorvidas no linguajar comum, com o risco de torná-las ‘comuns’ na pronúncia cotidiana, sem o peso que lhes deveria distinguir. Bem viver, democracia, humanização, cidadania são bons exemplos.

Pondero as concepções de ‘cidadania’ para as relações do cidadão e da cidadã com o Estado e a ‘concidadania’, nos relacionamentos dos cidadãos e das cidadãs entre si. Essa cidadania de uma pessoa para com a outra, a cidadania, dá fundamentos à cidadania participativa, na qual cidadãos e cidadãs se unem a outros e outras para lutarem por seus direitos. Recolhi esses conceitos específicos de Leonardo Boff (2000), para quem o ensino universitário é uma dessas lutas reivindicatórias.

O filósofo e teólogo Leonardo Boff (2018), trouxe a lume, em um texto que denominou “A universidade e o saber popular”, atenção necessária para o papel da universidade no desenvolvimento da autonomia dos cidadãos junto aos movimentos sociais, quando ela é “desafiada a alargar o seu horizonte”, a frequentar “a escola viva do povo”. As universidades são urgidas a buscarem “um enraizamento orgânico com as periferias, com as bases populares e com os setores ligados diretamente à produção”, podendo se “estabelecer uma fecunda troca de saberes”, entre o saber popular, feito de experiências, e o saber acadêmico, constituído pelo espírito crítico (BOFF, 2018, p.12).

Do estudo desse compromisso da Universidade com um quefazer público ao encontro da educação social e do bem viver, por uma Pedagogia da Comunicação Universitária, emergem as seguintes hipóteses:

- Com os documentos oficiais disponibilizados nos sites das universidades estudadas é possível identificar a transparência da informação por parte dos gestores e o compromisso que cada instituição de ensino superior assume com a sua sociedade adstrita.

- A prática acadêmica voltada à educação social e ao bem viver é mais teórica do que verdadeiramente empreendida, derivando de experiências isoladas, programas ou projetos, pois, mesmos os estudantes universitários, são formados sob conteúdos mínimos para aplicar ações comunicativas na sua atividade profissional.

- Há dificuldades intrínsecas para que os saberes técnicos e científicos sejam produzidos e compartilhados, de modo interdisciplinar, dentro e fora da universidade, que podem ser enfrentadas com a criação, ampliação e qualificação renovada de espaços dialogáveis incorporadores de reflexões e de acolhida às aspirações dos cidadãos envolvidos e cidadãs.

- Embora existam mecanismos formais, como veículos de comunicação próprios, os conhecimentos produzidos nas universidades públicas têm visibilidade relativa, nem sempre estão disponíveis ou atualizados e, por vezes, têm gerações díspares das necessidades e dos interesses da população que lhes têm por referência.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa em educação, de caráter descritivo exploratório e documental, de acordo com características metodológicas da fenomenologia e da dialética, com a disposição de novas possibilidades de investigar, refletir e construir essa pesquisa-formação, “conjugação da pesquisa-ação em um arranjo de produção do conhecimento para a intervenção coletiva” (CECCIM *et al*, 2013, p.1).

A partir da prática docente experimentada, com a política educacional e a legislação pertinente, formulei a teoria-caixa de ferramentas, de análise crítica e reflexiva problematizadora, no conceito e na circunscrição por uma Pedagogia Universitária Comunicacional.

A busca pela concepção, construção e proposição da criação de pistas de um plano ao encontro da educação social e na direção do bem viver segue o rumo do construtivismo e das pedagogias de Paulo Freire e da pesquisa em educação popular, como projeto político de transformação da realidade, conduzindo-se pelo avanço de modelos sem privilégio a nenhuma categoria profissional exclusiva, e pela intenção de prosseguir na rota da cidadania plena e da emancipação humanas.

Prospectiva e delineada desse modo, posiciono a proposta ao enfoque de uma pedagogia comunicacional universitária. As pedagogias, como saberes necessários à prática educativa e como ciência e arte para a educação libertadora. A ‘Comunicação’, como Pedagogia da realidade viva e diferenciada de ‘comunicado’, “slogan” ou concepção hegemônica, tradicional e ameaçadora na acepção de depósito, dirigismo e conservadorismo acirrado.

Escolhida como Tese ensaística, baseada na pesquisa documental e exploratório-descritiva, na autobiografia e na observação militante, defendo o descortinar de novos olhares, interpessoais, interprofissionais, transdisciplinares, interativos, comunicacionais e de dialogicidade aberta, do compromisso da universidade, quão grandemente território vivo, de ensino, de comunicação e da ciência. Avalio esse quefazer público, social e coletivo da educação para a cidadania, assumindo o conceber grego da Paideia, pela formação educacional tomada para o exercício de todas as potencialidades do cidadão e da cidadã (CAMPOS, 2003).

O ineditismo e a relevância desta pesquisa emergem não de uma atmosfera imaginária, mas do universo real. Os pressupostos políticos e epistemológicos que orientam este meu trabalho filiam-se aos campos investigativos, principalmente, da Linha de Pesquisa ‘Universidade: Teoria e Prática’ e da Linha de Pesquisa ‘Psicopedagogia,

Sistemas de Ensino/Aprendizagem e Educação em Saúde’, na qualificação do Curso de Doutorado (UFRGS), e ‘Currículo e Avaliação Institucional’, no Mestrado (UFSM), ambos na área da Educação.

O conteúdo acadêmico provém de alguém que vivencia a vida universitária, não como um espectador; sim, de modo contínuo e formas diferenciadas de estar presente. Ao fazer escolhas, minhas atenções e vigilâncias intensificaram-se da primeira graduação nos anos 70 à condição atual de profissional e docente, na universidade pública, desde 28 de maio de 1996. São 22 anos de docência na UFRGS, 41 anos de vida acadêmica, premiações, reconhecimentos, pedras, muita poeira, chuvas, sóis, girassóis e luas, ânimos, desânimos, reanimações e pronunciamentos de palavras de esperança num outro mundo possível, aqui e agora.

Apoiado, ao mesmo tempo, nessa experiência licenciada pela temporada de vivências e pelos estudos de conteúdos certificadores dos conhecimentos, saberes e habilidades desde o ensino e a aprendizagem da formação, o plano de fundo desta Tese acena para a compreensão do meu percurso pessoal, profissional e acadêmico. Tenho voos e pousos na estação do pensamento e na atuação intersetorial, nos sonhos pela transformação interprofissional e transdisciplinar da Universidade.

Este trabalho é um voo solo, na direção de voos, revoos e pousos que outros também se propuseram, decolagens a enfrentar desafios, a qualificar e a ampliar limites e possibilidades na análise dos dispositivos do compromisso e do papel social da Universidade com a sociedade que lhe tem como referência, especialmente, para as populações sujeitas a condições de vulnerabilidades.

Entre os quefazeres públicos desse dever institucional ao encontro da educação social e do bem viver, sirvo-me da imagem de quatro aves, separadas e aproximadas intencionalmente. O ‘norte’ (das perguntas “norteadoras” – que pena!) e das teses americanistas estão simbolizadas pelo texto de Richard Bach (2015) e o ‘famoso’ livro Fernão Capelo Gaivota. Opiniões favoráveis e críticas escoltam essa redação romanceada, como mencionarei no primeiro voo. Trago-o pelo meu respeito franco à literatura.

As aves brasileiras, pois, são pesquisadas as universidades públicas sediadas no Estado, selecionei da autoria do Frei Leonardo Boff (2006), na publicação 'A águia e a galinha'. Nomeando, ainda mais, o território dessa operação situada nas universidades gaúchas, optei pela escolha da ave símbolo do Rio Grande do Sul: o quero-quero.

As peculiaridades desses pássaros e os seus caracteres ornitópteros fornecerão ideias, conceitos, representações e perfis institucionais no escopo de estabelecer e proporcionar a oferta de possibilidades à criação de um plano ao encontro da educação social, que possa servir de interlocução, convergência e interação para melhorar processos gestores, o ensino, a atenção e o controle feito pela sociedade.

Como o trabalho tem a finalidade principal de refletir sobre o compromisso institucional da Universidade com o quefazer público e ao encontro da educação social e do bem viver, considerando situações desiguais das vulnerabilidades humanas e a escolha de construir pistas por uma Pedagogia da Comunicação Universitária, o conteúdo está arrolado na forma de itens discriminados no formato de um rol de voos e pousos com indagações ativas: - por que voar e por que custa tanto ser diferente do resto do bando?

A disposição dos olhares identitários, das reflexões problematizadoras e os pousos necessários ao *primeiro voo* são componentes essenciais.

O plano conceitual, *no segundo* deles, da construção da pergunta à construção das respostas sobre o compromisso da universidade com a educação social e o bem viver, aborda os desafios do dispositivo desse compromisso pela abrangência do papel social da universidade na formação da cidadania e a potência da educação como um quefazer público, social, coletivo, humanizador e de democratização da sociedade. Intencionalidades da educação ao incorporar conhecimentos de outras áreas estendem problematizações do ato educativo à interdisciplinaridade e à prática profissional, que, quero estimular, seja práxis emancipadora, dialógica e para a 'cidadania' e a 'concidadania'.

O *terceiro voo* serve para aclarar o trajeto metodológico delineando as estações do voo em movimento e as marcações no campo da organização investigativa. Explico como foi concebida a estruturação metodológica e foi desenvolvido este estudo propriamente dito.

Os pontos de contatos mais expressivos entre as universidades do estudo e o meio social das suas vizinhanças são aportes instituídos no *quarto voo*, sob a ótica das suas políticas gestoras de ensino+pesquisa+extensão e da comunicação com a sociedade. Nesta descrição e relato da pesquisa há três formatos gráficos para os segmentos do ‘ensino, da pesquisa e da extensão’ na universidade. Além da vírgula, servi-me da ligação (ou separação) por travessões: ‘ensino-pesquisa-extensão’. Esses dois símbolos de escrita são encontrados, ora um, ora outro, nos documentos públicos das instituições analisadas. Prefiro: ‘ensino+pesquisa+extensão’, no que comungo com a determinação legal pela ‘indissociabilidade’ desses campos científicos na universidade. Se nem essa teoria tem assimilado a importância dessa ‘indissociabilidade’, para quando posso supor essa práxis pelas universidades brasileiras? Atrevo-me a torcer para estar equivocado, porém, tempestades, outonos e invernos podem estar pelo caminho.

Conquanto, eu busque comentar as anotações do diário de campo ao longo do trabalho, nessa altura do voo, confronto planos com ações efetivas, promessas com realidades, eventos imaginários com situações contempladas pela exploração dialética e pela observação militante. Os movimentos das gestões das universidades, os dispositivos do compromisso com a resposta social, o bem viver e a educação voltada às vulnerabilidades no ‘ensino+pesquisa+extensão’, a comunicação, a inserção local e regionalizada, a integração e a transparência institucional merecem essa acuidade, visão cuidadosa, participante e problematizadora da contemporaneidade dessas instituições públicas.

O *quinto voo* complementa, antes das considerações finais, o desafio com volume suficiente de conhecimentos e de saberes para sustentarem políticas públicas sugeridas como resolutivas e de possibilidades para o futuro com o fortalecimento da

Universidade e pela emancipação concidadã de todas as pessoas, por isso mesmo, por uma Pedagogia para a Comunicação Universitária.

A construção de pistas, a central dos motivos, as justificativas e os saberes necessários à construção e à práxis de uma Pedagogia da Comunicação Universitária serão complementadas pela reunião de elementos constitutivos dessa comunicação pedagógica, contemplando um novo momento que vem acontecendo nas salas de aula, palcos, sombras e outros ambientes de estudos, produção de conhecimentos e compartilhar de saberes: a comunicação em outras linguagens.

A ‘chegada’ deste voo, na *sexta etapa*, dá conta de um conclave: águia, galinha, gaivota e quero-quero. Por que não exercitar outras linguagens? Uma figura poética para representar o pouso final ou novas arrancadas ...

## 2 VOO 1 – UNIVERSIDADE: da poética literária à metáfora da condição humana

*A construção da poesia,  
a metáfora literária  
e a indagação necessária:  
- por que voar sem comer?  
Nos tempos do bem viver,  
eu sigo me perguntando:  
- sou diferente do bando  
no universo do saber ?*

*(Dilmar Paixão, 2018)*

Universidade é um tema amplo, complexo, maior do que as suas dimensões institucionais físicas e geográficas. Abriga valores que a distingue, a estatura evolutiva dos seus itinerários e a pulsação dos seres conviventes nos lugares privilegiados da sua existência, independente do formato, das suas metodologias ou do seu horizonte, mas com o dispositivo do seu compromisso agenciado pelo tamanho que ocupa no espaço social. É a responsabilidade pública dessa instituição universitária com a condição humana, a análise, de saída, desta reflexão problematizadora.

Simplificar a universidade, torná-la mais permeável às classes populares, destituí-la de seus muros e cercas, pronunciá-la por seus meios de informação mais do que de divulgação e de propaganda, libertá-la dos jugos formais que a engessam, reconstituí-la como unidade estrutural após tantas divisões jurássicas, estimular os debates e reflexões para planos e desenvolvimentos futuros a curto, médio e longo prazos compõem a valorização do seu legado educacional, a produção do conhecimento filosófico, científico e tecnológico, a promoção da consciência crítica e da liberdade em todas as formas de expressão, a representatividade cultural, intelectual e da ciência, bem como, a sua inegável qualidade de bem público a serviço da sociedade.



Como espaço diversificado e de miscigenação de culturas, regionalidades e hábitos, a universidade é ambiente de estudos, de pesquisas, de preparação para o mundo do trabalho e para uma profissão, aprendizados, conhecimentos, socialização e descobertas, na perspectiva da pedagoga Bruna Fiorin (2015). Por isso, a literatura, a poética, a música e as criações artísticas têm mais aceitação e consentimento no processo ensino e aprendizagem.

Nesta abordagem inicial, coloco em cena alguns comentários no interesse maior de esclarecer a escolha da imagem de voos e pousos do pensamento para estruturar este trabalho. Começo por explicar o encontro da poética literária com a metáfora da condição humana de sentimentalismo e de amorosidade.

Considero que o evento *A poesia no currículo* me convocou, em 2013, para ingressar na seleção a esse Curso de Doutorado em Educação, pelo desafio de apostar nas chances de mudanças no conteúdo programático e nos métodos de ensino e aprendizagem. Ano seguinte, na categoria de doutorando, recebi estímulos salutareos convencendo-me a assumir essa incumbência de oferecer a poesia como linguagem comunicativa. Escrevi *ArteSaniA*. Surgiu o grupo musical e artístico *Bem Viver*. Os *Acordes Vitaminados* sucederam-se, inclusive, com produções nascidas na sala de aula instantaneamente. *ArteSaniA* (APÊNDICE A) e *Acordes Vitaminados* (APÊNDICE B), o poema musicado em ritmo de tango para representar, em melodia, a presença mais universal de colegas brasileiros e de outros países da América Latina.

Antes, falo da inspiração primeira que resultou na *ArteSaniA*. Não é fácil acompanhar as atividades didáticas do Curso de Doutorado com a concomitância de exercer todas as tarefas de docente universitário. Ainda mais difícil, por ter assumido o interesse desse desempenho dedicado.

A minha estreia naquele Seminário com créditos concentrados e em etapas de três datas seguidas, em períodos integrais, dispôs-me diante de um texto denominado *Réplica* (CECCIN, 2005). Dever-se-ia dialogar com o texto, interpretá-lo e situá-lo no

momento educacional brasileiro, de maneira criativa, artística e de improviso. Essas habilidades artesanais nunca foram das minhas habilidades. Senti-me embaraçado. No prejuízo do tempo que se dissipava, uma colega perguntou se poderia ser um poema. Ora, nem esperei pela resposta, pois havia encontrado a minha porta de saída. “Reinventei-me no aprender a aprender” (PAIXÃO, 2014, p.1). Apresentada a incumbência, a surpresa e a aceitação das pessoas foram bons incentivos. Estava aprovada, a *ArteSaniA*.

Outro aprendizado surgiu do meu ingresso nos Seminários sobre a Universidade, questões políticas e situações emergentes, coordenados pelo Professor Jaime José Zitkoski e a Professora Maria Elly Herz Genro. Cada Seminário organizava-se em duas partes, parando-se, após uma hora e meia, para apresentações artísticas, com o título de “Vitaminas”. Notei que um colega, filósofo e educador popular, era o único instrumentista a acompanhar a turma nas cantigas. Porém, na apresentação da turma no primeiro dia do Seminário, havia sentado, ao meu lado, um colega do Curso de Doutorado em Música. Perguntei pelo seu instrumento de estudo: o violão clássico. Ora, demorou mais convencer aos dois colegas, que era possível uma apresentação conjunta, do que integrá-los à turma nesses intervalos musicais. Dessa aproximação surgiu: *Raízes, Asas e Sonhos* (APÊNDICE C).

As “Vitaminas” durante as aulas do Seminário intensificaram o convívio e um Seminário sobre Paulo Freire foi o impulso para alinhar a criatividade artística. A partir de um depoimento do professor Moacir Gadotti em um curso de formação no Instituto Paulo Freire-Brasil, ele afirmou que “o legado de Freire nos deu RAÍZES ético políticas para fundamentar nossas práticas; deram-nos ASAS, uma teoria para ir além dele, e muitos SONHOS, a utopia de uma sociedade de iguais” (GADOTTI, 2015).

Se, no outro Seminário Avançado, eu havia escrito a *ArteSaniA*, por que não aproximar a poesia regionalista do Rio Grande do Sul com versos deixados por Freire? O espírito agregador juntou-me a esses dois colegas e uma colega da área de teatro. A apresentação rendeu bons frutos e dinamizou as aulas e os espaços de ‘Vitaminas’.

Um novo semestre trouxe outro músico, professor do instrumento acordeon na Universidade do Estado do Rio Grande do Sul-UERGS. Estava montado o quarteto, tão artístico, quanto ‘arteiro’, de composições inéditas, muitas delas, elaboradas durante o desenvolvimento dos Seminários. Remetidos aos intervalos, como *Acordes Vitaminados*, esses poemas musicados logo chegaram aos palcos de eventos educacionais maiores, levados pelo Professor Jaime Zitkoski. Com base nos conteúdos da sala de aulas, organizávamos as atividades artísticas: estava formado o Grupo Bem Viver.

O ápice artístico do grupo Bem Viver, salto para um estágio maior, ocorreu em Nova Santa Rita, em 24 de novembro de 2017, quando fomos desafiados a “escrever uma letra e compor a música para uma cantiga sobre a temática do evento XI SEMINÁRIO NACIONAL DE DIÁLOGOS COM PAULO FREIRE”, enquanto ocorria uma mesa de debates. O curto tempo não foi empecilho. A apresentação, na sequência do painel, envolveu as pessoas participantes do Seminário que, entusiasticamente, cantaram, surpresas e entusiasmas, a letra projetada no telão: “O Sol, a Lua e as estrelas que conduzem...”.

Novas apresentações se sucederam e construções musicais inéditas, com tópicos contextualizados da educação, da sabedoria popular, da emancipação, do diálogo e da cidadania, tornamos publicações nos eventos, destinadas à modalidade ‘Outras Linguagens’. Cuidamos para que fiquem mantidas as características didáticas e pedagógicas dessas manifestações artísticas e culturais. Essa proposta tem acumulado apoios expressivos de reconhecimento pela inovação.

A partir dessas concepções poéticas para a literatura e para o currículo, com o uso da melodia e do poema como mensagens formativas e conscientizadoras, posso distinguir essas composições como veículos renovadores de estímulos e de motivações alternativas do aprendizado. Um exemplo: as *Universidades Emergentes* (APÊNDICE D), estão descritas com suas peculiaridades: Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS, Universidade do Vale do Rio São Francisco-UNIVASF Universidade Federal do Sul da Bahia-UFSB e Universidade da Integração Latino Americana-UNILA (PAIXÃO, 2017).

Nessa linha, firmei a motivação para elaborar o meu estudo. As concepções metafóricas adotam quatro aves muito características e diversificadas entre si: da literatura internacional, uma gaivota; da publicação brasileira, 'A águia e a galinha'; do regionalismo gaúcho, porque foram estudadas as universidades federais sediadas no território do Rio Grande do Sul, a ave símbolo do Estado: o quero-quero.

Peculiares, as aves e seus voos, se bem observadas, propagam vários componentes determinantes para quem estuda um campo tão extenso quanto é esse da universidade pública brasileira. As escolhas foram intencionais, têm elementos ideológicos sem falsas neutralidades e não estão imunizadas contra críticas e resistências. Consciente disso importa-me o movimento, a ação movediça, pois, diante de paradas e apelos estacionários, não há mudanças.

A educação é um ambiente 'todo', previamente planejado e previsto. Havendo imobilismo na *ênfase* dada, nega-se o processamento do critério de pesquisa social, indicado por Juan Mosquera e Claus Stobäus (2010). A pesquisa social, como tal, não deve apenas colocar problemas, mas precisa levar a tentativas de solução, ao menos à conscientização das pessoas para seus direitos da cidadania, realce a políticas públicas e camadas populacionais para que possam agir de acordo como meios transformadores da realidade comunitária e popular.

Neste primeiro voo, parto da metáfora sugestionada por Richard Bach (2015), que deixa de lado os apelos cômodos das zonas de conforto. Na alegoria de um pássaro, diferente dos outros da sua espécie, não se preocupa tão somente em conseguir comida, mas quer cuidar a beleza e o primor do seu voo mesmo ante adversidades. Fernão Capelo Gaivota não era um pássaro vulgar. Adorava voar. O importante para ele, antes de tudo, não era comer, mas voar.

Preliminarmente, saliento que há controvérsias opinativas em instrumentos digitais como a internet quanto a essas obras que referencio. Respeito a cada uma dessas manifestações críticas, contudo, justifico esse uso pela intimidade com a qual esses livros, em cópia impressa, acompanharam-me na minha formação como liderança estudantil e

seguem permanentes na biblioteca particular. Na diversidade aprendi a construir minha ‘ArteSaniA’ cidadã. Essa ‘arte em asa’ tem me conduzido no itinerário aprendiz (PAIXÃO, 2014).

Leonardo Boff (2006) apontou para as diferenças entre a águia e a galinha. Richard Bach (2015) apresentou Fernão Capelo Gaivota como um pássaro ímpar, que adorava voar e, antes de tudo, preferia deixar de comer para aperfeiçoar o seu voo. E, por se tratar de uma análise com enfoque nas universidades públicas federais situadas dentro dos limites territoriais do Rio Grande do Sul, valho-me da ave símbolo desse Estado brasileiro: o quero-quero, tão singular quanto defensor ferrenho do seu quinhão.

As aves antes referidas - a gaivota, a águia, a galinha e o quero-quero - figuram num primeiro item dentro deste voo inaugural, que denominei *Universidade: da poética literária à metáfora da condição humana*, porque esses quatro comportamentos são revisitados na existência institucional, quanto na desejada humanização das pessoas e da sociedade. Acredito que nesse panorama, principalmente aos profissionais egressos e especializados nas universidades, é necessário serem apresentadas, no mínimo, três questionamentos pontuais:

- voar ou comer?
- por que voar?
- por que custa tanto ser diferente do resto do bando?

Destas respostas, brota o sentido de ser partícipe ativo e integrante da Universidade, que eu lembro, por princípio fundamental, está pensada para a ‘indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão’.

Esta pesquisa, ao coletar dados documentais, digitais e midiáticos, busca a interpretação correta da realidade, refletindo sobre suas implicações e aspirando às diretrizes de ações práticas e a pensares teóricos que expliquem o compromisso da

Universidade com a sociedade, em especial da instituição pública, ao encontro da educação social e do bem viver.

Como pesquisador, participante ou orientador de múltiplas modalidades de pesquisas – quantitativas, qualitativas ou qualiquantitativas – sei que é usual serem estabelecidos vários objetivos. Tenho, por hábito, recomendar a devolutiva dos dados antes coletados. Faço essa ressalva, lembrando que é também compromisso da pesquisa – e da Universidade consciente, por fornecer respostas – retornar ao campo de prova e devolver as informações às pessoas para reforçar a compreensão e as lutas do povo.

Com a pesquisa, se ensina. Com o ensino, se aprende a pesquisar. Por extensão, convive-se em concidadania. Um dos esquecimentos observados com maior frequência verifica-se em pesquisas de cursos da área da saúde. Creio ser uma apropriação indevida, os casos nos quais a equipe de pesquisa retira amostras do sangue ou de secreções e até mesmo em exames de fezes e urina, volta aos laboratórios e nunca mais retorna para informar a essas pessoas o resultado das análises realizadas. Melhores procedimentos têm sido observados, ainda bem.

Contudo, programas governamentais precários e mal organizados seguem, ao exemplo, relacionando estudantes com problemas de visão que não recebem óculos ou com necessidades de atendimentos odontológicos, sem acolhimentos resolutivos.

O que eu destaco, nesse aspecto, tem o intento de demonstrar que a Universidade é responsável pelos ensinamentos que disponibiliza aos profissionais que forma e aos egressos dos seus cursos de graduação e pós-graduação em todos os níveis. Verdadeiro salientar que, muitas dessas pessoas, são recursos humanos para outras atuações na sociedade e, uma boa parte, retorna qualificada para a ação docente na própria Universidade. É o compromisso institucional que, também, se reveste de responsabilidade dos membros do coletivo universitário e social ao se fazer profissional.

Comprometer e se comprometer é uma prática universitária a ser reforçada, como forma de conscientização, emancipação e promoção da cidadania. Incentivar

reflexões, estimular questões e procedimentos da metodologia problematizadora, respeitar espaços para a interdisciplinaridade, compartilhar saberes e se movimentar visualizando horizontes, como a transdisciplinaridade e a comunhão do saber técnico com o saber popular, são providências inadiáveis, diante das formulações dessa sociedade contaminada por problemas e enfraquecida em suas principais reivindicações e necessidades humanas.

Na direção do bem viver está o projeto político de transformação da realidade com os direitos da cidadania plena, da emancipação e da liberdade. Saber os motivos individuais para empreender os voos, encontrar justificativas para responder às suas escolhas, além de estar consciente dos óbices e prejuízos que dão causa às dificuldades e ao custo elevado de ser diferente do resto do bando, desafiam o aprofundar de reflexões pessoais e, também, são dimensões estruturais das missões, valores, princípios e diretrizes do papel social das universidades, notadamente as instituições públicas, na vida em sociedade.

## 2.1 UMA INDAGAÇÃO ESSENCIAL: *voar* ou *comer* ?

A pergunta é respondida, tal qual ‘simplificação matemática’, pelo autor Richard Bach (2015), com a explicação de que Fernão Capelo Gaivota não era um pássaro vulgar, pois o importante para ele, antes de tudo, não era comer, mas voar.

A dimensão seguinte corrobora a disposição confortável de que é mais cômodo seguir com a caravana. O formato de organização do sistema de voo do grupo confirma isso. Sim, no aconchego da espécie é fácil acomodar-se.

Em instituições como a universidade, se não for ‘estratégia para o sucesso’ é, ao menos, uma boa garantia de acomodação e não de incômodos. Igual àquela gaivota,

tornar real um voo melhor é reinventar oportunidades e inspirações. Posicionar-se de modo diferente. Então, em meio às crises, como aperfeiçoar os processos?

Como no seu bando, nos ambientes da formação universitária há gaivotas de uma, de outra e de múltiplas intenções e entendimentos. Em decorrência desses desempenhos, programas oficiais oscilam, dos escalões gestores às bases do sistema de ensino de todos os níveis, nos formatos de suas práticas e propostas educacionais.

Algumas acepções querem graduar os estudantes habilitando-os como profissionais em quantidade expandida do quanto maior o seu número, tanto melhor. Docentes do fazer mais pragmático do que racional, reproduzem trabalhadores para executarem tarefas, quase sem questionamentos mais do que teóricos, sem profundidade e, medianamente, consistentes.

Muitas gaivotas sobressaem-se do grupo. Estão mais preocupadas em conectá-las a dispositivos e afecções do pensamento integrado ao que fazer. Comem e voam para perspectivas de outros céus. A esse compromisso da universidade pública brasileira, ativo e reflexivo, dedico-me neste estudo. Ambiciono um voo novo, límpido, tanto melhor quanto mais interativo, participante, permeável e consciente da responsabilidade de cada pessoa com a vida social da sua coletividade adstrita.

A imagem, que começo a desenhar, sugere pistas para a complexidade da educação social contemporânea, dentro e fora da universidade. A propósito, o termo *extramuros* absorve a conotação de um local distante do centro urbano, longe dos muros escolares e universitários. Tem o afeto de um espelho recente, pessoal e institucional, mas simplificado e instigante nos desenhos artísticos de uma gaivota, de uma águia e de uma galinha, que servem de termos comparativos nas reflexões sobre os comportamentos.

De modo mais específico, o Estatuto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2015, p.3), no Título I, artigo 2º, explicita:



A UFRGS, como Universidade Pública, é expressão da sociedade democrática e pluricultural, inspirada nos ideais de liberdade, de respeito pela diferença, e de solidariedade, constituindo-se em instância necessária de consciência crítica, na qual a coletividade possa repensar suas formas de vida e suas organizações sociais, econômicas e políticas.

Essa universidade, que eu ousar sonhar seja possuidora, mensageira e praticante de uma pedagogia comunicacional, pode ser entendida num ensinamento, antigo e dos mais ricos, na obra do mestre Paulo Freire (2011), descrito no seu livro titulado como *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Chamado para conversar com camponeses, sentou-se Paulo Freire no meio deles e, como permaneceu longos instantes em silêncio, as pessoas fizeram o mesmo até que uma delas rompeu aquele congelamento e o interrogou se ele não iria falar nada.

A conversação surgiu em resposta com outra pergunta:

- por que devo eu falar?

O diálogo que prossegue – a narrativa é conhecida – revela um desenlace de argumento comum:

– “porque o senhor estudou e nós não”.

As réplicas e tréplicas se seguiram:

– “por que eu estudei e vocês não”?

– “Porque os seus pais puderam pagar os seus estudos e os nossos, não”.

– “Por que os meus pais puderam pagar e os de vocês não”?

As respostas, de parte a parte, problematizadas no escopo de fazer pensar, progrediram e o método do diálogo, tipo perguntas e respostas, provou, ao final, que “ninguém sabe nada e ninguém sabe tudo”. Do “para que serve um espinho de laranjeira” as interrogações mais complexas restam mostras do valor das rodas de cultura quando bem apropriadas a cada situação de aprendizagem e da troca de vivências pessoalizadas.

Por isso, o roteiro deste voo percorre a cartografia do artigo denominado *O quadrilátero da formação para a área de saúde: ensino, gestão, atenção e controle social (grifo meu)*. Publicado há quatorze anos é um adolescente jovem. Nele, Ceccim e Feuerwerker (2004) formularam uma teoria-caixa de ferramentas para análise crítica da educação feita no setor saúde, servindo ao redimensionamento de construir e organizar uma gestão da educação na saúde como integrante decisiva e intrínseca do próprio sistema público de saúde, com relevo para o setor de formação de graduandos e de pós-graduação *lato e strito sensu* dos seus recursos humanos.

Volto-me à década anterior, na qual examinei o processo comunicativo em pontes e ligaduras entre a educação e a saúde, a formação dos recursos humanos, os conteúdos programáticos curriculares dos cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Maria e o desempenho profissional dos trabalhadores da comunicação, da saúde e da educação egressos dessa primeira universidade federal - e pública - instalada em um município no interior do país e distanciado do centro metropolitano. Essa pesquisa foi aprovada como Dissertação do Mestrado em Educação, área de concentração em Currículo e Avaliação Institucional, apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação da UFSM.

Com o título “Comunicação: uma discussão do fazer pedagógico em saúde”, a Dissertação fundamentou a importância de repensar o currículo formal das universidades e a prática profissional adotando a comunicação como alicerce para o caminho das transformações e da mudança social libertadora. A partir do método dialético marxista, abordagem histórico crítica, pesquisa descritiva documental, pesquisa participante e pesquisa-ação, eu constatei que a lógica mercadossista prevalecia e, praticamente, sem questionamentos mais contundentes (PAIXÃO, 1992).

Dentre outras conclusões, verifiquei uma minoria das disciplinas enfocando algum conteúdo relacionado à comunicação e que a maioria dos professores e profissionais da saúde mantinha-se alheia à dimensão comunicativa interdisciplinar tratando, exclusivamente, de ações e conteúdos específicos do reduto de suas aulas,

como feudos e sistemas fechados, no recinto dos seus laboratórios e disciplinas (PAIXÃO, 1992).

Encontrei como resultante, o estudo do processo de comunicação deficiente e incomum no currículo dos cursos analisados, embora a comunicação nos discursos fosse citada como pré-requisito do perfil profissional ideal. A análise crítica e a avaliação permanente do processo educativo-comunicativo e o reconhecimento da comunicação como necessidade vital do ser humano e vértice do processo de ensino-aprendizagem, da educação, da saúde e da vida ficaram expressas como recomendações essenciais (PAIXÃO, 1992).

Ao revisitar aquelas indicações dissertadas notei a importância de agregar novos questionamentos e análises. Encontrei no quadrilátero da formação, que aparece sugerido no decênio seguinte por obra de Ceccim e Feuerwerker (2004), o acréscimo da distribuição em quatro eixos mais exclusivos para radiografar os quadros autorizadores de profissionais egressos das universidades: o *ensino*, a *gestão*, a *atenção* e o *controle social* (**grifo meu**).

Parcela significativa dessa abordagem sobre o compromisso social da universidade, o campo do conhecimento em saúde, doravante, serve de molde a um estágio benfazejo e saudável de desenvolvimento como área multidisciplinar e interprofissional.

O próprio Sistema Único de Saúde-SUS, embora as discussões, avanços e retrocessos, problemas que coabitam em seus panoramas por desajustes e inoperâncias governamentais, segue servindo pedaços admiráveis e modelos para outros setores da população. Um dos mais recentes proveio da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, criadora do Sistema Único de Segurança Pública-SUSP, destinado a reduzir os índices de criminalidade registrados no País (BRASIL, 2018).

A área da saúde, pela velocidade das mudanças profundas em suas diretrizes, princípios e sua organicidade sistemática e por ter passado da mera geração de novos

profissionais e ocupacionais num período muito anterior ao sistema público em 1990, tem deliberado sobre as competências e as habilidades necessárias a quem está começando, através de iniciativas inventivas, criativas, recursos financeiros um pouco mais apropriados, procedimentos decisivos de responsabilidade volitiva e legal com administração e gestão do Sistema Único de Saúde – SUS em todas as esferas de governo.

A formação – educacional, sim – desses recursos humanos para trabalharem na saúde tem a encomenda de ser planejada conforme as carências indicadas por análises criteriosas de levantamentos apontados pelos gestores municipais, estaduais e do setor federal. Há escolas fundadas para formar esses agentes em saúde pública e podem ser mencionadas experiências relevantes como a Vivência Estágio na Realidade do SUS, o VER-SUS realizado no Rio Grande do Sul em fases iniciais e ampliado ao nível nacional, e a estruturação das especializações e das residências multiprofissionalizadas de elogiável funcionamento no processo de educação permanente desses profissionais. Menciono com mais detalhes essas modalidades de ensino e de aprendizagens num espaço posterior, porém sublinho que os estudantes, carinhosamente autodenominados “Viventes” eram voluntários e atuantes na Vivência Estágio durante suas férias.

Reporto-me a esse quadrilátero de formação para a área da saúde, porque o compreendo como fundamental, indispensável, atualizado e aplicável a outras áreas do conhecimento e campos de ação da universidade brasileira e latino-americana. Se o voo empreendido pelos participantes intrínsecos do sistema de ensino for dedicado a incluir pousos reflexivos, entrosados e revigorantes para o ensino, para a gestão, para a atenção e para o controle social, nada será mais primordial, impactante e potencializador para a organização pública e social em benefício das pessoas. Desdobrar as reflexões no incentivo de atitudes eficazes de análise, de conhecimento, de participação, de reconhecimento e de reivindicação populacional para melhores condições de vida são dispositivos e potências de emancipação e de promoção da cidadania.

Esses quatro ângulos de aplicações – *ensino, gestão, atenção e controle social* – aparecem propostos como parâmetros transversais no plano do voo para o desenho do

cenário deste exame ensaístico com função de tese acadêmica, no qual persigo retratar as linhas relacionadas ao papel da universidade e ao seu compromisso com programas e planos ao encontro de melhorias e de aperfeiçoamentos dos processos educacionais e da gestão pública em benefício da sociedade e da liberdade cidadã.

Admito que os desafios não cessam e têm contornos universais. O médico e sanitarista Alcindo Ferla (2016, p.3) conecta cenários brasileiros com fronteiras transnacionais: “Já não é nova, a constatação de que doenças e vetores não respeitam os limites territoriais e as barreiras físicas e alfandegárias dos países”. Tampouco, que o complexo produtivo da saúde se move por interesses, regras e determinações que ultrapassam as fronteiras e autonomias dos países. O recrudescimento de antigas patologias, antes controladas ou erradicadas no Brasil, tem produzido preocupações aos organismos de regulação e acompanhamento dos riscos e vulnerabilidades.

Compreender essa visão organizativa para a vida, como conceito redimensionado para as demandas e para as necessidades das pessoas a partir da saúde, da educação e da comunicação, é raciocinar com os aspectos conjunturais e estruturantes da formação, com a gestão, com a cidadania e com o bem viver dos coletivos e indivíduos na sociedade. Então, o viveiro dos motivos para este estudo surge originado desde o compromisso da universidade com ações públicas, com a oferta de pistas para a construção de um plano ao encontro da educação social a ser demarcado em casos específicos e em circunstâncias para a promoção da cidadania plena e da emancipação humana. Respeito e acoroço que se acate e dialogue com as peculiaridades locais e das regiões de influências.

O ensino formador de profissionais capacitados voltados à qualificação, à liberdade e à cidadania em suas carreiras e nos seus projetos de vida, a gestão mediadora e facilitadora da aprendizagem significativa, que garanta posse, sistematização e melhoria no aprender, na aquisição e na partilha do conhecimento, os cuidados com a atenção à integralidade do ser humano e a participação das pessoas nos processos decisórios e

gerenciais do controle social são provocações incessantes a todos quantos desejarem se aprofundar na ciência e compartilhar direitos sociais.

Compreendo esse quefazer público da educação universitária, principalmente, para melhorar, organizar, aperfeiçoar e sistematizar processos, tecnologias e saberes como riqueza ímpar e alicerce para abrangência e sustentação das mudanças na sociedade. O ensino, valendo-se de etapas escalonadas da apropriação do conhecimento, sua assimilação e aplicabilidade técnica efetiva, às condições iniciais e aos direitos da cidadania e de vínculos com as políticas públicas. Contempla, portanto, a formação universitária, as especializações do profissional e as responsabilidades com os dispositivos do compromisso da universidade como instituição social e de ensino.

De par com o ensino e a gestão, a atenção abrange o pensar e o exercer desse papel profissionalizado, inclusive, pelos agentes educacionais do ensino formal e dos sistemas públicos de educação e das demais áreas do campo das políticas públicas. Concordo com a prescrição de atenção por ser mais ampla do que a assistência ou a ação executiva intraprofissionalizante.

Contemporâneo é o parecer de que, após as etapas da intenção, do planejamento, da organização, da direção e do controle, dedique-se relevância aos passos da avaliação e dos registros formais. A prática da supervisão docente em campo, por quase três décadas e de vários cursos graduantes e de pós-graduação, autoriza atestar que inúmeros profissionais técnicos e discentes nos locais de estágio pouco cuidado destinam à redação de planos, metas e das atividades cometidas.

O controle social, por sua vez, marca-se revelado, traduzido e analisado na participação da comunidade, porém, indubitavelmente, depende da coragem para voar, nascida e instigada no ensino formativo e na atuação profissionalizada divergente do consolo acomodado do *status quo*.

Mais do que um direito da cidadania, essa participação social é nutrida por esforços variados ante intempéries e voos mais exigentes. É a participação desenhada no

formato de um exercício voluntário para as gaivotas, que, mesmo diferentes do restante do bando, decidirem voar não somente pelo sustento momentâneo da comida. Essa responsabilidade social, contudo, tem amarração, direta e indireta, na vontade e na decisão política dos dirigentes institucionais e coordenadores a esses subordinados.

A gestão é outro traço riscado nos níveis da governamentalidade, dos processos de planejamento e de exercício do compromisso social da universidade diante de conceitos, desafios, problemas e oportunidades do sujeito coletivo. É concepção corrente que, por melhor seja a instituição de origem do gestor, este não pode acreditar-se totalmente pronto e eternamente preparado. A sua incursão em programas e práticas de educação permanente, por exemplo, pode significar ou atrelar a escolha, individual e coletiva, entre o voo para comer ou voar para aperfeiçoar-se sempre mais.

A urgência – de sempre – para que *ensino, gestão, atenção e controle social* interajam e se intercomplementem mutuamente, aponta a necessidade de que as lideranças na linha de frente dessa interação universidade e sociedade enfrentem os argumentos e óbices em prol dos voos exclusivos pela comida ou sejam acomodados e descompromissados, porque têm preocupações apenas aparentes e discursistas dessa intenção, tal qual uma espécie de dormência institucionalizada.

O desenho do céu, porém, pode estar em movimento como na leitura que o filósofo Ronai Rocha (1996, p.76) fez da realidade há duas décadas e segue assinalada como persistente e ativa: “estaremos muito enganados se pensarmos que nada se move na universidade. Há uma parte significativamente grande que se move e sempre está se preparando para seguir adiante e voar mais alto”.

## 2.2 POR QUE VOAR ?

Os motivos do voo são como os objetivos de uma pesquisa, ou intuições, as razões do canto de um pássaro, as indagações sobre hipóteses, o exame de alternativas ou os versos de uma canção. Uma gaivota não se preocupa apenas em conseguir comida? O que um avião de caça e a tripulação preparada para a guerra têm a ver com ela? Por que custa tanto ser diferente do resto do bando? Como relacionar a metáfora do Fernão Capelo Gaivota com o quadrilátero da formação profissional? Qual o compromisso da universidade com o quefazer público da educação social?

Essas indagações constituem dispositivos na perspectiva de práticas e de discursos subjetivos com vontades da vida em potência e pistas para a construção de um plano ao encontro do compromisso da universidade com a emancipação e a cidadania plena. O pensamento, que voa resolutivo, escalo em roteiro inverso do tempo maduro e abrindo o livro parábola do Fernão Capelo como a percorrer o itinerário da literatura jovem. Assim, risco traços neste desenho do cenário de escrita da Tese, inclusive, reconhecendo coincidências e aproximações do quadrilátero da formação de recursos humanos profissionais com a necessidade de me definir entre voar e aperfeiçoar o voo ou seguir com o bando para o destino da comida.

Renegado, Fernão sofreu um acidente, morreu, encontrou-se com a Grande Gaivota e retornou ao mundo para ensinar o que aprendeu. Com semelhança, o piloto autor Richard Bach suportou o seu presságio e sobreviveu a um acidente aeronáutico em 2012. Mesmo com o sucesso do seu voo literário, decidiu-se pelo desfecho do seu texto e por ensinar a seus leitores como fazer as suas vidas valerem ainda mais a pena. Se ele retomou os seus traços, por que não crescer, também a este estudo, voos e revoos?

De um grave acidente automobilístico, pouco depois do meu cinquentenário de vida, senti o estímulo para o recomeço formal na Pós-Graduação “Stricto Sensu”. Revi, reli, reavi e reuni a bagagem do que havia estudado, escrito, publicado e divulgado nas mídias acadêmicas durante o meu itinerário profissional. A experiência acumulada,



repercussões percebidas, contribuições de quem pode compartilhar o meu roteiro de desempenho e os registros dos diários de campo, fatos observados e anotados deram-me a finalidade para querer ser águia. Um pouco disso está em Gaivota, Água e Galinha (APÊNDICE E).

Se uma águia faz voos cada vez mais altos, desejar favorecer o pensamento de um número maior de pessoas e contribuir para a emancipação humana alcançou-me uma gama de significados e revitalizações nesse caminho. Foi o começo de uma nova história em apoio ao embrião desse contributo que abriga a sala de pesquisas, o laboratório de convivências e o retrato da praça de exercícios pela cidadania. Eu, seguindo o rumo e reafirmando o juramento de sempre estudante, inquieto, questionador e sonhador pelas utopias em prol de um mundo melhor.

A motivação para tanto me reencontra jovem secundarista (hoje denominado como ensino médio) de uma cidade do interior do Estado do Rio Grande do Sul, na ponta meridional do Brasil, para quem a missão determinada pela professora de literatura do curso noturno, de que fizesse a resenha do livro Fernão Capelo Gaivota, de Richard Bach, não soou nada tranquilo. Nem prazerosa. Naquela época, as disciplinas eram compartimentalizadas e os conteúdos, um privilégio exclusivo de escolha pelos docentes.

Alguma similitude contemporânea?

Quem sabe naquela época, eu fosse uma das tantas gaivotas misturadas ao bando, porque voava com menor esforço e, tão somente, pela comida. Lembro que a escolha profissional deu-se mais pelo trabalho em equipe do que por voos individuais ou pelo poder. Os voos, as quedas, as vicissitudes, as recompensas, os desafios, as contrariedades, os penhascos e abismos, os ferimentos e calosidades resultantes, o acesso ao conhecimento e ao saber, por outras leituras múltiplas e participações em eventos científicos e sociopolíticos, conduziram-me à situação extrema do filhote da águia jogado do ponto mais alto do rochedo para que aprenda a voar. Durante a descida, não há como imaginar a dor da decisão instintiva da própria águia. Mas era – e foi – preciso esse aprendizado.

Escolher o texto de Bach como plano de fundo desta Tese acena para a compreensão do meu percurso pessoal, profissional e acadêmico. Embora a pouca sensibilidade pelo contato superficial com o texto e longe de ser adotado como tema integrador da escola, revisitei-o em outros momentos, mais livre para pensar sobre o seu conteúdo. Lembro-me da sua questão inseparável: *por que voar?*

Se o bando tem comida com o apoio de todos, por que Fernão Capelo insistia em aspirar a querer muito mais ainda? Respondi-a como em pousos durante o movimento. Reunindo e recolocando em outros lugares da minha vida alguns livros e publicações, o reencontro com aquele volume em especial destinou-o a uma companhia mais próxima, ainda sem muita razão aparente para esse revoo.

Agora, com novos estudos acadêmicos realizados, com créditos disciplinares concluídos, com conteúdos vencidos e redações publicadas, elaboram-se constatações e argumentos mais convincentes sobre as razões do meu voo, que não é isolado, posto que colegas participam-no intensa e organicamente. Quem menos interage, convive. Quem mais participa, compartilha. Todos e todas somos gaivotas a voar mais do que à cata da comida.

As preocupações pessoais com as políticas públicas, incluídas a educação, a comunicação e a saúde, com a cidadania plena, com os direitos sociais e com a vida na instituição pública e há duas décadas na universidade intra e extramuros foram aprofundando as reflexões, as intenções, as atividades integrativas, os voos e os pousos do meu pensamento.

Essas inquietudes e aspirações passaram a coexistir pela sociologia com os efeitos de dois movimentos assinalados em pesquisa de Neusa Batista (2013): a mobilização por redemocratizar a sociedade brasileira, desde a década de 1980, e um pouco antes, a partir da década de 1970, a crise internacional do mundo capitalista, crise do Estado social que ofereceu, especialmente aos países periféricos, noções de protagonismo social e de caráter participativo na elaboração e na gestão dessas políticas organizativas da sociedade.

Ora, Fernão Capelo Gaivota foi concebido como texto literário nesse período e, desde 1970, segue emocionando leitores de idades e nacionalidades múltiplas. Por tanto tempo, essa alegoria publicada de Richard Bach arvora-se contra a correnteza das críticas à sua tentativa de voar mais alto e mais rápido do que outras gaivotas e por aspirar propósitos mais nobres do que apenas conseguir comida para a sua vida.

Gaivota incomum cuidava a beleza do seu próprio voo, esforçava-se na compreensão dessa técnica e em executar sempre o mais belo deles. Vencendo barreiras e tabus, atraiu adeptos, incomodou aos anciãos do grupo e foi banido do bando. Interrogando-se respondeu a si mesmo. Afinal, por que voar?

Em seu voo mais difícil, Fernão perdoou o bando e retornou ao convívio coletivo na caracterização de professor a compartilhar descobertas e ofertar ideias. O autoaprendizado da sua lição mais importante demonstrou-o no contato com o seu primeiro estudante. De pronto, pergunta-lhe: “você quer voar tão grande a ponto de perdoar o bando, aprender e voltar a eles para ajudá-los a se conhecerem”?

Bach (2015) como a distinguir o sucesso do seu voo, comenta que a ficção do livro encontra-se com a real sociedade humana, na qual existem pessoas abertas a novos conhecimentos, à busca da verdade, a testar limites para superá-los e a aceitar ensinamentos sobre a vida, porque veem mais longe, os que voam mais alto.

A cidadania e os cuidados com os interesses e os direitos sociais são como esses voos e pousos para um aprendizado crescente. Desenvolvem-se e fazem parte do cenário em fenômenos complexos, cotidianos e desafiadores. José Murilo de Carvalho (2014) avança nesse tema e resguarda o conceito de cidadania plena, pressupondo-o nas garantias para a liberdade, na participação e na igualdade do direito das pessoas, distribuídos como direitos civis, políticos e sociais, cada país com o seu próprio trajeto. Exemplifica que o exercício de certos direitos não gera correspondência direta com o gozo de outros, citando a liberdade de pensamento e o voto que não causam, automaticamente, prerrogativas imediatas como segurança, emprego, educação e qualidade da vida.

As referências normativas para a gestão democrática participativa no Brasil, que Batista (2013) menciona como o novo gerencialismo público (*“managerialism”*), se expressa na distinção entre o Estado e a sociedade civil, com o poder demarcado por representações patrimonialistas e clientelistas, o bem público confundido com o bem privado.

Aliando-se por credibilidade internacional e à delegação de responsabilidades com políticas sociais para organizações da sociedade civil, vistas como de independência política, esse modelo brasileiro vigente por mais de duas décadas quer a eficiência dos serviços públicos por meio da racionalização máxima dos processos de gestão e ênfase nos resultados para reduzir custos.

A palavra ‘cidadania’, tão mencionada na atualidade, entrou na moda brasileira após o fim da ditadura militar em 1985. Carvalho (2014) conta que, no auge desse entusiasmo cívico, o termo *cidadania* substituiu *povo*. Essa retórica foi adotada por intelectuais, jornalistas, políticos, lideranças sindicais, dirigentes associativos e pessoas simples, substituindo-se a expressão “o povo quer isto ou aquilo” por “a cidadania quer”.

Antes disso, no período de exclusão e de exceção pelo pacto do silêncio, como nomeia a pedagoga Ivani Fazenda (1985), em seu estudo sobre a educação brasileira nos anos 60, o dicionário da censura proibiu o uso do vocábulo *povo* em qualquer situação. Por isso, é presumível entender porque a ingenuidade parecia majoritária e disseminou a crença de que a democratização das instituições no país seria automática. Porém, a eleição de dirigentes para cargos políticos não produziu instantaneidade e nem avalizou participação, justiça, segurança, emprego e desenvolvimento. Muito menos, participação democrática e controle social.

Embora considerando longo esse caminho para a cidadania no Brasil e admitindo o entusiasmo ingênuo de setores da sociedade, aquele autor atestava não haver indícios de saudosismo dos governos militares. Todavia, movimentações recentes orquestraram passeatas no país, manifestações nas redes virtuais e até em artigos e programações midiáticas pregando esse retrocesso. Há problemas sim, inclusive organizativos e

estruturais, mas não se pode regredir. “Aprender a discernir causas e consequências, diagnosticar situações e prever efeitos visando controlá-los, são modos de não se acomodar às realidades” (PAIXÃO, 2012, p.55).

Caminhar pela educação tem sido uma tentativa emaranhada e fatigante de buscar respostas e acrescentar dúvidas na reflexão sugerida por Fazenda (1985, p.13): “... a História da Educação Brasileira (...) ainda está por ser escrita” no seio da organização social e política das diferentes épocas.

Sendo assim, por que voar?

Os direitos fundamentais, mesmo presentes na redação constitucional em vigor, precisam ser viabilizados através do acesso das pessoas a cada um deles. Logo, a educação como as demais políticas públicas indispensáveis e insubstituíveis deve ser instituída e protegida por medidas baseadas na concepção de que o princípio desses direitos é a boa informação: apropriada, adequada, qualificada, justa, transparente e correta.

O traço longitudinal dessa construção da cidadania brasileira e os aspectos indissociáveis da abrangência, configuração, repercussões e referenciais dos direitos e bens públicos abrangem toda a sociedade e, portanto, inerentes às instituições públicas, exigem saltos e voos corajosos para o enfrentamento dos desafios sobre o papel e o compromisso da universidade nesse contexto sociorrepresentativo.

O voo conjunto e os pousos crítico reflexivos dos organismos sistematizados nas redes de ensino são necessidades de primeiro plano. No sistema, por variadas vezes, a porta de entrada da escola e os muros da universidade erguem-se inscritos como pousos forçados ou voos noturnos até então impeditivos para as gaivotas. Contudo, há instituições formalizadas em redes de ensino, de pesquisa e de extensão disponibilizadas, que se formam e se qualificam em alternativas e procedimentos avaliadores dessa qualidade e promotoras de transformações. Para tanto, nesta parte qual pouso de reabastecimento, proponho o análise das capacidades potenciais, as particularidades e as

deficiências das políticas sociais, discutindo-se os seus encontros, seus desencontros e reencontros, atentando-se à incompletude do ser individualizado e ao câncer da desigualdade entre as pessoas.

Este trabalho é, então, um voo solo, no entanto, feito na direção de voos e revoos que outros também fizeram, decolando a enfrentar desafios, a qualificar e a ampliar limites e possibilidades na análise do compromisso e do papel social da universidade com a sociedade que lhe tem como referência, especialmente, para as populações sujeitas a condições de vulnerabilidades. Entre os quefazeres públicos desse dever institucional, apresento a oferta de pistas à criação de um plano ao encontro da educação social e do bem viver, que possa servir de interlocução, convergência e interação para melhorar processos gestores, o ensino, a atenção e o controle feito pela sociedade.

Portanto, recolher e apresentar pistas para essa construção do plano ao encontro da educação social tem o propósito dos fundamentos e da aplicabilidade da metodologia da problematização, do uso de conceitos, técnicas, ferramentas e organicidades, em enfoque sistêmico e público, adequados a novas demandas e ambientes dessa sociedade considerada plural, do conhecimento e da informação.

### 2.3 POR QUE CUSTA TANTO SER DIFERENTE DO RESTO DO BANDO ?

Planar-se pelo horizonte aberto da educação entre fábulas e realidades é como estreitar um voo fazendo traçados a desenhar o céu. Tais quais as gaivotas, preveem-se fartura e tempos de boa caça, mas nem tudo é aura de bondade e de candura no olhar. Desconfiança, ódio e intenções dissimuladas contaminam plumagens na representação de tabus, crenças, mitos, valores, saber e cultura. Abordo, por escolha, a sala de aula da escola e da universidade como um contexto a ser mencionado neste instante, porque

representam amostras significativas da sociedade que as rodeiam, tomadas na acepção de territórios vivos para os sujeitos individuais e coletivos.

Esse ensino brasileiro tem sido normatizado por um legado histórico de regras, reproduzido, às vezes, inconscientemente, da família à sala de aula, da escola à sociedade e vice-versa. O ABC formado segue, a par da flexibilidade curricular e da propaganda em prol de conteúdos afinados com as realidades do aluno, do professor, da escola, do profissional e da sociedade na qual estão inseridos, a repetição tradicional e conservadora de atos e fatos, formas e planos cristalizados como linhas mestras inquestionáveis e imutáveis.

Historicamente, fatores como ausência, exclusão e poder reduziram a educação e a escolaridade a uma visão controladora da sala de aula inibindo envolvimento e interesse pelos acontecimentos sociais. Expressões simbólicas como “a sala de aula é do professor!” ou os currículos “imutáveis” e “quase perenes” firmam o comportamento idêntico daqueles que, pelos cargos que exercem e posições que ocupam, se omitem, delegando e reforçando os “plenos poderes” ao professor no ensino. O poder instalado resulta na inevitável dominação do aluno e no controle sobre ele no ambiente de ensino e, por extensão, da escola e da sociedade.

Docente que primar por esse perfil poderoso e arrogante, qual ave de rapina, reproduz no aluno, muitas vezes, a sua própria condição de dominado, escravizado, domesticado e servil. A escola e a universidade idem. A sociedade também. Assim, tem se estendido, o ABC montado e solidificado sob padrões idênticos na forma e no conteúdo, discriminado desde a origem de classe da sua clientela ao reprodutivismo das relações sociais de produção.

Este abecedário pode ser agravado de múltiplas maneiras em todos os ambientes. Para aludir a uma dessas maneiras, indico qual comentário casos de agressões ao “ensinar” crianças na pré-escola ou séries iniciais da vida escolar, numa faixa etária de intenso desenvolvimento psicológico nos aspectos cognitivo e afetivo da dimensão individual e social. Estudos de etapas evolutivas abalizam que a personalidade se

desenvolve da interação entre o eu e o mundo, ou seja, do conjugado de funções e do organismo psíquico pessoal ao conjunto de sujeitos e objetos que nos rodeiam.

Como estimular a tomada de decisões, autonomia, autoconsciência e voos próprios diante do conflito entre as tendências autônomas inatas do indivíduo e as injunções recebidas do seu grupo familiar primário em luta com as práticas do ritualismo escolar repleto de regras de comportamento, normas, punições, recompensas, horas disso e daquilo? Há escolas, incluídas algumas turmas do ensino universitário, que se superam em caprichos de exigências, como na hora da merenda, nas filas “disciplinadas” ou na “chamada cantada” rigorosa de entrada e na saída das aulas. Resta dúvida sobre o regime semiescravagista ou esses aparelhos ideológicos rígidos infiltrados no processo ensino-aprendizagem?

Praticamente no começo das suas publicações mais contundentes, o educador sanitarista Ricardo Ceccim (1987) fez graves denúncias, fortes para a época, mas que chegaram aos nossos dias sem que mudanças mais reais tenham se tornado bem visíveis e asseguradas: a família inicia o processo de castração energética da criança, depois a escola passa a ser o palco do controle e da domesticação e, mais tarde, a empresa, repassando, em todos os níveis, as formas de autoridade e a divisão social do trabalho da estrutura de sociedade da qual fazem parte.

Os aparelhos ideológicos do Estado, com presença significativa no contexto da vida das pessoas, os apelos conformistas controladores das reações e dominações das ideias no interesse em manter o *status quo*, as carências no atendimento das necessidades humanas básicas e a sólida estrutura das adversidades são categorias importantes na caracterização historiográfica dos problemas brasileiros.

A partir de 1990 e anos seguintes passaram a existir, cada vez mais, sinais e evidências de que vivemos numa sociedade diferente de décadas atrás. Para a educadora Maria Abádia da Silva (2012), a incursão nos aspectos sociais como a educação básica e superior revela situações novas ou modificadas, tal qual o uso de equipamentos, linguagens, objetos, símbolos e sinais que exigem domínio a conhecimentos específicos.



O que parecia, a princípio, equipamentos de pesquisas universitárias de jovens estudantes ou de executivos de empresas multinacionais alterou, de fato, as relações das pessoas com bancos, empresas, indústrias, hospitais, aeroportos, escolas e universidades.

Cartas manuscritas, telegramas, mensagens, desenhos, textos escritos, telégrafo e telefones fixos, essenciais nos últimos vinte anos, ficaram obsoletos diante da velocidade via satélite de novos aparelhos e tecnologias de informação e comunicação. E o que mais ainda não entrou em funcionamento? O frescor da renovação acrescenta força às multiplataformas e às bússolas promissoras que acessam recordes de audiência em *sites* e nas redes sociais. Basta citar a 27ª Pesquisa Anual de Administração e Uso de Tecnologia da Informação nas Empresas. Os dados da Fundação Getúlio Vargas (2016) anunciaram 168 milhões de *smartphones* no Brasil, com previsões para mais de 236 milhões até 2018, e que o número de celulares inteligentes deixou para trás o de computadores em 2015.

Se o surgimento dessa evolução demandou certo *status* social e indispensáveis conhecimentos básicos para a sua utilização, sinais oblíquos impulsionaram a concentração de renda para a riqueza de uns, com crises e desemprego, terceirizações e quarteirizações de empresas e funcionários, reduções e parcelamentos de salários, subemprego, insuficiência da formação escolar e lucros para o capital virtual. Psiquiatra e psicanalista, Christophe Dejours (2006) intitulou “banalização da injustiça social”, esse contexto de avanços econômicos à custa das deficiências nas políticas educacionais, baixos investimentos em educação e pesquisa, na formação de profissionais, analfabetismo funcional, injustiça, miséria e desigualdades.

Na contemporaneidade, o governo brasileiro, que tomou o poder por ato indireto e manobra parlamentar abrupta, posiciona tentativas para alterar a gestão pública e provocar rupturas nas políticas e ações programáticas que estavam destinadas a enfrentar e a corrigir desigualdades como a divisão social do saber e a divisão social do trabalho. Através da medida provisória, com força de decreto-lei, o governo do país surpreendeu os segmentos educacionais e, ao contrário de ampliar mecanismos

incentivadores do pensamento e da liberdade humana para a cidadania, sem debates mais profundos, eliminou as disciplinas de filosofia e sociologia, artes e criatividade, da grade curricular regular das escolas a partir de 2018. Discussões da ética e da política ou de como são produzidas as desigualdades sociais como pobreza e riqueza nas sociedades capitalistas não devem ter lugar nas escolas de ensino médio?

Sob a tensão de reimplantar e revigorar o projeto da economia neoliberal capitalista, o governo federal encaminhou ao Congresso Nacional a proposta de emenda constitucional PEC 241 (13 dez 2016), que recebeu o número PEC 55 (24 fev 2017) no Senado. Apontada pelo governo como “a sua principal medida no campo econômico”, essa Emenda Constitucional homologada limitou o teto para os gastos públicos e os congelou por vinte anos. Embora falácias discursistas do governo neguem cortes nos orçamentos e financiamentos a setores públicos como saúde e educação, as perdas serão inevitáveis e são admitidas até pelos interlocutores governamentais.

A base do governo e o Presidente Michel Temer, conforme noticiou a Agência Senado (2016), discursaram que o novo regime fiscal reequilibrará as contas do país e criará ambiente propício à retomada do crescimento econômico, enquanto para os parlamentares opositoristas agravará a recessão, impedirá investimentos públicos e prejudicará principalmente as pessoas mais pobres pelos cortes nos recursos de áreas como educação e saúde.

Este tipo de acontecimento não é novidade no Brasil. A domesticidade, a exclusão e a sujeição escravocrata dos menos favorecidos e marginais da dinâmica social e do direito de cidadania, desde a época de redação da carta constitucional brasileira, eram contabilizadas por Miguel Arroyo (1987) com percentual majoritário das pessoas presas ao reino natural das necessidades humanas, enquanto a razão e a vontade esclarecida, em minoria privilegiada, estariam aptas à liberdade, aos valores e à política. Mulheres, soldados, escravos e indígenas, por longo tempo, estiveram proibidos de votar e serem eleitos. Nas eleições de épocas mais antigas narram os livros de história que, pelo poder do coronelismo brasileiro, eram contados até votos de pessoas mortas.

Para elucidar e reafirmar valorativamente essa intercomunicação do indivíduo com o mundo retorno à Ceccim (1987), porque, se a família inicia o processo de castração energética da criança que é continuado pela escola, a pessoa atravessará fases de revisar suas decisões, como na adolescência, na maturidade e na velhice, entretanto, por ocorrerem com base nas decisões das etapas anteriores, serão tanto mais limitadas quanto mais fortemente impostas tiverem sido aquelas. Em caso histórico, a movimentação da juventude pelas ruas, com a cara pintada em listras nas cores verde e amarela do Brasil, sustentou a pressão que cassou o mandato do Presidente da República em 1990.

Em linhas gerais, eram prevalentes dois tipos de saberes: um deles, garantido e articulado aos interesses dos grupos detentores do poder econômico e político na sociedade; o outro, reproduzido pela educação das classes subalternizadas. As transformações idealizadas têm sofrido intervenções de toda a sorte, porém os debates atualizados dilatam expectativas e ansiedades, dilaceram preconceitos e reafirmam a convicção de luta em prol de um mundo mais humano, social, justo e igualitário. Essas modificações começam e continuam pela educação, inclusive dos profissionais das diversas áreas do conhecimento.

O médico Eymard Vasconcelos (2006) denunciou a inculcação subliminar de um agir técnico desvestido de sentimentos, ao jeito do paradigma newtoniano e cartesiano da ciência moderna na investigação de seus objetos de estudo. Pelos elementos fundamentais do método de Isaac Newton e René Descartes, a realidade é materialista, mecanicista e organicista, a doença vista como um mau funcionamento dos mecanismos biológicos, da biologia celular, da bioquímica e das leis da física. Trata-se a doença mais do que a pessoa doente. Diz-se saúde, mas tudo se volta às patologias. Os profissionais fazem intervenções (até cirúrgicas) para consertar o defeito do mecanismo enguiçado. Numerosas situações mostram na prática operações físicas e químicas mais do que humanas.

Os anos empilhados pela experiência permitem que eu siga perguntando: diante de problemas da aprendizagem, por que a medicalização do fracasso escolar segue sendo praticada? Até quando? Chamei *didascogenia*, a síndrome das dificuldades de ensino e aprendizado geradas pelo professor, situações de alunos muitas das quais encaminhadas da coordenação pedagógica para a avaliação médica e, em decorrência, medicamentalizadas (PAIXÃO, 1992).

Ainda que se mencionem condições evolutivas como a tecnologia, seus componentes devem ser vistos como meio auxiliar e não o basilar para ligar as pessoas entre si e com a sociedade. Elegendo-a para ilustrar, percebe-se o seu feito evolutivo na complexidade das políticas públicas, porém a tecnologia também precisa ser analisada por discussões sobre as suas influências no cenário atual.

Como em uma aula do iluminismo, tipo instrução, ou da escola nova, como o tecnicismo, os aparelhos da tecnologia ou da tecnocracia não podem ser o centro ideal e principal do processo, e, sim, meios auxiliares nas construções inter-relacionais e na dialogicidade com as pessoas.

Por essa cartografia analítica, quero demonstrar que as políticas públicas têm trajetórias, realidades, capacidades potenciais, deficiências e particularidades muito próximas. Violência urbana, desemprego, analfabetismo, má qualidade nos desempenhos dos seus atores sociais, oferta inadequada de bens e serviços continuam sem solução ou seguem agravando grandes desigualdades. Cientista político e historiador brasileiro, José Murilo de Carvalho (2014) acrescenta que, se há movimento nesse campo, o seu ritmo evolutivo é extremamente lento e descompassado.

Os desafios e as dificuldades prolongam-se da formação ao exercício dos profissionais. Aquiescendo com Freire (2011), repito, habitualmente, que cada profissional adicione à sua condição de pessoa, o seu compromisso de profissional. Além disso, acentuo que bem mais compromissos avolumam-se no caso de profissionais graduados nas universidades públicas, gratuitas e ditas de qualidade que, agora, pronunciam discursos acadêmicos de rumarem para a classe de instituição de excelência.

Particularidades análogas têm se mantido pelas estações do tempo e, por vezes, intencionalmente. A principal dificuldade é o afastamento – proposital, pelo abono dos poderosos mecanismos institucionais e do mercado – entre os trabalhadores da educação e dos demais campos do conhecimento e, deles, da sua população adstrita. Os disfarces postergam, ao sonegarem e adiarem o direito à informação, aspectos dinâmicos e de qualidade para a educação popular e social.

A repetida entrega, que a família faz dos cuidados com a educação das crianças para a escola ou dos velhos para os asilos, dos doentes para os hospitais, servem de protótipos historiografados. A própria denominação *saúde* refere-se, ainda hoje, mais ao adoecimento do que às circunstâncias da vida biológica, fisiológica, epistemológica e social. Decisivamente, doença e saúde não são – e nunca poderão ser – vocábulos sinônimos. Porém, o uso frequente está popularizado: rede de saúde, casa de saúde, unidade de saúde, quando, enfim, o que se tem em maioria nesses territórios são pessoas doentes e debilitadas, tal qual o sistema público do setor. Ponha-se no vocabulário popular que se trata de uma escola infantil e não é mais a creche. Espero que se possam encontrar mudanças mais efetivas do que aquela da nomenclatura.

Há constatações essenciais na análise dessas políticas públicas, indispensáveis e insubstituíveis. Calar-se é seguir com o bando atrás tão somente da comida, mais sossegado e sem incômodos. Todavia, as capacidades potenciais contracenam com fatores deficitários que aproximam essas particularidades. Encontram-se no desencontro. Desencanto?

A insuficiência de gestões eficazes, a interferência política corrompida, debochada, depravada, incompetente e crápula do poder estatal e até a liderança dos segmentos públicos por meio de dirigentes ligados ao setor privado, o descompromisso e o despreparo dos gestores para com as políticas sociais responsáveis, principalmente da educação, da segurança e da saúde, têm fornecido mecanismos produtores e mantenedores dessas desigualdades.

Se nos anos sessenta, tempos do pacto do silêncio, cantores como Raul Seixas ficaram proibidos de mencionar o vocábulo *povo*, porque estava incluído no dicionário da censura, há trinta anos o regionalista gaúcho Cenair Maicá (1980) passou a cantar uma das mais tristes veridicidades: “enxada na terra alheia, nunca traz dia melhor”!

A atualidade dos corredores das emergências lotadas, a prática discriminatória da ambulancioterapia (o transporte de doentes feito por ambulâncias das localidades do interior para os amplos centros urbanos, hoje, tem o requinte de ser utilizar veículos de grande porte como ônibus e lotações), as filas escondidas no rótulo da marcação de consultas por telefone, os degraus de encaminhamentos para outros níveis de assistência, acarretam e atualizam as indagações daquele cancionero popular que morreu inquirindo: “De que vale tanta ciência para o pobre agricultor, quando a própria Previdência o esqueceu no corredor”? Muito mais do que uma cantiga, a desproteção dos seres humanos escrita nas ensanguentadas páginas dos noticiários é uma verdade cruel e bárbara quão fratura exposta.

Ajuizando sobre a construção da cidadania civil e política, que é aspirada na circunstância humana e acolhedora, José Murilo de Carvalho (2014) assegura, como um dos principais obstáculos, o óbice da ausência de uma população educada, demandando, como pré-requisito, a educação popular para a expansão dos outros direitos.

Acentuo que a universidade, indispensavelmente como núcleo formador de profissionais, de maneira especial aquela de financiamento público, precisa assumir com mais decisão esse papel protagonista de ensinar a pensar, a dizer e a refletir sobre a palavra e a conjuntura universal, de ensinar a prática da cidadania e de tudo fazer para transformar o mundo, nos vivos e intensos ensinamentos de Paulo Freire.

A universidade e a escola têm essas responsabilidades sobre o ensino e esses alertas são inerentes aos seus papéis sociais, políticos e institucionais. Acrescento que é uma dívida do ensino e da formação (forma/ação), ou seja, parece acomodado delegar essa incumbência, mesmo do ensino, às atividades extensionistas. Por isso, o dispositivo compromisso da universidade pública que destaco procura recolher pistas para a

construção de um plano ao encontro da educação social e disponibilizá-las para discussão nesta Tese. É serviço maior para a instituição universidade, por ser entidade formadora e especializada de profissionais com destino, quase imediato, para o mercado de trabalho, inclusive nas escolas.

As disputas por espaços de poder, os monopólios, inclusive, o da informação, as tentativas para reduzir a identidade do outro ou do coletivo, podem causar riscos e se traduzirem em desumanização, espoliação, incoerência e degradação humanas, no que adverte Freire (2011): de nada adianta o discurso competente, se a ação mostrar-se impermeável às mudanças.

Reporto-me à conjuntura sociopolítica das disposições do sistema internacional como o direito à informação sobre preocupações da época presente pretendendo tornar mais nítidas negociações que alteram o modo de vida das pessoas. André Luiz Reis da Silva (2014), formado em História e Doutor em Ciência Política, explana que o acrônimo formado pelas iniciais de Brasil, Rússia, Índia, China e África – BRICS – significa articular polos emergentes de poder econômico, militar e político. Nessa tendência multipolar, considera que a diplomacia deve articular as contradições do relacionamento norte e sul. Defender a multipolaridade contra o unipolarismo do poder norte-americano, conforme interpreta, está na inclusão da África, que volta essa agenda para temas do desenvolvimento e da cooperação sul-sul.

Diante desse *case* específico, essa convergência em questões estratégicas de Estado é seletiva: temas regionais e particulares não entram na pauta, sobretudo, os considerados da agenda regional de cada país. Raciocínio idêntico pode ser admitido para as políticas públicas no Brasil, incorporando-as no cotidiano das grandes decisões e procedimentos no formato de imperiosas, indispensáveis e insubstituíveis.

Ao partilhar essas reflexões cometidas como a um voo panorâmico destaco a relevância maior do ser humano como centro da ação, do cuidado profissional e das políticas sociais. Há crises abissais a serem reconhecidas e enfrentadas, porque ofuscam políticas públicas em importantes setores. A precariedade da gestão pública, o

subfinanciamento de causas como a educação, o repasse irregular e insuficiente dos recursos governamentais, a destinação substancial do fundo público ao setor privado e a crescente ocupação privatista no âmbito social da saúde e do ensino impactam na abordagem e nas estratégias para os problemas da população. Desnecessário se faz, por obviedade, nomear fatos operativos da criminalidade.

O médico José Mauro Ceratti Lopes e o historiador, sociólogo e educador Jorge Alberto Rosa Ribeiro (2015) avaliaram e acrescentaram crises de conciliação na sociedade moderna: o descompasso entre o desenvolvimento e a humanização na atenção, no cuidado e nas ações sociais. Pesquisando o trabalho da medicina e as mudanças nos séculos XIX e XX, anotaram a população exposta a danos provocados por remédios ou tratamentos que deveriam curar, mas desumanizam e/ou exames e até cirurgias dispensáveis. A partir das observações dos autores, aconselham-se análises focadas no profissional, no usuário dos serviços públicos e nos demais agentes humanos, direcionadas não a uma ou outra personagem e, sim, muito mais para o encontro de todos.

Qualificantes a esse debate sobre o evoluir histórico dessas políticas públicas são apresentadas por Nóvoa *apud* Sozo e Rosa (2013): deve-se evitar que a educação exclua a contemporaneidade, a valorização do saber, as novas relações com o trabalho, sua complexidade e imprevisibilidade e o impacto das tecnologias que redimensionam novas formas de conhecer e de aprender.

Assim, a dignidade da vida concreta das pessoas exige a superação das realidades sociais que oprimem e atrofiam o ser mais, enquanto corpo consciente em um mundo histórico socialmente construído.

Se o domínio da tecnocracia impera no mundo, como Freire advertia desde muito tempo, Zitkoski (2000, p.237) considera que “a tomada de consciência é o ponto de partida para a conscientização”, porém, por si mesma, não é capaz de desencadear o processo da práxis transformadora. Freire (1987, p. 30) prescreve uma receita complexa: “sair de si, projetar-se nos outros, transcender”.



Para tanto, é mais simples viver acomodado com o resto do bando e submergir ante os limitantes da práxis, de larga vigência em nosso meio, do saber fazer descontextualizado dos substratos de conhecimentos, do superficialismo como espelho reflexivo da aplicação de metodologias educativas tradicionais de caráter transmissor, dos interesses clientelistas, da dicotomia teoria/prática e da fragilidade da formação dos trabalhadores. Por que preferir ingredientes complicadores e não seguir com o bando à clássica caça por comida?

Quem pensar diferente ou se posicionar de outra maneira na formação/ação dos profissionais, crer em possibilidades e criações que não são as costumeiras, buscar promover a consciência crítica coletiva de metodologias não hegemônicas, contrapor-se a mecanismos de controle impostos aos cidadãos e instituições, estará aliando-se à gaivota que sabe a importância de voar, compreende as suas necessidades e os seus objetivos peculiares e, antes mesmo da comida, procura aperfeiçoar os seus voos sempre mais.

Se voar pela comida é seguir agindo com o bando no formato de tarefas mais corriqueiras e facilitadas, desacomodar-se e se libertar do que lhe prende ao que não significa os caminhos da vida como agente de mudança é inserir-se como trabalhador social, explorar oportunidades e ocupar espaços que existem para a participação, a democratização das decisões, a humanização, o comprometimento com a realidade social, colocando, em comum, o saber científico e acadêmico, a promoção da consciência crítica e as ações políticas e técnicas no sentido e na direção do bem coletivo. Por tudo isso, custa tanto ser diferente do resto do bando.

### **3 VOO 2 - DA CONSTRUÇÃO DA PERGUNTA À BUSCA PELA CONSTRUÇÃO DAS RESPOSTAS: qual o compromisso da universidade com a educação social ?**

*As perguntas ou as respostas:  
- o que compete à Universidade ?  
Democratizar a sociedade:  
é este o, público, quefazer.  
Ao encontro do bem viver,  
a Educação é compromisso,  
as intencionalidades disso  
com outras áreas do saber.*

*(Dilmar Paixão, 2018)*

Compromisso da Universidade, educação social e bem viver são três pontos fundamentais para orientar o raciocínio de quem pensa os cenários e as perspectivas educacionais. A identidade conceitual, as reflexões problematizadoras, as interconexões do compromisso universitário com a educação popular e as vulnerabilidades sociais colocam as pessoas diante de novas perguntas e de interrogações intensas, que variam de uma a outra instituição.

Se no voo anterior procurei tematizar e justificar porque os movimentos são importantes, inclusive, como micropolíticas para marcarem as estações do pouso, as razões para novas arrancadas e porque custa tanto não acomodar-se e ser diferente do resto do bando, que se conforma no voo pela comida ou, na metáfora da condição humana, prefere ciscar galinha a vigiar e atacar como águia, acolho nesta busca e edificação das respostas sobre o compromisso da universidade, contribuições significativas, que mesclam autores tradicionais e contemporâneos para indicar que esse tema se movimenta, se modifica e se põe em ações de voo de captura.

Mesmo públicas, as universidades, por serem federais, têm uma estatura dimensionada por fatores que, se lhes diferenciam por ordenamento de grandeza,

afastam-nas das comunidades mais próximas e a quem deveriam responder com lutas e diálogos. Isso pode ser explicado de maneira simples, como esclareço, ao recorrer à legislação infraconstitucional, reguladora de situações como a origem de cursos novos e a importância da formação de recursos humanos na área geográfica dos estados e municípios, tipo regiões de saúde ou para profissionais do ensino.

Muitas leis e portarias preveem acordos mútuos entre necessidades, reivindicações e a diversidade de estilos e escolhas das coletividades para com a instituição federal de ensino, no entanto, essa sintonia não passa de conjectura estéril: a universidade federal é autônoma e responde a uma estrutura maior e independente de coordenação do seu desempenho, sem qualquer espécie de subordinação legal.

A aprovação de iniciativas, como novos cursos de graduação ou o *lato sensu* das especializações e residências ou o *strictu sensu* de mestrados e doutorados, partem da instituição universitária. As propostas são avaliadas e aprovadas por pareceres de comissões e conselhos por pares de docentes, servidores técnicos e discentes na universidade. Seguem, depois, ao arcabouço superior da autoridade governamental em educação para ser autorizado.

Nem se precisa ir a tanto. Explico: uma disciplina recente - a única a abordar as práticas integrativas e complementares em saúde - ficou parada por vários semestres, porque a professora que a ministrava completou tempo para a aposentadoria. A súmula e o conteúdo programático contém o esforço governamental de incluir no sistema de saúde as 29 práticas terapêuticas alternativas, com riscos mínimos, diante de tratamentos caros e medicamentosos.

Pela minha experiência no trabalho extensionista e de ensino em comunidades, há coletivos de pessoas evadindo-se da medicina tradicional e suas terapias medicamentosas. Em uma delas, esforços da população, da equipe de saúde e de integrantes do grupo de estudos que eu coordeno, transformaram um terreno baldio,

com lixo acumulado, em um aprazível horto comunitário bem frequentado. Colaborativamente, nele atuam crianças, famílias e gente voluntária.

Como uma semente plantada cuidadosamente, organizei e passo a oferecer a disciplina neste semestre letivo. Para isso, encaminhei manifesto à área da saúde coletiva, à comissão de graduação e ao departamento onde estou vinculado. Abri o acesso a qualquer discente dos cursos da universidade, sem pré-requisitos. Qual a participação da sociedade? Em qual momento, necessitei aprovação da ideia por algum órgão do sistema local de saúde? E o tal 'controle social' previsto como diretriz do SUS?

Evidente que, por índole pessoal, tenho 'cavado canteiros e cultivado a terra', adubando esse solo com sugestões colhidas da população e alunos interessados. Planto essa natureza com a interprofissionalidade e tenho orientado trabalhos de conclusão dos cursos de graduação e especialização aflorados nesse tema.

Livre, anunciei a iniciativa às gestões do sistema público de saúde nos municípios gaúchos e tenho colaborado e incentivado ganhos estruturais respeitáveis às políticas oficiais dos municípios, a unidades do segmento privado do mundo do trabalho e às comunidades. A propósito, os trabalhos aprovados na disciplina serão apresentados e comentados em um círculo de cultura aberto à comunidade, nem que, para isso, seja preciso enfrentar as exigências do rígido 'Dotor Sistema' informatizado de extensão na universidade dos meus afazeres.

Pela fidelidade com a qual defendo e cultuo o divulgar de informações na universidade e nos círculos sociais, as práticas integrativas em saúde oficializadas pelo Ministério da Saúde são: aromaterapia, apiterapia, bioenergética, constelação familiar, cromoterapia, geoterapia, hipnoterapia, imposição de mãos, medicina antroposófica/antroposofia aplicada à saúde, ozonioterapia, terapia de florais e termalismo social/crenoterapia, arteterapia, ayurveda, biodança, dança circular, meditação, musicoterapia, naturopatia, osteopatia, quiropraxia, reflexoterapia, reiki, shantala, terapia comunitária integrativa, fitoterapia, acupuntura, homeopatia, yoga e crenoterapia (PAIXÃO e GIRON, 2017).

Se existe essa questão legalística da autonomia da universidade federal para as suas resoluções, embora portarias ministeriais nominem de Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no SUS, organizo argumentos e registros acadêmicos para que sejam tão somente ‘práticas integrativas em saúde’ (PIS). Comprovo, ‘naturalmente’: para muitas pessoas, desses ambientes de práxis profissional onde convivo, é o único recurso acessível (PAIXÃO et al, 2017). Por que seriam ‘complementares’?

Faço uma ressalva necessária em torno da sigla sugerida como ‘PIS’. Aludo, tão somente, às Práticas Integrativas em Saúde. Sublinho, no entanto, que a Coordenadoria dos Cursos de graduação da área de Saúde-CoorSaúde da UFRGS organiza e desenvolve duas disciplinas: PIS I e PIS II, com a denominação de Práticas Integradas em Saúde. Não se trata da mesma acepção. Nestas PIS I e II, discentes e docentes de vários cursos do campo da saúde na UFRGS interagem em campos de práticas disciplinares, entre si e com as comunidades.

Dado o aviso, aconselho buscas e leituras sobre os relatos originados dessas atividades didáticas.

Ainda sobre as práticas integrativas em saúde, sobressaem-se as suas características flexíveis, inovadoras, presentes no dia a dia, amenizando danos e agregando benefícios aos utentes. Em artigo abordando a cultura da vida pelas ações integrativas da prática científica com o saber popular, produzido com alunos a oito mãos, levantamos o dado dessas práticas oficializadas: 1700 cidades do total de 5.570 municípios brasileiros (PAIXÃO et al, 2017).

A emergência de práticas que suplementem essa produção da vida nas comunidades adjudicam novas ferramentas para o convívio dos saberes técnico-científico e popular:

A epistemologia a comprovar esse fenômeno move-se em direções convergentes para o sinergismo de fatores necessariamente

relacionados, principalmente, no endereço da celebração da vida e em todas as suas formas de manifestações. Preservar a vida, promovê-la e recuperá-la são imperativos humanamente definidos, legais, éticos, morais e coerentes com os determinantes fundamentais da cidadania, do seu formato mais simples às conjecturas e presunções mais complexas do conviver (PAIXÃO et al, 2017, p.61).

Os interesses do território hegemônico e científico, porém, precisam ser sopesados sob pena, como acontece, de serem impostos entraves futuros às pessoas egressas desses cursos e formações.

Como eixo dessa construção de respostas para o compromisso da universidade há a crítica ao contexto de contingenciamento e racionalização econômica, sob o qual recrudesce situações do passado, em decorrência de políticas públicas equivocadas ou manipuladas pela exploração da mão de obra, desapossada e extorquida, de uma cidadania com graves problemas sociopolíticos e governamentais.

As sequelas atacam não apenas pessoas miseráveis ou de regiões pobres das cidades. Avançam sobre as instituições, independente do papel exercido por elas na conjuntura. O mesmo noticiário, que informa a volta dos dados de velhos casos de doenças preveníveis, como as vacinais, ou de longos tratamentos, como a tuberculose, que retornam, espalha, também, a reforma trabalhista com redução de direitos e retrocessos, diminuição do Estado e aumento das terceirizações e quarteirizações ou providências piores, pela retirada de obrigações do poder público no plano de despesas do país, caso da exclusão da ciência e tecnologia, agora, com cortes maiores nas verbas e investimentos.

A pergunta sobre esse compromisso da universidade tem suportado desculpas pela citação das influências de novidades graves, lamentáveis e quase diárias. Coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara (2017, p.19), fornece detalhes de uma situação com ação e reação interessantes:

Bastaram dois canetaços (a Portaria 577 e o Decreto de 26 de abril de 2017) para o governo Temer desestruturar e tornar ilegítimos o Fórum Nacional de Educação (FNE) e a Conferência Nacional de Educação (CONAE 2018). No FNE, de forma unilateral, restritiva, e antidemocrática, o Ministério da Educação excluiu representantes de entidades e determinou que outras deveriam disputar uma vaga entre si. Em resposta, as entidades que tinham assento no FNE antes da Portaria 577 decidiram sair coletivamente e anunciaram a constituição do Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE) e a construção da Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE).

Ato e combate, essa foi uma resistência estabelecida criativamente, porém a manobra poderia poupar tempo, energia e progredir no diálogo dos atores envolvidos com a educação brasileira, se o governo fosse menos invasivo contra direitos e diretrizes em curso na sociedade.

Os pousos necessários no plano de voo abrigam olhares conceituais, fazem debates, visitam elementos históricos e propugnam pela integração das práticas que educam para o bem viver e o quefazer público na universidade. Por isso, fiz a escolha por este universo de abordagem. Entendo-o como mais representativo desse momento da universidade brasileira, no trajeto mais contemporâneo desta Tese ensaística, descritiva, exploratória, de análise crítica, reflexiva e problematizadora.

Interessa entender que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, vigente desde 1996, Lei nº 9394/96, preceitua, em seu artigo inaugural, a abrangência da educação alcançando os processos formativos desenvolvidos na “família, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e manifestações culturais” (BRASIL, 1996, p.1).

Pesquisadora da educação do campo, a professora Marlene Ribeiro (2005), ao confrontar os conceitos de educação popular, educação social e pedagogia social, informa que os sujeitos das ações educativas são os mesmos: as classes populares que vivem do trabalho. Na educação popular, intervém e aprendem nos processos políticos e pedagógicos da formação.

Porém, no caso da educação social concebida mais historicamente, mesmo quando as comunidades são chamadas a participar, encontram-se numa situação de dependência do assistencialismo. Desta maneira, são objetalizadas por políticas que querem manter controle sobre as tensões sociais, decorrentes da miséria, do desemprego estrutural e tecnológico implícitos na lógica do processo de acumulação de capital. O conceito de educação social baliza “políticas públicas dirigidas às populações pobres, principalmente a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade” (RIBEIRO, 2005, p. 213). Passada mais de uma década, essas vulnerabilidades agravaram-se e insurgiram novos e graves problemas.

Refletindo sobre o lugar das humanidades no interior das instituições formadoras, Ricardo Rossato (2005), professor e filósofo, adverte que o ensino superior deve ultrapassar a formação de estudantes e fortalecer a missão educativa. Para ele, a grande tarefa da Universidade não se limita à transmissão ou a busca de novos saberes, porque visa a compreensão do próprio ser humano. E acrescenta:

Sem dúvida há um imenso espaço de formação que foi deixado vazio nas universidades e tem se refletido, diretamente, na atuação dos profissionais dela egressos, que, ao ser humano, se tornaram indiferentes. Não teria sido o fato de esquecermos as humanidades que contribuiu decisivamente para a desumanização da humanidade? É no humano que se faz o médico, o engenheiro, o agrônomo, enfim, todo o profissional digno de tal nome. O profissional habita no humano, onde constrói sua casa e revela o seu ser (ROSSATO, 2005, p. 233).

A compreensão do ser humano deve se dar na sua totalidade desde o conhecimento das suas origens e das fontes. A inquietação do saber e uma cultura geral contribuem para o reencontro nos caminhos do discernimento humano. Nesta sociedade e na Universidade, “é tarefa essencial da educação buscar o melhor lugar para os seres humanos” (ROSSATO, 2005, p. 234).



Concordando, consecutivo, que essa formação ao incubar e desenvolver os seus processos fundamentais não pode desconsiderar o fator humano, admito que toda educação seja social, projetando-se na sociedade com mais qualidade, eficiência e eficácia, contemplando as pessoas em condições de vulnerabilidades, com a educação popular e com as ciências na intencionalidade do bem viver. ‘Pessoas’, ‘populações’ e ‘comunidades’ são palavras para ressaltar a importância da humanização das práticas sociais.

Em publicação oficial do estabelecimento onde atuo, o reitor Carlos Alexandre Netto (2015, p.2) produziu a afirmativa que virou manchete jornalística e recomendação, que eu sublinho como determinante ativo a qualquer performance da instituição, seja no ensino, na pesquisa ou na extensão: “A Universidade precisa falar com a comunidade”.

Patrimônio da sociedade gaúcha e sul brasileira, a UFRGS vive o centenário da sua existência sem uma definição articulada e integrada para agir supraprofissional e interdisciplinarmente com a comunidade que a circunda. Como ocorre na maioria das universidades públicas, são experiências isoladas, distantes e desconhecidas entre si, majoritariamente, incumbidas para as atividades de programas e projetos extensionistas.

Docentes, discentes e servidores técnicos propõem ou se integram a propostas existentes não vivenciando, necessariamente, o ensino, a pesquisa e a extensão como partes integrais de um mesmo todo. O saber e o conhecimento produzidos na universidade ou fora dela não são compartilhados amplamente, nem nos seus ambientes mais específicos e menos nos espaços viabilizados e transitáveis da sociedade.

Ao afirmar que a UFRGS precisa falar com a comunidade, o reitor Carlos Alexandre Netto (2015) ressalta que se trata do âmbito externo e do interno também. Ressalta a importância dos canais de diálogo e de pontos de contato de tudo aquilo que é realizado na universidade, não apenas a formação de pessoas e produção de conhecimentos, suas formaturas e especializações, mas a cultura e os projetos sociais.

A análise desse compromisso e do papel social da universidade com a sociedade que lhe tem como referência e a incumbência mais saliente de ser considerada como entidade pública, gratuita e de qualidade são o mote problematizador desta pesquisa.

Brado pela necessidade de criação e/ou de ampliação e de qualificação renovada de espaços dialogáveis e de comunicação para incorporar, acionar e coligar as reflexões, os interesses, as produções, os conhecimentos e as aspirações dos cidadãos da população e da comunidade universitária. Duas frases resumem o dizer do Reitor Carlos Alexandre Netto (2015, p.2) que mais eu refiro: “A Universidade precisa falar com a comunidade” e “... precisamos promover o diálogo interno, externo e coletivo da instituição”.

Com os primeiros traços feitos no desenhar do cenário desse compromisso da universidade com a educação social, antes de delimitar marcações metodológicas no campo da organização investigativa como caminhos e rumos para esse voo, e, ainda sem abordar propriamente, as pistas para um plano ao encontro das pessoas em situação de vulnerabilidade social, abro outro aspecto para o salto ao voo teórico referencial. Parto em busca do exame mais minucioso da educação como um quefazer público, social, coletivo, humanizador e de democratização da sociedade; do que seja o dispositivo ‘compromisso da universidade’ com as funções sociais; do papel social e de cidadania das instituições de ensino, independentes de qualquer categorização; e das intencionalidades da educação ao incorporar conhecimentos de outras áreas, unindo o ato educativo e a dialogicidade à prática profissional emancipadora e para a concidadania.

### 3.1 A EDUCAÇÃO COMO UM QUEFAZER PÚBLICO, SOCIAL, COLETIVO, HUMANIZADOR E DE DEMOCRATIZAÇÃO DA SOCIEDADE

A educação está assentada como palavra maior nesse título por reconhecimento tácito do seu papel no pulsar das sociedades e pelo contexto inadiável de profundas mudanças na conjuntura brasileira diante da pouca atenção e valor que tem recebido por

seus gestores, profissionais e governantes. Pior: as providências já eram urgentes e se agravaram muito, por fatores contaminantes, dentre os quais, os somatórios de descasos, de omissões, de incompetências no diagnóstico e de inoperâncias dos dirigentes públicos. Se quisermos a educação social, coletiva, humanizadora e de democratização da sociedade, precisamos revê-la nas concepções de quefazer público no verdadeiro sentido direcionado ao bem-estar, ao viver e deixar viver.

O professor de História Marcelo Noriega Pires (2017) resgatou e publicizou em um artigo a advertência do educador Darcy Ribeiro, feita em 1982, de que, se o país não investisse em escolas, em vinte anos faltaria dinheiro para construir presídios. Os noticiários brasileiros, vencidos trinta anos, designam maiores espaços nos seus conteúdos jornalísticos para as ocorrências policiais agravadas a cada dia tal a quantidade desses fatos.

É a previsão triste, confirmada agora, sem que boa parte dos seus dirigentes e líderes sociais a tenha entendido. Medidas paliativas como a construção de presídios empurra o problema para um futuro de maiores complicações e mais numerosas em breve. Hoje, temos professores desrespeitados, escolas desestruturadas e presídios superlotados. Essa gana autodestrutiva arromba creches, incendeia escolas, saqueia postos de atendimento do sistema público da saúde, acumula lixo nas ruas e terrenos baldios, rouba energia elétrica, polui rios e córregos, impõe o clima de violência e insegurança a todas as pessoas. Somente o investimento em educação e na formação do ser humano poderá acrescentar alternativas de resolução. “Precisamos valorizar a educação como fator de construção da cidadania e da coletividade” (PIRES, 2017, p.4).

Dias Sobrinho (2015) aplica o carimbo de “inconcebível” o desinvestimento do Estado na educação pública, pois, se a educação é insuficiente para resolver os problemas como a injustiça social e a fragilidade da democracia, a falta de educação de qualidade e de sentido público agrava a desigualdade e enfraquece a democracia: mais desigualdade, menos cidadania, mais violência, mais pobreza.

O crescimento do processo de favelização mundial foi alertado por Mike Davis (2006) na travessia do século XX para o XXI. O Historiador e ativista político denunciou a expropriação sócio espacial causada pela globalização, provedora da favelização na esfera mundial, mais especificamente, a sua parte austral, que cristaliza o jogo geopolítico hegemônico (do norte) contra o lado hegemônico (o sul).

A partir de Davis, encontram-se fatores determinantes pelo seguimento da violência criminal no Brasil também. É explicada, porque faz aumentar os indicadores de roubos, furtos, assaltos, assassinatos, chacinas e pelo acréscimo da desigualdade social e menor oportunidade de melhoria de vida para as classes populares. Mais: o desemprego massivo, a precarização do emprego, o desmanche das instituições e os desgastes nos serviços de proteção social, destroem o tecido social, arruinam as relações sociais e expõem as pessoas entregues a si próprias.

Apanhando-a com a crítica necessária, a Doutora em Ciências Humanas e Educação Maria Helena Menna Barreto Abrahão (2004) liderou pesquisas com histórias da vida de educadores identificados como intelectuais críticos-transformativos, assim escolhidos por serem “eternos aprendentes” e porque “jamais desistem das suas utopias sociais”. Interessada em cooperar para a formação de professores reflexivos e empreendedores, que abracem o magistério para fazê-lo instrumento de transformação da sociedade, ela ressalta que a participação em pesquisas autorreflexivas e autobiográficas como elementos de substantivo valor estimulam rever-se nas suas circunstâncias vivenciais, em especial, por refletir sobre a vida pessoal, profissional e social de cada educador e educadora.

Os estudos desenvolvidos, a partir dos conteúdos estudados até aqui e recolhidos das anotações dos diários operativos do campo de ação e da pesquisa, motivam pensamentos e cogitações, porque os desafios e os contextos dos ambientes de trabalho e da convivência ficam tornados mais visíveis e carentes de soluções não policiais, mas de providências disponibilizadas pela prática resignificada da educação. E as razões são muito mais do que evidentes.

A sociedade globalizada e das mídias instantâneas ofertam novos elementos para o raciocínio. Figuram na pauta das análises acadêmicas como núcleo das necessidades e de problemas reais, como identificaram os filósofos Celso Ilgo Henz e Ricardo Rossato (2007, p.9):

Podemos afirmar que, poucas vezes ao longo da história, a instituição educação foi chamada a responder desafios tão relevantes como nos dias atuais. Se por um lado assistimos a um extraordinário avanço tecnológico, nunca atingido anteriormente (...), por outro, constatamos que jamais tantos estiveram à margem do processo e nunca a distância entre os primeiros e os últimos foi tão grande.

O surgimento dessa denominada moderna mentalidade científica, para o filósofo e professor Luis Carlos Bombassaro (2014), é demarcada em dois momentos acentuados da história da ciência: a revolução científica durante o Renascimento e a tentativa de construir uma unidade do saber no Iluminismo. Segundo explica o pesquisador, com o propósito de classificar e descrever o mundo, o espírito enciclopédico do Iluminismo mostrou práticas investigativas de um campo particular do conhecimento e um método científico reservado. À luz da história da ciência, a mentalidade moderna da formação disciplinar admitiu que a epistemologia centrada nas disciplinas pudesse inclinar-se a relacionamentos com as demais áreas do saber.

No Renascimento consorciavam seus projetos: artistas, arquitetos, matemáticos, mestres de obras, carpinteiros e pedreiros, bem como, alquimistas, anatomistas, astrônomos e astrólogos diante de problemas práticos e teóricos dos séculos XV e XVI. Desde lá, projetaram-se intenções para a atitude interdisciplinar que tem sido aspirada e acentuada na contemporaneidade pelas exigências e pelos óbices antepostos aos trabalhadores do segmento educacional. As tendências do Iluminismo e do Renascimento, portanto, lançaram pontos de partida à cooperação que se concebe como

inadiável, já presente nos discursos docentes e institucionais, embora vigore eivada de precariedades nos seus motes de contato.

Essencial anotar, por relevante, que a educação é a instância da superestrutura de uma sociedade condicionada pela infraestrutura. Pela própria natureza que a define, traz em si elementos e potencialidades para influenciar na instância condicionante e proporcionar probabilidades de superar estruturas desumanas, mesmo em sociedades complexas e em tempos de acirrada crise. Maria Helena Abrahão fazia esses apontamentos há mais de uma década (2004, p.12): “Os momentos que vivenciamos são de crise: crise de valores, crise de identidade, crise na educação e na sociedade como um todo; na ciência, vivenciamos crise de paradigmas. No entanto, a realidade não é só caracterizada por condicionantes negativos”.

Sonhos, esperanças e utopias seguem atuais no “inédito viável” indicado por Freire (1987) perante a realidade social inacabada, porém histórica e socialmente produzida. Resta que dediquemos esforços para as transformações da sociedade tornadas consentâneas com os ideais de justiça social e de solidariedade almejadas ao convívio do coletivo humano. Dias Sobrinho (2015) contribui nesse assunto, argumentando que o viver humano solidário e digno solicita racionalidade, apego à verdade, à crítica fundamentada e compromisso com a realidade, mas, por outro lado, não dispensa utopias e esperanças, pois sem sonhos e sem utopias não há como desejar avançar e construir horizontes futuros mais desejáveis.

As políticas gestoras e atividades oriundas das ações programáticas planejadas pelas instituições públicas, incluídas as escolas, as universidades e os demais serviços estatais, têm objetivos, fazeres e compromissos sociais e de democratização da sociedade amparados em domínios culturais, científicos e tecnológicos produzidos pelas sociedades mais modernas. Não há como se querer separar em itens específicos o que é coletivo do que seja social ou as práticas programáticas públicas dos anseios por democratizar a sociedade. São componentes que fazem parte do todo social e da coletividade humana.

Porém, é estandarte a ser defendido, o entendimento de que as estruturas arcaicas e desumanizantes precisam ser encaradas com vigor e inteligência organizada.

Muito se comenta sobre a condição pública, as características sociocoletivas e o papel de democratização da sociedade. Professor Emérito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, o advogado Dalmo de Abreu Dallari (2016) coloca novos componentes a serem contemplados nos aspectos socio-organizativos que se queira defender. Para o jurista é a aceitação atualizada a de que a sociedade resulta da necessidade natural do ser humano sem excluir a sua consciência e a sua vontade próprias.

A sociedade é o produto da conjugação dos impulsos associativos naturais e das cooperações da vontade humana. Compreende a vida social, a sua organização com um centro de poder, sua dinâmica, seus objetivos, posições e comportamentos de cada indivíduo na sociedade corresponde ao homem social e não a um ser isolado dos demais humanos.

Em oposição aos adeptos do fundamento natural da sociedade, erguem-se os autores que a concebem tão somente como o produto de um acordo de vontades, um contrato hipotético entre as pessoas, denominado *contratualismo*, pela negativa do impulso associativo natural. Esse contratualismo exerceu e continua exercendo ampla influência efetiva na ideia contemporânea da democracia. Compreensível sabermos que há fatores a serem negociados qualquer posicionamento que se decida adotar.

O vetor público desses quefazeres, a amplitude social, coletiva, política, humanizadora e de democratização da sociedade acreditam a educação, detentora de valor legítimo pela agregação e pelo associativismo, mas, principalmente, pelas teias dos seus contatos de participação dos segmentos da coletividade. O Conselho de Saúde, de Educação, de Meio Ambiente, de Assistência Social ou quaisquer da mesma verve conceitual que sirva de exemplo têm mecanismos legais para alcançarem o direito aos seus membros representantes de discutirem, votarem e decidirem sobre as intenções e os recursos a serem aplicadas em cada rubrica orçamentária do erário público no

interesse da participação popular. É, assim, o pleito idealizado do orçamento participativo com uma parte dos recursos reservada às opções eleitas pelos representantes das comunidades.

A participação social, mesmo ao ser praticada democraticamente, não assegura que aconteça em condições plenas, o que abriu caminhos para novas influências, como as relatadas pelo Professor de Filosofia Humberto Guido (2007) expressa no artigo sobre Filosofia Contemporânea da Educação: entre o antimoderno e o ultramoderno. No seu texto explica a carência de uma educação humanista e a lacuna da qual a economia capitalista valeu-se para introduzir o individualismo no ideário Renascentista.

Essa corrente da qual se aproveita a racionalidade capitalista e a neoliberal é vista na educação com os privilégios ao caráter individual das situações, enquanto, por exemplo na saúde, salientam-se as condições biologicistas que, praticamente de mesmo modo, individualizam as manifestações, até na máxima discursista de que “cada caso é um caso”. Abordar desse ângulo é desconsiderar o indivíduo como um todo e não ampliar a visibilidade do todo coletivo. Entender e aceitar epidemia, endemia ou pandemia, então, é gastar instantes preciosos com poucas ações desencadeadas numa falsa economia advogada pela defesa da racionalização.

Os programas e serviços públicos de saúde e de educação sofrem atrasos e políticas reducionistas com essa lógica mecanicista imposta. Os meios de comunicação são usados abertamente por esse poder discricionário, sem que alguém com peso argumentativo e reconhecimento social proponha um debate ousado sobre os acontecimentos e os recursos a serem empregados nos episódios. Tal qual a saúde, os temas da educação precisam provocar o mesmo tipo de pergunta aos gestores públicos e aos detentores dos poderes jurídicos e legislativos: afinal, essas verbas são gastos ou é investimento nas pessoas? O discurso do executivo, todos sabemos...

A reflexão etimológica da palavra *escola*, na língua grega antiga, referia-se ao tempo livre, ao momento do ócio produtivo, a pessoa dedicada - livre - ao saber viver. A definição de escola e de ócio produtivo tem diferença entre gregos e romanos. Guido



(2007, p.51) destaca que “os gregos tiveram em Platão o redimensionamento da escola” e que a academia fundada por Platão “tornou-se o protótipo da escola moderna”; a saber: um prédio afastado do barulho da praça do mercado, no qual as pessoas deveriam aprimorar os talentos da alma e procurar a verdade que devolvesse a essa alma a sua autoconsciência.

O mesmo filósofo avulta: “Dos romanos, merece registro Sêneca, porta-voz da tradição romana que priorizava a vida feliz, tendo na duração da existência o exercício do prazer, a fruição da felicidade” (GUIDO, 2007, p.51).

A escola moderna tem sido distinguida por esse esfacelamento do labor – atividade de humanização da pessoa – em favor do trabalho alienado – que anula a humanidade da pessoa. Nessa mesma linha de raciocínio, à semelhança de uma “produção industrializada em série”, Guido (2007, p. 46) denuncia: “Quando no presente se insiste no mote da educação e da cidadania, é porque a sociedade carece de fatores vitais para a conservação da sociedade civil”, portanto, a ausência da verdadeira educação e da autêntica cidadania dentre outros.

Enfim, se “O poder é essencialmente o que reprime”, afirmativa de Foucault (2002) apud Guido (2007, p. 45), como esperar que esse modelo histórico de educação escolar contribua para a cidadania, para o social, para o coletivo e para a democratização da sociedade?

### 3.2 OS DESAFIOS DO DISPOSITIVO DESTE COMPROMISSO DA UNIVERSIDADE COM AS SUAS FUNÇÕES SOCIAIS

A escolha pelos termos *compromisso* e *quefazer público* da universidade com a inclinação para a *educação social* destaca o relacionamento entre os desejos e interesses do sujeito ou de um grupo coletivo de pessoas convivendo com a instituição universidade

sob as imposições do mundo social. Formação do compromisso ou construção de contratos?

O médico sanitarista Gastão Wagner de Sousa Campos (2006) vale-se da psicanálise para diferenciar que predominam movimentos inconscientes na formação de compromisso, ao contrário, daqueles passos deliberados na construção de contratos. Estes são organizados através de processos de cogestão, de projetos e da prática política tomada em sentido amplo, implicadas em conflito e composição, negociação e luta ou imposição e renúncia nessa mútua interferência de possibilidades.

A cogestão tem a significância de incluir a sociedade civil na gestão do Estado e das instituições, das equipes de trabalho na coprodução gestora dos bens e serviços, dos discentes no processo de ensino e de pesquisa e/ou de extensão, da universidade na sociedade e vice-versa, enfim, de cada núcleo de poder diante dos contrapoderes. Democracia, informação, cidadania e participação são, por esse argumento, palavras intercomplementares entre si e de outras, tais quais: negociação, acordo, espaço coletivo, contratos sociais, compromissos e autonomia.

A construção dos sujeitos e suas emancipações, que vêm a ser o fator Paideia dessa educação social pretendida, tem na terminologia *coprodução*, um signo quase conceitual e que beira o aparato de pouso deste aprender “gaivotando”. Campos (2006) chama coprodução à potência e dispositivo de constituir-se e o desconstruir-se das coisas; a mudança e marcos identificadores desses processos; um fenômeno produzindo e sendo produzido por outros, ao mesmo tempo; o produto influenciando o produtor; os objetivos, os meios de produção e vice-versa; a constituição de sujeitos, de necessidades sociais, de instituições, de valores, de tudo, e dos processos de interprodução.

Procurando por uma definição do que significasse esse *compromisso*, encontrei levantamento da Educadora Matemática Suzana Lima dos Santos (2016), estudando a responsabilização social da educação por meio dos mecanismos de governo, que aponta para o raciocínio de um acordo firmado, de forma pública ou não, de vincular-se ou assumir-se, voluntariamente, a um comprometimento com alguém. Combinando-se

Machado (1967) e Bueno (1974) apud Suzana Santos (2016) tem-se a etimologia latina de “compromissu”, o que contém uma promessa, ou seja, "com-promessa" ou promessa, no ato de comprometer-se a fazer algo, e responsabilidade, verbal ou escrita, mediante acordo, assumida por um indivíduo ou instituição.

A norma linguística e lexicológica, publicada pelo dicionário padrão na sociedade brasileira de Aurélio Ferreira (2010), define *compromisso*: a obrigação contraída, ao estilo de promessa mútua, concordata, acordo ou convenção estabelecida entre diferentes pessoas, com modo de comprometimento.

Como termo da literatura filosófica contemporânea, Lalande (1999) apud Suzana Santos (2016) usa-o no sentido de quem, assumindo um compromisso, leva-o a sério com consequências morais e sociais por um lado e reconhecida, por outro, a obrigação precedente de ser fiel a um projeto individual ou coletivo ao qual lhe adotou como princípio.

E por que um dispositivo? Ora, encontrei o filósofo Luiz Fuganti (2014), da Escola Nômade de Filosofia, no Seminário Especial *Educação, Subjetividades e Saúde*, do Doutorado em Educação-CPPGEDU/UFRGS. Desde 1998, a Escola Nômade agencia movimentos de arte, cultura e pensamento, promovendo ações focadas no pensamento afirmativo das diferenças, na descoberta, no cultivo e na experimentação das forças ativas que atravessam e constituem os seres humanos.

Fuganti (2014) argumenta a interação como cartografia dos conteúdos ao encontro, os objetos, ideais ou corporais sem existirem previamente e emergindo nas três instâncias distinguidas por Foucault: saber, poder e subjetividade, sem contornos fixos, sem passagens obrigatórias, mas com sensações de fazer ver e fazer falar, o regime de luz entre o visível e o invisível ou indivisível, nascendo e desaparecendo em linhas de enunciação e curvas de variáveis.

No ensaio reflexivo apresentado como resenha-resultado e intitulado *Afecção, cartografia e dispositivo em carta de sensações* (PAIXÃO, 2014) fiz constar que Foucault

apud Fuganti (2014), por distinguir saber, poder e subjetividade como grandes instâncias sem contornos fixos, correntes variáveis em luta umas com as outras, expõe o efeito de que é sempre numa crise que surge uma nova dimensão, uma nova linha. Mais: que separar essas linhas de um dispositivo é cartografar, trabalhar sobre o terreno.

Seja como for, terreno geográfico determinado ou território vivo, não há como negar tantas aflições, agonias e amarguras neste cenário de incertezas permeado pelos jogos dos interesses e com revisões apressadas sobre o papel do Estado que atacam, oportunisticamente e na contramão da tendência mundial, tal qual cita Burmann (2016), o caráter público do ensino superior no Brasil. Reitor da Universidade Federal de Santa Maria, o odontólogo Paulo Afonso Burmann defende o acerto de países da América, da Europa e da Ásia ao investirem em educação pública como fator de soberania diante da globalização e da competição transnacional.

Não há como aceitar ponto de vista diferente.

O reitor Burmann (2016, p. 4) argumenta: “Há razões de sobra para defender que, exatamente nos cenários de crise, o ensino em todos os níveis deve ser público, inclusivo e gratuito”. O que pressiona, injustamente, esse caráter público do ensino brasileiro é a astúcia que esquadrinha transformar a educação num grande negócio, reduzir o papel do Estado e favorecer a privatização indiscriminada, contrariando iniciativas de expansão, de democratização do acesso e da inclusão social, estratégias para o desenvolvimento econômico e social do país. Nesse âmbito de desafios e dificuldades vale questionar: como poderá a universidade atender ao dispositivo desse compromisso social?

Posturas que invistam para melhor ver, perceber, entender, compreender, identificar manobras e procurar com contumácia e perseverança as respostas a esses porquês conchegam um fazer necessário, contudo, denunciar, comunicar, divulgar e organizar coletivos é voo sensato se tiver sido destinado ao intervir e ao agir crítico, criativo, decidido e problematizado ao meio vivo da criação de ideias ao viver contemporâneo.

Fuganti (2014) visualiza os dispositivos como máquinas de Raymond Roussel analisadas por Foucault, quão máquinas de fazer ver e fazer falar. A visibilidade não remete a uma luz em geral, que viria iluminar objetos preexistentes, porque é feita das linhas de luz que formam figuras variáveis inseparáveis deste ou daquele dispositivo. Cada dispositivo com seu regime de luz. Outro dispositivo comportando as linhas de força, os trajetos de uma linha à outra, o vai e vem do ver ao dizer e inversamente. É a dimensão do poder, e o poder é dimensão do espaço, interior ao dispositivo, variável com os dispositivos, que se compõe com o poder e com o saber.

Tudo tem racionalidade. No acontecimentalizar de Foucault, reside mais uma sensação desses pós-encontros com Fuganti (2014), pois tudo tem racionalidade: sentido de realidade que se tem ali, no momento, na ocasião, no acontecimento. No dizer de Espinosa: tudo tem sentido, tudo tem lógica, tudo tem racionalidade. Para Foucault, tem razão em tudo. Ele se serve do modo de existir. Habitar zonas de invenção, mesmo que sejam do inimigo. Inventa-se. Portanto, esse compreender o sentido das zonas de invenção pode reiterar essa necessidade de consolidar e expandir oportunidades: a sensação de reconhecimento e de descoberta da consciência dos acontecimentos nos quais somos partícipes, mesmo que sejamos obrigados.

Ao exemplificar, visando esclarecer a compreensão das suas afirmativas sobre o modo de existir e as zonas da invenção humana, Fuganti (2014) declara: somos reconhecidos no acontecimento educação como aprisionados, inclusive nas normatizações institucionalizadas pelas regras da sociedade. Não se pode negar que a educação ensina mais a obedecer do que a se perceber: a maneira como concebemos os encontros e desencontros que a vida pratica, as vidas impotentes que acolhem padrões de uma saúde estabelecida, do ensino formal e padronizado. Na medida mesma que aceitamos esses padrões que nos impõem como limite ou exigência, desinvestimos o que há de mais precioso em nós: a capacidade de criar sentido e criar valor, gerar a vida.

Ao estabelecer uma ciência padrão, segundo uma forma científica aceita como pré-estabelecida, em estrutura de linguagem e gramatical, acabamos por nos reduzirmos

conformados, minimizamo-nos à estrutura institucional e não apenas ao outro, rebaixamos o saber popular, destituindo-o de verdade, quando a própria verdade é um sentido que se faz para a vida. É a suposta verdade científica, ou seja, a vida é tornada função de outra coisa qualquer.

Sobre isso, a educação para a saúde e os mecanismos de prevenção de doenças e de promoção da saúde contribuem com situações diárias inesgotáveis nos campos de práticas disciplinares e estágios junto às comunidades que servem de clientela às universidades. Primeiro, porque se segue misturando, indiscrimináveis, as terminologias *saúde* e *doença* sem especificar algum dos seus conceitos diferenciais. Descuido essencial da vida do corpo das relações de sociabilidade, o modo de vida nos separa do que podemos. Desse, o mau encontro é a primeira doença, o mau uso dos maus encontros, do que nos acontece. Fuganti (2014) racionaliza e pergunta: a situação inoportuna, o descaso, o enfraquecimento, pode ser uma oportunidade? Quem estabelece a norma do que é doente o que é saudável?

Eu uso indicar em aula ou nas rodas de conversa nas comunidades um sem fim de vezes que estamos socialmente implicados em fazer sinônimos de saúde e doença. Há hospitais e clínicas, com seus leitos lotados de pessoas doentes, que são chamados casa de saúde. Os locais do atendimento na tradicional reprodução dos aspectos curativistas e da existência biologicizada, que, infelizmente, perduram no cotidiano do panorama sanitário brasileiro ainda são vistos como postos “de saúde”. O risco de vida, na realidade, é risco de morte. Se alguém adoecer repentinamente, várias pessoas correm para visitá-la. Confortam-na contando episódios trágicos e de resultados patológicos que foram mais graves, ou seja, “isso não é nada, comigo ou fulana foi até pior”. Superam-se nesse esforço: “dor nessa fase não é tanto, porque ‘dor mesmo’ vem depois...”.

O fato da doença propriamente dita recebe de muitas pessoas a benesse da inclinação compreensiva: “Beltrano adoeceu, porque não se cuidava”. A criança contaminada por alguma modalidade de verminose “ficou doente, porque quis... ela foi avisada para não andar sem calçado”. Ninguém comenta do esgoto a céu aberto e das

providências de saneamento que o poder público deixou de adotar. Nem mesmo se criticam os dejetos industriais mal descartados ou o lixo abandonado e mal acondicionado pelos moradores. Por que isentar o poder público municipal das suas responsabilidades com o meio ambiente, com o saneamento básico, com a água potável, com os terrenos baldios e com o recolhimento adequado do lixo urbano? As prefeituras são omissas por não tomarem as providências e executarem as obras, além do crime por não exercerem a devida fiscalização. A ânsia arrecadatória contra os cidadãos, debatida e condenada, tem nesse campo um território fértil para obter recursos econômicos e financeiros para o orçamento municipal.

O que dizer das vezes nas quais a autoridade governamental põe “a raposa para cuidar do galinheiro”? Não vou polemizar aqui, os casos de profissionais sem preparo e qualificação para determinados postos de trabalho ou o de egressos do setor privado que assumem o cargo máximo nas Secretarias Municipais, Estaduais e no Ministério da Saúde para cuidar das definições e execuções das políticas públicas. Deixo-os para mais adiante neste estudo.

Conto, por verdadeiro, que encontrei dois ex-alunos recém-formados comemorando, felizes, o primeiro emprego na rede de saúde pública de uma cidade interiorana e a qualidade do trabalho que tinham planejado e executavam com afinho e tenacidade com a sua população adstrita. Meses depois, aquela médica e o enfermeiro procuraram-me na universidade, pois não entendiam o que teria acontecido para serem demitidos daquela unidade de saúde da família, quando o desempenho de ambos e da sua equipe de trabalho recebera incontáveis elogios e uma menção honrosa em congresso da área.

Embalados pela inconformidade, aqueles jovens correram sobre todas as ações empreendidas. O diagnóstico situacional, a aplicação da técnica de estimativa rápida, a análise dos dados epidemiológicos e do espelho estatístico informatizado, o mapeamento das áreas consideradas de risco, as reuniões de escuta e visitas realizadas na comunidade, o pré-plano de atividades, o planejamento elaborado

criteriosamente e com a participação ativa da clientela e dos profissionais da equipe de trabalho e de referência, o controle social pela criação do conselho local de saúde, a escolha das vulnerabilidades sociais, a eleição das medidas urgentes e emergenciais, o rascunho dos protocolos não existentes e o estudo do que havia de documentos disponíveis na rede de saúde, tudo, afinal, do que aprenderam academicamente e nos cursos pós-graduantes.

Tinham a certeza de que programaram e fizeram o melhor do que aprenderam e implementaram nas fases da formação universitária. A tentativa da individualização do problema e da autculpabilidade é uma reprodução latente do que seguem fazendo, lamentavelmente, as formações dos futuros profissionais da educação, da saúde, da comunicação, das pedagogias, das engenharias e dos saberes dos outros campos do conhecimento.

As áreas acadêmicas erram em procurar somente razões específicas e particulares nessa arqueologia dos cenários profissionais e pessoais. A territorialidade política é muito mais abrangente do que se quer admitir. Esta não é uma visão intempestiva, e sim, uma educação para a potência. O episódio descrito era “apenas” um equívoco como vício de origem de todo o processo de assinatura dos pactos entre os governos federal e estadual com os municípios. É incrível como se repetem e se agravam os acontecimentos. A insegurança pela falta de garantias de verbas suficientes para o custeio de programas especiais na atenção básica como é o caso do Programa de Saúde da Família-PSF, transmutado em Estratégia de Saúde da Família-ESF e Unidades de Saúde da Família-USFs ou as incertezas históricas no repasse dos recursos oficiais ao Fundo Municipal de Saúde – a velha e sempre atual questão do financiamento da saúde e da educação – fez recrudescer o monstro do folclorizado “jeitinho brasileiro”. O poder da pergunta emitida pelo titular da prefeitura ou um dos seus fiéis assessores feriu, mortalmente, os argumentos em prol da assinatura do Termo de Adesão ao PSF: “Se o programa acabar ou as verbas não forem repassadas, como o município vai garantir a sequência do funcionamento das equipes?”



Ora, aguardar pelo repasse dos recursos financeiros para os projetos do interesse público é, em muitas administrações, um atestado de que se vale mais dos créditos externos do que da confiança na melhor aplicação da fatia real dos seus aportes e subsídios ao Fundo Municipal de Saúde ou Fundo para a Educação. É o exemplo mais comum das minhas aulas: se o município precisa destinar 15% do seu orçamento para as rubricas da saúde, não significa aguardar o repasse dos governos estadual e federal para, tão somente, completar o percentual da sua responsabilidade; deve o município transferir a sua incumbência ao Fundo Municipal e conferir para cobrar os demais repasses dos outros níveis de governo.

Ficou fácil, infelizmente, compreender o que havia ocorrido com os jovens profissionais formados com tanto esforço e qualidade acadêmica na universidade pública e gratuita. Recomendei-lhes a leitura do respectivo Contrato de Trabalho. Seriam servidores contratados pelo município?

Aquele posto de trabalho da Estratégia de Saúde da Família está localizado em um prédio alugado, situado no meio de uma vila de muita vulnerabilidade social. Nas proximidades daquela unidade e pelo centro do território das moradias circula um córrego poluído em três turnos por excrementos da indústria, que é a cardeal fonte de renda para os cofres públicos. Um grupo daquela população exposta aos riscos poluidores é contratado como trabalhadores da indústria. O problema seria o embate entre a fonte de renda e a origem dos problemas poluidores? Não. Um prefeito anterior, no que foi escoltado por seus sucessores, temendo faltarem recursos para manter o PSF, escolheu não promover concurso público e as pessoas foram contratadas no regime da Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT. A prefeitura custeou as despesas para seleção dos profissionais e todos os contratos foram assinados pelo setor de recursos humanos da citada empresa. Como a equipe da médica e do enfermeiro identificaram os problemas causados pela contaminação do córrego pela indústria, promoveram um sem número de atividades. Foram rodas de conversas, capacitações, oficinas de ensino e eventos similares junto à sua clientela adstrita. Pelo aprendizado acadêmico tomaram providências denunciando o problema e pedindo soluções urgentes ao Setor de Vigilância

Sanitária da Secretaria de Saúde e ao Conselho Municipal de Saúde. Poderia se esperar resultado diferente?

O dispositivo do *Compromisso* da Universidade que se quer potencializar tem esse tipo de agenciamento. Em outras palavras, é a situação idêntica dos docentes e seus discentes das universidades atuando nos campos das práticas disciplinares onde imperam o controle do tráfico e situações de violência. Servidores técnicos, docentes e estudantes residem nesses territórios. Transferem-se a quem essas preocupações? Negociam-se temas e operações didáticas? A qual poder a coordenação dos estágios deve dirigir-se: ao poder real não formalizado ou à instituição pública de referência oficial? O assunto é estudado e discutido nas disciplinas? Há um posicionamento da Instituição *Universidade* quanto a essa exposição dos seus professores e alunos? As Comissão e Câmaras de Graduação, os Conselhos de Unidade e os Conselhos Universitários em maior grau, tomam conhecimento disso? Qual abordagem, esses setores referendam? Somos ensino, pesquisa e extensão. E o que mais mesmo?

Pensar afetos, forças, objetos, sujeitos, instituições é uma sensação de necessidade impreterível. A lógica do sentido liga substância a linhas de devir, universais como efeitos de processo em devir. Historicizar as práticas e os processos, os devires, faz parte do saber, dos regimes de luz, da sensação daquilo que faz ver a necessidade de se ver também. Afetado, o que proponho como *dispositivo compromisso* ou *dispositivo do compromisso* nasce de um pacto, tal qual Paulo Freire (1987) avulta como compromisso do profissional ao se fazer profissional, ou seja, a universidade e, principalmente a universidade pública, que precisa assumir-se ao ser pensada e inaugurada como Universidade – tomara: pública, gratuita e inclusiva. Comprometer-se é, assim, acrescentarem-lhe novas atribuições e incumbências para corresponder aos direitos de estar territorializada na sociedade e sendo permeável a essa dentro da sua instituição.

Os equipamentos midiáticos aparecem nesses locais de conflitos mediante ocorrências episódicas e quanto maior for a gravidade dos resultados cometidos e sequelas causadas. Disposição precisa ser maior do que arranjo, acondicionamento ou

disponibilidade. Os casos são fidedignos e as pessoas sofrem vitimadas não tão só na mutilação dos seus corpos biológicos. Os fatos lesionam mais do que se aprende na anatomia e na fisiologia. Os corpos sociais padecem afetados – e de múltiplas agressões.

Segundo molde aprendido de Espinosa, ao se observar o sol, supõe-se que ele está próximo da terra devido à afecção que ele provoca e que faz se imaginar uma distância pequena entre o sol e a terra. Contudo, mesmo ao se saber da distância verdadeira em mais de seiscentas vezes o diâmetro terrestre, uma afecção do corpo envolve a essência do sol enquanto o corpo é afetado por ele. E a afecção é esse efeito do encontro do sol com os olhos e não a causa da mistura, numa situação incipiente e imperfeita de quem olha o sol. É um conhecimento por signos, a natureza do corpo modificado e a natureza do corpo modificador.

Explica Deleuze, que Espinosa chama de ideias inadequadas, pois são ideias separadas da causa do encontro dos corpos, ideias da imaginação. A ideia de uma afecção qualquer do corpo humano não envolve o conhecimento adequado do próprio corpo humano. Se os afectos são passivos, paixões como diz Deleuze, podemos incitar as sensações pós-encontros como afecções: a afecção como estado de um corpo quando ele sofre ação de outro corpo Fuganti (2014).

Dispositivo: fabrica desejos. Desejo é potência em ato. Acontecimento, a afecção de desejo com dupla face: voltada para nós e para fora. Afecto, a variação da capacidade pessoal de existir. Portanto, uma linha de subjetivação é um processo, uma produção de subjetividade em um dispositivo. É uma linha de fuga. O si não é um poder nem um saber e, sim, um processo de individuação que age nos grupos ou nas pessoas, e se subtrai tanto às relações de forças estabelecidas quanto aos saberes constituídos: uma espécie de mais valia. A sensação de subjetivação e individuação, capaz de fornecer saberes novos e inspirar novos poderes, e novas subjetivações.

O dispositivo é um operador que Foucault inventa inspirado em Nietzsche, com a percepção de que o objeto do pensamento foucaultiano são as práticas. E práticas não podem faltar nas dinâmicas da universidade e do mundo social. Forças atuais se

orientando, retomando os seus resultados sobre si mesmas e reinventando modos de analisar e tipificar o presente. Historiadores e cientistas fazendo análises diferentes da realidade. Foucault cria-se e se recria nas interrogações problematizadoras. Maquinar faz ver, dizer, calar, aprender, pensar, problematizar... Resta, por consequência, a sensação de busca pelo princípio da realidade.

Para a Escola Nômade de Filosofia (FUGANTI, 2014), Foucault faz ficção. Espera que seja realidade no futuro. O princípio de realidade como potência de se autoproduzir como realidade, já que objeto, para Foucault, é sempre uma realidade, sem objeto real e nem corporal. É objeto, é resultado. O sujeito não é primeiro. O que é primeiro não é o ser. É o devir. A potência de criar e recriar a realidade. Não existem sujeitos, mas resultado. Ele não vai para o plano do acontecimento, mas do aconteceu. A invenção. Não há universalidade em tudo.

Giorgio Agamben (2005), filósofo italiano, localiza o termo “dispositivo” como um termo técnico decisivo na estratégia do pensamento de Foucault, que o usa, com frequência, a partir da metade dos anos setenta, época em que se ocupa de palavras como “governabilidade” e “governo dos homens”. Nesse ângulo, o dispositivo tem formato de um conjunto heterogêneo, uma rede praticamente virtual linguística e não linguística entre coisas variadas, tais quais discursos, instituições, leis, edifícios, medidas de segurança, proposições filosóficas e dispositivos como a rede desses elementos intergrupados.

Dispositivo ao lado do agenciamento. Na dimensão enunciativa, a linguagem, o discurso, a prática discursiva. Na luminosa: movimento, gestos, corpo, paixões, usos ou regimes, prática corpórea. Foucault e Deleuze como aliados. As forças com dimensões independentes. Corpo e pensamento são um mais à frente do outro. Estrato ou diagrama. Dimensões da força: poder. O campo formal. A força indizível e indivisível. A dimensão do movimento encontra-se com Espinosa. A afecção como modificação que atualiza e preenche potência. O afeto que aumenta ou diminui a variação da potência ou a

capacidade de existir. Não tem o objeto; tem o processo de objetivação. Não tem o todo; tem o processo de totalização. Aproveita as coisas que existem para os processos.

Sem mergulhar profundamente no interior da obra de Foucault, pois, não usa um conceito explícito para “dispositivo”, o que faz, taticamente, para outras terminologias como “positividade”, de onde Agamben (2005) identifica que ele tornou derivado o “dispositivo”, é importante a compreensão de que esse termo liga-se a um problema decisivo que é, também, o seu problema mais competente: a relação entre os indivíduos como seres vivos e o elemento histórico do conjunto das instituições, dos processos de subjetivação e das regras nas quais se concretizam as relações de poder, sem reconciliar ou enfatizar os conflitos, mas investigar esses dispositivos nos mecanismos e jogos de poder, sendo, portanto, uma abordagem geral, não específica.

Como cita Fuganti (2014), a ligação entre enunciação e o ato que se produz, tem potência, corpo de força, é agenciamento. Os eixos do agenciamento em Deleuze têm segmento em eixo horizontal e vertical. Na primeira, Foucault chama de zona do saber, substância de conteúdo e expressão. Para Aristóteles, tudo é substância e, substância, tem substrato que permanece. Substâncias corpóreas e incorpóreas. Forma de conteúdo: condição de continuidade ou continuação do corpo, forma de expressão. Continuação do incorpóreo: regime ou forma conteúdo. Agenciamento, matéria que já é conteúdo, dimensão que fabrica substâncias em forma de conteúdo ou de expressão. O eixo vertical do agenciamento remete ao que Foucault chama de relações de força, zona intensiva. Além de tecnologias e programas, existe linha diagramática de acontecimento, plano de consistência, linha de efetuação de realidade.

Na dimensão da efetuação, o dispositivo de poder, que é de saber, fortalece a sociedade no poder e na potência. O poder é o máximo de fora e de dentro do poder. O dispositivo da subjetivação é a criação de si, a potencialização, estiliza a existência, uma dobra de si. Foucault busca o fazer de si um homem livre, não estar submetido, se relacionar, mas ser livre. Com os processos, devires, tendências, constituições de força, ser livre.

O campo do saber é muito mais amplo do que estamos acostumados a saber, a sentir e a dizer, não é ideológico, nem científico. Ciência: núcleo de interesses. A quem interessa? Para Foucault apud Fuganti (2014), o saber é função do poder. O campo de forças leva Foucault a se servir de tática, focal e estratégia. Para Nietzsche, a ideia é uma centelha num campo de batalha. A verdade tem sentido de força e valor de potência. Espinosa aponta o efeito efetuator, a natureza naturante causa de si e da natureza naturada. Bem é o que é força e se fortalece. Assim, a moral é um meio, um dispositivo de tornar a vida fraca. A força sobre ela mesma, que ele chama de potência em ato. Dessa maneira, empoderar é diferente de potencializar. A verdade é invenção. A relação de uma força com outra, lida em Foucault, é dimensão do campo de poder. O que faz ver é diferente do que é visto. Não existe poder central. O Estado é dispositivo de centralizar poder, porque o campo do poder é não dito. Atos mudos. Atos que se realizam na enunciação, mas não são o que é dito.

Como dever imperativo do Estado, revestida e configurada nessa enunciação do que fazer público, coletivo, social e inclusivo, a educação é um processo contínuo de formação, de inserção e de liberdade emancipatória do ser humano. Seu valor social corresponde às consequências e às responsabilidades para o alcance da cidadania plena e democrática com a construção e a reconstrução do conhecimento e da visão do mundo. Por isso, entre tantos campos de força, questiona-se esse compromisso institucional da universidade, a sua expansão universalizada e as condições para promoverem-se os direitos à cidadania.

Na acepção desse compromisso público, de direito e política pública, o dispositivo educação necessita contribuições essenciais: um arranjo sensível de forças, uma análise de dispositivos concretos, um conjunto multilinear de oportunidades, com linhas de Foucault de diferentes naturezas. As linhas do dispositivo não cercam e não delimitam sistemas homogêneos, mas seguem direções e rotas, traçam processos, sempre em desequilíbrio. Da relação de força, o dispositivo emerge, portanto, sendo dispositivo, o compromisso não se esgota em si. Tem relação saber-poder e fronteiras do tempo. A força, a potência que retorna sobre ela mesma, composição, encadeamento. O

caos é mais uma imagem, uma imaginação. Quem sabe, uma provocação. Na charada de Fuganti (2014), o mosteiro como imagem da santificação; os padres e o invento da confissão; a edificação no deserto, no campo aberto. O caos é potência em ato mínimo. A aula, o curso, a formação, a universidade, como um dispositivo de dispositivos e afecção, subsídios para a cartografia de cada um, o percurso da vida de um, de muitos e – talvez – de todos. Aí o esforço reivindicador pela democracia, pela inclusão e pelo acesso à instituição tornada pública verdadeiramente.

A propósito, tomo esse termo *instituição* num sentido amplo, tanto do edifício, dos prédios e dos campi universitários com as vidas nos seus interiores e circunvizinhanças, quanto, emprestado de Campos (2006), no significado das cristalizações de modos de se lidar com desejos e interesses de disputas potenciais de distintos sujeitos, em reação humana contra o devir, manifestação volitiva de um modo de vida e da exuberância própria da vida, das necessidades sociais e da constituição dos caminhos, protesto contra o efêmero e mortal. O dispositivo compromisso, a potência dos sujeitos, a instituição universidade pública e a etimologia da sua responsabilidade com a educação social.

A sensação contemporânea a resgatar não é a do que sou (ou somos), mas o que me (e nos) torno/tornamos, a novidade de um dispositivo, o devir, e projeto o pensamento buscando a direção da possibilidade de um plano favorável ao encontro desse organismo vivo, social e coletivo, a universidade em sua vertente de responsabilidade pública, com dispositivos compromissos que viabilizem resultados melhores para a educação na sociedade. Como campo constitutivo dessa composição, não só a experiência vivida, como a produção da eternidade, esse devir importante de ser posto a valorizar a capacidade de criar e construir o inédito, a cada entretempo, cúmplices, inclusive, para participar de novos agenciamentos desses compromissos, planos, debates, projetos, ações práticas e o que mais aprofunde esses estudos, perspectivas e realidades.

### 3.3 O PAPEL SOCIAL E A FORMAÇÃO DA CIDADANIA NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

A educação é um marco dos mais relevantes entre os direitos fundamentais da cidadania. Mesmo presentes na redação constitucional, esses direitos precisam ser viabilizados por meio do acesso das pessoas a cada um deles. Como políticas públicas, as educacionais devem ser instituídas com base na concepção de que o princípio desses direitos é a boa informação: apropriada, adequada, qualificada, correta, ética e dialógica. Assim, a assimetria entre o ensino, a formação e a prática profissional emancipadora deve estar ligada ao papel social e de cidadania exercidos pelas (e nas) instituições de ensino, fluxo condicionante no interior das unidades formadoras e nos seus extramuros institucionais.

Quando autores como Enguita (2004) discorrem sobre o papel da instituição escolar, se conservadora e reprodutora na sociedade ou destinada a transformá-la, e Canário (2007) questiona se a escola tem futuro, para que os indivíduos possam se envolver em uma educação realmente social, cidadã e humanizadora como ensina Freire (2011), são necessárias reflexões mais profundas que ampliem conceitos e projetem alcances para distanciarem-se da reprodutividade dos mecanismos opressivos típicos das concepções depositárias do conhecimento.

No III Encontro entre Cidades e Universidades, a Diretora da Oficina de Ciências para a América Latina e o Caribe, pela UNESCO, destacou a responsabilidade das instituições de ensino como construtoras e mantenedoras de elos entre o conhecimento científico e as comunidades locais. Lídia Brito, professora em Moçambique, apontou o papel social e de cidadania das instituições para o desenvolvimento conjunto de soluções para as cidades, as universidades com a formação crítica das sociedades. “Não é preciso fazer tudo de novo. Aprendam uns com os outros e adaptem as soluções para melhorar as cidades em que vivem” (BRITO, 2016, p.1).

Esse compromisso social tem obstáculo, observa Carvalho (2014), na ausência de uma população educada, demandando a educação popular para a garantia de outros



direitos. A esse fenômeno histórico chama Estado-Nação: as pessoas relacionando-se com a nação através de fatores como a religião, as guerras ou a língua e com o Estado conforme o grau de participação na vida política e cidadania.

Uma carta analítica das políticas públicas brasileiras tem origem no texto constitucional, onde a educação aparece no capítulo dos direitos sociais, seguida da saúde, da alimentação, do trabalho, da moradia, do transporte, do lazer, da segurança, da previdência social, da proteção à maternidade e à infância, acrescidos da assistência aos desamparados, conforme a Emenda Constitucional nº 90 (BRASIL, 2015). Essas preocupações passaram a existir pelos efeitos de dois movimentos assinalados por Batista (2013): a mobilização por redemocratizar a sociedade na década de 1980 e, um pouco antes, nos anos 70, a crise internacional do mundo capitalista que ofereceu, especialmente aos países periféricos, noções de protagonismo social e participativo na elaboração e gestão dessas políticas.

O papel social e de cidadania das instituições classificadas como entidades públicas precisa viabilizar e instaurar um “diálogo com” e não um “diálogo para” os outros sujeitos e instituições, reconhecer os direitos humanos, o direito a melhores condições sociais e a relevância das políticas públicas se estiverem, verdadeiramente, a serviço da qualidade da vida e do bem viver das pessoas.

A escola e a universidade contemporâneas precisam se encontrar com as demandas pessoais, as sociocoletivas e as transposições que qualifiquem o existir institucional, a produção do conhecimento, ações interativas e a gênese de políticas e oportunidades à coletividade e às individualidades sociais. Essa é uma parte basilar, constitucional e essencial do que se possa entender como função social e de cidadania de cada instituição. Sendo concebida e fundada para desenvolver-se como instituição de ensino, ainda maiores responsabilidades lhe cabem, principalmente, na missão de organizar e interferir nos aspectos formadores de cidadãos e cidadãs, o que ultrapassa a expectativa por diplomar profissionais em nível técnico e/ou universitário.

A condição de universidade pública eleva essas exigências por qualidades, competências e habilidades tanto no cenário da formação que é intencionada e desenvolvida pela instituição quanto no conjunto avaliativo, por exemplo, dos resultados mostrados pelos seus egressos. Mesmo que se desvie a ótica para o ensino produzido pelas organizações do sistema privado não há como isentar os poderes públicos dessas responsabilidades, pois o controle dos desempenhos e sobre os efeitos causados pelo trabalho dessas instituições compete, também, às gestões públicas.

Planejamentos e intencionalidades apresentam, muitas vezes, propostas adequadas e em sintonia com os objetivos requeridos para o alcance de respostas favoráveis ao atendimento eficaz das necessidades. Todavia, pelos muitos casos publicizados pelos meios de comunicação, nem sempre o poder público e os seus segmentos organizativos executam a avaliação e o controle sobre os fins desejáveis e esperados. Menciono, para explicar, alterações curriculares apresentadas como providências intencionais na pró-atividade e no quefazer interdisciplinar e integrador em todos os níveis de ensino.

Por melhor que esse roteiro esteja planejado e organizado, a essa ambiência, contudo, podem faltar estratégias e metodologias de ultrapassagem dos formatos rígidos e conservadores, como a compartimentalidade interna dos setores, disciplinas segmentadas, planos de ensino engessados e/ou departamentos de áreas exclusivas e microexpostas mantendo-se alheios aos componentes dos processos formadores das pessoas e das políticas públicas, educacionais, gestoras e do controle social.

Notifico, além disso, que há um panorama de particularidades, óbices e outras deficiências conferindo acentuadas características assimétricas graves: aquelas existentes entre a formação docente propriamente dita e a prática profissional que, almejamos, seja emancipadora. Refiro-me ao desempenho interdisciplinar na instituição universitária que, sendo voltada ao conhecimento e ao ensino dito superior, tem inegável papel social, de emancipação humana e de cidadania. Embora não seja objeto específico deste estudo, é

possível indagar sentidos, signos e significados para esse ensino ser denominado “superior”.

No Brasil, a universidade tem experimentado, contra si, um crescente discurso propagandeando os processos de privatização nas últimas décadas. As questões da escola pública, do compromisso com a universidade pública, gratuita e de boa qualidade, da crise mundial que assola as instituições, têm como denominador comum, mais do que espectros periféricos e quantitativos de cálculos matemáticos ou econômico-financeiros: o repensar da sociedade e da própria instituição universitária.

Dentre os assuntos observáveis e discutidos desde quando foi promulgada a atual Constituição brasileira, sobre os aspectos do ensino predominam o aumento numérico desordenado de universidades, a acelerada expansão do ensino privado e a predominância das faculdades isoladas, responsáveis, majoritariamente, pelas 69% das matrículas no ensino superior. Por admissível, alinho-me à classificação do sociólogo Boaventura Sousa Santos (2010, p.69) de que “no Século XXI, só há universidade quando há formação graduada e pós-graduada, pesquisa e extensão. (...) Sem qualquer destes, há ensino superior, não há universidade”.

Meu alinhamento com essa opinião, de que se deva diferenciar o ensino superior praticado por faculdades isoladas das universidades, é uníssono a outra advertência do sociólogo português: o mercado do ensino superior tem autodesignado o seu produto como universidade, sem assumir todas as funções desta, por selecionar e se concentrar apenas naquelas que se afiguram como melhores fontes de lucro. Isso consta em seu livro: *A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade* (SANTOS, 2010).

Agravando o contexto, Fávero (1989, p.44) lista situações de professores contratados por hora aula sem estabilidade e com precárias condições de trabalho, a instabilidade orçamentária e a progressiva desobrigação governamental com a educação, a falta de transparência das informações, o descompasso entre as pesquisas produzidas na universidade e os interesses da sociedade, a fragilidade e a descontinuidade dos

programas de ensino e de pesquisa. Em seu entender, essas dificuldades comprimem as chances de revelar e transformar a realidade, através de “currículos defasados, fragmentados e pouco flexíveis, dificultando inclusive um maior entrosamento interdisciplinar”.

O papel da escola em relação à mudança social, a escolarização dos estratos sociais, a mudança na mudança, a formação de pessoas e cidadãos e trabalhadores compõem a convergência para a formação de uma sociedade democrática, permeável, estimuladora e ativista para o desenvolvimento pessoal e coletivo.

A complexa situação social de exclusão de boa parte da população, como advertida por Wimmer e Figueiredo (2006, p.146), não pode ser resolvida somente com ações setoriais e, sim, a partir de micro e macroestratégias intersetoriais, elaboradas na articulação com a sociedade: “A ineficiência das políticas públicas desviam recursos e geram apatia. Entretanto, não podem impedir que as parcerias locais ocorram”.

A escola, que chegou a se configurar como uma antecipação da fábrica no dizer de Enguita (2004), delimitada como cenário adaptativo entre relações sociais e as do trabalho, de modo sistemático, influenciou nas resultantes da estrutura de sociedade desigual e estratificada, produto de diferenças e desempenhos individuais. Há tempos esses mecanismos seguem incertos. Poderosos instrumentos e fatores interferem na desqualificação, na pouca qualificação, na submissão, na normalização e, até, no escravismo das atividades trabalhistas de alguns casos.

A lógica universalista e igualitária, a incorporação de novos setores à escola, a movimentação do Estado como aparelho ideológico, a mais valia acentuada na busca por titulações escolares e academicistas provocam-nos a pensar sobre os paradoxos e os credencialismos no contexto do processo produtivo.

A compreensão histórica e contemporânea da realidade e da interdependência na formação e transformação do trabalho e da educação evidenciam passagens de sistemas antes aceitos e ordenados de modo isolado para outros colaborativos e

interdependentes, além da mudança de atenções intrainstitucionais para cuidados voltados ao enfrentamento e à réplica do fluxo global de substâncias educativas, dos recursos didáticos e das inovações.

Significados e valências peculiares podem ser identificados ao se buscar a análise contemporânea da clara tendência por políticas neoliberais e de globalização. Projetam-se, no nível local de ações e serviços, algumas das decisões e das escolhas tomadas no âmbito centralizado e\ou nacional, descuidando-se e se desapegando das peculiaridades de cada território e sujeito.

Na medida em que se reduz o espaço de negociação democrática dos indivíduos na sociedade, torna-se maior o risco de violência institucional, estrutural e sistemática. Mesmo indiretamente, ela é exercida por indivíduos que pertençam a uma determinada ordem social sobre as outras pessoas.

A complexificação dos cenários de trabalho é oriunda, também, de transformações significativas ligadas às dinâmicas de interdependências e às inflexões que requerem constantes atualizações e diversidades de habilidades e de competências.

A franca tendência à hiperespecialização em muitas áreas, históricos atrasos de pressupostos sociais, contextuais e democratizadores, a difusa percepção de que a educação não consegue acompanhar o ritmo das profundas mudanças sociais, demográficas, econômicas e políticas, como os espaços idealizados para óticas de longo prazo, fizeram com que ideias e palavras fossem silenciadas sistematicamente ou tivessem certo nomadismo interpretativo e típicos esquecimentos produzidos nem sempre para o propósito de beneficiar a sociedade e aos trabalhadores.

Mais a frente tem-se o pouco vínculo com a comunidade e a formação profissional muito específica eclodindo como fatores adicionais para distanciar áreas multidisciplinares entre si. Acrescente-se a necessidade de estrutura organizacional disponibilizada no interior das instituições, patrocinando momentos articuladores das áreas do conhecimento entre si e entre formandos, formados, atores e agentes sociais,

com vistas à epistemologia interativa de saberes e práticas, da intencionalidade ética e política de cultivar o bem viver e de promover a emancipação social e cidadã.

Os desafios contemporâneos para essa formação política do papel social e de cidadania da instituição de ensino exigem pensares e ações mais comprometidas com a emancipação humana e social, com o diálogo interculturais e com o respeito e a promoção da dignidade da pessoa como indivíduo e como coletivo da cidadania.

Valores compartilhados, a reemergência de práticas, ideias e conceituações desligadas das formas de imposição verticalizada dos conhecimentos e metodologias de ensino e de pesquisa, que saibam partir das exigências e dos recursos disponíveis confrontando-os e negociando-os com o modo de conhecer, pensar, compreender e interagir com a realidade, são condições desafiadoras para a profissionalização envolvida com os aspectos formadores e transformadores do mercado e da educação.

Mecanismos impositivos, fortes tendências de homogeneização do processo formador mesmos em contextos significativamente diferentes, os fluxos de capitais financeiros e as perdas de autonomia e de diferenciação apresentam óbices e incitações ao tema da formação e da transformação do ensino, da cidadania, do trabalho e da educação.

A formação de profissionais engajados com a transversalidade do conhecimento e voltados à prática profissional educadora continua a ser mais uma intencionalidade. Mesmo avaliações oficiais têm influências limitadas nas salas de aula e nos postos de trabalho.

As licenciaturas, nas quais são preparados os futuros atores para a formação dos profissionais, têm recebido precários investimentos para ingresso de estudantes e de financiamento do seu ensino. Em parte, pelo índice menor e de decréscimo dos seus pretendentes. De outro rumo, o elevado abandono durante os cursos agrava essa renúncia.

A formação docente e dos profissionais das demais áreas do conhecimento sofre até prejuízos no modo intracursos e pelas influências externas, a ponto do conteúdo do ensino na universidade e o aprendizado discente continuarem secundários às atenções dos gestores, do mercado e das lideranças e pessoas da sociedade.

A mercantilização do ensino segue apresentando afrontas à emancipação social e às concepções da cidadania. Identificada por Adorno apud Vilela (2006), corresponde à aceitação pela sociedade de que a educação é um produto, tais quais serviços de consumo. O produto educacional dominado pela instância administrativa, sob o pretexto da eficiência e da produtividade para contemplar com benesses o modelo privatista de organização e gestão. Essa tendência mercantil e produtivista começou, conforme afirmam Gentili e Stubrin (2013), a ser demudada na última década. Defendem que as políticas educacionais foram dispostas no plano dos direitos essenciais para a cidadania, como elementos nodais para o desenvolvimento autônomo da sociedade e um direito de todos. Sua ampliação depende de outros direitos, como a distribuição mais justa da riqueza, a diminuição das desigualdades, a participação social e o combate contra a discriminação.

Ao abrir espaços para manifestações em torno do tema de pesquisa, mencionaram-me que as ocasiões de acompanhamento aos docentes e profissionais das outras áreas no processo de trabalho após a formação universitária são raras ou seja, de encontro com a disponibilidade oferecida por egressos.

Para que se processe a mudança ambicionada sugerem-se elaborar buscas a concepções e conceitos de maior amplitude tal qual o interesse pela interdependência em educação e pela aprendizagem transformadora. Se na primeira versão, a interdependência insiste nas modalidades com as quais diferentes elementos de um sistema interagem, o modelo ideal da aprendizagem transformadora prevê o envolvimento de educandos ativamente envolvidos na definição e na redefinição dos significados e das referências com as quais interpretam e interatuam com essa realidade.

A transformação, princípio exercido em Paulo Freire, serve como orientador da raiz dessa filosofia da pedagogia construtivista.

O contexto ampliado das políticas educacionais e os processos para a formação de professores e outros profissionais com vistas à prática emancipadora vêm vivenciando exercícios críticos e experiências inovadoras à procura de mudanças que promovam e ancorem enfrentamentos e rupturas com a lógica elitista e do controle que setores dominantes tentam praticar sobre a democratização da sociedade e a garantia de direitos sociais e da cidadania.

Seja qual for a formação profissional, pelo que se vê em vários estudos, reproduzem-se inúmeras vezes fortes componentes de individualidade e seus determinantes permanecem fundeados em (in)definições tanto nas escolas e instituições formadoras quanto na gestão e na execução de programas oficiais e de políticas públicas.

Estendendo olhar pensativo ao contorno dos ditames legais, a educação é predita desde o capítulo dos direitos sociais da Constituição Brasileira, no artigo 6º. O artigo 207 estabelece que as universidades possuam autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, correspondendo ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL 1988).

Na opinião de estudiosos dos cenários da universidade, essa indissociabilidade é fictícia, porque não existem condições satisfatórias para que tudo seja feito. Concordam, no entanto, de que esse é assunto a ser analisado e muito discutido, como o próprio modelo de universidade. Sabe-se, recorrendo a Nader (2015), que o cenário da universidade merece ser respeitado e melhor valorizado no caso brasileiro. A educação e a ciência são setores fundamentais para a qualidade da vida e o bem-estar. Para saírem da crise, nestes tempos de mudanças e incertezas, países da Europa e os Estados Unidos aumentaram seus orçamentos nas rubricas educacionais. Outros, como a China e a Índia, há tempos privilegiam investimentos em pesquisa.



A força do ensino e da pesquisa, como pode ser aprendida no retrospecto do surgimento da universidade aos dias que correm, vem, de longe, superando as atividades extensionistas. Múltiplos aspectos ligam-se aos estudos e discussões sobre a conjuntura real dessa indissociabilidade e é um dos motivos de desafios para que não fique somente nos discursos, o papel social da universidade. O dispositivo compromisso, representado pelo relacionamento historicizado dos saberes nas faces do ensino e da pesquisa, terá sentido adequado para a indissociabilidade desejada com a extensão, quanto mais possam interagir, reciprocamente, sociedade e universidade.

Antes de classificá-la em pelo menos cinco modalidades de instituição, Ricardo Rossato (2011) historiou que, após novecentos anos de existência e no limiar do terceiro milênio, a universidade é tratada como uma instituição inquestionável, implantada e respeitada em praticamente todos os países do mundo. A universidade no Brasil, segundo o professor e filósofo, desde a sua fundação nunca teve um modelo próprio e esta ausência é a principal causa de suas disfunções e sua desorientação.

“Ao longo dos últimos dois séculos se constituíram uma diversidade de modelos e de concepções e missões para a universidade” (ROSSATO, 2011, p.16). Nesse processo, sustentada pela racionalidade instrumental a universidade adotou uma ótica pragmática e tecnocrata, que definiu o seu potencial sociopolítico e cultural, adotando o conteúdo utilitário, produtivista e individualista.

Importa interrogar: em que sentido as relações entre ensino, pesquisa e extensão podem atender as demandas da sociedade, sem a universidade permanecer isolada e insensível aos problemas do mundo. Na descoberta e na montagem desse panorama geral de dispositivos, dada à amplitude dos seus temas, insurge a pergunta mais difícil e densa para ser respondida, de conformidade com o professor Ricardo Rossato (2011): “de que universidade se está falando”?

Defendendo profundas reformas na universidade pública brasileira, observador atento e coerente com o quadro que chamou “parque jurássico” no seu texto denominado “Dormência, língua e desesperanças de outono”, o educador e filósofo

Ronai Pires da Rocha (1996) autoquestionou se carregava muito nas tintas discutindo circunstâncias críticas nas instituições de ensino superior e a pouca relação com a falta de verba. Este problema vasto e vago merece a suspeita de que um dos traços mais relevantes da crise da universidade brasileira diz respeito a uma espécie de déficit do princípio da realidade, em especial, daqueles setores da instituição que transformam o princípio de autonomia universitária em síndrome de alheamento: “Quando é que vem (ou chega) o curso tal? E um dia o curso chega, se instala e nunca mais sai do lugar, pois o que caracteriza o curso... é a imobilidade” (ROCHA, 1996, p.73).

O que dizer, então, do compromisso da universidade com a coprodução, cogestão, com os contratos e demandas do espaço coletivo representado pela sociedade? Esta preocupação, que eu nutria desde a formação acadêmica e na minha gênese pós-graduanda ou como profissional de imprensa, servidor de duas prefeituras do interior, gestor empresarial e docente no ensino médio e superior privado, carreguei otimista para dentro do contexto da docência universitária pública há duas décadas na UFRGS.

Se hoje posso citar exemplos que ilustram as mencionadas desesperanças de outono e a dormências institucionais ilustradas por Ronai Rocha, de modo idêntico, nomeio tentativas, esforços e realidades conquistadas por outros grupos que - reconheço - movimentam essa “outra” universidade. Ela pode ter dificuldades para saber identificar demandas da sociedade, mas tem preocupações com a sua especificidade regional, mais ágil em pesquisas, perseguindo excelência em alguns setores, sem calmaria acadêmica e mais sensível e solidária com as classes populares. Essa universidade faz diálogo efetivo com a sociedade? Nem eficiente, nem eficaz. Ao menos, tenta. Ou diz tentar, esse diálogo.

Ao gosto de cada ventilador particular, em vários casos, trocando de orientação como se fossem birutas de aeroporto, mudam os programas de disciplinas, porém há “currículos elaborados mediante a teoria do presépio, cada professor sendo um rei mago vindo de longe trazer seu ouro”. “O curso de graduação é tudo, menos movimento”. “É coitado de quem queira mexer no currículo” (ROCHA, 1996, p.73).

Com frequência fala-se em desempenho interdisciplinar e em transdisciplinaridade nas instituições de ensino e fora delas, todavia, como esperar que sejam práticas no cotidiano da sociedade se, mesmo nos processos formativos, seguem tolhidas pelas adversidades de tempo, espaço, ocasião e até da vontade política e da decisão de assumirem essa mudança de paradigma?

Percebem-se, também, movimentos em prol de intersecções e confluências que têm motivado convívios e interlocuções de grupos e instituições preocupados com a conquista de melhores aspectos de qualidade e bem viver para as ações formativas dos profissionais.

Ao se reconhecer como imperativas, essas modificações no perfil da formação e do desempenho profissional faz-se indispensável assinalar que egressos das universidades reconhecem a importância de atualizações como em oficinas de ensino, atividades em grupo, relatos de experiências e de educação permanente.

Não obstante, a prática educativa dos docentes egressos tem ficado distanciada das perspectivas e situações formadoras. Pouco incentivo à interatividade interinstitucional é disponibilizado pelos setores dirigentes. Como esperar mais cometimentos individuais, se o esforço particular é empregado de maneira dividida com situações de dupla jornada de trabalho ou subemprego? Por contextos semelhantes, fragilidades se acumulam. Sobram fatores de desmotivação e impedimentos à prática profissional emancipadora.

Este reposicionamento estratégico das políticas educacionais fundamenta-se na ideia de políticas públicas imprescindíveis para combater a desigualdade e avançar na crítica ao ensino como produto ou mera transmissão de competências para o emprego no mercado de trabalho. A participação popular pode cooperar mais com a política educacional.

Muitas transformações tentam controlar o pensamento crítico. Por isso, a educação, definida por Adorno apud Vilela (2006) como a produção de uma consciência

relacionada com a emancipação humana, recomenda uma mediação política no sentido da emancipação. Quando a democracia não opera em conformidade com o seu conceito, a sociedade lança pressão sobre os indivíduos no sentido de impedir que a emancipação se torne realidade.

Inegável reconhecer, o papel a ser desempenhado pelos indivíduos em benefício da coletividade, notadamente, aqueles que têm acesso a informações adequadas, em especial, os professores e os alunos do ensino superior. A construção de uma política educacional democrática exige defesa, amparo e prioridade não só no acréscimo das oportunidades educacionais aos mais pobres, senão na promoção de espaços participativos de deliberação e da educação como direito humano fundamental ante aos desafios e demandas da sociedade.

#### 3.4 INTENCIONALIDADES DA EDUCAÇÃO AO INCORPORAR CONHECIMENTOS DE OUTRAS ÁREAS: do ato educativo à prática profissional emancipadora e para a cidadania

Houve um tempo em que uma ou outra profissão dominava sua área específica. Foi o caso histórico da medicina, com as ações médicas hegemônicas e hospitalocêntricas por longo período; da proeminência da figura central do professor na efígie do mestre e senhor do saber; além do “poder do microfone” que, de participações opinativas e de programas radiojornalísticos, conduziu locutores apresentadores e locutores entrevistadores a cargos eleitorais em todos os níveis.

A mais decadente dessas situações é a penúria em raios de humilhação em casos de professores, com atrasos salariais e redução da capacidade de compra e de investimentos. As tantas greves e paralisações da categoria têm ensejado isso, do ensino fundamental ao universitário, em instituições públicas e privadas.

Se a realidade brasileira é essa, não seria contrassenso focar na educação e em suas intencionalidades? Mais do que aberração ou absurdo, o que se quer reafirmar é a

aptidão, a competência e as potencialidades da educação, principalmente pelo ato educativo, de promover a consciência crítica, prevenir agravantes e motivar atitudes qualificadoras para a cidadania, inclusive dos docentes, de intervenção nesse estado da arte que, seguindo o rumo dos episódios, nada de artístico ou belo tem a oferecer às pessoas e aos sistemas de convivência social.

É fácil reconheceremos tentáculos da hegemonia desses grupos de poderio organizado que chegaram à universidade contemporânea e, dependendo do modo de agirmos nesses desafios atuais, talvez alcancem com maior força a universidade do futuro. Esse espólio infausto manteve o poder sob o jugo de pequenos feudos burgueses e segregou manifestações diferentes não hegemônicas e de menor relevância no campo da educação. O poder monárquico, o religioso, a nobreza e o econômico financeiro, hoje neoliberal, governam com o povo, pelo povo e para o povo? Então, abrir-se a outras áreas incorporando os seus conhecimentos e aceitá-los não é bem a correspondência direta com as intencionalidades desses comandos dos poderosos. Menos, ainda, ceder espaços à área educacional.

A educação, segundo a pedagoga e jornalista Maria Luiza Silveira Teles (1992, p.52) “... sempre esteve acomodada a interesses sociais das velhas elites”, com vícios e divorciada da realidade. Examinando esse caos, ela historia que o pensamento pedagógico brasileiro “sempre foi volúvel e adepto de ‘modernismos’, aceitando, sem exames, tudo o que nos chega do mercado internacional, principalmente norte americano”. Pelo jogo de empurra, a faculdade culpa o segundo grau, que culpa o primeiro e, por sua vez, a pré-escola e os pais. No fim, a culpa acaba no governo deficiente, fechando essa “caixa de marimbondo” (TELES, 1992, p. 53).

O sociólogo Ivo Follmann (2008, p.317) adverte que “mais do que nunca a universidade deve encarar a sério a sua missão de produção do conhecimento”. Ele acentua, em específico, que é injustificável a universidade existir “para formar simplesmente profissionais segundo as demandas do mercado, organizar pesquisas a pedido de seus clientes e empresas, atender à demanda das classes médias...”, porque há

centros profissionais e tecnológicos de formação e empresas que desenvolvem programas e ofertam tarefas às vezes com melhor foco e propriedade do que as instituições de ensino superior.

Crescer, desenvolver-se, abrir e reivindicar lugares, ampliar horizontes, conferem afluentes mais robustos para marcar essa presença acadêmica desde a formação ao exercício profissional. Mas, tomemos por concessões, as intencionalidades, porque a educação tem estado na linha de frente desses embates libertários por direitos sociais, igualdades, acolhimentos e diversidades.

No Seminário que estudou o tema da “Universidade na Contemporaneidade - possibilidades emergentes na formação do sujeito político”, do Programa de Pós-Graduação em Educação – FAGED/UFRGS, apresentamos um ensaio-proposta com ideias sobre a inserção de um conteúdo tipo palavra-chave, de dimensões filosóficas, políticas e pedagógicas em nuances e desdobramentos referenciais à formação humana na construção do bem viver. Co-autor com o Wagner Machado (2016), um educador/comunicador e um jornalista, com especialidades nas áreas de comunicação, políticas públicas, educação, saúde e administração, optamos por reunir sob quatro dimensões esses pensamentos, algumas provocações, refletir em torno de possibilidades e denunciar as emergências, tanto urgentes quanto por emergirem elementos que possam constituir – quem sabe - uma Universidade de Futuro.

Um conteúdo – e área, muito mencionado, porém grandemente fragilizado nos contextos e menções que estudiosos e a cidadania lhe fazem é a comunicação. O Jornalista e Professor José Marques de Melo (1998) reconhece-a como atividade essencial e educativa que envolve trocas de experiências mesmo entre pessoas de gerações diferentes, prevenindo-se o retorno de grupos sociais ao primitivismo. Inúmeras vezes se mencionam a sistemática da comunicação em projetos, pensamentos, propostas e atividades - mesmo universitárias e profissionais – sem, contudo, referenciar a consciência crítica do inacabamento da sua pronúncia ou a necessária atuação prática para sua implantação e implementação no sentido de transformar a realidade,

principalmente social, que nos condiciona, como motivo suleador de qualquer iniciativa comunicacional.

As intencionalidades da educação, ao incorporar esses conhecimentos de outras áreas mirando a universidade contemporânea ou a uma universidade para o futuro, recolhem, como elementos constitutivos, mais do que a estruturação básica citada em qualquer processo comunicacional: “uma mensagem tem uma fonte, segue através de um canal no destino de um receptor”. Como, usualmente, ficou consagrado – quase engessado e enferrujado – equivale citar que não basta a contratação de um profissional de uma determinada área como a comunicação e premiá-lo com o crucifixo de que passa a ser o responsável pela solução dos problemas comunicativos e comunicacionais daquele setor de trabalho. Não. É mais do que isso. Essa intencionalidade precisa ter respirações interdisciplinares, multiprofissionais e transdisciplinares, autônomas e volitivas para a convivência humana.

Envolver pessoas e profissionais, discentes e docentes, técnicos e usuários demandados por serviços universitários, compreendidos todos aqueles ligados ao conhecimento, ao saber e à convivência humana destinada ao bem viver e à cidadania, tem a perspectiva, também, de anunciar o excesso de informação que cada aluno e servidor é submetido diariamente, muitas vezes, mais desinformando do que cumprindo seu papel. Diante disso, mais do que encarregar uma pessoa ou equipe com a função de comunicador, o papel de informador para ser mais exato, é necessário escutá-la e dar oportunidade para que os seus conhecimentos sejam difundidos e o plano de comunicação estabelecido com maior adequação e naturalidade.

O termo ‘interdisciplinar’, na minha opinião, é privilegiado. Ouso considerar que possui vários parentes próximos. Porém, longe de apresentarem relações de intimidades profundas entre si, essas terminologias favorecem a escalada imaginária na qual esses conceitos ocorrerem de modo sequencial e hierarquizado. É o caso dos termos como ‘multidisciplinar’, ‘pluralidade’, ‘interdisciplinar’ e ‘transversalizar’. Em todos os formatos, repetem-se inquietações e críticas a conjunturas que pronunciam o discurso do saber

unificado e integrado, mas se revelam fragmentalizadas, compartimentadas e, algumas vezes, desarticuladas tanto na universidade quanto fora dela no mundo social.

Olga Pombo (2005) definiu a ‘interdisciplinaridade’ como o manifestar de uma transformação epistemológica em curso, o alargamento do conceito de ciências, uma forma de pensar a condição fragmentada do conhecimento científico e, portanto, um caminho para desfragmentar o saber unificado. Para a educadora e filósofa, trata-se de compreender que o progresso do conhecimento não se dá apenas pela especialização crescente, como se habituou a pensar.

Não é um simples deslocamento de conceitos ou de empréstimos teóricos e metodológicos, mas de uma recriação conceitual e teórica, segundo o filósofo e crítico de arte Jayme Paviani (2008). Assim, a interdisciplinaridade não é apenas a integração de um conjunto de relações entre as partes e o todo, mas uma descoberta de propriedades que não se reduzem nem ao todo e nem a partes isoladas. Por conseguinte, a função da interdisciplinaridade é a de estender uma ponte entre o momento identificador de cada unidade básica de conhecimento e o necessário corte diferenciador. Para que isso aconteça, por sua visão, é preciso superar os esquemas dos dualismos, por exemplo, entre sujeito e objeto, fato e valor, dentre outros.

Em muitos casos, especialmente quando se trata de compreender, explicar e resolver problemas vitais, como aqueles que dizem respeito à saúde e à educação, por exemplo, a formação interdisciplinar chega mesmo a ser imprescindível, atesta Bombassaro (2014). Enquanto tema de discussão teórica, cita que a interdisciplinaridade fez seu ingresso no mundo acadêmico muito recentemente, por investigação de estudiosos da filosofia, da epistemologia e da sociologia das ciências sobre a sua reconstrução histórica e conceitual. Argumenta que uma análise consequente da interdisciplinaridade no contexto da formação superior está diretamente vinculada à compreensão do modo como o conhecimento, as ciências e as práticas de investigação foram sendo construídas ao longo dos últimos séculos.



Pombo (2005) mostra outro lance desse desafio: que somente haverá interdisciplinaridade se houver capacidade de partilha do saber, coragem de sair do conforto da linguagem técnica e compartilhar com todos, pois o conhecimento não é propriedade exclusiva de alguém. Partilhar e sair do conforto dependem do ato de coragem, sim.

Mais do que intenção, requer que se opere em formato concatenado e se valer do ponto de alerta despertado por Paviani (2008) como um momento prévio fundamental: a investigação científica, que acompanha as reflexões epistemológicas, precisa dar-se conta de que a ciência é uma construção racional e aberta, na qual o mundo do sensível e o mundo do inteligível não se excluam e a explicação científica seja explicação da própria explicação, como ensinam, entre outros, os autores da autopoiese. Logo, se a interdisciplinaridade não é um fenômeno homogêneo, linear, uniforme, ela se efetiva em níveis e graus diferentes, sem modelo único e pré-determinado para essa ação articulada.

Ao compartilhar conhecimentos com profissionais de outras áreas, cada trabalhador pode aperfeiçoar o seu quefazer e articular aspectos complementários tal qual recomendam os administradores João Paulo Ciribeli e Vitor Hugo Pereira Paiva (2011) através do tripé: tecnologias, mídias e educação. Exortam que é possível incorporar e reunir o grupo de emissores e receptores, inclusive, dentro de uma universidade ou fora dela no convívio social. Para que todos tenham acesso à informação de forma mais democrática e coesa, aconselham a pesquisa de detalhes daquilo que pareça interessante, seja pelo site, e-mail, Facebook, Instagram, Twitter ou diferentes meios e linguagens diversas.

Esta comunicação, que se recomenda figure articulada para o interior e no extramuros da universidade, deseja-se possa ser não a do futuro, mas já a universidade atual, de agora, presente e contemporânea. Pensá-la, imaginá-la, sonhá-la é importante. Todavia, crê-la possível é acreditar mais e refletir sobre a convocação de elementos para constituí-la: real e verdadeira. Os pensamentos possíveis, as provocações persistentes e

as possibilidades emergentes giram, estacionam ou gravitam em torno da universidade contemporânea, dita por Zitkoski; Herz Genro e Caregnato (2016) como, ainda, sob monopólios de modelos europeus do conhecimento colonizador.

A pedagoga Ivani Fazenda (2001) sublinha parâmetros fundamentais para esses movimentos: a responsabilidade é de todas as pessoas e, a maior delas, é a responsabilidade individual. Essa é a marca principal de qualquer projeto ou ação interdisciplinar. E a interdisciplinaridade não se ensina, nem se aprende, porque será mais bem compreendida quando for vivida e exercitada pelo ser humano.

Ao estudar o papel social da instituição universitária no contexto latino-americano, o Professor de Filosofia Jaime José Zitkoski (2013) sugere um olhar retrospectivo, que denuncia o sofrimento histórico da existência humana e social dos povos da América Latina sob a dor da exclusão social e da falta de acesso à educação e aos demais bens públicos, como saúde, cultura elaborada, trabalho e segurança social.

Os duros e cruéis embates travados pelas classes populares face aos imperialismos primeiro-mundistas (europeu e norte-americano) não podem ser desprezados e nem abandonados como lembra Zitkoski (2013, p.14):

É nesse contexto histórico de um continente espoliado e submetido aos domínios da lógica do capital, desde o século XVI, que precisamos buscar o sentido das lutas sociais e entender os modelos de sociedade transplantados para o nosso continente e, a partir dessa história concreta, projetar as possibilidades futuras.

As intencionalidades da prática profissional emancipadora para a cidadania e dos próprios trabalhadores das diversas áreas do conhecimento, na medida dessa perspectiva histórica, implicam em construções de raciocínios com profundidade e discussões elaboradas que resultem em planejamentos e atividades representativas dessas inquietudes, onde as lutas e as conquistas de espaços sociais pelos movimentos

comunitários e a educação popular sejam rememorados e revistos como embasamento para novos avanços nos modelos de vida em sociedade.

Propugnar pela formação do sujeito político nesta universidade contemporânea é cotizar-se e almejar contribuir para que novos tempos e movimentos possam emergir. A busca por alternativas pedagógicas e de convivências, pesquisas inovadoras e construções extensionistas para a formação universitária crítica e criativa, vínculos e dialogicidade com a organização política, com a história e com a atuação prática transformadora no destino de uma sociedade mais justa, solidária e democrática são incorporações que incluem outras abrangências no movimentar-se da universidade.

Comunicá-la será revivê-la, recriá-la, revisita-la e reinventá-la para a interculturalidade, para a integração comunitária, para a ecologia dos saberes, para a superação do colonialismo contemporâneo e para o fortalecimento da educação como bem público e de cidadania. Se há docentes e dirigentes opondo-se a animações políticas circulantes nos corredores das unidades acadêmicas, mesmo quando as reformas governamentais nos oprimem e o poder tenta nos vassalizar, como reagirão se profissionais de outras áreas estudarem, abordarem e emitirem opiniões sobre “seus” conteúdos?

A ilustração pode ser imaginada a partir de dois eventos promovidos pela Sociedade Brasileira de Acústica, Seção do Rio Grande do Sul. Em 2017, no II Seminário Gaúcho de Acústica e Vibrações-SEGAV, um filósofo, um jornalista, um acadêmico de enfermagem, uma médica, um enfermeiro e um acadêmico de direito apresentaram resultados de pesquisas diante de um auditório composto por profissionais e alunos dos cursos das engenharias, da física e da arquitetura. Um trabalho abordava “Como compartilhar saberes técnicos com a Comunidade”? (PAIXÃO, MACHADO e FERREIRA, 2017). O outro tema ampliou o foco: “A dupla via da Comunicação entre o saber técnico científico e as necessidades dos usuários na contemporaneidade” (PAIXÃO, RAMBO e PAIXÃO, 2017).

Ao ser interrogado para explicar o que significava “interdisciplinaridade” e “transdisciplinaridade”, fiz referência intencional às apresentações similares no evento do ano anterior. No I Seminário Gaúcho de Acústica e Vibrações-SEGAV (2016), o grupo de estudos que eu lidero na Ufrgs foi representado por participações de uma acadêmica do curso de graduação em física, outra de ciências contábeis e, também, pós-graduandos da área da saúde. Os relatos referiram-se à “Influência do ruído sobre os seres humanos” e “Níveis de pressão sonora nos restaurantes universitários”.

Essa interprofissionalidade tem a sua razão de ser: a Certificação de Reconhecimento/Acreditação que recebi da Sociedade Brasileira de Acústica-SOBRAAC na área de Acústica Aplicada (UFRGS, 2014). Profissionais das engenharias, da física e da arquitetura sujeitam-se à avaliação como Acústica Fundamental. Somos, portanto, duas honrosas exceções: o outro colega é docente do curso de música da UNICAMP.

Logo, se apreciarmos aspectos formais do processo de ensino tão somente, do ato educativo à prática profissional propriamente considerada, outras áreas do conhecimento têm importantes contribuições a compartilhar com as intencionalidades formativas da educação, inclusive, a educação permanente. Repensá-las, analisar as conquistas obtidas, delegar tarefas para quem entenda e queira melhorar os efeitos desse processo e oportunizar tempo para que os resultados, pautados em um plano, se concretizem, encorajam e acrescentam valor à epistemologia das demandas, sejam sociais, culturais, econômicas, filosóficas e políticas das pessoas e dos povos da pluriversidade. Compartilhar saberes gratifica.

A área da educação é impactada, de modo peculiar, pelas contribuições inequívocas do Antropólogo, Sociólogo e Filósofo Francês Edgar Morin sobre a natureza, os saberes sobre ela e as teorias que a fundamentam. Pseudônimo de Edgar Nahoum, formado em Direito, História e Geografia com estudos em Filosofia, Sociologia e Epistemologia, este Morin e estudiosos da mesma linhagem conceitual trilharam, conforme refere a Educadora Solange Medina Ketzer (2008, p.633), “o movimento da interdisciplinaridade e suas derivadas: multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade,

hipodisciplinaridade, transdisciplinaridade e uma variante dessas, que é a intradisciplinaridade”. Essas propostas epistemológicas procuram “unir o que foi separado, fragmentado, dissociado”.

No cenário pedagógico, essa medida aumenta a complexidade diante da sedimentada cultura escolar que se gesta, se estabelece e se solidifica em sistemas disciplinares, aparelhados por áreas do conhecimento, o que está confirmado na própria escola de formação dos professores.

Do protagonismo à existência resistente, sejam quais forem as perguntas, as respostas ou as intencionalidades, é indispensável que os esforços comunicacionais sejam livres, esclarecidos, libertários, cidadãos, responsáveis e comunicativos, ao receber, maturar e produzir o fenômeno desse sistema interativo que é a comunicação. Não há fórmulas mágicas e, menos ainda, receitas infalíveis ou de durabilidade eterna.

“O computador é o brilho da tecnologia, a plurivalência das multimídias, a arritmia das informações, o frenesi das misturas”. Pesquisador das intersecções complexas entre a cultura digital e a universidade, o linguista Jorge Campos (2008, p.201) enumera a interatividade alucinante dessa vida intensa: “vídeos e imagens, músicas e sons, textos esparsos e rápidos, blogs, podcasts, ciência, cultura, ícones de todo tipo, animações, pesquisas e currículos, esportes e resultados, jornais e revistas”. A tecnologia do computador facilita a publicação computadorizada de “livros completos, fragmentos, abstracts, reviews, e-books, wikipédia, youtube, second life, orkuts, enfim”. Por essa conexão, são milhões de parceiros e sempre uma expectativa diferente.

Convém adicionar que, além de toda essa permeabilidade para interagir com as contribuições de outras áreas, as intencionalidades, as informações, os conhecimentos, os saberes e reflexões problematizadoras necessitam circular com mais dinâmica na conjuntura dos sistemas, validadas e validando elementos não formais de ensino e de práticas alternativas de aprendizagem social. A música, a poesia, as canções, o teatro, as danças, os improvisos literários e artísticos, as pinturas, esculturas, o artesanato, o saber

popular do folclore e os costumes da população comungam oportunidades que, por vezes, são únicas e raras para muitas pessoas.

Além disso, essas amostras de linguagens e de movimentos pouco convencionais não há porque serem separados entre si e dos sistemas formais da educação escolarizada. Ao contrário, as comunidades merecem identificarem-se com as suas instituições, escolares ou não, exercendo – com urbanidade e humanismo – seus direitos autônomos de pertencimento, de cidadania e de liberdade de escolha, sempre pela eleição da melhor delas.

À guisa de exemplo, entre tantas experiências, prefiro eleger a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Ivo Antonio Rech, instituição pública municipal. Em tempos de graves casos de violência e alta periculosidade, essa escola no Parque Marechal Rondon, proximidades da Vila Canarinho, em Cachoeirinha-RS, não possui grades nas portas e janelas, tendo uma das suas salas com quase trinta computadores como laboratório de informática. No terreno vizinho, a unidade da estratégia de saúde da família (ESF Canarinho) segue a regra geral de outros postos públicos e moradias próximas com grades reforçadas. Evidente, o diferencial posicionado no método de convivência estabelecido entre a direção da escola com a sua população. O modelo é, infelizmente, único e não teve seguidores. Volto ao elogiável caso dessa escola pública com educação infantil e ensino fundamental num momento subsequente, quando nomear pistas para a ambicionada construção de um plano ao encontro da educação social que se preceitua.

Com sua obra de valor sociolinguístico e epistemológico inquestionável, Paulo Freire rompe moldes estabelecidos em um constante alterar, desconstruir, construir e reconstruir, vencendo desafios e comungando ideais no combate contra a espoliação e, até mesmo, a fragmentação do futuro. A pedagogia da comunicação universitária é para ser aberta e acolhedora do total das manifestações da sociedade e da universidade, bem como, da universidade com a sociedade. E, indistintamente, sem muros, sem barreiras e

sem aparatos distanciadores excludentes. Se houver membrana, que ela seja permeável, maleável e ajustável a todas as linguagens, significantes e significados.

O estímulo a atividades inovadoras, voltadas para o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas, à indução de oportunidades e ao fomento para a integração e compor parcerias com as comunidades e às ações interdisciplinares demandadas pela sociedade, nesse sentido, atende o que expressa a pedagogia freireana convocando outras formas de abordagem para a convivência humana, para a prevenção e para a solução dos problemas educacionais e sociais, além de valorizar a perspectiva das demandas ao saber e ao bem viver de todas as pessoas com dignidade, cidadania e liberdade.

Outras linguagens são permeabilidades justificadas em Paulo Freire, no formato de manifestações artísticas sim, para serem facilitados todos os encontros possíveis entre métodos, práxis, formas livres e pedagogias epistemológicas e transculturais de exercitar a liberdade e usufruir a vida humana com imensos potenciais de coletividade.

#### **4 VOO 3 – ESTAÇÕES DO VOO EM MOVIMENTO E MARCAÇÕES NO CAMPO DA ORGANIZAÇÃO INVESTIGATIVA: o percurso metodológico**

*Antes, um salto, o voo e o pouso.  
Depois, revoo das aves.  
A ciência tem entraves  
delimita, caracteriza,  
a estrutura da pesquisa,  
movimentos e marcações.  
O voo e suas estações:  
a Metodologia organiza.*

*(Dilmar Paixão, 2018)*

Esta Tese tem o escopo de desenhar pistas e riscar rotas pelo campo setorial da educação, criando e fortalecendo vínculos na montagem de mundos e produções interdisciplinares organizados para o bem viver, como conceito oriundo da prática de resistência dos povos indígenas da América Latina, que aprendi a partir do Boaventura de Sousa Santos (2010), com a imagem de outros mundos possíveis.

A essência dessa temática é o relacionamento da universidade com a sociedade, indagando como tem ocorrido esse contato e como pode ser entendido o seu compromisso institucional com a cidadania e com o coletivo humano que a circunda. Defendo a Tese de que os conhecimentos universitários precisam de uma comunicação pedagógica, dentro e fora da instituição de ensino, que os tornem visíveis, mais disponíveis, mais operacionalizáveis e sempre mais compatíveis, inter-relacionados e identificados com os interesses e as necessidades da população. Por isso, a busca por uma pedagogia para a comunicação universitária.



O plano conceitual aborda o dispositivo desse compromisso pela abrangência do papel social da Universidade, a potência da educação como um quefazer público e a clareza sobre o que se sugere e ambiciona ao reunir e compor pistas para planejar o encontro com a educação social, identificada nas subcondições de vulnerabilidades, na cidadania e na emancipação humana.

Adoto ao ideário conceitual do bem viver, que aludi anteriormente, da proposta feita pelos movimentos indígenas para o conjunto da sociedade, considerando o relacionamento dos seres humanos com a natureza e como alternativa forte e reativa à modernidade do progresso e às suas garras de agressões discriminatórias e violentas. Retorno ao economista Pablo Dávalos (2011), Coordenador do Grupo de Trabalho sobre os Movimentos Indígenas na América Latina do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais e ao médico equatoriano Jaime Breilh (2011). Entrevistados por Cátia Guimarães e Raquel Júnia, no ano de 2011, mencionam a Teoria do Bem Viver, designada *Sumak Kawsay* ou *Sumak Qamaña*, e sob os princípios da relacionalidade, complementaridade, reciprocidade e correspondência.

Recolho, como provocações ao rumo e abertura de pistas, as influências teóricas das ideias e proposituras de Michael Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari, Paulo Freire, Juan Díaz Bordenave, Lev Vygotski, Demerval Saviani, Ricardo Ceccim, Eymard Vasconcellos, Ricardo Rossato, José Murilo de Carvalho, Neusi Berbel e Gastão Wagner Campos, sem a preocupação de expressar conceitos e definições exatas ou pesquisar profundidades nas obras fundantes desses autores, por isso, nem sempre contemporâneos entre si, mas seguindo o curso das civilizações em todo o tempo.

As rotas de ponta deste movimento da metodologia começam pensando o referencial epistemológico e teórico-metodológico dos estudos produzidos pelo filósofo francês Michel Foucault, remetendo aos conceitos da problematização defendida por Paulo Freire, de governamentalidade e de dispositivo, dando preferência à operacionalidade da rede que se estabelece entre os elementos constituintes do

pensamento ou, de caráter geral, nos universais que Foucault evita, substituindo-os pelo conhecimento de dispositivo.

Menciono, por sua essência formativa e qualificadora, a trajetória dos estudos e reflexões que percorri nas unidades curriculares dos mais de quarenta créditos cursados no Programa de Doutorado em Educação/UFRGS e, em especial, no Seminário Avançado “Universidade e Bem Viver: desafios na formação humana para o Século XXI” e Seminário Especial “Universidade, Formação Política e Bem Viver”, com os professores filósofos Jaime José Zitkoski, professora Maria Elly Genro e pedagogo Rafael Arenhaldt; no Seminário Avançado “Educação Superior para o Século XXI”, com o professor pedagogo Sérgio Roberto Kieling Franco; no Seminário Especial “Educação, Subjetividades e Saúde”, nas Práticas de Pesquisa em Educação “Educação em Saúde Coletiva: pensamento, corpo e devir na educação em saúde” e “Educação e Cultura da Saúde: diversidades e pluralidades”, com o professor e sanitarista Ricardo Burg Ceccim e no Seminário “Sociologia das Políticas Educacionais: fundamentos teóricos da ação pública”, com a professora e socióloga Neusa Chaves Batista.

Um carinho especial, que afagou e aguçou este meu aprendizado, emergiu na poética epistemológica trocada com o professor Balduino Andreola na reciprocidade dos poemas sobre o temário da educação, do conhecimento científico, do saber técnico e da sabedoria popular.

Dos conteúdos e aprendizados, aprofundei os estudos para o escopo de conjunção desta Tese nos Seminários Avançados “Democracia e Universidade na Contemporaneidade”, “Universidade Contemporânea: tradições e emergências” e “Universidade na Contemporaneidade: possibilidades emergentes na formação do sujeito político”, com o Professor Jaime Zitkoski e a Professora Maria Elly Genro; no Seminário Especial “Formação e Transformação do Trabalho e da Educação”, com o Professor, historiador e sociólogo Jorge Alberto Rosa Ribeiro, bem como, na Prática em Pesquisa Educacional “Aportes Teórico-Metodológicos para a Pesquisa em Educação” e no

Seminário Especial “Fundamentos Filosóficos da Pedagogia Freireana”, com o Professor Jaime Zitkoski.

Para o filósofo e historiador da educação Silvio Sánchez Gamboa (1998), estudos epistemológicos como é este procuram na filosofia seus princípios e, na ciência, seu objeto, abordando os problemas gerais, por isso, definidos como análise de segunda ordem ou análise conceptual. São análises sobre as ciências, sobre os processos de produção do conhecimento e sobre a pesquisa científica. As questões de primeira ordem ou fatuais são próprias de cada ciência específica e as tarefas de segunda ordem procuram revisar ou reintegrar a compreensão do que está envolvido na investigação fatural ou de primeira ordem.

Se o cuidado desta Tese é pela construção de pistas para compor um plano ao encontro da educação social, Gilles Deleuze, pela possibilidade da criação de conceitos (“O que é filosofia?”) ou como recolheu, filosoficamente, Giorgio Agamben (2005), de que a terminologia é o momento poético do pensamento, e Félix Gattari, ligados à prudência no processo de experimentação e à apresentação da ideia da cartografia, crescem entre os substantivos, advérbios e adjetivos, por suas valiosas contribuições.

A composição desse movimento, ao encontro da educação social e por uma pedagogia para a comunicação universitária, cuidou de ser sensível aos ventos dessa cartografia de análises, críticas e recomendações sopradas animadas pelos ares das inovações, localizados como fator Paideia e método da roda demandados por Gastão Campos (2006). O primeiro, com a noção formativa da integralidade humana na gestão e nas práticas profissionais. O segundo, com a metodologia crítica à racionalidade gerencial hegemônica, ativando a produção da subjetividade nos modos de cogestão institucional e de potência dos sujeitos para observação, reflexão e ação, enfrentando a lógica dominante que força ao reducionismo de trabalhadores a peças de máquinas programáveis pelo interesse diretivo das organizações. Tudo isso, nas diversas conjunturas.

A trajetória, assim construída, angariou dispositivos articulados como pistas para os planos ao encontro das pessoas a serem acolhidas pela educação social na intenção do bem viver. Nesse ponto, releio, com atenção, os fundamentos de José Murilo Carvalho para reforçar as bases nas aplicações conceituais e operativas da cidadania plena: os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais.

Aprendendo com as leituras e a experiência do convívio, por óbvio, recorri a Ricardo Rossato, escolhendo-o para contribuir com a retrospectiva histórica da universidade, sua evolução, o delineamento das suas características e diversidades dos seus modelos antigos e contemporâneos.

Essa educação social defendida é local de pouso, não de destino final, porque pode ser intencionada mais especificamente a outros campos e áreas do conhecimento como está exemplificada em momento cabível. O componente educacional e pedagógico está apoiado nas sementes do construtivismo de Paulo Freire e seus pareceres para aplicar a metodologia da problematização nos esforços para a emancipação humana.

#### 4.1 A ESTRUTURAÇÃO METODOLÓGICA

Este estudo tem o formato de uma pesquisa qualitativa em educação, de caráter descritivo exploratório e documental, tendo por quadro de referência as concepções metodológicas da fenomenologia e da dialética. Essas características da pesquisa são aclaradas por Leopardi (2001) e Minayo (2010).

Seleciono-a como pesquisa exploratória descritiva, porque se caracteriza pela necessidade de se explorar uma situação desconhecida, aumentando a experiência, em consenso com Leopardi (2001), em torno de determinado problema, ou seja, a primeira aproximação ao tema nos limites de uma dada realidade peculiar.

A parte documental, a partir de Arilda Godoy (1995), representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador por trazer contribuições importantes na pesquisa dos temas e considerar que os documentos, normalmente, são respeitáveis fontes de dados para estudos qualitativos. Gil (2002) assevera uma série de vantagens pela pesquisa documental, principalmente como fonte rica, estável e confiante de dados, a maioria deles, de fácil acesso e análise. Os documentos, para Lüdke e Menga (2013, p.45), são fontes naturais de informações contextualizadas e valiosas para as pesquisas em educação, “surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto”.

Os principais documentos analisados foram os planos de desenvolvimento institucionais das universidades, os planos pedagógicos e o conjunto da legislação correspondente aos objetivos desta pesquisa.

Essa abordagem qualitativa declarada por Minayo, Deslandes e Gomes (2013), tornou-se importante para compreender os valores sobre tópicos específicos, as relações no âmbito das instituições e da sociedade e para avaliar o compromisso da universidade em áreas das políticas públicas e sociais do ponto de vista das suas formulações, construções, aplicações e interfaces com a sua destinação institucional. Essa ótica, que segue Minayo (2000) para as ciências sociais, transversalizou o trabalho e marcou a categorização na análise e na apresentação dos resultados do estudo.

Na classificação comparada das pesquisas científicas utilizei, segundo elaboração das cientistas sociais Aidil Barros e Neide Lehfeld (1999, p.34), o distintivo dialético ao analisar “o desenvolvimento das coisas, os movimentos, as tendências e as contradições, a lei da interdependência universal”, onde cada coisa se encontra ligada às outras em relações múltiplas e universais, num processo infinito de descoberta de novos aspectos, de aprofundamento e de conhecimento das coisas passando-se “do fenômeno à essência”.

A fenomenologia, “como ciência da subjetividade, foi empregada para explicitar o ‘eu’ como sujeito ou polo unificador das intencionalidades constituídas”. A intuição das

essências, por redução eidética, pode substituir fatos e, na epoché, por entre parênteses a tese da existência em prol da percepção da essência dos atos (BARROS e LEHFELD, 1999, p.36).

Na medida em que optei por esse tipo de registro metodológico, grande reforço foi acrescentado com elementos críticos-reflexivos da filosofia. Lembrei-me de Gamboa (1998, p. 13), que explicita uma revelação sobre o modo de conceber a realidade: analisando-a “como fatos postos e dados, sem dinâmicas e transformações tem-se sincronia ou, como fenômenos dinâmicos imersos num mundo em permanente transformação, é a diacronia”.

Este dispositivo do compromisso da universidade com o fazer público da educação social tem, pela apreciação do ‘artigo do quadrilátero’: “formação, atenção, gestão e controle social” (CECCIM e FEUERWERKER, 2004), eleito por mote inicial desta análise reflexiva, o fator diacrítico por implementar motivações renovadas para a educação permanente de profissionais, de lideranças populares, de dirigentes e de sujeitos integrantes de coletivos. Além disso, acrescenta o fornecimento da base transversal, como um pergaminho onde se fizeram os primeiros traços desse desenho do céu desta pesquisa.

O plano ao encontro da educação social contém, como arcabouço sugestivo, fatores diacrônicos, pois convocou olhares reflexivos para observar e ler a realidade, analisando textos instigantes, como fez João Sobrinho, na publicação: universidade fraturada. Uma pedagogia da comunicação universitária aparece como alternativa de enfrentamento desses desafios e dos ruídos persistentes nas expressões e na epistemologia da condição humana.

Como moldes fundamentais e de aplicações exemplificadoras, outras incursões avigoram esse problematizar e servem como fatores diacríticos construindo a potência na singularização do sujeito de um coletivo: é a convocação dos trabalhos de Neusi Navas Berbel, pela reflexão teórico-metodológica da problematização com o Arco de Maguerez, e a educação popular em saúde adotada de Eymard Vasconcelos.

Em voos específicos, respondo ao problema tematizador apresentando argumentos, respaldos e recomendações para uma perspectiva dialógica, comunicacional e pedagógica, denunciadora, acusadora e confrontadora da segunda causa de poluição mundial: o ruído, que adoecer pessoas em todos os países com índices epidemiológicos cada vez mais crescentes (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2011).

Uma afirmação da diretora regional da Organização Mundial da Saúde para a Europa, durante o lançamento do 1º Relatório de Avaliação do Impacto da Doença do Ruído Ambiente na Europa, em 30 de março de 2011, Zsuzsanna Jakab, foi ainda mais enfática quanto à gravidade dessa dimensão do problema: “a poluição sonora não é apenas um incômodo do ambiente, mas também uma ameaça para a saúde pública” (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2011, p.1). O exemplo apresentado incentiva o cumprimento do papel da universidade com a informação das pessoas em prol da consciência e da emancipação.

A escolha metodológica que eu fiz pela sistemática problematizadora tem essa aspiração, de servir para estimular a formação e o fortalecimento de vínculos entre pessoas e organizações que desenvolvem estudos, pesquisas, trabalhos e mobilizações em torno da poluição sonora, tão contemporânea quanto preocupante, como causa da surdez dessa atual geração de jovens.

A apresentação global do estudo realizado pode ser melhor sintetizada no panorama que delimita o estudo.

#### 4.2 O ESTUDO DESENVOLVIDO

Os aspectos da caracterização metodológica e os demais itens proeminentes deste estudo figuram no esquema elaborado que tracei no formato de um desenho gráfico simplificado, destinado para facilitar a compreensão sobre o mesmo.

***Quadro panorâmico da pesquisa:***Universo:

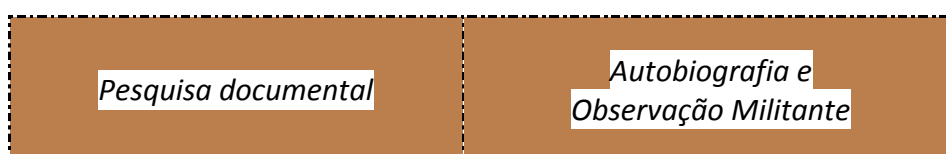

---

a Universidade Pública Brasileira

---

Quadro teórico:

Base conceitual construída, principalmente, a partir da arquitetura iniciada em trabalhos de José Murilo de Carvalho (sobre cidadania plena), Boaventura Sousa Santos (epistemologias do sul) e Paulo Freire (a comunicação dialógica, humanização, amorosidade e educação popular). Nesta busca pelo compromisso da Universidade, seguiu pela concidadania (Leonardo Boff), a história e a função da educação e da universidade (Ricardo Rossato) e o bem viver como oportunidade de imaginar outros mundos (Alberto Acosta e Aníbal Quijano Obregón).

Tipo de pesquisa:Problema da pesquisa:

Como é concebido o papel social das universidades públicas federais do Rio Grande do Sul considerando seus principais documentos, como o Plano de

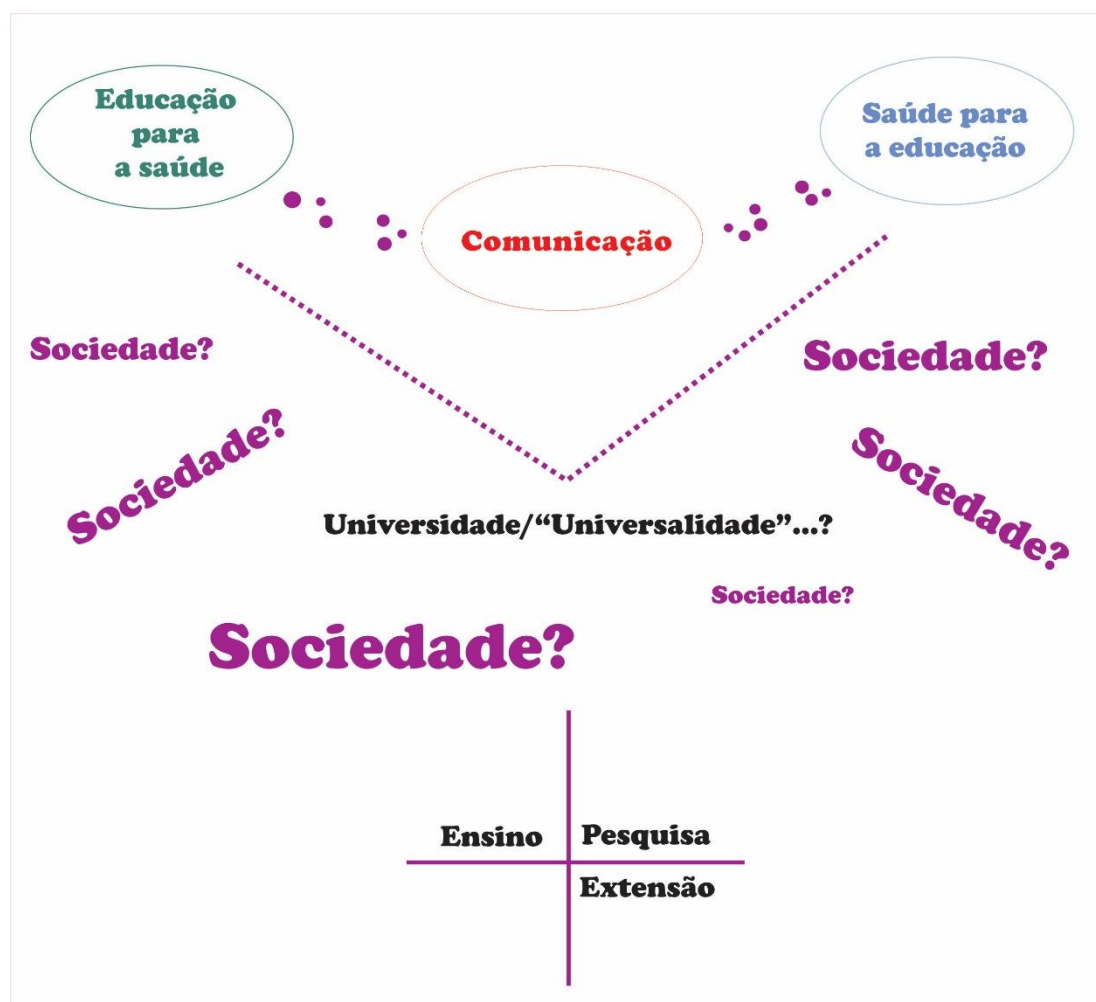


Desenvolvimento Institucional, os Regimentos e o Estatuto de cada Universidade, incluindo a relação ensino, pesquisa e extensão?

Questões centrais:

- Qual o compromisso da universidade com o quefazer público representado pela educação social?
  - É possível, a construção de um plano ao encontro da educação e do bem viver como quefazer público?
  - Quais os caminhos para equacionar esse compromisso social ao cotidiano da vida na universidade?
- Determinado na legislação, há indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão nas universidades?
- Os conhecimentos produzidos nas universidades públicas federais situadas no Rio Grande do Sul são visíveis, disponíveis e identificados com os interesses e as necessidades da sua população de referência?

Quadro das relações centrais da temática:



(Fonte: criação própria do autor, 2017).

O cenário desta pesquisa, portanto, está voltado ao compromisso da universidade com o quefazer público representado pela educação social, aos caminhos para equacionar esse cotidiano da vida social na universidade e à construção de um plano ao encontro da educação e do bem viver individualizado e coletivo, por meio de uma pedagogia para a comunicação universitária.

Os princípios relacionados aos fatores interagentes da educação, da saúde e da comunicação surgiram e se aprofundaram como alicerces para esse estudo e nas análises

em torno do papel e da função das universidades públicas federais localizadas no Rio Grande do Sul.

Mais a frente do exame da universidade sobre ângulos dos seus aspectos atinentes ao ensino, à pesquisa e à extensão, registro a coexistência de outros vetores interrogativos e problematizadores, se ‘universidade’ ou ‘universalidade’ e qual a modelagem de sociedade em torno da universidade?

Considerando o universo das universidades públicas federais brasileiras, foram pesquisadas 7 (sete) organizações sediadas no Estado do Rio Grande do Sul, que, somadas às demais do setor privado e públicas, resultam num total de 195 instituições de ensino superior- IES em funcionamento no Brasil.

Incluí no levantamento, as IES federais localizadas no Estado, mais do que faculdades isoladas, pluridisciplinares na formação de quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, em consonância com o que as credencia no Ministério da Educação-MEC, a partir do Decreto nº 5.773/2006, para as prerrogativas acadêmicas (BRASIL, 2006). Ficaram excluídas desse ângulo da pesquisa, as IES que, eventualmente públicas, não possuem essas credenciais de reconhecimento estabelecidas pelo MEC.

Vale lembrar que as instituições são credenciadas, inicialmente, como faculdades; depois, centros universitários e, posteriormente, universidades. As consequentes prerrogativas de autonomia dependem de avaliações sucessivas e funcionamento regular com padrão satisfatório de qualidade, como foi contextualizado no Voo 2 dessa apreciação, ao abordar o ensino institucionalizado na universidade pública.

Do total das 195 universidades brasileiras, as 109 instituições públicas de ensino superior estão distribuídas em 9 (nove) na região centro-oeste, 16 (dezesesseis) na região norte, 23 (vinte e três) na região sul, 29 (vinte e nove) na região nordeste e 32 (trinta e duas) na região sudeste.

O foco da minha análise foram as 7 (sete) universidades públicas federais do Rio Grande do Sul, cuja relação desse universo da pesquisa constou como anexo em espaço especial do relato deste estudo, por ordenamento da data de fundação. Essas IES são, respectivamente, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Faculdade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre-FFCSPA, a Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, a Universidade Federal de Pelotas-UFPEL, a Fundação Universidade do Rio Grande-FURG, a Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS e a Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA.

O território para a análise, definido o universo e o referencial teórico fundeado no quadro conceitual, estruturei nos documentos legais e oficiais apresentados pelas universidades, além dos Estatutos, Regimentos, Regulamentos, Planos de Desenvolvimento Institucional-PDIs, Projetos Políticos Pedagógicos e toda a fonte pertinente à legislação. Essa pesquisa documental serviu-se dos registros digitais publicizados pelas instituições, com a justificativa dos mecanismos tão propagandeados de transparência e gestão participativa, com base nas exposições registradas nos *sites* dessas organizações.

Acresci, ao conjunto, as informações divulgadas por seus dirigentes na mídia pública da instituição ou em veículos de comunicação de massa, oferecendo relevância às notícias e entrevistas veiculadas nos ambientes da sociedade local e regional de cada universidade.

Como destaque, registro que há universidades mais antigas valendo-se de meios tradicionais de divulgação, como são as emissoras universitárias de radiodifusão AM e FM, jornais impressos e unidades televisivas, para as quais também destinei audiência pessoal, leituras atentas, olhares interrogativos e reflexões.

Outra exploração nesta pesquisa acompanhou signos, significados e sentidos da mídia emanada sobre a instituição, mesmo sem ser a voz oficial dos seus dirigentes. Nesse ângulo, a minha visão contemplou oportunidades do que poderiam ser percepções da sociedade sobre a sua universidade circunvizinha.

Sob o ângulo da autobiografia, destinei-a para aparecer dialogando com a pesquisa documental e com as anotações do diário de campo pela observação militante. Por estar inserido no sistema de ensino superior na condição de docente há três décadas e meia, vi-me parte integrante de algumas dessas causas e efeitos, reagentes e produtos da interatividade do estudo.

Barros e Lehfeld (1999, p.60) argumentam que, essa liberdade, ressalta fatos e/ou aspectos de interesse para a pesquisa e que “as metodologias de pesquisas participantes e/ou metodologias dialéticas de investigação apoiam-se na técnica da história de vida como importante fonte de dados qualitativos”. Pela autobiografia, acrescentei comentários e vivências, não apenas anatômicas e fisiográficas da minha existência como pessoa e, sim, além da técnica da história da vida, individualizei o itinerário nos sistemas de ensino pelos quais ingressei, percorri e, por vezes, transgredi.

Ao recortar o problema da pesquisa busquei pela prometida transparência institucional à sociedade circunvizinha de cada IES. Nessa escolha, a necessidade da criação, da ampliação e da qualificação renovada de espaços dialogáveis, incorporadores de reflexões e de aspirações dos cidadãos envolvidos e cidadãs, para que os conhecimentos universitários sejam tornados mais disponíveis, mais operacionalizáveis e sempre mais compatíveis e inter-relacionados com os interesses da população.

As questões centrais para elucidar o enigma que me move na busca por esse mote procuram respostas a cinco itens interrogativos principais:

- qual o compromisso da universidade com o quefazer público da educação social?

- é possível construir-se um plano ao encontro da educação como quefazer público?

- quais os caminhos para equacionar respostas adequadas e qualificadas a esse compromisso social ao cotidiano da vida na universidade?

- Embora determinado na legislação, há indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão nas universidades?

- Os conhecimentos produzidos nas universidades públicas federais situadas no Rio Grande do Sul são visíveis, disponíveis e identificados com os interesses e as necessidades da sua população de referência?

Conheço, com profundidade, pelo tempo vivido e pela dedicação investigativa, as peculiaridades reagentes da educação para a saúde, da comunicação e da saúde para a educação. Houve progressos, porém, persistem espaços vazios e vagas ociosas a um processo de comunicação mais verdadeiro. Muitas vezes, esse afastamento é intencional; outras, por despreparo, desatenção ou ignorância das vantagens e possibilidades.

Em se tratando da instituição universitária, no foco de centro formador de quadros profissionais – e de nível superior – como estabelece o Ministério da Educação, apresento pistas de possibilidades para a construção e a edificação de uma pedagogia comunicacional para ser instalada, fermentada e praticada nas universidades. Ainda no estágio probatório, eu compreendi que há componentes institucionais, cristalizados ou ultramodernos, que as podem tornar ‘universalidades’. O mesmo raciocínio espeta o céu desse temário querendo saber: - “diante de qual tipificação de sociedade”?

A propósito da observação militante, coletei dados e medi fenômenos, de maneira assistemática. Vali-me do diário de campo, como participante individual e em campo, na realidade social de cada localidade. Concordo com Barros e Lehfeld (1999), de que, ao usar técnicas de coleta de dados que possibilitam uma sociopolítica junto às realidades enfocadas na metodologia dialética de abordagem dos problemas, o pesquisador estimula, intencionalmente, as mudanças. Percebi oportunidades e contribuí: por vezes, uma gota d’água no bico de um pássaro no incêndio da floresta.

Nessa técnica de trabalho, cumpri a sistematização e organização dos dados com a posterior devolução dos resultados desse estudo disponibilizando-os ao grupo das personagens do cenário social e das universidades, nos campos da formação de quadros

profissionais, da sua ação e atenção como agentes e atores da prática diária na função pública, da gestão e do – sempre importante – controle da sociedade.

Durante a análise e a interpretação dos dados, retornei aos objetivos e demais marcações e pousos para a reflexão do estudo e, como tenho feito em outros momentos, segui as recomendações científicas vigentes, cuidando, desde a etapa preparatória, onde busquei afastar falhas ou quaisquer distorções nas respostas e avaliações, até a classificação e categorização dos dados, codificação, tabulação dos achados, análise estatística e do conteúdo.

A análise dos dados foi estruturada em três finalidades: a primeira, de descobrir os fatos ligados ao material selecionado na coleta dos documentos e informações; a segunda, de atuar reflexivamente em torno da minha história de vida e divulgar compreensões pessoais sobre os contextos vivenciados e, a terceira, a de ultrapassar o nível espontâneo das mensagens e voos reflexivos. Os dados coletados foram analisados de maneira qualitativa, conforme a análise temática proposta pela Minayo, Deslandes e Gomes (2013), que consiste em três etapas: pré-análise, exploração do material reunido e tratamento dos resultados.

A fase de pré-análise esteve baseada na escolha dos documentos e informações iniciais, na retomada dos objetivos da pesquisa, reformulando-os, de acordo com o material colhido, no roteiro de análise da pesquisa, diário de campo e na elaboração de indicadores para a interpretação final.

A transformação dos dados brutos foi a fase da exploração do material, almejando a compreensão do texto e do contexto. Esses recortes feitos de texto e contexto organizei em arranjos como unidades de registro, construindo a classificação dos dados em categorias de especificação dos temas. Os resultados foram submetidos a operações que destacaram os subsídios e conhecimentos obtidos com as reflexões interpretativas e problematizadoras correspondentes.

Este caminho metodológico respeitou a todos os preceitos éticos inerentes, bem como, as marcações no campo do método investigativo e as estações deste voo em movimento. O encontro programado foi pelo estudo do compromisso da universidade com os quefazeres das instituições públicas de ensino e a construção de pistas para a proposta de uma pedagogia da comunicação universitária em benefício da emancipação da cidadania, da concidadania fraterna e do bem viver para a sociedade humana.



## **5 Voo 4 – A UNIVERSIDADE PÚBLICA ANALISADA SOB A ÓTICA DAS SUAS POLÍTICAS GESTORAS, DE ENSINO+PESQUISA+EXTENSÃO E DA COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE**

*A indissociabilidade  
ensino+pesquisa+extensão.  
Neste voar, a Comunicação  
é interna e com a sociedade.  
A gestão da Universidade  
quer educação social ?  
Há transparência, inserção local,  
bem viver e liberdade ?*

*(Dilmar Paixão, 2018)*

Percorrido o caminho metodológico previsto para este estudo do compromisso das universidades públicas federais localizadas no Rio Grande do Sul, respeitados os preceitos éticos adequados e as marcas das estações deste voo em movimento, organizei os resultados em quatro grandes arranjos a partir do campo investigado.

Ao exame, a primeira categoria temática propiciada reúne a análise da gestão destas sete universidades, o dispositivo do compromisso e a resposta social particularizada delas. Em seguida, aprecio, como diagnóstico, o bem viver e a educação social no ensino+pesquisa+extensão das universidades observadas. A terceira fase pesquisada aborda, criticamente, a comunicação, a inserção local, a integração regionalizada e a transparência institucional das sete universidades federais gaúchas. O quarto arranjo é para comentar problematizações contemporâneas sobre a universidade pública no Rio Grande do Sul, considerados os resultados da pesquisa, as hipóteses que a orientaram e as avaliações contextualizadas das notas do diário de campo e dos demais mecanismos e instrumentos anunciados na estratégia metodológica anteriormente. São problematizações presentes na vida institucional das universidades estudadas e sobre as

quais se fazem necessárias novas reflexões que possam orientar ou redirecionar o quefazer público, seus propósitos, modos de interatividade social e comunicação.

As políticas gestoras mais determinantes para o rumo das instituições, como um sobrevoo contextualizado, são encontradas com facilidade, porque são proferidas por dirigentes dos estabelecimentos em entrevistas, pronunciamentos e textos assinados com relativa frequência, inclusive, em editoriais de publicações impressas no formato de jornais, revistas e livros. Constam, peremptórias, nos Estatutos Institucionais e documentos como o Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI e o Plano Político Pedagógico-PPP. Essas manifestações, majoritariamente, são de simples compreensão e muito ligadas às propostas pensadas e apresentadas durante a campanha eleitoral para cada Reitoria. Num visual generalizado, os dirigentes mencionam esses propósitos demonstrando que há um cuidado com o direcionamento da instituição para o horizonte.

Ainda atinente à estrutura organizacional da gestão universitária, há instrumentos requisitados pela legislação brasileira do setor educacional que aproximam a redação dos documentos oficiais dos diversos estabelecimentos estudados entre si. É o caso, com maior relevo, dos Projetos Pedagógicos ou Projetos Políticos Pedagógicos e dos Planos de Desenvolvimento Institucionais-PDIs. O Plano Nacional de Educação e as Diretrizes Curriculares Nacionais completam esse conjunto maior de normativas e têm influenciado, diretamente, o pensamento gerenciador da coordenação universitária.

Como uma nova etapa para revelar e orientar o crescimento, a trajetória cursada e a direção projetada de cada universidade, os PDIs atendem, logo nas primeiras páginas, aos elementos mínimos indicados no Decreto nº 5.773/2006, divulgando componentes da sua identidade estabelecida nas anotações da missão, da visão, dos princípios e dos valores institucionais.

Os projetos pedagógicos, de modo similar, vigoram inclusos ou remetem aos PDIs. Por conterem parâmetros educacionais e didáticos que seriam renovadores se fossem implantados, implementados e fortificados na sua integralidade, esses projetos

precisam gestões públicas universitárias garantidoras do seu cumprimento, criativas, motivadoras e organizadas para que resultem em inovações atualizadas e, principalmente, estejam identificadas com as necessidades e com os interesses da sua comunidade interna e da sua população adstrita.

A segunda categoria é formada pelas intenções e pelas propostas institucionais a respeito do bem viver e da educação social sob consignações das vulnerabilidades humanas e no espectro da – recomendada – “indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão” da universidade.

Para refletir sobre essas finalidades na gestão universitária, é melhor grafar o arranjo ‘ensino+pesquisa+extensão’ do que “no ensino, na pesquisa e na extensão da universidade”, como tem sido mais tradicional. Isto é mais fiel à meta de buscar a ‘indissociabilidade’, reconhecendo-se que ainda resistem situações “se-pa-ra-ti-vas” entre esses pilares centrais de sustentação das universidades e para as quais prometem estar atentas todas as administrações das reitorias.

A terceira especificação dos registros pesquisados é muito complexa, porque requer elaborações atualizadas e que identifiquem o dinamismo de toda abordagem social e comunitária na interface com os segmentos universitários. O funcionamento de cursos graduantes e de pós-graduação, que formam e especializam profissionais para áreas específicas do conhecimento, habilidades e competências, têm reproduzido características de disciplinaridade, reclusa e exclusiva, adicionando pouca inovação e mudança ao cenário do ensino ‘superior’.

O sistema de comunicação estabelecido conta, excetuadas as unidades recém-fundadas por projetos políticos especiais de incentivos, com equipamentos tradicionais e muito antigos, diante de custos elevados para serem modernizados. É o caso da radiodifusão, do jornalismo e até das televisões universitárias que não conseguem acompanhar com investimentos a modernização dos recursos materiais.

Outros instrumentais funcionam, porém, em busca dessa comunicabilidade, como aparelhos digitais e mídias eletrônicas ajustadas pelos próprios usuários, muitas vezes, com informações verdadeiras e não oficializadas. O hábito de visitar os sites das unidades acadêmicas ou de ser espectador das notícias por meios próprios é quase inexistente, variando, contudo, em cada unidade acadêmica e universidade. Os veículos de comunicação social ‘do mercado’ seguem, historicamente, ganhando esses espaços. Evidentes, são as exceções em alguns horários e programações peculiares.

A minha posse como docente na UFRGS, vindo de uma emissora comercial líder de audiência na função de locutor e produtor, alcançou-me o convite para colaborar com a programação da Rádio da Universidade, “a pioneira das emissoras universitárias do país” e, atualmente, integrante do Centro de Teledifusão Educativa da UFRGS, Rádio e Televisão (UFRGS, 2018, p.1). A crença na rapidez do rádio, o idealismo de ajudar e a minha esperança na qualidade profissional da informação assinaram esse compromisso quase antes de mim.

Por oportuno, faço esse apontamento, não como uma ficção ou suposta ideia para o futuro, porque não é um plano, mas o comentário de uma vivência desenvolvida como ensino, exercício de estímulo à reflexão e desempenho provado na realidade. Planejamento, direção, controle, avaliação e registros conferiram-me elementos para poder almejar uma comunicação universitária mais dinâmica, agilizada, útil à sociedade e que possa preparar mais discentes do que aqueles do Curso de Comunicação, Habilitação em Jornalismo.

Ao manter a produção, pesquisa e apresentação do programa denominado Saúde Coletiva, por cinco anos, na Rádio da Universidade, avalio como rica experiência poder capacitar profissionais especializando da UFRGS, estudantes, docentes e lideranças comunitárias para debates em torno de assuntos da realidade social e das políticas públicas. O encerramento dos cursos na modalidade de pós-graduação *lato sensu*, a impossibilidade de bolsas para os alunos de graduação, a característica de ser atividade extra, não remunerada, sem vantagens como a redução de carga horária ou

contagem de créditos para os discentes, todavia, finalizaram essa programação radiofonizada.

Sendo instituição formadora de profissionais, esses meios formais são operados por estudantes do jornalismo, no entanto, envolvem, raramente, colegas de outros cursos em suas entrevistas e reportagens. No ensino superior não é possível treinar a elaboração de entrevistas e a consequente preparação para as respostas como pessoas entrevistadas? Pode ser um excelente laboratório de aprendizagem.

A comunicação e os aspectos ligados à inserção local, à integração nas diversas regiões de alcance e à transparência institucional dessas universidades nas suas diferentes modalidades de pressupostos e práxis das políticas públicas não devem isentar os veículos de comunicação internos na universidade dessas responsabilidades. Sublinho que, no caso da UFRGS, a Rádio da Universidade é a “pioneira das emissoras universitárias do país” (UFRGS, 2018). Portanto, acredito que haja um requisito a ser conquistado: que a Universidade se oriente por uma comunicação universitária pedagógica.

No diário de campo do estudo, embora a complexidade dessa avaliação, eu anotei outros olhares desse cenário das universidades públicas localizadas no Rio Grande do Sul. Sistematizei essas análises como problematizações contemporâneas, em uma quarta categoria, com interfaces da gestão, da disposição do compromisso, da educação social, do sistema de comunicação institucional e dos objetivos para as práticas de ensino, pesquisa e extensão. Ressalvo que não está selecionado como um item independente do pulsar e da respiração da universidade. Antes, resgata à discussão, pensares e constatações de um voo solo diante de problemas inerentes a uma ou outra unidade acadêmica, curso ou instituição universitária, tema essencial deste estudo.

## 5.1 A GESTÃO DA UNIVERSIDADE, O DISPOSITIVO DO SEU COMPROMISSO E A SUA RESPOSTA SOCIAL À COMUNIDADE

O encontro programado pelo estudo do compromisso da universidade com os quefazeres das instituições públicas de ensino e a construção de pistas para a proposta de uma pedagogia da comunicação universitária em benefício da emancipação da cidadania, da concidadania fraterna e do bem viver para a sociedade humana tem nas políticas da gestão, o maior desafio.

A missão, a visão, os princípios e os valores são quatro pontos referenciais para orientar a gestão, pois mencionam objetivos como o desenvolvimento da educação superior, a excelência e o compromisso social, a formação das pessoas e a ênfase ao conhecimento capaz de promover as transformações sociais necessárias e inadiáveis. Princípios, como a autonomia universitária, a promessa da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, da pluralidade, da democracia e do respeito à dignidade da pessoa humana, correspondem aos desafios de pronunciar os valores da responsabilidade social, da transparência, da inclusão, da inovação, da internacionalização e da interdisciplinaridade.

Essas incumbências resultam num painel muito semelhante entre essas instituições estudadas, quer sejam oriundas de normativas ordenadas pelos documentos legais, quer pela proximidade e periodicidade de reuniões conjuntas capazes de identificarem anseios sociais e reivindicações com inegáveis fundamentos teóricos e científicos.

As políticas de gestão aparecem diretamente vinculadas à intencionalidade dos objetivos institucionais, algo dinâmico e sistêmico, como conjunto institucional e interdependência entre as unidades administrativas e acadêmicas, reafirmando o agir em busca de meios para realizar seu Plano de Desenvolvimento.

O PDI é um conjunto de políticas estimuladoras do comprometimento com os interesses da sociedade em ter educação superior de qualidade, de forma a garantir a

melhor aplicação de recursos na instituição. “Gerir a universidade é praticar atos que, orientados pelo compromisso social, aproximem e coloquem em diálogo os sujeitos institucionais entre si e com a comunidade”, visando proporcionar a condição aos atores no conceber e fazer a universidade necessária (UNIPAMPA, 2013, p.36).

A responsabilidade social prima por amplos espaços coletivos de conhecimento, construção de ideias para a responsabilidade social, respeitadas as diferenças e preservação ambiental dos espaços ocupados pela Universidade (UNIPAMPA, 2013).

Como instrumento de planejamento estratégico da **Universidade Federal de Santa Maria-UFSM**, o PDI 2016-2026 apresenta as Diretrizes das suas Políticas Institucionais. É o quarto documento elaborado. O primeiro deles vigorou de 2001 a 2005, publicado somente em agosto de 2002. Contudo, significativa evolução teve o PDI 2011-2015, com seis objetivos, agrupados em um mapa estratégico, que, em uma abordagem direta, previu a relação com a sociedade e o ambiente externo, organizada em duas direções. A primeira delas a que pretendia desenvolver ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão com foco na inovação e sustentabilidade. O segundo ponto, não menos importante, augurou a ampliação das ações de inclusão, acesso e acessibilidade, de cooperação e de inserção social (UFSM, 2016).

O Plano atual relaciona o planejamento e avaliação institucional; a governança, controle interno e gestão de riscos; a organização administrativa; as gestões de pessoas, orçamentária e ambiental; a tecnologia de informação; a assistência estudantil; a infraestrutura; a comunicação; a acessibilidade; a inovação, o empreendedorismo e a transferência de tecnologias. No trabalho, está um novo Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que contém as diretrizes das políticas de ensino, de pesquisa e de extensão, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão-CEPE (UFSM, 2016).

Com um olhar no futuro, como afirma o Reitor Paulo Afonso Burmann (UFSM, 2016), sete desafios foram assumidos pela Universidade. São eles: a internacionalização; a educação inovadora e transformadora com excelência acadêmica; a inclusão social; a inovação, geração de conhecimento e transferência de tecnologia; a modernização e

desenvolvimento organizacional; o desenvolvimento local, regional e nacional; e a gestão ambiental.

Ao apresentar o PDI, o Reitor Burmann salienta o princípio da relevância social para o desenvolvimento humano, científico, cultural e tecnológico, avaliando que, diante desses desafios, “pensar na UFSM é comprometer-se com a formação acadêmica de excelência e ampliar a integração da universidade com a comunidade” (UFSM, 2016, p.6).

A **Universidade Federal de Pelotas-UFPEL** tem o seu Plano de Desenvolvimento Institucional, previsto de 2015 a 2020, alicerçado no Projeto Pedagógico aprovado em 1991 e revisado em 2003, e no Plano Nacional de Educação de junho de 2014. Fundamenta-se na ideia de que a Universidade deve orientar-se pelo compromisso com a democracia, com a sua natureza pública e gratuita, com a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão e com atenção permanente aos interesses da coletividade local e da região (UFPEL, 2015).

Segundo diagnóstico autoavaliativo, transformações estruturais ocorridas na instituição e na universidade brasileira seguem exigindo respostas concretas aos seus compromissos. O PDI da UFPEL destaca a urgência de pactuar uma concepção acadêmica que, verdadeiramente, integre o ensino, a pesquisa e a extensão; que atenda aos interesses da coletividade; que assegure a interatividade do processo de ensino-aprendizagem; com novas tecnologias; que respeite e que se adeque às individualidades de cada aluno (UFPEL, 2015).

A UFPEL tem assumido o compromisso de formar profissionais críticos, criativos, autônomos, transformadores e responsáveis, desafio esse que ganha vulto no cenário da democratização do acesso à universidade, “a UFPEl mais plural e mais diversa” (UFPEL, 2015, p.6).

Reflexões sobre o Projeto Pedagógico da UFPEl, o PNE e o PDI incentivaram as deliberações para selecionar dezenove objetivos estratégicos, a saber:



1. Ampliar a divulgação e comunicação interna e externa dando transparência a suas ações. 2. Desenvolver ações de forma articulada com a rede de educação básica visando qualificação e desenvolvimento mútuos. 3. Incrementar e institucionalizar políticas de integração e intercâmbio com outras universidades e organizações. 4. Apoiar iniciativas de inovação tecnológica e de desenvolvimento regional. 5. Consolidar as políticas de internacionalização na UFPel. 6. Valorizar a produção e difusão cultural e artística. 7. Produzir e disseminar conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos. 8. Assegurar o equilíbrio entre as ações do ensino, da pesquisa e da extensão. 9. Intensificar as relações entre UFPel e sociedade. 10. Buscar a qualidade e eficiência administrativa. 11. Qualificar a graduação e a pós-graduação. 12. Fortalecer as políticas de acesso, inclusão e permanência dos estudantes, com aproveitamento. 13. Desenvolver pedagogia universitária. 14. Desenvolver ações continuadas de qualificação dos servidores. 15. Qualificar as condições de trabalho e estudo. 16. Expandir a pós-graduação. 17. Conceber e implantar um processo de planejamento espacial para a UFPel. 18. Atuar e comprometer-se com a formação da consciência socioambiental para a sustentabilidade. 19. Difundir, em todas as ações da Universidade, os princípios contidos no Projeto Pedagógico Institucional (UFPEL, 2015, p.7).

Embora a totalidade desses dezenove objetivos estratégicos tenham configurações com as políticas gestoras, o dispositivo do compromisso e a resposta social à comunidade pelotense, analiso como de alta relevância que sejam assinalados objetivos e ações destinadas a “ampliar a divulgação e comunicação interna e externa dando transparência a suas ações” e difusão dos princípios assumidos no PPI; “incrementar e institucionalizar políticas de integração e intercâmbio” com outras universidades e organizações, como a rede de educação básica, tendo em vista a mútua qualificação e desenvolvimento; incrementar o território regional, a difusão e produção de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos, sendo acentuado o compromisso por intensificar as relações entre UFPel e a sociedade, por meio de políticas de acesso, de inclusão e de permanência dos estudantes, com aproveitamento (UFPEL, 2015, p.7).

Finalidades como a qualidade e a eficiência administrativa, ações de qualificação dos servidores e das condições de trabalho e estudo, além da concepção e implantação de um processo de planejamento espacial para a UFPEL, comprometido com a

consciência socioambiental para a sustentabilidade, reforçam o molde do padrão gestor para a universidade (UFPEL, 2015).

No interesse deste estudo, quero salientar um cuidado e uma responsabilização, quase exclusiva, documentada pela UFPEL: “Desenvolver pedagogia universitária” (UFPEL, 2015, p.7). Deste modo tão explícito, recorro à escrita deste objetivo como um reforço para essa campanha pelo reconhecimento de que há um compromisso inerente e notório da interatividade entre a pedagogia e as instituições de ensino, de maneira especial, as que são universitárias – mais, ainda, as universidades públicas.

A **Universidade Federal do Pampa-UNIPAMPA** marca, no início da sua missão, que, “através da integração entre ensino, pesquisa e extensão”, assume promover a educação superior de qualidade, com vistas à “formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional” (UNIPAMPA, 2013, p.14).

A sua visão, expressa no PDI 2014-2018, é a de se constituir como instituição acadêmica de excelência, integrada e comprometida com o desenvolvimento e com a formação de agentes para atuar em prol da região, do país e do mundo. Listam como seus valores a ética, a liberdade, a democracia, o respeito à diferença, a solidariedade, a transparência pública e a excelência acadêmica e técnico científica (UNIPAMPA, 2013).

O processo de elaboração do PDI UNIPAMPA 2019-2023 foi lançado em 11 de junho de 2018, quando o Reitor Marco Antonio Fontoura Hansen lembrou que se trata de uma programação para o futuro, atenta à conjuntura político-econômica atual na intenção de que a UNIPAMPA continue a ser construída “uma Universidade pública, de qualidade, gratuita, inclusiva e socialmente referenciada” (ROSA, 2018, p.1).

Na mesma solenidade, o Pró-Reitor de Planejamento e Infraestrutura, Luis Hamilton Tarragô, frisou que o PDI é ferramenta essencial de planejamento estratégico para a gestão e o ensino, acentuando o desafio de construir o novo Plano sensibilizando a comunidade acadêmica “para o cenário que vivenciamos, defender aquilo que

conquistamos, aperfeiçoar a academia e prepará-la para um futuro cada vez mais suscetível a fatores externos” (ROSA, 2018, p.1).

A resposta à sociedade que lhe circunda é intrínseca à criação da UNIPAMPA, pois resultou de reivindicações regionais da comunidade, sendo fundada para assistir a um extenso território, com sérios problemas no processo de desenvolvimento, no acesso à educação básica e à educação superior - a chamada “Metade Sul” do Estado do Rio Grande do Sul. Por sua localização, foi destinada a ampliar a oferta do ensino superior gratuito e de qualidade nessa região e a contribuir com a integração e o desenvolvimento da região de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina.

“O anúncio de futuro para a UNIPAMPA tem base em quatro eixos estruturantes: a excelência acadêmica, o aperfeiçoamento institucional, a dimensão humana e o compromisso social”. Neste perfil, a excelência acadêmica mira a tríade ensino, pesquisa e extensão; bibliotecas; inovação; desenvolvimento sustentável; interdisciplinaridade; manutenção e ampliação dos laboratórios de ensino (UNIPAMPA, 2013, p. 20).

O eixo do aperfeiçoamento institucional afeta a gestão, a infraestrutura, a comunicação e a consolidação das relações internacionais. Na dimensão humana posicionam-se o dimensionamento de pessoal, encargos docentes, políticas de qualificação e capacitação dos servidores. O eixo denominado compromisso social engloba as ações afirmativas, a acessibilidade e políticas voltadas aos estudantes em situação de vulnerabilidade social (UNIPAMPA, 2013).

A **Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS** tem estrutura multicampi e, mesmo com sede e foro no município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, estende-se à região noroeste e ao planalto do Rio Grande do Sul, com sedes nos municípios de Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo. Foi criada pela Lei nº 12.029, de 15 de setembro de 2009, situada na Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul e entornos (UFFS, 2016).

Pelo princípio da autonomia didático-científica, o Estatuto da UFFS estabelece, no seu âmbito, a política de ensino, pesquisa e extensão, prevista para ser ‘de forma

indissociável'. Além disso, como as demais universidades, pode criar, organizar, modificar e extinguir cursos, programas, currículos e atividades de educação superior, regimes acadêmico, didático e científico. A autonomia administrativa decide a política geral de gestão, Estatuto, Regimento Geral e demais normas da UFFS; política de pessoal; critérios para atividades acadêmicas e administrativas; celebrar convênios, contratos e ajustes com entidades públicas e privadas. Diretrizes idênticas aplicam-se à gestão financeira e patrimonial (UFFS, 2016).

O Estatuto da UFFS organiza a instituição em quatorze princípios. Inclui temários atualizados e definições inquestionáveis, como a gratuidade do ensino, a educação como bem público, equidade no acesso e permanência na educação 'superior', além do compromisso com a inclusão, a justiça social e combate às desigualdades socioregionais; defesa da dignidade e dos direitos humanos e combate aos preconceitos; respeito à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, e apreço à tolerância no acolhimento de posicionamentos e posturas acadêmicas divergentes (UFFS, 2016).

Ainda no rol dos princípios da UFFS está a orientação de que haja vínculos entre a educação, o trabalho e as práticas sociais e a valorização da experiência extraescolar; a universalidade do conhecimento, amparada na interdisciplinaridade e no pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, com o preceito legal de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (UFFS, 2016).

A integração entre formação geral, de área e específica nos currículos, o diálogo permanente com a comunidade regional da sua abrangência, o desenvolvimento cultural, artístico, científico, tecnológico e socioeconômico, de forma sustentável, a gestão democrática e ética no trato da coisa pública, bem como, a legalidade, impessoalidade, moralidade, imparcialidade, publicidade, eficiência, eficácia e efetividade configuram os parâmetros orientadores da instituição nos seus campi (UFFS, 2016).

A gestão da UFFS está organizada para funcionar em regime de administração descentralizada e democrática, por delegação de competência conferida pelo reitor,

transparência nos serviços e processos, descentralizada em responsabilidades e competências, observando as demandas das comunidades local e regional, tendo o PDI por unidade de ação.

Uma inovação importante, que serve de exemplo a outras instituições, são os órgãos consultivos da UFFS. Além da consultoria e assessoramento da Procuradoria Geral, há o Conselho Comunitário e o Conselho Estratégico Social. A composição do Conselho Comunitário e suas competências constam no Regimento do Campus, no entanto, destaco que a representação majoritária é da comunidade regional. O Conselho Estratégico Social contribui, segundo o artigo nº 46, do Estatuto da UFFS, com o desenvolvimento e a caracterização como “instituição de educação superior pública e popular, inserida regionalmente e comprometida com a produção e a disseminação de conhecimentos social e ambientalmente relevantes” (UFFS, 2016, p.21).

Considero, naturalmente, o tamanho, o período e o contexto da criação desta universidade, todavia o formato da sua organicidade merece destaque, porque coloca em atividade um Conselho Comunitário, quanto implanta e implementa o Conselho Estratégico Social. Membros dos Conselhos Comunitários representam organizações e movimentos da região no Conselho Estratégico, confirmando a missão institucional de “universidade aberta a toda a sociedade, comprometida com a inclusão social da população mais carente e com a produção e a disseminação do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida das pessoas” (UFFS, 2016, p.22).

O Conselho Estratégico Social tem a sua competência deliberada pelo artigo 47 do Estatuto: analisar e avaliar o impacto social, econômico, cultural e educacional da UFFS na região da Fronteira Sul e entornos; propor à gestão, formas, mecanismos e estratégias para aprofundar a inserção na comunidade; ações de natureza política, administrativa e acadêmica a serviço do desenvolvimento regional e, em especial, da população em situação de vulnerabilidade socioeconômica; propor novos campi e cursos e emitir parecer sobre o PDI; fomentar o debate de temas emergentes e indicar representantes da comunidade regional no Conselho Universitário (UFFS, 2016).

O perfil da UFFS, na caracterização de ser universidade pública, popular e de qualidade, remete ao comprometimento com a formação da cidadania consciente e comprometida com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do Brasil, sendo democrática, autônoma, com pluralidade de pensamento e a diversidade cultural com garantia de espaços para a participação dos diferentes sujeitos sociais (UFFS, 2018).

O dispositivo do compromisso prenunciado da UFFS, na inovação da sua proposta, pensada para a implantação e o desenvolvimento, agrada-me, sobretudo, pois se esforça em buscar e aperfeiçoar estratégias para cumprir a responsabilidade universitária de dialogar com as comunidades, combater às desigualdades socioregionais, garantir acesso e permanência no ensino superior, em especial, para a população excluída do campo e da cidade, respeitando a agricultura familiar e os pequenos agricultores como setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento, premissas da valorização e da superação da matriz produtiva (UFFS, 2018).

**A Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre-UFCSPA** há dez anos foi transformada em universidade. Após 47 anos como Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre, a Lei nº 11.641, em 11 de janeiro de 2008, instituiu a UFCSPA com a missão de “Produzir e compartilhar conhecimento e formar profissionais da área das ciências da saúde com princípios humanistas e responsabilidade social” (UFCSPA, 2014, p.8). Sua visão é a de “Ser modelo de Instituição de Ensino Superior e referência nacional na área das ciências da saúde” (UFCSPA, 2014, p.8).

O seu Estatuto, aprovado pelo Conselho Universitário em 21 de maio de 2008, está em revisão (Junho/2018), mesmo assim, é possível admitir que os seus princípios permanecerão observados: a formação humana, científica, técnica, profissional e cultural; o desenvolvimento da pesquisa na perspectiva da expansão do conhecimento e as necessidades da sociedade; a cooperação e o intercâmbio científico, técnico e cultural; o compromisso com a qualidade e a ética, com o patrimônio natural e com o desenvolvimento educacional, científico, tecnológico, cultural e socioeconômico do país;

além do aprimoramento da democracia, da justiça, da defesa dos direitos humanos, da preservação do meio ambiente e da melhoria da qualidade de vida (UFCSPA, 2018).

A universidade é orientada para os objetivos de: formar profissionais aptos para inserção no mercado de trabalho e na sociedade, colaborando com a sua formação contínua; estimular a criação cultural, o espírito científico e o pensamento reflexivo; incentivar o trabalho de pesquisa; promover a divulgação de conhecimentos científicos, técnicos e culturais e comunicar o saber, através do ensino, de publicações ou outras formas de comunicação; possibilitar a concretização do aperfeiçoamento profissional e cultural, incluindo, também, a promoção da extensão, difundindo conquistas e benefícios, resultantes da pesquisa científica e tecnológica e da criação cultural geradas na instituição (UFCSPA, 2018).

A gestão da universidade esteve, como destaque, no período de 2004 a 2008, focada em transformar a instituição em especializada na área da saúde, construindo um Plano de Metas da Gestão, divulgando-o, acompanhando-o e o adequando quando necessário, servindo de base para novas avaliações e planejamentos. No intuito de melhorar os indicadores de desempenho institucional, a administração da UFCSPA dedicou-se a motivar a criação de oportunidades para a inclusão social; reforçar o diálogo e a participação com a comunidade interna; desenvolver ações de relevância social; atualizar/aperfeiçoar os servidores; reestruturar e racionalizar os processos administrativos; ampliar o ensino da graduação na direção da atenção básica à saúde; avaliar competências e habilidades ao término dos cursos de graduação; elevar a nota atribuída aos programas de pós-graduação pelo sistema de avaliação da CAPES; qualificar, consolidar e expandir a atividade de pesquisa; criar novos programas de pós-graduação; manter o credenciamento dos programas de residência médica; consolidar as atividades de especialização; além de reestruturar e implementar as atividades de extensão (UFCSPA, 2014).

As metas de 2009 a 2013 destinaram-se a consolidar a identidade didático-pedagógica, ampliar a oferta de vagas e cursos, atividades curriculares de prática

profissional na comunidade, expandir programas de pós-graduação, a pesquisa, atividades culturais e a extensão. Quis a gestão da UFCSPA, coordenar e centralizar a captação dos dados institucionais e realizar a divulgação dos indicadores de desempenho da universidade, implantar o Programa de Avaliação Institucional e seus processos, convênios e delinear o perfil dos egressos da instituição, seguindo o qualificar dos processos de aquisição, distribuição e controle de bens e serviços, racionalizar custos e ampliar a qualificação dos servidores (UFCSPA, 2014).

A UFCSPA, de 2013 a 2017, distribuiu as metas para orientar a sua gestão em cinco eixos: a qualificação da gestão; a expansão sustentada; qualificar do ensino, pesquisa e extensão; assistência à comunidade interna e a preservação da história institucional (UFCSPA, 2014).

O eixo da expansão sustentada da UFCSPA para o período visou o aumento no número de cursos, programas e vagas na graduação e pós-graduação; implantar um novo local denominado Campus Santa Tereza; planejar a criação de campus fora da capital do estado; ambientes para a inovação; ampliar e aperfeiçoar o relacionamento institucional com a sociedade, divulgando a marca da instituição (UFCSPA, 2014).

O eixo da qualificação do ensino, pesquisa e extensão comprometeu-se com os cursos de graduação, programas de pós-graduação e programas e projetos de extensão, aprimorando a infraestrutura de pesquisa e pós-graduação, avançando na internacionalização, no programa cultural e no perfil empreendedor, inovador e de responsabilidade sustentável na formação acadêmica (UFCSPA, 2014).

A qualificação da gestão como eixo esteve voltada para ampliar a abrangência do Sistema de Direção Estratégica (SDE); aumentar a participação de servidores técnicos e docentes na administração; estabelecer uma política de gestão de pessoal; aprimorar a qualidade dos serviços prestados pelos técnico-administrativos, o Programa de Avaliação Institucional, a governança da Tecnologia da Informação (TI) e a viabilização de uma fundação de apoio ao funcionamento da universidade (UFCSPA, 2014).



O eixo da assistência à comunidade interna mostrou a preocupação em estimular a integração da comunidade interna, ampliar a segurança interna da comunidade, implantar Restaurante Universitário (RU), expandir o Programa de Ações Afirmativas e o Programa de Atividade Física (UFCSPA, 2014).

O quinto eixo orientou a gestão no sentido de preservar a história institucional com ações para cuidar a memória e criação da universidade (UFCSPA, 2014).

O Plano de Desenvolvimento Institucional para o período de 2014 a 2019, como era de se esperar pela ampliação das atividades, propõe a consolidação dos objetivos e metas pactuados na vigência do PDI anterior e projeta o crescimento e a expansão da universidade (UFCSPA, 2014).

Como a área das atividades públicas em saúde sofrerão, mais ainda, com as enormes dificuldades sob esses cortes impostos pelo governo federal desde a PEC da Morte (Proposta de Emenda Constitucional nº 242/2016 transformada na Emenda Constitucional nº 95/2018), o papel da UFCSPA é muito importante, quer no diagnóstico e acompanhamento dessas mudanças na sociedade, quer na organização de atividades que preparem melhor os profissionais egressos e os gestores públicos para o enfrentamento desses óbices e problemas atuais na sociedade.

A **Universidade Federal do Rio Grande-FURG** está em vias de elaboração e aprovação do seu PDI para 2019 a 2022, orientando seus objetivos e estratégias enquanto instituição pública, pensada pela sua capacidade de produção de conhecimentos, de inovação e pela filosofia que rege a vida coletiva da instituição com a sociedade. A FURG manifesta, desde essa apresentação, que está orientada no diálogo com a comunidade universitária e com a sociedade (FURG, 2014).

A vocação da FURG considera que ela “se insere, de maneira particularmente privilegiada, num ecossistema costeiro, do qual formula sua orientação filosófica, características históricas, culturais e sociais próprias da posição ambiental regional” (FURG, 2014, p.15). Interagir com o ecossistema costeiro implica enunciar alternativas de

desenvolvimento harmônico entre sociedade e natureza. Por isso, a FURG anuncia a formação acadêmica priorizada por uma questão metodológica fundamental: a busca de “um relacionamento predominantemente horizontal entre os diferentes atores sociais, entre esses atores e os recursos naturais, e entre necessidades humanas e bens naturais” (FURG, 2014, p.15).

Nesse sentido, a sua missão é promover o avanço do conhecimento e a educação plena com excelência, formando profissionais contribuintes para o desenvolvimento humano e a melhoria da qualidade socioambiental. A visão quer consolidar a imagem nacional e internacional de referência em educação, desenvolvimento tecnológico e estudo dos ecossistemas costeiros e oceânicos (FURG, 2014, p.16).

As diretrizes que pautam as suas ações têm compromisso com a qualidade; com a construção de um projeto de sociedade comprometido por valores éticos, estéticos e educacionais; socialização de conhecimentos; gestão democrática e a formação envolvendo questões socioambientais, desenvolvimento humano, científico e tecnológico, além da autonomia para administrar seus conhecimentos e saberes, participando ativamente na sociedade (FURG, 2014, p.16).

As intenções de integração com diferentes níveis e modalidades de educação, políticas públicas voltadas às comunidades em situação de vulnerabilidades, promoção de políticas inclusivas de acesso e permanência dos estudantes e integração da ciência e da tecnologia em relação dialógica com a sociedade, reconhecendo o valor dos saberes populares na produção de conhecimentos e do planejamento e avaliação dos processos educativos e da gestão merecem destaque entre as diretrizes institucionais (FURG, 2014, p.16).

Na **Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS**, o PDI foi revisado e renovado para o intervalo de 2016 a 2026, após uma ampla consulta pública e debates em quatro sessões do Conselho Universitário-CONSUN. Foi aprovado pela Decisão do CONSUN nº 179/2016, de 24 de junho de 2016. Recebeu, como slogan, desde os

primeiros movimentos revisionais, a chamada motivadora: “Construa o futuro da UFRGS” (UFRGS, 2016, p.1).

O PDI do período quinquenal 2011-2015 estabeleceu como seus pilares direcionadores: a *expansão*, a *inclusão*, a *excelência* e a *eficiência*. Os resultados avaliativos consideraram que “ter um PDI contribuiu para que a excelência da UFRGS evoluísse e este feito foi percebido positivamente pela comunidade” (UFRGS, 2015, p.10). Os indicadores da *excelência* demonstraram crescimento expressivo, entre as primeiras no ranking das instituições de ensino superior, com conotação positiva para a internacionalização, pelos aumentos na quantidade de citações em periódicos internacionais, da mobilidade acadêmica e de convênios com universidades de outros países (UFRGS, 2015, p.8).

A *eficiência* foi avaliada como em crescimento moderado, com ações de infraestrutura avaliadas igualmente nas conotações positiva e negativa, enquanto a segurança foi a maior reprovação em todo o processo avaliativo. Destaques para o ensino e pesquisa de pós-graduações, com concluintes dos cursos e publicações internacionais; reocupação de vagas ociosas na graduação; captação de investimentos para pesquisa por meio de editais, convênios e contratos; ações gestoras de reestruturação e otimização, com projetos que criaram a divisão chamada de Escritório de Processos no Departamento de Gestão Integrada alterado do Departamento de Informações e Planejamento Institucional; criação da Escola de Desenvolvimento para qualificar professores e técnicos administrativos, além de outras estruturas como a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil; novos cursos e a expansão do quadro técnico docente e demais servidores pelo Projeto REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), bem como, mudanças na Avaliação Institucional, de Desempenho e o Relatório de Gestão, reequipamento de laboratórios, preservação de prédios históricos, renovação da área física e busca pela melhoria da qualidade do trabalho (UFRGS, 2015, p.12).

Crescimento expressivo resultou da política de *inclusão* na UFRGS com ações afirmativas, acessibilidade e responsabilidade social. Essa avaliação alcançou índices mais

positivos do que negativos, reunindo programas específicos de graduação para atendimento de demandas sociais, como a Pedagogia na modalidade à distância (Pedagogia EAD); inclusão de estudantes com necessidades especiais e a ampliação de restaurantes universitários e programa de reciclagem de papel (UFRGS, 2015, p.15).

A *missão* da UFRGS, objetivo superior da instituição é: “Desenvolver educação superior com excelência e compromisso social, formando indivíduos, gerando conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico, capazes de promover transformações na sociedade” (UFRGS, 2016, p.12). Esse compromisso assumido é projetado para além dos aspectos formativos, da educação com excelência e da geração do conhecimento, pois determina a sua capacidade de promover transformações na sociedade.

A *visão* da UFRGS para 2026 é: “Ser uma Universidade reconhecida pela sociedade como de excelência em todas as áreas de conhecimento em âmbito nacional e internacional” (UFRGS, 2016, p.12). Esse registro de reconhecimento nacional e internacional como de excelência em todas as áreas constou, mais fortalecido no PDI atual, pois o PDI anterior, com vigência no período de 2011-2015, foi o primeiro proposto e implementado pela UFRGS, com a consequente avaliação pela comunidade, também, pioneira.

Os seus *princípios* são: a autonomia universitária, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a ética, a pluralidade e democracia, o respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos fundamentais, liberdade acadêmica, excelência, diversidade, sustentabilidade, compromisso social e valorização de seus docentes, técnico-administrativos e discentes (UFRGS, 2016, p.12). Esses princípios são indiscutíveis e têm sido comentados com maior frequência nos espaços universitários, porém, se pode perceber que, diante do cenário político brasileiro e do ritmo de predisposições das pessoas dirigentes para as mudanças, nem sempre é decisão de implemento automático e rápido nas organizações, principalmente, as de natureza pública.

Os *valores* fomentadores dos princípios que operam e guiam o comportamento da universidade, ainda estão presentes mais na verbalização discursista do que na firme defesa e no desempenho praxista do cotidiano universitário também. Como valores previstos no PDI da UFRGS, estão a responsabilidade social, a transparência, a inclusão, a responsabilidade ambiental, a promoção do bem-estar social, a inovação, a internacionalização e a interdisciplinaridade (UFRGS, 2016, p.12). O que se nota, com relativa naturalidade, é que algumas áreas assumem com mais tranquilidade e maior amplitude essas preocupações, em especial, aquelas mais próximas dos canais diretivos institucionais.

O Estatuto e o Regimento Geral da UFRGS são os grandes balizadores da sua estrutura de funcionamento em termos de organização e gestão. Como instituição pública e republicana, em seu PDI, a UFRGS se autocaracteriza como “gestão democrática e colegiada com participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica” (UFRGS, 2016, p.19).

A abrangência da atuação da UFRGS confirma o seu papel irradiador de ação da universidade promovendo o desenvolvimento regional, nacional e internacional. O Estatuto da Universidade e o PDI 2011-2015 assumem que a estrutura acadêmica atende as suas atividades fins de ensino, pesquisa e extensão, organizada em vários campi no município-sede e em outras localidades do país, dedicando-se a atender áreas anteriormente desprovidas de cursos de nível superior.

Tenho a nítida convicção de que os documentos oficiais, respeitadas as peculiaridades de uma a outra universidade, trazem a lume um conjunto de novas movimentações, conduzidas pelo acatamento às mudanças na legislação e pela acuidade do compromisso da universidade pública com a comunidade interna e a população em geral a partir das políticas gestoras.

Há diagnósticos formais elaborados por processos avaliativos que permitem a identificação da necessidade de ações internas, potencializadoras das suas forças e redutoras das suas fragilidades institucionais. Convém sublinhar que, não sendo esse o

objetivo deste estudo, acresço dados do processo de avaliação da UFRGS, no PDI 2011-2015, tão somente para exemplificar o que sejam condições potenciais e fragilidades registradas nos Relatórios de Autoavaliação Institucional (RAAI).

No PDI referido, vigência do período anterior, foram considerados pontos fortes: “abrangência de atuação em todas as áreas de conhecimento; a UFRGS como centro de referência nacional e regional; interação com a sociedade; acessibilidade social; qualificação pessoal” (UFRGS, 2015, p.23). As fragilidades identificadas demandam cuidados especiais e acusaram os seguintes pontos: “gestão estratégica e operacional, inovação didático pedagógica, infraestrutura, suporte interno à internacionalização, interdisciplinaridade” (UFRGS, 2015, p.23).

A estes pontos frágeis e às potencialidades devem ser dimensionadas as devidas atenções. Entretanto, algumas reservas precisam ser selecionadas, principalmente quanto a conceitos e concepções em torno dos quais essas avaliações são processadas. Em detalhe: a interação com a sociedade é colhida como um item positivo, mas a interdisciplinaridade, a inovação didática pedagógica e o apoio interno à internacionalização constam como pontos frágeis. Nada se menciona sobre a indissociabilidade: ensino, pesquisa e extensão.

## 5.2 O BEM VIVER E A EDUCAÇÃO SOCIAL NO ‘ENSINO+PESQUISA+EXTENSÃO’ DA UNIVERSIDADE

Quando a coragem ousou fazer uma leitura diferente e se tornar mais permeável a necessidades e reivindicações de grupos representativos de pessoas e municipalidades carentes da formação universitária ou em regiões de vulnerabilidades socioeconômicas e políticas, atualizou-se, com espessura, a discussão em torno do que e quais sejam os quefazeres do ensino, da pesquisa e, principalmente, da extensão da universidade. Uma

boa maioria dos PDIs credita o contato da universidade com o meio social às ações extensionistas. Uma mera delegação de competência?

O Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), programa lançado pelo governo federal em 2007, eu avalio como importante política pública destinada a ampliar e qualificar a educação pública brasileira nos tempos modernos. Presenciei, em razão de abertura de um novo curso de graduação, serem alcançados recursos financeiros e materiais, equipamentos, livros para o acervo e acréscimos nas instalações à unidade acadêmica, num momento inaugural da iniciativa. As intenções programadas e os resultados do que foi pensado no planejamento, porém, precisam ser analisados, mais analítica e criticamente, como alcançarei elementos ao final dos passos oficiais na abertura do REUNI, embora não seja ponto deste estudo.

Foi instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Seus objetivos fundantes eram: ampliar o acesso e garantir a permanência no ensino superior, com aproveitamento mais completo da estrutura física, aumento do contingente de recursos humanos existente nas universidades federais e garantia da qualidade da graduação da educação pública (UFSCAR, 2012). Preferi a publicação feita por outra universidade federal sobre o REUNI para que esse intento não contaminasse o tema base da minha pesquisa.

Reagindo ao programa do governo, cada universidade manifestava interesse e apresentava planilhas de metas e condições para aderir por cinco anos ao REUNI e poder receber investimentos para serem aplicados em ações, como a seleção de novos professores e servidores administrativos, reformas e construções de ambientes físicos, aquisição de equipamentos para laboratórios, salas de aula, bibliotecas, locais de professores e órgãos administrativos (UFSCAR, 2012).

As diretrizes do REUNI eram, basicamente, reduzir a taxa de evasão, com a meta global de elevar, gradualmente, a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%; ocupar vagas ociosas e aumento do número de vagas ofertadas, mormente no turno da noite, alcançando a relação de dezoito alunos para cada docente

(UFSCAR, 2012). Este número de dezoito alunos de graduação presencial por professor decorre da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, estimando-se salas de aula com 45 alunos e uma carga horária discente de vinte horas semanais. Convém salientar que “o REUNI não preconiza a adoção de um modelo único para a graduação das universidades federais, já que assume tanto a necessidade de se respeitar a autonomia universitária, quanto à diversidade das instituições” (BRASIL, 2007, p.4).

O diagnóstico que justificou o Programa REUNI apontou dados interessantes e indicadores preocupantes, estímulos para a urgência de providências institucionais e decisões de vontade política.

A educação superior não deve se preocupar apenas em formar recursos humanos para o mundo do trabalho, mas também formar cidadãos com espírito crítico que possam contribuir para solução de problemas cada vez mais complexos da vida pública. A qualidade almejada para este nível de ensino tende a se concretizar a partir da adesão dessas instituições ao programa e às suas diretrizes, com o consequente redesenho curricular dos seus cursos, valorizando a flexibilização e a interdisciplinaridade, diversificando as modalidades de graduação e articulando-a com a pós-graduação, além do estabelecimento da necessária e inadiável interface da educação superior com a educação básica - orientações já consagradas na LDB/96 e referendadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, definidas pelo CNE (BRASIL, 2007, p.5).

Conclusão cabível dava conta que o sistema de educação, à época, ainda conservava modelos de formação acadêmica e profissional superados em muitos aspectos, tanto acadêmicos como institucionais, e precisava sofrer profundas transformações. Listaram-se problemas estruturais “herdados do velho regime de formação”, como:

... os cursos de graduação orientados quase que exclusivamente para a formação profissional e, mesmo aqueles que não têm essa natureza, como os bacharelados em áreas básicas, mantêm currículos concentrados, sem abertura para outras áreas do conhecimento. A aprovação de propostas curriculares inovadoras enfrenta grandes dificuldades por conta de sua incompatibilidade com as regras de



classificação, organização e oferecimento de componentes curriculares. A universidade pública brasileira ainda não conseguiu implementar, por falta de decisão política interna, na maioria das IFES, e de recursos financeiros, uma política de ações afirmativas, com efetiva garantia de permanência de estudantes que apresentem condições sociais desfavoráveis (BRASIL, 2007, p.7).

Dois princípios básicos para currículos contemporâneos eram praticados por um número reduzido de cursos de graduação: a flexibilidade e a interdisciplinaridade. Além disso, as práticas pedagógicas adotadas eram tradicionais, com predominância de aulas expositivas, uso incipiente de recursos tecnológicos e formas inovadoras de ensino; índices de evasão de estudantes em níveis alarmantes e espaços físicos das unidades universitárias ociosos no horário noturno (BRASIL, 2007).

A requisição de modelos de uma formação profissional mais abrangente, flexível e integrada contrastava com...

... os estreitos campos do saber contemplados nos projetos pedagógicos, precocidade na escolha dos cursos, altos índices de evasão de alunos, descompasso entre a rigidez da formação profissional e as amplas e diversificadas competências demandadas pelo mundo trabalho e, sobretudo, os novos desafios da sociedade do conhecimento (BRASIL, 2007, p.8).

Se me desloco às razões avaliadas como emergências técnicas pelo Programa REUNI é para controverter e problematizar que esse projeto não possa ter significado apenas um maior aporte eventual de recursos econômico-financeiros às universidades ou que as gestões do governo federal que se sucederam tiveram causas maiores do que pretextos para manobrar e inviabilizar as chances de mudanças.

Universidades mais tradicionais, conservadoras, de maior tamanho histórico ou desmobilizadas tiveram poucos avanços. Instituições emergentes puderam nascer com novos parâmetros políticos, didáticos, pedagógicos e de interatividade social. Ambas,

agora, carecem de recursos para custeio de insumos básicos e o governo congelou os gastos públicos por vinte anos.

Da área de sociologia e de geografia, na mesma instituição federal onde recolhi a menção às características oficiais do REUNI, André Moura Blundi Filardi (2014) discute parte das consequências daquele plano e desvela um viés econômico e administrativo não escrito nas diretrizes gerais, porque, mais do que um simples programa, fez-se peça-chave na recomposição do capital produtivo e na transformação das formas de administração do Estado e das políticas públicas. A lógica da administração gerencial e da eficiência, pela “otimização de recursos”, liga os sentidos econômico e político dos objetivos à atual conjuntura da economia capitalista e à sua inserção no Brasil: a necessidade econômica de formação profissional, o intercâmbio cultural e as oportunidades de aproveitamento dos recursos humanos para a reprodução do capital, perante a economia capitalista.

A visão não oficial ou ligada ao governo critica manobras predatórias sobre instrumentais políticos e o Estado. Na área do ensino superior, Filardi (2014) reconhece uma mão-dupla de mercantilização: a expansão acelerada das instituições privadas e a inserção da lógica da educação superior como uma mercadoria implicando em um processo de privatização, como primeira face, e, um segundo ponto - e mais importante - as relações do Estado com a educação, ensino superior especialmente, regidas a partir da lógica da produção e da reprodução do capital. Agrava-se a isso, que essa expansão se deu, também, ao custo do aumento e intensificação do trabalho docente, acumulando, progressivamente, funções técnico-administrativas, além do papel docente de ensino, de extensão e de pesquisa, na graduação e na pós-graduação.

Afinal, essa diversidade de ângulos mostra como são complexas as relações e posicionamentos dentro da universidade brasileira. A “venda” da ideia nem sempre corresponde aos melhores resultados, experiências e produtos finais da iniciativa.

Na mesma linha desse raciocínio anterior, estão as publicações do economista e político equatoriano Alberto Acosta (2016) defendendo o sentido do bem viver para

superar a ideologia do “desenvolvimento”, alternativa à lógica capitalista. No livro *O Bem Viver – Uma oportunidade para imaginar outros mundos*, propõe ruptura radical com as noções de “progresso” e “desenvolvimento”, pautadas pela acumulação de bens e capital, pelo crescimento infinito e pela exploração inclemente dos recursos naturais – o que, como demonstram os climatologistas, está colocando em risco a sobrevivência dos próprios seres humanos sobre a Terra. Os governos progressistas que, no início do século 21, chegaram ao poder em boa parte da América Latina tampouco abandonaram a miragem do capitalismo desenvolvimentista, aprofundando a dependência econômica de recursos naturais com exportações crescentes de matéria-prima à custa, muitas vezes, dos direitos dos seus povos.

Por muito tempo, como protesta Acosta (2016), a história política e econômica invisibiliza e inviabiliza ideias de grupos excluídos, explorados, marginalizados e dizimados, por conceitos do desenvolvimento tidos como indiscutíveis. Bem viver – concordo com o argumento do autor – não é sobrenome tal qual “desenvolvimento humano, desenvolvimento sustentável ou etnodesenvolvimento (...), mas parte de uma longa busca de alternativas forjadas no calor das lutas indígenas e populares” (ACOSTA, 2016, p.1).

É neste significado, de alternativa ao desenvolvimento via capitalismo, que ligamos o compromisso da universidade pública com quefazeres ao encontro do bem viver (ou ‘bem viveres’, como se encontra em algumas publicações) e da educação social, atenta e pactuada com a busca por resolutividade das vulnerabilidades humanas.

O bem viver e a educação social, o acesso ampliado à graduação, novos cursos e instituições, respeitada a diversidade do sistema de ensino brasileiro, tem procurado conquistar oportunidades fazendo marcações como quem anota para a História em um calendário. Mas a universidade brasileira mudou? Houve tempo para isso? Há vontade política decisória pelas transformações? Falamos em qualidade da vida, dizemos ‘bem’ viver; na sociedade de hoje, vivemos bem? Universidade ou universalidade? Diante de

tantas vulnerabilidades sociais e humanas, qual o papel que a universidade vem desempenhando? Nós fazemos parte da Universidade!

Estas questões deparam-se com respostas heterogêneas em conteúdo e significado, do processo político histórico destinado a reforçar o não-pensar, controlador e colonial-centralizado, a uma atividade produtiva de crítica humana, atenta e social. E há, também, as diversidades institucionais. A universidade segmentada para atender à formação de profissionais da área da saúde não tem índices de evasão tão altos quanto nos cursos das licenciaturas ou números expressivos de reprovações como nas disciplinas de cálculos nos primeiros semestres das engenharias, que tem um núcleo comum. Por que a bioestatística é um campo do conhecimento que assusta tanto aos graduandos dos cursos não matemáticos?

Há instantes anteriores, citei a intenção de que fossem distribuídos dezoito alunos para cada docente. Como farão professores e professoras do curso de música que comungam o processo ensino-aprendizagem quase em “aula particular”, diante de apenas um aluno ou aluna, dependendo do instrumento de aprendizado?

Posso expandir este diálogo problematizador de constantes reflexões. Por que é preciso que a legislação básica determine “a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão”? De um modo visual e contextualizado, transformo essa composição na grafia do conjunto: *ensino+pesquisa+extensão*. E explico: - como pensar na indissociabilidade se esses quefazeres não estiverem adicionados e acrescidos ao dispositivo do compromisso da universidade com suas atividades públicas? Isso tem equivalência a outro tipo de interrogação que nem sempre é debatida: - *projeto pedagógico* ou o *projeto político-pedagógico*?

Ora, a educação, no conceber do termo ‘política’ por Daianny Costa (2018), contribuiu, enquanto instituição, para o congelamento do modelo preconizado pela modernidade e, a partir do compromisso articulado *no e com o mundo*, constrói sua superação apontando para uma escola possível e viável para as classes populares. Como argumenta,

“A educação é um ato político, porque está a serviço de uns e não de outros. Precisamos, por isso, de uma educação para a decisão, para a aprendizagem da responsabilidade política e social, filiada ao saber democrático e participativo e não para servir ao autoritarismo que fomenta a opressão e professa a alienação como se vivêssemos num mundo determinado e a-político” (FREIRE apud COSTA, 2018, p.376).

Pela inquietação de conhecer as questões que constroem essa lógica e reforçam os determinismos da sociedade capitalista neoliberal, Freire apud Costa (2018, p.377) assegura que “não basta reconhecermos a educação como um direito de todos e todas (...); temos que reconhecer que vivemos numa sociedade desigual: essa é a premissa básica para começarmos a dialogar e a produzir transformações”.

Dessas constantes reflexões, entendo que, por sua condição de instituição emergente, a Universidade Federal da Fronteira Sul é a que mais se aproxima do arranjo: *‘ensino+pesquisa+extensão’*. O artigo 42, do seu Estatuto, define como sejam ‘acadêmicas,’ todas as “atividades de ensino, pesquisa e extensão, de forma indissociável, que promovam a produção e a socialização do conhecimento, o diálogo entre saberes em diferentes áreas e dimensões, em benefício da transformação social” (FREIRE apud COSTA, 2018, p.19). É o compromisso institucional em sintonia com os parâmetros legais.

O artigo 7º, do Estatuto da UFFS, expõe como finalidades:

- I - o ensino, a partir da democratização do acesso e da permanência na Instituição, visando à formação de excelência acadêmica e profissional, inicial e continuada, nos diferentes campos do saber, estimulando a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento crítico reflexivo;
- II - a pesquisa e investigação científica em todos os campos do saber, de modo especial em temas ligados à problemática científico-tecnológica, social, econômica, ética, estética, cultural, política e ambiental;
- III - a extensão universitária, aberta à participação da população, visando à produção conjunta de avanços, conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e artística e da pesquisa científica e tecnológica (UFFS, 2018, p.7).

Destaco que, dessas finalidades, apenas a extensão é explícita em se comprometer: “aberta à participação da população” (UFFS, 2018, p.7). Porém, entre os objetivos institucionais, a UFFS promete oferecer educação pública, gratuita e de qualidade; assegurar o acesso e a permanência no ensino superior, especialmente aos sujeitos sociais oriundos da população mais excluída do campo e da cidade; a compreensão do homem e do meio em que vive; acesso à ciência, tecnologia e cultura, às suas formas de produção e aplicação e à sua contextualização e problematização histórica (UFFS, 2018).

O artigo 8º registra, ainda, o objetivo de integrar as atividades de ensino de graduação com as de pesquisa, extensão e pós-graduação; desenvolver programas e projetos de ensino, de pesquisa e de extensão articulados com as demandas regionais e nacionais; formar profissionais em diferentes áreas de conhecimento aptos a se inserirem nos setores profissionais no âmbito regional e nacional; a formação continuada dos egressos por meio de programas e projetos de ensino e extensão e de programas de pós-graduação (UFFS, 2018).

Pelas características próprias são assinalados os objetivos de avaliar as atividades vinculadas ao desenvolvimento do projeto institucional; promover e assegurar o caráter multicampi da instituição, através da gestão democrática e colegiada e da aplicação equitativa dos recursos humanos, materiais e orçamentários; iniciativas de práticas sustentáveis de produção e de consumo no âmbito da formação acadêmica, do planejamento e da funcionalidade institucional; promover intercâmbio prioritário com os países do Mercosul e a igualdade na sociedade, combatendo as formas de intolerância, preconceito, discriminação e violência na constituição de uma universidade pública e popular, comprometida com o avanço da arte e da ciência e com a melhoria da qualidade de vida para todas as pessoas (UFFS, 2018).

A universidade visa, do mesmo modo, cooperar com universidades e instituições científicas, culturais e educacionais brasileiras, estrangeiras e internacionais, com poderes públicos e organizações da sociedade civil constituída, promovendo a excelência

administrativa pela capacitação dos servidores docentes e técnico-administrativos em educação. Essa excelência é obtida pelo aprimoramento, capacitação e valorização da qualidade de vida no trabalho das pessoas que atuam na Universidade (UFFS, 2018).

Em síntese, pelo artigo 43, do Estatuto, as unidades acadêmicas têm por escopo organizar, no âmbito do Campus, a oferta das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. “O ensino é realizado por programas e cursos sequenciais, de graduação e de pós-graduação, desenvolvido de forma indissociável com as atividades de pesquisa e de extensão” (UFFS, 2018, p.20). A pesquisa é uma atividade fim da universidade, “de natureza investigativa, indissociável do ensino e da extensão, que visa promover a produção do conhecimento, em suas diferentes áreas e dimensões” (UFFS, 2018, p.20). A extensão, pelo artigo 45, do Estatuto, é atividade fim, de caráter educativo, cultural e científico, “articulada de forma indissociada com o ensino e a pesquisa, e visa à relação transformadora entre universidade e sociedade” (UFFS, 2018, p.20).

Para refletir sobre as intenções e as propostas a respeito do bem viver e da educação social, contempladas as vulnerabilidades humanas, melhor seria se pudéssemos escrever *‘ensino+pesquisa+extensão’* do que “no ensino, na pesquisa e na extensão”. Isso seria mais fiel à meta dessa busca da ‘indissociabilidade’, reconhecendo-se que, ainda, resistem situações *‘se-pa-ra-ti-vas’* entre esses pilares centrais de sustentação das universidades e para as quais prometem estar atentas as administrações das reitorias.

A **UFRGS** tem dois modelos de escolha básica para as políticas de ensino, pesquisa e extensão e o seu comportamento como organização sociointerativa com a comunidade que lhe serve de vizinha. Em linhas gerais, segue a visão europeia de se relacionar sob venda e prestação de serviços ou a ação pelo modelo latino-americano, voltado à consciência e responsabilidade com as pessoas. Há, pelo menos, dois rumos para essa escolha: formar indivíduos para os quefazeres da profissionalização ou formar cidadãos comprometidos com a consciência social.

O pilar de inserção na sociedade ganha destaque com a ampliação do conceito de responsabilidade institucional que passa a incluir objetivos de impacto social estimulando a inserção local, regional, nacional e internacional”. Essa decisão, presente no Plano de Desenvolvimento da UFRGS, acentua a resposta social da instituição, inclinada para o sentido latino-americano, onde as ações de inclusão “passam a abranger não somente ações inclusivas acadêmicas, mas também, culturais, esportivas, artísticas e para a promoção da diversidade (UFRGS, 2016, p.26).

O PDI UFRGS apresenta como objetivos institucionais de impacto social e os distribui em três blocos os seguintes aspectos: para a interação, de inserção e internacionalização e da inclusão (UFRGS, 2016).

Estímulos à inserção local, nacional, regional e internacional da universidade, pela aplicação de conhecimentos promotores do desenvolvimento social; à cultura do empreendedorismo e da inovação em locais de vulnerabilidade social e econômica; às interações acadêmicas, culturais, sociais e artísticas, promovendo a cultura da paz, o voluntariado, a partilha e a apropriação de saberes, e o respeito aos direitos humanos; desenvolvendo uma política de integração com entidades públicas e privadas, nela incluídos os egressos da Universidade, são classificados como objetivos de interação.

A inserção e a internacionalização têm a validade de disparos aos alvos do aumento da mobilidade de docentes, discentes e técnicos, com amplitude, nacional, regional e internacional, ampliando missões de curta duração; do caráter multilinguístico das ações e de uma política de atração de professores, pós-doutorandos e pesquisadores visitantes. Nesse intento, a Universidade quer reforçar o acolhimento de parceiros acadêmicos e incentivar a criação de programas internacionais pós-graduantes com possibilidades de acordos de formação conjunta e dupla diplomação.

Para atingir ao impacto social da inclusão, o PDI prevê desenvolver 12 (doze) ações para a assistência, a permanência e a conclusão, o acolhimento e a integração, compatíveis à expansão do número de discentes; consolidar a política de ações afirmativas e atender à inserção de novos grupos; fortalecer as ações de acessibilidade,



de inclusão social, pedagógica, laboral, acadêmicas, culturais, esportivas e artísticas; bem como, aperfeiçoar a sua política de assuntos estudantis.

Ao definir uma política institucional de inclusão, contemplando as minorias historicamente excluídas, a universidade tem mais avanços, que são completados pelo incentivo à organização de indivíduos e de coletivos para atividades acadêmicas de relevância social. Ao fortalecer as práticas de sustentabilidade social e ambiental, o compromisso com as ações culturais e artísticas valorizadoras das diferenças locais, nacional e internacional, além das práticas de convívio e da cidadania, a comunidade universitária é incentivada para ações volvidas à diversidade. Isso inclui a defesa da segurança, dos valores humanos, do respeito às diferenças e do combate à intolerância e ao preconceito.

Com o objetivo de aperfeiçoar a política de educação e o compromisso social da universidade através das atividades de extensão, incluindo a capacitação para o trabalho, é ressaltado o maior relevo do dispositivo de comprometimento e responsabilização pelo contato institucional com a sociedade: a política de extensão.

“A extensão, realizada pela interação entre a Universidade e a sociedade, visa ao desenvolvimento mútuo, através de atividades de cunho científico, tecnológico, social, educacional, artístico, cultural e esportivo” (UFRGS, 2016, p.21). Esse é o registro, literal, aprovado no PDI. Através dele, a maior Universidade localizada no Estado, mostra-se convencida de que o seu papel institucional para com a sociedade é cumprido pelos movimentos da extensão. Observador, participante da comunidade UFRGS há mais de duas décadas e de certo número de projetos e programas extensionistas, atrevo-me a pensar: - nós, comunidade universitária, estamos convencidos disso?

Como “inédito viável” (Freire, 1975), soluções praticáveis despercebidas e consciência do possível, tem sido debatida, com preocupações, a determinação do Plano Nacional de Educação-PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014) para que haja curricularização das atividades extensionistas e que 10% dos créditos curriculares dos cursos de graduação estejam destinados a ações de pensar e agir junto a populações residentes em áreas de

grande pertinência social. Por esse ordenamento, o percentual não pode ser acrescido ao total de horas formativas dos cursos. Um desafio multifacetado.

Um cuidado importante, incluída a extensão como componente curricular, é diferenciar ‘crédito complementar’ e ‘atividade de extensão’. Simples e inteligente é a observação feita pelo professor e pedagogo Sérgio Franco (2018), Pró-Reitor de Graduação em mandato anterior e Membro do Conselho Nacional de Educação: “um aluno da saúde, que participa de uma atividade artística musical, faz crédito complementar; o mesmo, quando um aluno da música, envolve-se numa campanha de saúde”. Explicando melhor: se a ação é da área de atividade da formação do aluno pode ser ensino e/ou extensão, mas, nem sempre, será atividade complementar.

A obrigatoriedade da extensão na grade curricular dos cursos, após muitas lutas ostentadas por extensionistas, consta na Meta 12 – de expansão da educação superior – no Plano Nacional de Educação-PNE, porém não é uma resposta simplificada a vigorar no meio científico. Nem imediata.

Vencidas as etapas de elaboração e aprovação desse segundo PDI, acostou-se a requisição para novos debates e criação de estratégias, agora, por ordem do PNE. Antes, eram “rumores” em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB. Enfim, há reuniões, por ora cansativas e muitas infrutíferas, regadas de perguntas e comentários curiosos, que lotam blocos pessoais de anotações: - “Eu nem sabia que existia PNE”. “O que é isso LDB”? “Não chega de tanto PDI”? “PNE, LDB, PDI, PPI – não é sigla demais para resolver nada”? Projeto Pedagógico ou Político-Pedagógico? As glosas e interrogações desse tipo podem ser convocações para outras pesquisas avaliativas e, também, mostram a ‘universalidade’ dentro da universidade brasileira.

Na UFRGS, as atividades planejadas no PDI, incluem *ensino, pesquisa e extensão*. O ensino de graduação visa à formação universitária específica, sendo aberto a “candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e obtido classificação em processo seletivo, seja através de vagas universais ou de vagas reservadas a ações afirmativas” (UFRGS, 2016, p.21). Peculiaridade distintiva é o atendimento de ensino em

nível fundamental e médio, realizado pelo Colégio de Aplicação da UFRGS que possibilita o estudo de metodologias de ensino, integrado com linhas de pesquisa em diversas áreas do ensino e da aprendizagem (UFRGS, 2016).

A pós-graduação complementa-se pelo o nível de *stricto sensu*, – dos cursos de mestrado, doutorado e mestrado profissional – e o nível de *lato sensu* – cursos de especialização – que se dispõe a habilitar ao exercício, em grau avançado, do ensino, da pesquisa e das atividades correlatas, candidatos aprovados na graduação (UFRGS, 2016).

Completando as atividades fundamentais da UFRGS no PDI, a pesquisa acompanha o ensino e a extensão. “A pesquisa é o processo criativo de produção de conhecimento, inclusive de forma interdisciplinar e multidisciplinar, visando à integração das áreas de conhecimento e das atividades de ensino e extensão” (UFRGS, 2016, p.21).

Os dois primeiros artigos do Estatuto da **Universidade do Rio Grande** a definem como “destinada à promoção do ensino superior e médio de educação profissional, da pesquisa e da extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial” (FURG, 2009, p.1). Especificamente, o artigo 2º, prescreve: “As atividades-fins da universidade – o ensino, a pesquisa e a extensão – são desenvolvidas com o sentido de crescente integração, de modo que, indissociáveis, mutuamente se enriqueçam e se projetem na comunidade” (FURG, 2009, p.1). Note-se que o ensino, a pesquisa e a extensão surgem pensados ‘com o sentido de crescente integração’, mas ‘indissociáveis’ se enriqueçam e se projetem na comunidade. A FURG deixa exposta essa intencionalidade na maioria dos seus meios de contato e informação. Com a suscitação para que sejam ações ‘indissociáveis’.

O artigo 9º, do Estatuto, considera como competências das suas unidades acadêmicas ministrarem o ensino dos cursos de graduação, observadas as diretrizes curriculares vigentes, desenvolver e coordenar os programas e projetos de pesquisa em suas áreas de atuação e, sob a forma de atividades extensionistas, estenderem à comunidade, seus recursos humanos e materiais, procurando a melhor utilização (FURG, 2009).

A pesquisa, na FURG, está prevista na Seção II, nos artigos 35 e 36, do Estatuto, acompanhada pela ciência e pela tecnologia, na busca de novos conhecimentos qualificadores da educação, ênfase na resolução de problemas sociais e regionais, visando à melhoria da qualidade de vida da população, o combate ao desemprego e a inclusão social; incentivada por convênios, intercâmbios e contatos para o desenvolvimento de projetos comuns e promoção de eventos científicos. Chama a atenção, no interesse deste estudo, a orientação de divulgar os resultados da pesquisa científica e tecnológica e das atividades de extensão realizadas em suas unidades (FURG, 2009).

A extensão consta na Seção III, artigo 37, 38 e 39, do Estatuto, situada como atividade acadêmica de articulação com o ensino e com a pesquisa, a fim de promover uma relação transformadora entre universidade e sociedade, por meio de metodologias participativas. Pode alcançar toda a coletividade ou dirigir-se a pessoas ou instituições públicas ou particulares, abrangendo, entre outros, cursos e serviços de programas específicos. Semelhante ao que está prevista para a pesquisa, a extensão será incentivada por convênios, intercâmbio e contatos para o desenvolvimento de projetos comuns e é recomendada a divulgação dos seus resultados nas atividades das unidades.

### 5.3 A COMUNICAÇÃO, A INSERÇÃO LOCAL, A INTEGRAÇÃO REGIONALIZADA E A TRANSPARÊNCIA INSTITUCIONAL DAS UNIVERSIDADES

Há uma observação imediata: ‘informação’ difere de ‘informatização’. Então, o setor de tecnologia da informação – TI pode manter a sigla TI, porém se chamar tecnologia da informatização. As disciplinas de sistemas de informação, de vários cursos de graduação e pós, vistas pelas suas súmulas, conteúdos programáticos, explicações docentes, comentários discentes e constatações anotadas por observações da pesquisa no diário de campo, se não repensarem seus teores e substâncias, melhor fazem se acrescentarem a própria sigla: ‘informa-TI-zação’.

Detalhe dois: uma maioria significativa de instituições não resolveu essa pendência, nem visualizou tal problema e, inadvertidamente, comentem-nas como sinônimos. Porém, como destaquei anteriormente: ‘informação’ não é ‘informa-TI-zação’. Palavras oficiais de algumas das universidades do estudo extrapolam e querem significar ‘comunicação’, ou seja: ‘informação’ e ‘comunicação’ seriam a mesma coisa. Consequentemente, pelo equívoco do raciocínio de antes, ambas teriam o idêntico sentido à ‘informatização’.

Quero apartar, porque é preciso, uma problematização reflexiva mais contextualizada no sentido da epistemologia, da filosofia e da educação. Meu foco estuda a comunicabilidade humana, mais do que os ‘comunicados’, os ‘avisos’, as ‘instruções’ ou as ‘ordens’ para serem cumpridas. Cada dado é um informe; não possui significado relevante e conduz à frágil ou a nenhuma compreensão. Uma ‘informação’ tem os dados organizados, mas que ‘transmitem’ ou direcionam o entendimento dentro de um determinado contexto.

A ‘Comunicação’, no interesse do que apresento e recolhido dos estudos analisados nesta Tese, configura-se numa amplitude maior do que transmitir, informar, divulgar. Aproxima-se de ‘dialogar’. Estabeleço, por isso, a diferença entre ‘comunicação’ e ‘Comunicação’, uma grafia distinta para chamar a atenção aos cuidados e ao preparo necessário a se estabelecer na formação dos recursos humanos pelo ensino e de permeabilizar o processo comunicativo entre as pessoas, dessas com as instituições e dos estabelecimentos entre si no meio social. Exemplificando: a ‘comunicação’ interna em uma empresa ou organização análoga, para ser ‘Comunicação’ deve ter comprometimento que supere a terminologia ‘endomarketing’.

Não se trata, portanto, de discussão terminológica ou conceitual, mas de uma concepção a partir dos autores humanistas, progressistas, libertários, amorosos e emancipadores, dentre tantos, citados ao longo deste trabalho, como o humanismo do Paulo Freire, a liberdade e a ecologia dos saberes do Boaventura Santos e o bem viver de Aníbal Quijano Obregón e Alberto Acosta.

Ou se opta pelo bem viver humanizado, pela amorosidade, pelo esforço pelo diálogo afetuoso e pela conscientização libertadora ou pelo regramento ditado pelo mercado, pela racionalização econômica, pela linha de produção em série, à cobiça das máquinas de informática ou dos mecanismos de aquartelamento.

O que dizer do bel-prazer do ‘Dotor Sistema’: “faz isso porque o ‘sistema’ exige”; “não faça isso, assim o ‘sistema’ não deixa”; o ‘sistema’ só permite assim. Ora, todos sabem que basta uma programação no computador ou uma alteração num dado específico e que esses procedimentos são realizados por seres humanos. Assim, o ‘Dotor Sistema’ deve obedecer ao que lhe é ordenado pelas pessoas e nunca o contrário, quando os indivíduos se sujeitam ao determinismo do ‘Dotor Sistema’. Evidente: por enquanto. Cada pessoa e instituição que faça a sua escolha da forma de relacionamento que quer estabelecer. Estudei, pesquisei, organizei e quero colaborar nisso também. Aprendi e estou convencido que é inaceitável, nas instituições mais informatizadas, que o próprio “ordenamento” dos discentes é decisão exclusiva do ‘Dotor Sistema’. **Grifo meu:** a grafia ‘Dotor’, em ‘Dotor Sistema’, é intencional.

Terceiro detalhe: ‘inserção’ local, ‘integração’ regionalizada e ‘transparência’ institucional das universidades é resultante da Comunicação. Como a TI, a Secretaria, Divisão, Departamento ou qualquer outra denominação, minha referência não é ao setor de comunicação exclusivamente, mas a todas as oportunidades em que pessoas estabelecem contatos. Mediante as características pode haver ‘Comunicação’, ‘comunicação’ ou nem haver, quando a metodologia for unilateral ou incompreendida, a ‘incomunicação’.

A propósito, Paulo Freire se debruçou sobre isso e revelou ensinamentos valiosos em defesa da educação, que se dá pela troca, pelo diálogo, pela Comunicação e pelo aprendizado mútuo. Seu livro *Extensão ou Comunicação?* – escrito no Chile, em 1968, é um modelo essencial na análise que proponho para a Comunicação. Identifico que é o seu único ensaio especificamente sobre Comunicação. Publicado no Brasil em 1971, o texto analisa a comunicação entre o técnico e o camponês na conjuntura de um processo para

uma nova sociedade agrária. Serve, amplamente, para fortalecer os argumentos de que há necessidade de um preparo qualificado, ainda nos cursos de formação para os futuros profissionais, sobre a dialogicidade com a cidadania, a interprofissionalidade e a intersetorialidade. Se isso não for aprendido na Universidade será mais bem aprendido ao acaso ou na excepcionalidade?

À raiz semântica da palavra ‘Comunicação’, leio, a partir dos diálogos freireanos, a dimensão política da igualdade, a ausência de dominação, o diálogo entre sujeitos sendo mediado pelo conhecimento e a experiência da troca de saberes. Inserção local, integração regionalista e transparência institucional das universidades é ação prática de liberdade comunicativa, ou seja, Comunicação.

Quarto detalhe: uma boa maioria das universidades, inclusas algumas mais antigas, como a UFRGS e a UFSM, e as emergentes, a exemplo da UFFS, percebendo-se desse valor conferido pela inserção regional na sociedade, passou a gerar planejamentos peculiares para o setor de comunicação. As denominações mais evidenciadas foram: Plano de Comunicação Social ou, sinteticamente, Plano de Comunicação da Universidade... Anotei no diário de campo e saliento agora, como firmei antes, que Plano de Comunicação requer requisitos mencionados ao longo destas observações para que seja, efetiva e eficazmente, Comunicação.

Outras universidades, vistas as principais fontes do campo desta pesquisa, mergulham mais na generalização sobre esse item e, quando o registram, expõem o termo como se, autônoma e automaticamente, a comunicação ficasse estabelecida. Não têm Plano de Comunicação sendo elaborado ou discutido. Assim como têm instituição mais antiga nessa situação, há novas universidades sem indicativos de que tenha esse cuidado.

Tenho lamentos ao Secretário de TI de uma delas: “... tem como responsável um secretário especial, com a atribuição de diagnosticar, produzir, desenvolver e executar soluções em tecnologia da informação e comunicação de acordo com as diretrizes da universidade”. Por respeito à promessa inicial de não identificar, para não expor,

instituições nem profissionais e por acatamento ético, prefiro omitir esse endereço. Lamentos, não apenas pela complexidade da missão que lhe foi encaminhada, mas, porque, se a uns indicam a tarefa de representar o contato da universidade com a sociedade pela extensão, a convergência nessa instituição ‘(massa)crou’ os profissionais da TI com mais essa carga de trabalho.

Quinto detalhe: as experiências inovadoras agregam esperanças, demonstram que há movimentos alçando voos seletivos importantes e organizados. Um exemplo, que nomino pelo reconhecimento do papel exercido de divulgação acessível, intensificada e ampla ao público interno: A Faculdade de Educação-FACED/UFRGS possui o Núcleo de Apoio a Eventos e Comunicação (NAEC), relativamente novo, que, além do apoio profissional à divulgação de eventos, envia e-mail as segundas-feiras à sua comunidade composta por docentes, servidores técnicos e discentes dos cursos de graduação e pós-graduação, com notícias. Chamam de Conexão FACED, com primeira edição em outubro/2017. Ressalto que esse tipo de ‘informativo’ precisa antecipar eventos com período de tempo, ao menos razoável, para as pessoas interessadas adotarem as providências para participar.

Sexto detalhe: a modalidade de núcleos de apoio não é comum nas universidades estudadas e nem entre as unidades de uma mesma instituição. Porém, é uma necessidade a ser instituída e disponibilizada a coordenadores de projetos de pesquisa, de extensão e no ensino. Docentes, exceto aqueles das áreas de administração e ciências econômicas, não têm formação e preparo adequado para reduzirem o tempo preenchendo propostas, relatórios e prestações de contas. Ainda mais, diante da premência do tempo, necessitam retirá-lo de outros movimentos. Complicações, como o preenchimento de alguns desses instrumentos, impedem ou desestimulam a apresentação de propostas e causam – o que se verificou em algumas instituições pesquisadas – o sub-registro, a subnotificação ou o não-registro das atividades. O “Senhor Sistema” – expressão que encontrei em situações diferentes em uma universidade e mais dois estabelecimentos, três *cases* no ensino de graduação e dois na extensão



universitária, depõem contra o sentido de desenvolvimento que se quer dinamizar nas universidades.

Sétimo detalhe: demarcar a presença da ‘Comunicação comunitária’ perante o monopólio midiático da sociedade globalizada. Independente de examinar características, conceitos ou pressupostos, é necessário:

reconhecer a emergência de formas concretas de organização social no interior da dinâmica capitalista, como resposta às suas contradições, e nos obriga a um necessário rompimento com a visão romântica de comunidade como a possibilidade utópica de desenvolver uma forma “alternativa” de organização social, que se constituiria à margem da sociedade capitalista. Ao reconhecer a sua atuação nas contradições da lógica capitalista, a comunidade se afirma como um espaço político concreto, de resistência, que possibilita o despertar crítico dos seus membros, num processo que poderíamos chamar de “desalienação”, fazendo frente aos mecanismos de anulação individual promovido pelo metabolismo do capitalismo. Esse despertar crítico, no entanto, não implica, necessariamente, o desenvolvimento de uma consciência de classe (MIANI, 2011, p.227).

Oitavo detalhe: o campo da saúde, comumente, utiliza como sinônimos: ‘participação popular’, ‘participação da comunidade’, ‘participação comunitária’ e até mesmo ‘controle social’, este como uma das três diretrizes do SUS. A área de comunicação busca aprofundar mais os processos de produção e das relações sociais, “o pensar e o fazer como comunicação contra-hegemônica, reconhecer que elas podem se constituir dialeticamente num campo todo articulado que chamamos de Comunicação Popular e Comunitária” (MIANI, 2011, p.231).

Nono detalhe: é um privilégio para a comunidade participar da vida acadêmica da universidade e, desta, para com a população referenciada. Contudo, a inserção local, a integração regionalizada e a transparência institucional da universidade somente ocorrerá se os conhecimentos e saberes disponíveis forem trocados e retroalimentados

em um processo de comunicação elaborados mais real do que formal, mais vivente e vivido do que teoricamente estabelecido.

Detalhe dez:

a produção comunicativa dos meios de comunicação de massa se realiza a partir de procedimentos verticalizados, geralmente fundados numa estrutura tecnocrática; em contraposição, a comunicação comunitária valoriza, por seu turno, as potencialidades e necessidades originárias dos próprios membros da comunidade. Chega-se a questionar, inclusive, a necessidade de profissionais registrados para viabilizar tais produções comunicativas; o caso das rádios comunitárias é exemplar a esse respeito (MIANI, 2011, p.230).

Detalhe onze: as universidades selecionadas para o estudo estão todas discutindo algum ponto da sua renovação dos documentos essenciais no que depende de suas próprias iniciativas. A tendência, que se intensifica, segue colocando a extensão como o ponto da instituição mais próximo para relacionar-se com a comunidade externa. Entretanto, além dos congelamentos anunciados pelo governo (e as federais dependem, diretamente, da decisão política da gestão), é tácito o privilégio segundo o grau de importância admitido na leitura dos documentos e em manifestações de membros da comunidade, próximos à instituição universidade da hierarquia decrescente: pesquisa, ensino, extensão.

Após dez anos da anterior, a UFSM debate, neste momento, a sua Política Extensionista distribuída em seis diretrizes e igual número dos seus objetivos. É a que melhor atende à reivindicação e recomendação que indico neste estudo, para que a universidade transcenda sua relação com a sociedade em dupla via de atuação interativa.

As suas diretrizes para a extensão apontam:

I - Interação dialógica entre universidade e sociedade, caracterizada pelo intercâmbio de experiências e saberes entre Universidade e demais setores da sociedade.

II - Interdisciplinaridade e interprofissionalidade, caracterizada por trocas entre áreas de conhecimento, bem como pela interação de modelos e conceitos complementares;

III - Indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa, caracterizada pela integração da atividade extensionista à formação técnica e cidadã do estudante e à produção/difusão de novos conhecimentos e metodologias;

IV - Impacto na formação do estudante, caracterizado pela contribuição à formação técnico-científica, pessoal e social do estudante;

V - Impacto e transformação social, caracterizado pela contribuição à inclusão de grupos sociais, ao desenvolvimento de meios e processos de produção, à inovação e transferência de conhecimento e à ampliação de oportunidades educacionais e formativas, como também à formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas prioritárias ao desenvolvimento local, regional e nacional;

VI - Comprometimento com as demandas da sociedade e com as exigências da realidade, caracterizado pela priorização do atendimento a necessidades identificadas por meio de diferentes instrumentos (UFSM, 2018, p.3).

As suas diretrizes extensionistas prometem o comprometimento com as demandas da sociedade; a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão; a interdisciplinaridade e a interprofissionalidade; a interação dialógica universidade e sociedade; a formação pessoal e social do estudante e a transformação social, pela inclusão de grupos prioritários.

A dimensão fundamental pretendida pela instituição é ser reconhecida pelo poder público e pela sociedade, comprometendo-se a 'contribuir' na construção de soluções para os problemas da comunidade, ampliar o acesso aos saberes e desenvolvimento tecnológico, em alinhamento com o PDI (UFSM, 2018).

Detalhe doze: “É preciso educar os educadores”! Esta frase-recomendação é do antropólogo, sociólogo e filósofo Edgar Morin (2017, p.1), que acrescenta: “Os professores precisam dialogar com outros campos de conhecimento. E essa evolução ainda não aconteceu. O professor possui uma missão social”. Precisam, tanto a opinião pública, como o cidadão, ter a consciência dessa missão.

Concordo com ele ao criticar o modelo ocidental de ensino, com os conhecimentos separados artificialmente em disciplinas. Ao defender o conhecimento complexo, sem reducionismos, fornecendo subsídios ao ser humano, Morin (2017, p.1) cita a natureza: “no caso de animais e vegetais, os conhecimentos são interligados”.

Ora, se aprender comporta a união do conhecido e do desconhecido, não é apenas reconhecer o que já era conhecido virtualmente e traduzir o desconhecimento em conhecimento. Assim, a compreensão humana é um ponto vital não abordado pelo ensino. O que está sendo ensinado somente adapta um indivíduo à sociedade, quando é preciso que ele se adapte aos fatos e a si mesmo. A unidade do conhecimento é a transdisciplinaridade! Disciplinas fechadas impedem a compreensão dos problemas do mundo (MORIN, 2017).

Detalhe treze: É necessária muita energia para voar. O voo das aves acontece com uma variedade de mecanismos complexos de aerodinâmica. Asas de aves são comparáveis às dos aviões, reduzindo a resistência do ar e tornando a pressão inferior excedente à superior. Como principais características, as aves, semelhantes aos aviões, voam, porque o corpo está adaptado, têm propulsão, grandes vasos sanguíneos e pulmões com muito oxigênio. O voo pode ser planado ou de captura e não lhe assusta a altitude. Quero imaginar, assim esperançoso, o compromisso das Universidades com os quefazeres públicos.

Resta acentuar que esses detalhes comentados, a guisa de orientar, sugerir e vitaminar o processo de Comunicação de cada Universidade com a sua comunidade adstrita, não têm o escopo de serem receitas prontas ou ingredientes de um bolo ou indicações prescritivas para qualquer plano de comunicação que se queira redigir. Reitero que são pistas para criações e construções compartilhadas na cidadania e na concidadania.

Os mecanismos da complexidade aerodinâmica do voo das aves servem como parâmetros significadores de que “cada caso é um caso”, como ensina a sabedoria popular. Se as origens dos povos conservam características próprias a cada região do

estado e do país, acoçoo que esse molde de atenção dedique-se a verificar características e opções regionais, aspirações e objetivos da naturalidade, o que pode revelar autores locais e propostas sazonais para planos e aplicabilidades das intenções da instituição educacional e por uma Pedagogia da Comunicação Universitária.

#### 5.4 A PROBLEMATIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS SOBRE A UNIVERSIDADE PÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL: GESTÃO, COMPROMISSO E EDUCAÇÃO SOCIAL

As universidades públicas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul procuram, historicamente, acompanhar a organização do sistema de ensino superior no Brasil. Com os incentivos disponibilizados pelo governo federal, para que novos cursos e universidades emergissem no país, o panorama foi alterado, com a criação de instituições, algumas das quais com destinações específicas. A Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre é peculiar na formação de recursos humanos para a área de saúde e tem assumido em seus documentos essa direção, inclusive, preparando-se para obter uma maior proximidade com o setor da atenção básica do Sistema Único de Saúde-SUS.

Necessário se faz lembrar que, por longos anos, a atual UFCSPA é decorrente da Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre-FFCMPA e, até nossos dias, ocupa espaço de práticas de ensino junto ao Complexo Hospitalar da Santa Casa de Misericórdia. Referência de ponta no sistema de saúde, sim, contudo, na área hospitalar. Este predicado justifica que a instituição renominada coloque em seus planejamentos essa incumbência de buscar aproximar-se do setor de atenção básica do SUS, posto que isso também passa a ser uma exigência de regulação da própria rede pública de assistência, a partir da criação do SUS na Constituição Federal, suas leis orgânicas (Lei 8080 e Lei 8142, ambas de 1990) e demais dispositivos legais infraconstitucionais.

Essa informação, que é compreensível para sujeitos da área da saúde, não tem efeito semelhante em outros campos do conhecimento como a educação. Em temários distintos, o mesmo acontecerá com círculos científicos distantes. Mais um argumento para que o preparo às interprofissionalidades parta de dentro dos saberes técnicos das universidades. Desejo, incentivo e esperança que eu apoio.

Outro exemplo é a Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS, aberta às classes populares e a democratização do acesso ao ensino superior reivindicada pelo Movimento Pró-Universidade, coletivo de movimentos sociais na Mesorregião da Grande Fronteira do MERCOSUL, que foi confirmada pelo Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), política pública constituída no ano de 2007, como mencionou Thiago Ingrassia Pereira (2014), professor na instituição.

Existem parâmetros indicadores que regulamentam o funcionamento da universidade pública conforme a legislação brasileira, porém as especificidades regionais e inclinações vocativas características de cada instituição conferem formatos autorais aos documentos, como: Estatuto, Plano de Desenvolvimento Institucional e Plano Pedagógico. Servindo de exemplo, cito a FURG que está definindo seu novo PDI para os próximos quatro anos e, para tanto, colocou em seu site institucional dois questionários inovadores: um deles reservado à participação dos trabalhadores terceirizados e o outro denominado Questionário da Sociedade. São perguntas simples que querem adicionar o predicado ‘participativo’ ao planejamento da sua evolução (FURG, 2018). Na UFRGS, foi criada a Escola de Desenvolvimento para qualificar professores e técnicos administrativos (UFRGS, 2015, p.12).

É possível inferir que, a um mesmo tipo de estabelecimento como são as universidades, algumas mudanças na nominata dos integrantes de uma comissão ou grupo gestor não altera de fundo o texto legal, contudo, expõe propriedades diversificadas à interpretação e ao conteúdo redacional. Exemplifico, salientando que a Universidade do Rio Grande reuniu, em um único documento, o PDI, vigente de 2015 a 2018, e o PPI, dos anos de 2011 a 2022 (FURG, 2014). As outras universidades têm

adotado providências semelhantes, porém, sem essa apresentação explícita das diferentes etapas de duração e distribuídas em duas publicações distintas. Há opções díspares que incluem o Planejamento Pedagógico ou Político-Pedagógico dentro do Plano de Desenvolvimento Institucional.

São dessemelhantes, as escolhas entre construir o Projeto Pedagógico ou o Projeto Político-Pedagógico. No primeiro, a sigla toma contornos de PPI, diverso do PPP no Projeto Político-Pedagógico, como comentei anteriormente no item das abordagens sobre ensino+pesquisa+extensão.

Generalizadamente, admito o entendimento de que os propósitos assumidos pelas gestões são claros e transparentes no compromisso com as suas comunidades; as capacidades e a missão formativa, graduanda e pós-graduante; a educação social e a preocupação de enfrentar e atenuar as vulnerabilidades humanas, que constam, unanimemente, nos planos, metas, princípios, valores e previsão de atividades aos segmentos universitários.

Todavia, há que se considerar que o olhar de quem tem estudos acumulados para essas avaliações sobre a universidade não é o mesmo do cidadão comum ou da liderança comunitária. A essa pessoa deveria ser possível acessar o *site* da instituição e ter facilidade para interpretar e coletar os dados que desejasse, o que nem sempre é plausível.

De ângulo distinto, devo salientar que a universidade, mesmo o estabelecimento público ou conveniado, faz parte da estrutura organizada do tecido social, contudo, não é a única responsável por identificar, classificar, desencadear as lutas e tratar das questões e das necessidades populacionais.

Na sociedade, existem problemas mais evidentes, situações de maior urgência e emergência, no entanto, há precariedades que precisam ser objeto de ações conjuntas e independentes da universidade com os órgãos do poder público.

As providências, diagnósticas ou de intervenção, do pensar e do agir universitário exigem pessoas capacitadas para o compreender interativo e dispostas a atuarem na interprofissionalidade consciente, cooperativa e responsável.

Vale distinguir que determinados movimentos de grupos internos, alguns interfaciados com o apoio de agentes e organismos da sociedade, conseguem imprimir avanços mais significativos, independente de estarem conexos entre si. São as pressões em torno da transparência, da responsabilidade social e ambiental, da internacionalização, por exemplo. Todavia, animações como a práxis e a teorização pela interdisciplinaridade, ao contrário das posições referidas que, sem estarem formalmente ligadas, obtém conquistas mais duradouras, têm passos brandos, arrastados, com expoentes isolados em certas áreas mais do que em outras.

A interdisciplinaridade é uma direção inevitável e caminho sem retorno ao conservadorismo institucional? Observando a dinâmica do meio acadêmico, observei que são visíveis ações marcadoras de avanços para o conhecimento intersetorial e para o compartilhar de saberes, tanto técnicos e populares, quanto interprofissionais e interinstitucionais. Todavia, vigoram apelos da governabilidade, tais como: a otimização de recursos, a redução de despesas e a apuração de custos nas lições da contabilidade ou da devoção às leis de mercado. Acrescento que as universidades públicas têm sido *rankeadas* periodicamente, entre si e com as instituições do segmento privado, submetidas, inclusive, por exigências do governo central. Diante disso, identifiquei que há reações insignificantes por gestores ou comunidade interna das instituições.

De olho na interdisciplinaridade, na intersetorialidade e na interprofissionalidade anotei pequenos espaços profissionais – específicos de áreas técnicas e regiões – reivindicadores de conhecimentos ampliados e mais significativos do processo educacional universitária, para os quais, as respostas vêm sendo estratificadas e, quando fornecidas, são por fontes isoladas de interesse, quase individualizado. Tal qual o campo do ensino, a relação extensionista tem abrigado projetos e programas para análises e medições que se valem de conhecimentos científicos disponíveis – e até subutilizados –



nas universidades. Digo de recursos humanos e materiais. Não é raro, o comentário que eu ouvi noticiado de um bom número de docentes e técnicos, que se aposentam da função pública direcionados à instituição do setor privado. Dentre as causas: as perdas ocasionadas pelas reformas na previdência.

Falar em avanços, como o passo seguinte da interdisciplinaridade para a transdisciplinaridade, é ir de encontro a estruturas quase cimentadas de práticas docentes conservadoras e reacionárias. Em um caso que comento mais adiante, ouvi e anotei o comentário de uma professora: - “Transdisciplinar, eu? Aonde se aprende isso?”. Preservo-a e a sua instituição, porque entendo que o problema é bem mais complexo.

Se a primeira indagação cometida pela professora preocupa (“transdisciplinar, eu?”), a segunda pode estimular o pensamento de que nem tudo está perdido na universidade, dita do ensino ‘superior’. Grifo, novamente, o termo ‘superior’ para lembrar que essa não seja a pronúncia de um tipo de ensino ‘inferiorizado’ ou de uma teorização de mais valia para a formação universitária. A transdisciplinaridade é um passo evolutivo da interdisciplinaridade. Existir a inclinação pessoal para esse aprendizado pode causar a busca pelo aperfeiçoamento do exercício docente. Não obtive situação real que pudesse ser computada no diário de campo durante a pesquisa sobre distinção de tal natureza, a ponto de que, no ensejo da redação final deste texto, movimentava-se a procura por experiências ‘inovadoras’ no ensino em, praticamente, todas as instituições, que pudessem conferir modelo ao corpo docente das universidades brasileiras.

A qualificação das atividades conjuntas, em igual teor, deve ser estimulada como propósito central das instituições que possam vir a ser copartícipes de ações interdependentes em prol dos benefícios sociais e de combate às vulnerabilidades humanas.

Se formar indivíduos no ensino superior é uma necessidade, demanda e objetivo da universidade, como constam em documentos oficiais, caso dos Estatutos, Regimentos, Planos de Desenvolvimento Institucionais e Projetos Políticos Pedagógicos, além de reportagens com gestores e notícias de sites, respectivamente, os princípios como a

autonomia e a independência de poderes não são para todas as finalidades e, sim, para aspectos exclusivos de cada gestão.

As comissões de avaliação nas instituições e unidades acadêmicas têm nomenclaturas, tais quais, Comissão Permanente de Avaliação-CPA ou Núcleo de Avaliação da Unidade-NAUs e têm papéis decisivos nesse acompanhamento, porém, precisam ser mais permeáveis às manifestações das suas comunidades internas e externas, segundo reclamações que me foram reveladas.

Há problemas mais críticos. Como entender que, uma boa maioria, dessas comissões nem está em atividade em várias das universidades? Acrescento: será, mais legítima, a seleção dos seus integrantes, quanto mais aberta for a entrada de membros representativos dos legítimos beneficiários na coletividade. Advirto que, em situações como essa, não há espaços para ingenuidades: indicações políticas ou de servidores implicados e simpatizantes a candidaturas à Reitoria podem alterar e contaminar resultados em prejuízo aos rumos dessas avaliações.

Portais da transparência, massiva divulgação dos seus dados por todos os meios de comunicação e a promoção de canais para livre fluxo de discussões são providências recentes e elogiáveis que, por evidente, precisam ser alimentadas no cotidiano da vida na instituição. Lembro, novamente, que, como estabelecimento de ensino, a universidade forma profissionais e tem responsabilidades para com a cidadania, a concidadania, a emancipação e a consciência pelo bem viver.

Espero que à comunidade externa da universidade não se dirijam somente comunicados ou relato de feitos acadêmicos, mas informações coerentes, necessárias e viáveis para acompanhar a dinâmica institucional. Essa adequação requer vontade política e decisória das pessoas gestoras do estabelecimento e, também, dos integrantes desses grupos nas comissões da universidade e fora dela.

Emitir opinião, sem o exame apropriado da conjuntura, não pode ser uma formalidade conveniente de quem representa a universidade em uma dada circunstância.

Necessita do preparo acumulado de conhecimentos, da disposição do desejo de tornar intercomunicáveis os saberes, do mutualismo da sabedoria técnico científica com o ensino e aprendizagem popular.

A gestão da universidade é mais do que a administração ou o gerenciamento de uma entidade legalmente estabelecida. Não há simplificação ou reducionismo a fazer, pois a estimativa de seus recursos ultrapassa muitos orçamentos de municípios brasileiros. Assim, são inúmeras, as reflexões problematizadoras admissíveis, principalmente, sobre o sistema gestor, o compromisso e a educação social da universidade pública, marcadas as vulnerabilidades humanas. A condição pública da instituição universitária acrescenta-lhe responsabilidades, mesmo que o governo, seu gestor maior, cause-lhe óbices, subfinanciamentos e desmontes na atualidade, que a desfavorecem diante das concorrências desleais e das solicitações escravocratas atentadas pelo mercado e comércio do setor privado.

A universidade pública, examinada e questionada com profundidade quanto à dinamicidade das suas políticas gestoras, da sua comunicação com a sociedade e da indissociabilidade ensino+pesquisa+extensão, como recomenda o Plano Nacional de Educação, apresenta diversos resultados, variantes segundo cada instituição pesquisada. Essas variações não assinalam notórias interferências por condições regionais, pois a universidade federal comporta-se afirmada no princípio da sua autonomia. Logo, suas decisões são mais internas do que por influências diretas ou indiretas das comunidades.

A gestão política e administrativa tem respeitabilidade formal pelo que identifiquei em praticamente todas as instituições, sendo organizações prestigiadas pela coletividade social, mesmo aquelas na sua condição emergente. As novas universidades, mais do que as antigas, nasceram de fortes reivindicações regionais e atestam uma preocupação mais local, embora se ressentam do pensamento original das suas fundações.

Essa espécie de dissintonia entre as concepções que defenderam a fundação e a área de sede da universidade em desacordo com as práticas aplicadas pela comunidade

intrainstitucional levou-me a acreditar que podem estar em atrito, no mínimo, dois modelos de concepções. Um primeiro, pelos docentes que planejaram sua constituição e não seguiram como personagens intrínsecos a lhe garantir alguns pontos de unidade, e o outro, pela formação das pessoas concursadas ter ocorrido sob métodos tradicionais das suas profissões em universidades de locais e experimentos distantes do atual campo de práxis. Comprovações mais reais precisam resultar de pesquisas a isso destinadas. Entretanto, há moradores de cidades pequenas que não sabem indicar onde funcionam essas novas unidades universitárias, menos ainda, quando perguntei sobre a vocação institucional. Adotei, para tanto, linguagem simples e acessível.

Investir nessas interpretações oportuniza coletarem-se subsídios que possam contribuir com formatos adequados a cada realidade institucional e local. Moradores em subáreas mais próximas indicam mais a sede física da universidade, mas acrescentam poucas informações sobre o modo de funcionar e seus pressupostos caracterizadores. Os processos de comunicação que vêm sendo elaborados podem assumir esse papel, desde que não sejam destinados tão somente à informação. Além disso, residentes de cidades interioranas têm precariedade no acesso a aplicativos digitais que não sejam os de uso cotidiano entre amigos e familiares. Informalmente, respeitadas as exceções, muitas pessoas vizinhas informam nunca terem acessado o site da universidade próxima.

Contudo, o ponto mais nevrálgico observado é a distorção entre o que está previsto e a execução da 'indissociabilidade' ensino, pesquisa e extensão. Identificando-a como exemplo, porque percebi essa respeitabilidade por parte de profissionais de outras universidades, a UFRGS aponta-a na segunda colocação no Plano de Desenvolvimento Institucional, precedida pela autonomia universitária tão somente. Embora conste como uma intenção documentada e assumida pelos seus gestores universitários, não foi possível reconhecer que exista essa indissociabilidade preconizada no ambiente intrainstitucional. Esforços e iniciativas, sim. Todavia, mais uma meta a ser perseguida com tenacidade. Potencial para estudos novos de estratégias dinamizadoras.

## 6 VOO 5 – A CONSTRUÇÃO DE PISTAS PARA UMA PEDAGOGIA DA COMUNICAÇÃO UNIVERSITÁRIA !

*Palhas, paus, gramas e folhas  
voam no bico para a construção.  
a Pedagogia da Comunicação,  
as pistas universitárias  
e a constituição necessária  
dos saberes às Outras Linguagens,  
mais poética nas paisagens  
nova Comunicação literária.*

*(Dilmar Paixão, 2018)*

Este estudo foi pensado com a intencionalidade de analisar o compromisso institucional da Universidade com o quefazer público e ao encontro da educação social e do bem viver, considerando situações desiguais das vulnerabilidades humanas e – também, por isso – construir pistas por uma Pedagogia da Comunicação Universitária.

Ainda que possa ser esperado que, nesta etapa do voo, eu faça um pouso e apresente um plano de ação propriamente dito ou, quem sabe, utilizando um conjunto de regras e de normativas organizadas com rigor, não é esse o objetivo e eu nunca seria tão prescritivo.

Digo desse modo, porque o país já experimentou períodos de políticas públicas intervencionistas que fracassaram por sérios equívocos. Explico-me. A vacinação obrigatória contra a febre amarela deu causa à histórica Revolta da Vacina, quando pessoas que deveriam ser protegidas pela imunização, foram feridas e mortas por polícias governamentais. Noticiários recentes e de domínio público trouxeram vozes oficiais da gestão do SUS admitindo o boato maior do que o fato: idosos deixaram de aceitar a vacinação acreditando que o governo queria dizimá-los e reduzir a quantidade de

indivíduos na faixa etária superior a sessenta anos para economia da previdência social. Estimativas contemporâneas apontam índices abaixo dos níveis aceitáveis para vacinação infantil. Os três *cases* teriam melhor resolutividade quanto fossem adotadas medidas dialógicas de uma Pedagogia de Comunicação. Sendo acontecimentos verdadeiros, não parecem semelhantes entre si?

Neste raciocínio, há quem se utilize de um conjunto de regras e de normativas para ‘educar os vulneráveis’, assim denominados aqueles em situação de pobreza, populações na rua e as demais similaridades mencionadas pela mídia e de uso pelo senso comum de alguns dirigentes. “Se o saber academicista exige tanto e oprime, a educação que reprime, não pode ser Educação” (APÊNDICE C)!

Por estas razões, as pautas deste plano ‘ao encontro’ estão limpas, desabitadas e nuas de alienação e prescrições. Sem consciência hospedeira e sem hospitalidades para pautar qualquer imposição. Menos, ainda, por receituários prontos. São pistas a serem construídas.

Se um dos elementos básicos na mediação entre opressores e oprimidos é a prescrição, como disse Paulo Freire (2003), em um dos textos do seu livro *A pedagogia do Oprimido*, não se pode aceitar a imposição de uma consciência sobre outra. As pautas dos opressores têm bases estranhas às dos oprimidos e o comportamento deles é um comportamento prescrito, reformador da consciência recebedora pelo sentido alienadorista das prescrições, consciência recebedora e hospedeira daquela consciência opressora.

A questão de fundamental é indagar-se: - por que construir uma Pedagogia da Comunicação Universitária? Com as devidas reflexões, compartilharei anotações sobre saberes necessários à construção de uma Pedagogia para a práxis da Comunicação Universitária. Por fim, comentarei sobre os elementos constitutivos, em essência, de uma Comunicação para a Universidade – que queremos: pública, gratuita e de qualidade, contudo integrada e pertencente à sociedade. Não ao governo.

## 6.1 POR QUE 'CONSTRUIR' UMA PEDAGOGIA DA COMUNICAÇÃO UNIVERSITÁRIA?

Construir uma Pedagogia da Comunicação Universitária, em um primeiro movimento propositivo, tem a justificativa de que eu acredito na emancipação humana e social, de pensar e de propor a universidade na sociedade, na resolução das vulnerabilidades, no agenciamento aplicado do bem viver para todas as pessoas e que outro mundo é possível.

Sabendo que a 'Pedagogia' é uma palavra vinda do grego *pais*, no significado de 'criança', e *ago* para representar 'conduzir', logo, a 'condução de crianças', aceito concordar com o professor da área de Fundamentos Filosóficos da Educação, com formação em Letras, Danilo Romeu Streck (2018) ao destacar que esse conceito foi ampliado não apenas quanto à faixa etária, como para todos os contextos, do campo de estudos ao processo ensino-aprendizagem. O termo 'Pedagogia' é compreendido melhor, segundo ele, junto ao conceito de 'práxis': a ação e a reflexão, o diálogo da prática e da teoria, os saberes vinculados à prática. Eu gosto de sublinhar: 'conduzir'. E acrescento: também 'conduzir-se' e favorecer, fornecendo subsídios reflexivos, a que outros possam 'construírem-se' e 'se conduzirem'.

Para Fábio Bastos (2018, p.94), a vida humana tem sentido na 'Comunicação'. Se houver interação dialógica será 'intercomunicação'. "Daí que, ensino-aprendizagem não pode ocorrer no isolamento, mas 'na' e 'pela' comunicação entre os sujeitos envolvidos em torno de uma realidade vivida concretamente".

A educação problematizadora nega os comunicados, geralmente, representados por casos de dados desorganizados e ordens prescritivas. Pela intencionalidade, opta pela comunicação. Então, outro motivo para construir-se a Pedagogia da Comunicação é a realidade de que, somente o diálogo, implica um pensar crítico, sem o qual não há comunicação.

O professor Danilo Streck (2018, p.359) reapresenta uma nova dimensão de reforço para a Pedagogia da Comunicação, pelo fato de que a importância de pedagogos e pedagogas nos campos profissionais tem três razões: “a relação pedagógica de diálogo e complementaridade entre os sujeitos no ensinar-aprender, a centralidade do conhecimento ou do ato de conhecer e a fundamentação antropológica do processo”. É, em torno desta Pedagogia, com seus fundamentos, o ensinar e o aprender e do conhecimento, que busco elencar intersecções e saberes, com vistas à construção de uma Pedagogia para a práxis da Comunicação Universitária. Aspiro a que seja uma pedagogia comunicativa para si mesmo e para as especificidades de cada circunstância e instituição.

Argumento forte para a elaboração dessa Pedagogia é fornecido pelo físico Basarab Nicolescu (2010, p.12), abordando a terminologia ‘multi’, ‘inter’ e ‘transdisciplinaridade’. Ele afirma: “A necessidade indispensável de pontes entre as diferentes disciplinas é atestada pelo surgimento da multi e interdisciplinaridade em meados do século XX.” A multidisciplinaridade, conforme afirma, refere-se ao estudo de um tema de pesquisa não apenas em uma disciplina, mas em várias ao mesmo tempo. A abordagem multidisciplinar alarga as fronteiras disciplinares, com sua meta limitada à estrutura da pesquisa disciplinar.

A interdisciplinaridade tem objetivo diferente da multidisciplinaridade, por transferir métodos de uma disciplina para outra. De conformidade com Nicolescu (2010), há três graus de interdisciplinaridade: grau de aplicação, quando métodos de uma área são transferidos para outra e geram novos conhecimentos; grau epistemológico, o que possibilita interpretações diferentes na outra área; e grau de geração de novas disciplinas.

Como a pluridisciplinaridade, a interdisciplinaridade ultrapassa as disciplinas, todavia, permanece no quadro da pesquisa disciplinar. A palavra ‘transdisciplinaridade’ foi introduzida por Jean Piaget, em 1970: “diz respeito àquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de todas as disciplinas” (NICOLESCU, 2010, p.13).



Algumas vezes, após ter observado que o pensamento, linear e elaborado com insuficiência, mantinha condicionadas, as opiniões de colegas reacionários a admitirem mudanças para a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, ora escondidos atrás dos rigores de regulamentos, ora por não admitirem pensar a respeito disso, decidi não confrontá-los verbalmente. Pelo contrário: ‘vencer’ uma discussão não sanciona ‘ter convencido’ alguém para decompor qualquer pensamento ou prática. Terá sido recuo estratégico? Explano.

Sei que sou responsável por alguns espaços para pensar, planejar e organizar o processo pedagógico, inclusive, política e didaticamente. Então, passei a aperfeiçoar minhas atividades na linha da interdisciplinaridade e a avançar para quefazeres transdisciplinares. Registre essas práticas, como passo a comentar a seguir, em relatórios e artigos científicos, documentei as experiências, promovi avaliações, abri oportunidades participativas, agencei círculos de cultura, leituras, grupos de estudos e rodas de conversa, mesmo informais.

Certa vez, soube que essas publicações estavam sendo lidas. Nada falei. Para o Simpósio Nacional de Educação, organizado pela Universidade Regional Integrada-URI, de 28 a 30 de setembro de 2016, em Frederico Westphalen, escrevi: *Transdisciplinar, eu? Onde se aprende isso? Notificações e compartilhamentos da assimetria entre a formação docente e a prática profissional emancipadora* (PAIXÃO, 2016a).

Colhi argumentos complementares e os disponibilizei em outros textos: *Mais do que palavrórios, há tantas mãos no aprendizado com as pessoas* (PAIXÃO e ANTONIOLLI, 2016b); *A responsabilidade ao tornar-se profissional* (PAIXÃO; COLLE; ANTONIOLLI, 2015); *Pontos de contato necessários entre o saber popular e o saber técnico-científico: propondo reflexões a partir da leitura de Paulo Freire* (PAIXÃO et al, 2017a) e *A cultura da vida pelas ações integrativas da prática científica com o saber popular* (PAIXÃO et al, 2017b), para citar alguns escritos.

A coautoria, além de enriquecer os trabalhos, mobilizou mais pessoas, desdobrou e alargou o alcance do Núcleo de Estudos em Saúde Pública, Coletiva,

Comunitária e do Trabalho-NES/UFRGS/CNPq e do Laboratório de Estudos sobre Ruído, Acústica, Saúde, Educação Popular e Qualidade do Bem Viver-LERASEQ/UFRGS/CNPq, que eu coordeno desde 2012. Aliás, uma quebra de pré-requisitos que a UFRGS autorizou junto ao CNPq, pois são liderados por um Mestre, ainda não Doutor. Ou autorizavam ou seria mais um dos esforços, empreendimentos e trabalhos, levados a efeito, mas não computados que vagueiam dentro do sistema acadêmico brasileiro.

“Encontrei-me por aqui. É sensacional! Você consegue enxergar a influência de várias áreas em determinada situação. Os inúmeros pontos de vista e soluções para um problema. Dentre os laboratórios que conheci, este é diferente, me chamou a atenção”. A manifestação é de um dos acadêmicos, participante do NES e do LERASEQ, em entrevista ao Jornal da Universidade e à TV UFRGS. Ronaldo Rossi Ferreira (2017, p.15) comentou da sua satisfação pelo pertencimento ao grupo, que congrega professores e alunos de diversos cursos, estudando os efeitos do ruído na qualidade de vida das pessoas, promove a conscientização sobre o assunto e a prevenção dos efeitos nocivos. Empolgações – como essa – são possíveis, desde que a participação consciente esteja integrada ao preparo, ao interesse, à busca qualificada por saberes e conhecimentos.

Os registros, as publicações, a presença em eventos são oportunidades ímpares. Divulgam-se trabalhos realizados, compartilham-se pesquisas, comentam-se estudos e, principalmente, todas as pessoas aprendem muito com iniciativas, vivências e até questionamentos do que é produzido pela ciência na instituição universitária.

Aprendi que, embora as dificuldades de custear inscrições e os óbices de deslocar alunos aos encontros sem incentivos governamentais ou da instituição (de ensino...), são incomparáveis, os resultados em conhecimentos, motivações e aprendizagens de “quem vai e dos que voltam”. Pena que nas instituições existam ‘docentes’ assinalando falta (e sem justificativa!) para esses corajosos e essas corajosas participantes. E nem os certificados de participação e apresentação de trabalho os convencem. Comissão de Graduação? Este, um capítulo para outras novelas. Não agora.

O Curso de Doutorado – evidente – renova a coragem para se “dizer a palavra”, aproveitando o algoritmo freireano. Aprovado em outros Programas da Pós-Graduação, porque queria evitar riscos de “endogenia”, tenho certeza que fiz a opção correta pelo Programa, pelas disciplinas, pelos professores e professoras, pelos e pelas conviventes. Extrapolei a exigência das horas. Acompanhei e atualizei os conteúdos até o último prazo. Reconstruí-me e posso contribuir mais.

A construção, portanto, de um plano que venha a manter conexões com a reunião de pensamentos para uma Pedagogia da Comunicação Universitária, em nova visão de mundo, mais humana, mais solidária e mais crítica, vincula-se a concepções e discussões sobre a descolonização educativa, a educação libertadora, a descolonização epistemológica, a emancipação sociocultural e o que se está chamando de *sumak kawsay* ou *buen vivir*. É manifestação que encontro em Aníbal Quijano Obregón (2011).

Para o sociólogo peruano e cientista político, pensa-se o Bem Viver avançando para além da dimensão econômica ou da satisfação das necessidades humanas básicas, na direção da emancipação humana e social. Alberto Acosta (2016), na sua condição de economista e político, argumenta que há necessidade de outras formas de organização social e de práticas políticas, não sendo possível enriquecer depredando o patrimônio do ambiente natural. Ao reconhecer avanços sociais obtidos pelos governos progressistas, faz a crítica de que, desse modo, repetiram velhas formas de produtivismo e consumismo capitalista, sem reais mudanças na estrutura da sociedade.

O professor e educador ambiental João B. A. Figueiredo (2009) junta como resposta para a construção dessa Pedagogia da Comunicação, a prática docente freireana, proposta libertadora, emancipatória, superadora da opressão e práxis humana transformadora, dentro da unidade dialética, coerente e solidária entre o pensar e o agir. Figueiredo (2015) fala em experienciar a práxis como ‘praxicar’, superando a polarização entre ‘verbalismo’ e ‘ativismo’.

José Solano Alpízar (2015), historiador e pedagogo costariquenho, e Obregón (2011) apresentam aspectos emergentes e fontes ricas para o debate em torno da

formação universitária e das ideias sobre a descolonização, que, precisam ser analisadas ao se pretender construir uma Pedagogia da Comunicação Universitária.

A educação social ao se preocupar em atender às vulnerabilidades humanas aproxima-se das intenções de libertação e emancipação sociocultural, representada pelo bem viver, o que requer uma mudança no pensamento da formação universitária, para que a universidade possa compreender e acolher as reivindicações da sociedade e, ao se antecipar, poder ajudar para que, também a sociedade, possa acolher a essas pessoas e estar preparada para disponibilizar-lhes melhores condições de vida e participação social.

Alpízar (2015), ao apresentar o desafio de se recorrer a um caminho diferente para descolonizar a educação, em especial, a formação universitária, menciona o antropocentrismo, o epistemocentrismo, o logocentrismo e o falocentrismo, como matrizes no formato de quatro dimensões da dominação neocolonial. Assim, a dominação pelo neocolonialismo se reatualiza e persiste desde o século XV, impondo formas de pensar, sentir, ser e estar, que são aceitas sem maiores questionamentos. Entre as razões para isso, estão os mecanismos sutis de naturalização dos processos de subalternização deste chamado “terceiro mundo”.

O *antropocentrismo*, desde o renascimento euro-ocidental do século XV, conforme Alpízar (2015), projeta o homem europeu, branco e católico como princípio e medida para todas as coisas, centro do cosmos, ideal a ser imitado. Quijano (2011) contribui, afirmando que o processo de dominação colonial se ergue sobre a divisão racial e ética do poder capitalista, impondo planos, ambientes e dimensões para a escala social.

O *epistemocentrismo* quer converter a cultura e o conhecimento euro-ocidental como único e verdadeiro, cuja cultura dominante demarca critérios para a superioridade epistemológica dos conhecimentos, com o disfarce da cientificidade (ALPÍZAR, 2015).

O *logocentrismo* ressalta a cultura europeia, depois a dos estados unidos e a japonesa como expressões culturais e religiosas, herança da modernidade e do racionalismo cartesiano, legitimado como processo de construção do conhecimento, de

raciocínio lógico e matemático, consequentemente, exato. Logo, todas as formas de aproximação com a realidade social e os saberes são invalidados e carentes do rigor e do método científico (ALPÍZAR, 2015).

O *falocentrismo* põe-se a tentar explicar a construção sociocultural da sociedade patriarcal, diferenciando os sexos e posicionando as mulheres nos degraus inferiores da submissão e da subserviência. Recorre à representação simbólica do fálico, impondo padrões do homem, viril e geralmente branco e católico ou protestante (ALPÍZAR, 2015).

A descolonização da formação universitária é, por conseguinte, meta prioritária para a sociedade enfrentar a matriz de dominação neocolonial, independente de qual seja ela. Construir a identidade de outro horizonte civilizatório, com possibilidade para pensar outra educação, em defesa do ser humano, do meio ambiente e do próprio planeta, é a oportunidade de tornar viáveis estudos que elaborem possibilidades para uma nova prática interativa da universidade com a população. Por isso: a Pedagogia da Comunicação Universitária encontra razões para permear esses debates.

A comunicação e a pedagogia, pela inter e transdisciplinaridade, possuem mecanismos que podem facilitar e agilizar esses contatos e interatividades entre as pessoas, desde que não sejam vistas somente como áreas de especialidades acadêmicas. São mecanismos para despertar a consciência crítica, promover a emancipação e a liberdade desde que enfrentem e alcancem brechas diante de estruturas e visões determinantes de posições hegemônicas e conservadoras.

Um plano ao encontro da educação social e do bem viver, com construção de uma Pedagogia da Comunicação Universitária, distancia-se dos modelos quase museólogos (com o devido respeito), vigentes nas instituições, que se dedicam ao processo informativo mais do que aos demais procedimentos possíveis à Comunicação. Se tiverem a sensibilidade para ouvir e receber as demandas, como para responder a elas, estarão evitando os ‘comunicados’ das aulas para propiciar condições mais solidárias de conscientização e de promoção da emancipação humana.

Qualquer pedagogia e a da comunicação, mais ainda, apresentam requisitos essenciais: cuidados, habilidades, comprometimento, liberdade, persistência, humanização e um imenso aporte de conhecimentos, concepções, saberes e informações (FRANKLIN, 2011). Para tanto, deve ser construída com a mais ampliada forma de participação de pessoas, de dentro e de fora da universidade.

Durante a pesquisa realizada nas universidades da amostra, não encontrei no material examinado pela análise documental ou pela observação participante, qualquer proposta similar a essa que estou a encaminhar.

Metas do Plano Nacional de Educação, com prazo previsto para estarem em vigência em até 2023, sequer começaram a ser discutidas pelas unidades acadêmicas da maioria das universidades do estudo. Além da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, contar dez por cento de atividades da extensão no espaço curricular do ensino ainda não está sendo admitida, tal o grau de resistências intrainstitucionais.

A ideia da curricularização do extensionismo universitário, segundo Moacir Gadotti (2017), não é nova. Surgiu no Plano Nacional de Educação de 2001-2010, com obrigatoriedade de 10% dos créditos integralizados na extensão. Essa obrigação reapareceu no PNE 2014-2023: assegurar, no mínimo, 10% dos créditos curriculares da graduação em programas e projetos de extensão, ação orientada, prioritariamente, em áreas de grande pertinência social.

Já o princípio da 'indissociabilidade' entre ensino, pesquisa e extensão está consagrado na Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), artigo 207. Após um número multiplicado de emendas constitucionais, esse termo 'indissociabilidade' permaneceu e foi ganhando força. Mesmo assim, somente duas universidades das que foram acompanhadas mencionam essa 'indissociabilidade' em seus documentos. Ressalvo que 'constar' não é adotá-la automaticamente.

A extensão que aparecia ao longo da história da universidade brasileira como uma prioridade secundária ao ensino e à pesquisa, assumiu nova realidade a partir da Lei

de Diretrizes e Bases-LDB promulgada em 1996: a Lei nº 9394/96, no artigo 43, assegurou a extensão entre os fins da universidade brasileira, transformada em instrumento de mudança social e no intramuros da universidade.

Didaticamente, Gadotti (2017) escala duas vertentes para a extensão universitária: a primeira mais assistencialista ou de prática extensionista e a outra não assistencialista ou não extensionista. O assistencialismo, com a transmissão verticalizada do conhecimento, serviço assistencial sem considerar a cultura e o saber popular, uma “mão única” da universidade para a sociedade.

A vertente que mais me interessa e que eu persigo no itinerário docente é que os saberes e as teorias e práticas do ensino, da pesquisa e da extensão andem juntas e articuladamente, mirando o horizonte da transdisciplinaridade e da indissociabilidade entre essas três funções da universidade. Procurando evitar rótulos e me distanciando de ‘desconceitos’, a visão não extensionista ou não assistencialista da extensão movimentar-se ao encontro da comunicação de saberes e das trocas entre o conhecimento científico e a sabedoria popular. A educação social, comprometida com o enfrentamento das vulnerabilidades humanas, e a educação popular e o bem viver orientados por uma Pedagogia da Comunicação Universitária.

Valendo-me de Gadotti (2017), substituo o conceito de ‘extensão’ pelo de ‘comunicação’, fundamentado nesse propósito na teoria freireana do conhecimento, na qual a antropologia considera todo o ser humano como um ser inacabado, incompleto e inconcluso, que não sabe tudo, mas não ignora tudo.

Superar esse perfil ‘mais assistencialista da extensão universitária’ equivale à formação dos futuros profissionais e à especialização de graduados nos cursos da saúde compreendendo a máxima popular de que ‘é melhor prevenir do que remediar’ e pronunciando ‘saúde’ como clínica ampliada e não um mero sinônimo da ausência de doenças.

Ao reunir elementos para construir essa proposta pedagógica, pretendendo promover a aproximação e o encontro da Comunicação com a Educação, lamento que essa ainda seja uma ação inovadora e ressalto a necessidade de sê-la: a mais ampla e democrática possível. Agradeço pela oportunidade de me autorizarem a fazê-la, posto que a adotei no período acadêmico preparatório para tornar-me profissional.

## 6.2 SABERES NECESSÁRIOS À CONSTRUÇÃO DE UMA PEDAGOGIA PARA A PRÁXIS DA COMUNICAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Há duas citações cabíveis para inaugurar as reflexões do construir de uma Pedagogia da Comunicação que apresento, como sugestão, ao círculo dialógico do meio ambiente universitário. Disse Paulo Freire (2011, p.87): “É imperioso mantermos a esperança, mesmo quando a aspereza da realidade sugira o contrário”. O teólogo, educador e psicanalista Rubem Alves (1984, p.73) proclamou: “Todo ato de pesquisa é um ato político”!

Ora, é por essa ‘esperança’ e como ‘ato político’ que eu pronuncio: ‘Comunicação’! A ‘comum’, ‘única’, ‘união’ e ‘ação’ humana, tão própria, quanto são as características digitais da individualidade de uma pessoa. Resta provado por várias expressões da ciência, que a comunicação humana não inicia com o nascimento, porque principia e se intensifica desde o período gestacional. Cada feto com a sua identidade; cada pessoa, como um ser único, exclusivo e individual.

Então, pode-se pensar numa autocomunicação, a partir do contato das células humanas que compõem os tecidos, formatam os órgãos e, com eles, os sistemas do organismo humano? Um bom tema, para discussões em momentos seguintes certamente.



Os desafios, de refletir e de discutir, sobre este ato político da pesquisa e esta esperança na inserção homogeneizável da sociedade no âmbito universitário, têm me contagiado e me impelido, apaixonadamente, para muitos voos, estações de pousos e novas decolagens. Por essa razão, sempre estive engajado, com motivação, pelas políticas educacionais e pelo papel social e da cidadania desejável nas instituições. Em especial, as políticas públicas.

Ao acumular saberes, vivências pessoais e experiências profissionais variadas, a educação que eu persigo e me dedico, em todos os níveis, é patrimônio de longos anos e estará socialmente referenciada, ao incorporar valores locais das comunidades e se for atrevida a fomentar debates, no espaço universitário e fora dele, sobre a precariedade do acesso a essas posses, a relevância do fortalecimento do diálogo e a qualidade do ensino promotor do bem viver e da emancipação social.

“Na concepção dialógica da educação, existem diferentes tipos de saber, não hierarquizados, não merecendo ser classificados mecanicamente como válidos ou inválidos” (FISCHER e LOUSADA, 2018). Paralelo aos saberes para a práxis, eu incluo o termo ‘ensinagem’, contextualizando-o, para a ação de ensino da qual resulta a aprendizagem do estudante, superando a tendência tecnicista da velha ideia de ‘dar aulas’, por um processo dialético de trabalho, criando-as junto com os alunos e alunas, dinâmica e criativamente, com os saberes (e “sabores”) socializados, criados e recriados (ANASTASIOU, 1998).

A pauta dessa educação tem mais amplitude e relevância do que o ensino e o campo pedagógico que a integram, embora sejam notificados e afetados nos espaços da epistemologia, dessa interatividade dinâmica e social com outras áreas do saber interdisciplinar. Mas, de que adianta o conhecimento científico se ele permanecer recluso na sua ‘linha de produção’ na universidade?

Se a linha de produção tem sinonímia como linha de montagem (AURÉLIO, 2018) e pode ser estabelecida como uma forma produtiva em série, será isso o que queremos para formar profissionais na universidade?

Há uma anedota popular que não faz jus ao gracejo, mas é atual em algumas conjunturas. Conta-se que um trabalhador, no seu último dia de trabalho, fora questionado sobre o que faria na manhã seguinte, aposentado. Ele teria respondido, que iria até o final da linha de montagem, para saber o que aquela empresa fabricava. Situações à parte e, independentes das muitas interpretações da análise crítico-classificadora, isso é uma inaceitável e desumana (in)comunicação.

Para ser pedagógico, o processo de comunicação não pode estar restrito à mera distribuição de um conjunto de informações ou dados isolados. Aportar conhecimento e saberes é essencial. Torná-los compreensíveis e aproveitáveis pelas pessoas é comprometer-se com a emancipação humana, com a ‘esperança’ e a ‘política’ da finalidade da própria instituição universitária.

Registrei em texto literário, a observação maiúscula feita pelo músico e maestro Antonio Tarragó Ros, acerca da estrutura organizada dos governos dos países em três poderes: poder executivo, poder legislativo e poder judiciário. O que ele argumenta é que, no interesse da valorização dos povos em suas regionalidades territoriais, seja estabelecido um quarto poder. Para ele, o poder cultural será o único capaz de acrescentar essas garantias com firmeza, praticamente espontâneas, nascidas das manifestações populares e tradicionais das gentes de cada localidade rumo à integração dos povos (PAIXÃO, 2016c).

No Brasil, de há muito, interpreta-se a existência desse quarto poder, admitido, mas não institucionalizado, no poder da imprensa e, em si, dos veículos de comunicação da grande mídia. Os monopólios dessa área são riscos evidentes. Portanto, seja como quarto ou quinto poder, sublinho essa nova visão que, ainda bem, começa a crescer com fogos abrasadores em muitos lugares do mundo das Américas. Quando os povos, mais do que os seus governos, reforçarem as proximidades desse poder cultural, qual será o tamanho desse ganho de força?

Sobram iniciativas em curso. Freire (2011), tão associado às intenções e práxis do construtivismo, defende o diálogo interativo em moldes de rodas de cultura e, assim,

denomina o que seja praticado em reuniões de grupos, como rodas de conversa, nos encontros científicos ou nas ações interdisciplinares e com as comunidades.

Boaventura de Sousa Santos (2014) tem percorrido os meios acadêmicos combatendo a inconsciente defesa e o incentivo aos interesses serem voltados ao norte, notadamente, o norte americanismo. Critiquemos, portanto, a metodologia científica universitária ao exigir nos projetos de pesquisa e planos de trabalhos que se exponha uma questão “norteadora”. Contrapondo a isso, Boaventura (2014) menciona o “sulear”, ou seja, a ecologia dos saberes direcionada aos valores do sul, como a autovalorização e a consciência sul americana (PAIXÃO, 2016a).

A ótica do Sul defende um ponto de vista epistemológico e político, esclarecido por Boaventura Sousa Santos (2007, p.32) como “metáfora do sofrimento humano causado pela modernidade capitalista”.

O termo ‘Sulear’ é ensinado por Telmo Adams (2018, p. 444) com a conotação ideológica contrária ao termo ‘Nortear’ e como foi recolhido do livro Pedagogia da Esperança, de Freire (2011, p. 218).

Contextualizando esse tempo, Adams (2018, p. 444) localiza-o e faz o seguinte comentário: “Ao analisar o Brasil e a América Latina, no contexto dos anos 1960, asseverou que era necessário assumir a herança colonial que carregamos até hoje, como condição para podermos superá-la”.

Em decorrência, “nossas heranças culturais nasceram embebidas de soluções paternalistas que forjaram o ‘mutismo’ e a dependência brasileira”, criando-se vantagens para a importação de modelos de fora, do ‘Norte’ (ADAMS, 2018, p. 444).

A colonialidade, que ainda vigora, decorre das relações desiguais do poder econômico e político do posicionamento do norte comparado ao sul.

Dos ‘modelos do Norte’, importamos: tecnologia, cultura, raciocínio econômico, formas de instituições políticas, o lema “ordem e progresso” da inspiração positivista.

“Tais processos de cópias de modelos estrangeiros continuam até os nossos dias, em todas as áreas da organização social, até na linguagem” (ADAMS, 2018, p.444).

Ampliando a acuidade sob esses cenários, Zitkoski e Herz Genro (2018, p. 434) ratificam e aprovam críticas ao neoliberalismo e ao capitalismo globalizado. E as atualizam:

O capitalismo se transformou e já não segue a mesma lógica dos anos 1960, 1970 ou 1980. Transformaram-se as relações sociais que tinham como base o taylorismo-fordismo, o capital financeiro tornou-se dominante a partir das novas tecnologias e, principalmente, através do domínio do conhecimento técnico. Igualmente, o capitalismo atual transforma os imaginários sociais das classes populares através da indústria cultural de massas. Dessa forma, estamos diante de novas formas de dominação social e política.

A afirmação histórica do ser humano, enquanto ser ‘esperançoso’ e em busca da liberdade, base para a construção da existência digna, está no “projeto social emancipador em direção ao socialismo com democracia”. Este projeto de transformação social e de reinvenção do paradigma emancipatório de sociedade – como denominam – precisa superar o capitalismo, cada vez mais, desumano e excludente. “Portanto, educar nos dias atuais a esperança das pessoas é, talvez, mais importante do que a formação técnico-científica” (ZITKOSKI e HERZ GENRO, 2018, p. 434).

Aprende-se em Freire (2011), que a esperança está na antecipação de um mundo novo e no movimento por algo melhor, potência para os humanos, como seres ‘inconclusos’, realizarem juntos o protagonismo e a interação dialógica colaborativa, com impulsos para intervir na realidade. Comprometer-se com a mudança e ousar modificações é aliar-se à intencionalidade ética e política de cultivar o bem viver e de promover a emancipação social.

O anúncio de um mundo gentificado tem armas na palavra crítica, no discurso humanista e no compromisso solidário, como reafirmou Freire (2011) na Pedagogia da

Esperança. Ana Lúcia Magela Rezende (1989) redigiu essa ideia na *Dialética do Pensar e do Fazer*. A superação ético-política ao neoliberalismo, opressor e desumano do capital, é, portanto, sonho possível, por uma sociedade nova, descolonizada e liberta das correntes do subdesenvolvimento. Freire apud Adams (2018, p. 435) vislumbrava variadas dinâmicas para as mudanças, enfatizando que “as sociedades humanas são o *locus* educativo”.

A leitura desta palavra ‘educação’ na obra daquele Mestre, feita pelo historiador e professor José Eustáquio Romão (2018, p. 159), deriva da concepção da ‘singularidade esperançosa’ da natureza humana: “Para Paulo Freire, não existe a educação, mas educações, ou seja, formas diferentes de os seres humanos partirem do que são para o que querem ser”.

As ‘educações’ freireanas resumem-se a duas: uma, a “bancária” e, a outra, “libertadora”. O projeto de dominação de outrem, na primeira, torna menores as pessoas, menos humanas, alienadas, dominadas e oprimidas. Na segunda, as pessoas deixam de ser o que são, para serem mais conscientes, livres e humanas. A ‘educabilidade’ provém da consciência da sua ‘inconclusão’, seres ‘inconclusos’ e ‘inacabados’ (FREIRE apud ROMÃO, 2018).

Autonomia, integralidade, emancipação, saber, poder e política impulsionam a esperança e, assim, se a educação é dialógico-dialética, pela relação entre educando(a), educador(a) e o mundo, no círculo de cultura recomendado por Freire para substituir a aula na educação escolarizada, o ato educacional é processo e práxis de comunicação.

‘Comunicação’ e ‘COMUNICAÇÃO’, quanto mais maiúsculas forem as ‘EDUCAÇÕES’ em Paulo Freire. Educação e Comunicação: problematizadoras, libertadoras, profissionais, populares e permanentes. E tem, ainda, a educação omnilateral: “emancipação humana, de um sujeito de unidade prática e teórica, da ação e da reflexão, da ética e responsabilidade social e política” (ZITKOSKI, CUNHA e PURIN, 2018, p. 167). Se essa compreensão é possível, porém exige pensares mais cuidadosos diante de multiplicidades das formas de discursos que são proferidos como junção de

palavras, inclusive por autoridades educacionais, cabe a quem estuda esses fenômenos sociais encontrar maneiras para que esse conhecimento esteja ao alcance das pessoas, disponíveis a elas, mas que sejam motivos seus pessoais para a reflexão e o aprendizado, para compartilhar saberes aprendendo e ensinando, por meio de trocas que lhes permitam usufruir 'Educações' e 'Comunicações' mais verdadeiras, autônomas, livres e humanas.

É momento de se enfrentar o escravismo e a reprodução alienada, que, também, ocorre na universidade, onde futuros profissionais estudam hoje, frequentando aulas, seminários e eventos didáticos, muitas vezes, sem condições físico-humanas adequadas, condicionantes externos ao processo de ensino e de aprendizagem, porém, decisivos, pelos óbices aos quais são submetidos trabalhadores e trabalhadoras. Condições de má alimentação, injustas oportunidades para sono e repouso, acúmulo de tarefas ocupacionais e escolares, se somam a perspectivas pouco rentáveis, quando não, a casos de subemprego e desestímulos sociais.

Pensar e desejar a emancipação das pessoas é assegurar a elas componentes reflexivos para a interpretação da realidade reivindicando condições de outro mundo melhor. Se até a instituição pública federal participa de disputas "rankeando-se" na competição com as demais, não é de se estranhar que docentes e estudantes aceitem, com naturalidade, o sistema intrínseco ao final de cada semestre, onde o "ranking" do 'ordenamento dos alunos e alunas' exerce força de atração maior pela nota classificatória do que por situações de aprendizagens.

Eu insisto que procedimentos, nesse modelo, instruem (porque não: destroem?) e habituam a que os indivíduos se moldem "às regras do jogo". Como vou incentivar um aluno ou aluna a redigir que a sua pergunta é 'suleadora', quando a professora ou professor, colega que fará a avaliação dele(a) com nota, já "instruiu" que, na minuta, no projeto e no trabalho de conclusão do curso, "ao final da introdução tem uma pergunta, com ponto de interrogação e que se escreve: pergunta 'norteadora', porque sempre foi assim".

‘Autonomização’ é díspar de ‘automação’. A base da pedagogia freireana pode enriquecer os argumentos, desde que quem acessa ao conhecimento e aos saberes os disponibilize à aprendizagem das demais pessoas. Podem estudantes praticarem e aprenderem isso dentro da Universidade, o que tornará habitual a dialética do pensar e do fazer na coletividade. Adams (2018, p.445) contextualiza essa importância de reagir ao reprodutivismo da ‘norte-ficação’.

Todavia, o Sul, criado pela expansão colonial da Europa, coloca-se no centro da “reinvenção da emancipação social”, protagonizando a globalização contra-hegemônica. Como contraponto ao “nortear”, cujo significado é a dependência do Sul em relação ao Norte, “sulear” significa o processo de autonomização desde o Sul, pelo protagonismo dos colonizados, na luta pela emancipação. Implica uma ação autônoma desde o Sul, enfrentando a integralidade das questões presentes na colonialidade do saber e do poder, que tem a ver com um outro projeto de vida envolvendo a cultura, a economia, a política, a ciência e outras dimensões.

A alternativa de serem construídas e mencionadas circunstâncias endógenas, enraizadas e abertas da realidade do sul – nosso “sulear” – supera a questão geopolítica. Observei a docência universitária, em aulas de Metodologia Científica, disciplinas de ‘pesquisa’, ensinando “Minutas” e/ou “Projetos de Pesquisas” e cobrando de discentes a “pergunta norteadora”. Colonialismo, somente?

Na UFRGS, em uma palestra no Programa de Atividades de Aperfeiçoamento Pedagógico-PAAP, destinado a docentes ingressantes na universidade, a professora Sandra Maria Corazza (1996, p.57) apresentou a seguinte pergunta-guia: “Como se dá uma aula”? Problematicar reflexões sobre essa interrogação-mestra pode ligar pensamentos do passado à contemporaneidade.

Ora, se a ação didática tem receitas históricas com recomendações e regras quase perpétuas a ‘iluminarem’ esses desempenhos desde o tempo de “envergar a

vestimenta do guarda-pó”, ainda são encontrados equipamentos antigos nas universidades.

Pior, se forem requentadas algumas daquelas “instruções”: ao entrar na sala, cumprimente, generalizadamente, aos alunos (linguagem no masculino); apague o quadro; faça a chamada “cantada” (nominando-os em voz alta); feche a porta e não permita entrada de atrasados; divida o quadro em duas partes na proporção 2/3 e 1/3; na parte maior consigne a esquematização dos trabalhos em ordem lógica; o outro terço do quadro reserve aos dados auxiliares da aula; letra legível; evite falar enquanto escrever no quadro; assim sendo, um roteiro uniforme (para não dizer “rígida rotinização” de passos sequenciais). E tem mais: se usar retroprojeter fique de frente para os alunos e não virado para a tela de projeção. Orientações equivalentes existiram em todas as áreas: com a mão direita pegue, cuidadosamente, tal material; com a esquerda, segure firme o instrumento...

Como ainda se ouve a definição de que “Didática é a arte de ensinar”, resquícios desses métodos e atitudes podem contaminar profissionais desavisados, até mais jovens, se estiverem desatentos.

O aperfeiçoamento desses processos não é fácil. Deve ultrapassar, no entanto, empecilhos nem sempre palpáveis, porque se manifestam, inclusive, no íntimo das salas e pelos corredores dos estabelecimentos, mesmo os adjetivados de ‘acadêmicos’, ‘científicos’ e do ‘ensino superior’.

A pergunta-guia (“Como dar uma aula?”) e um trabalho bem mais criticamente produtivo afiançam chances de se circunscrever a transcendentalidade na prática educacional. Aposto com Sandra Corazza (1996, p. 62) na disrupção:

... as aulas – más e boas, regulares e medíocres ou nada disso – são constituídas na confluência de múltiplos fatores, histórico, cultural, subjetiva e politicamente produzidos; que o máximo que podemos descrever, para desconstruí-los, são os modelos, os padrões de aulas, os significados transcendentais de aula, tais como se constituíram em



tempos/espços histórico-culturais, bem como seus efeitos sociais, políticos e de formas de subjetivação, indicando algumas daquelas condições de possibilidades que os produziram, não diretamente, mas contribuindo para as suas descontinuidades.

As vicissitudes de procedimentos e de técnicas didáticas correspondem a um intenso enraizamento histórico e a bases epistemológicas inerentes às peculiaridades do campo pedagógico, do ensino, da pesquisa, da extensão, onde o conhecimento se apresenta como “devir” do processo de construção de uma pedagogia para a práxis da comunicação. Cada pessoa forma o seu conhecimento de maneira única e singular, tem a sua bagagem de vivências.

Afirmando que o modelo tecnicista de ensinar não deve mais ser o eixo central a ser visado, a professora Caroline Pacievitch (2018), da área de ensino de História, chama a atenção para a saliência do ‘tato pedagógico’ e afirma que toda aula precisa ser uma produção de aprendizagem em conjunto, docente e discente. Mais do que a memorização, é uma criação intelectual e de elaboração do raciocínio, porque não existe um formato exclusivo e de uso individual.

Nadja Hermann Prestes (1996) contribui no esboço dessas bases epistemológicas do ensino. Confirma *Epistême*, com o significado de ciência e conhecimento acumulado pela razão, por raciocínios, provas e demonstrações. Os conceitos são universais, válidos para todas as pessoas, ficando para a epistemologia o papel de conhecer e avaliar esse processo.

A professora Nadja Prestes (1996) enumera oito questões para o pensamento crítico:

- quais conhecimentos selecionar?
- há critério de verdade a legitimar as escolhas?
- quais conhecimentos são válidos?

- quais as bases epistemológicas que garantem cientificidade aos conhecimentos?
- quais processos estão presentes na construção do conhecimento pedagógico?
- o sujeito cognoscente tem domínio sobre o processo conhecedor?
- há conflitos na interpretação dos saberes?
- quais as relações entre conhecimento e diversidade cultural?

Este pensamento crítico é flexível e adaptável para quase todas as atividades humanas. Colabora na cidadania das relações da pessoa com o Estado, na concidadania da interface entre os seres humanos e democratização da sociedade.

“A universidade precisa recuperar sua disposição de pôr em questão os sentidos das transformações que são mundiais e onipresentes e que a afetam fortemente”. O argumento de Dias Sobrinho (2005, p. 241), que segue atual, é explicado pela necessidade de produzir sentidos sobre o mundo do qual faz parte e sobre si mesma e de compreender o que ocorre fora e o que se passa no interior da instituição. Ele considera erro, de nefastas consequências para a vida democrática, se a universidade não assumir esse seu papel de enorme importância na formação da cidadania e no desenvolvimento da sociedade civil.

A partir dos direitos atribuídos pela cidadania e pelos direitos humanos, é possível responder *sim* à pergunta sobre a transdisciplinaridade nas atividades de ensino-pesquisa-extensão das instituições universitárias. Das universidades estudadas na pesquisa, todas creditam às atividades extensionistas, mais do que ao ensino e à pesquisa, o contato com a sociedade externa. Uma minoria menciona a ‘indissociabilidade’ ensino, pesquisa e extensão. Por todos os instrumentos documentais e fatuais que examinei, há pouca confirmação dessa ‘indissociabilidade’, mesmo que faça parte de novas regulamentações legais. Portanto, a transdisciplinaridade das práticas e conteúdos da formação universitária e a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão

representam mais uma esperança de um horizonte largo do que propriamente a transformação de um discurso na realidade universitária e social.

Mesmo dentre as instituições que ‘deixaram escrever’ em seus documentos oficiais e que publicaram a recomendação da ‘indissociabilidade’ em seus *sites* ou a têm pronunciado, como meta ou compromisso, pelas vozes (e textos) dos seus gestores e suas gestoras de primeiros ‘escalões’ e níveis de direção nas Reitorias, não há uma metodologia para a intervenção ou organização de explicações por etapas apropriadas e bases fundamentais do conhecimento. Assemelha-se a uma política de trocas, onde quem avalia expõe critérios pontuáveis e quem anseia por uma melhor classificação sobre as demais instituições ‘concorrentes’ sujeita-se a prometer. O prazo para alocar, na extensão, dez por cento da carga curricular dos cursos está dissipando-se no tempo e há dirigentes que apostam na prorrogação dessa meta do Plano Nacional de Educação ou cancelamento. Indissociabilidade: - como se faz isso?

Escolhi não quantificar esses números ou identificar esses estabelecimentos, entre si, pela coerência com uma posição não determinista e evitando um jeito estatístico de fazer um ordenamento diferencial entre capacidades instaladas, planos ou relatórios de gestão. As situações ou momentos avaliativos têm uma série de habilidades influentes, tendências preferenciais, competências controladas ou controláveis e expectativas de interesses. Se “todo ato de pesquisa é um ato político”, como foi assinalado, (ALVES, 1984), avaliar é uma ‘aventura’ política também e muito complicada, desafiadora, complexa e necessária. Todavia, não é essa medida, a finalidade deste trabalho.

Ana Maria Saul (2018, p.65) recolhe de Freire a concepção de ‘avaliação’ articulada com saberes indispensáveis: “disponibilidade para o diálogo, criticidade, respeito aos saberes dos educandos, saber escutar, humildade, tolerância e convicção de que a mudança é possível”. Concordo com Telmo Adams (2018, p. 436), de que devemos organizar a sociedade partindo do ser humano e não o contrário, porque

as sociedades são históricas, sempre em transição, o que exige a formação e o desenvolvimento de um espírito flexível para enfrentar as fortes contradições. A autodesvalia e a inferioridade, características da alienação, amortecem o ânimo criador das sociedades, impulsionando-as sempre às imitações.

A educação contribui, por conseguinte, demonstrando que é possível mudar. Se a vida só tem sentido a partir da busca incessante da libertação de tudo o que desumaniza e proíbe de ser mais humanos, dignos e livres, em ser existencialmente situado, é importante entender e considerar a relação intersubjetiva caracterizada como sujeito-sujeito e a prática da solidariedade, da comunicação, do diálogo e da cidadania plena. Esse aprendizado precisa ser compreendido, aprendido e treinado nas metodologias, nas teorizações, nas práxis e nos procedimentos técnicos do ensino e da formação na escola e na universidade. E que sejam menos ‘norteadores’.

Na universidade pública tem ocorrido Comunicação? A prática educativa tem sido crítica e, suficientemente, construída? A universidade assume o compromisso com o que fazer público para a educação social? Há planejamentos ao encontro das pessoas na universidade e fora dela?

### 6.3 ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DE UMA COMUNICAÇÃO PARA A UNIVERSIDADE DO PRESENTE E DO FUTURO

Reuni, sob quatro dimensões, os elementos que possam constituir uma Universidade do presente e do futuro. A Comunicação, conforme orienta Marques de Melo (1999, p.26), é uma atividade essencial e educativa, que envolve a troca de experiências entre pessoas, mesmo de gerações diferentes, evitando-se, dessa maneira, que grupos sociais retornem ao primitivismo.

Inúmeras, são as vezes que se menciona a sistemática da comunicação em projetos, pensamentos, propostas e atividades - mesmo universitárias ou profissionais. Usa-se o termo 'comunicação', até como predicado, sem favorecer e comprovar a sua aplicabilidade real. Contudo, nem sempre se faz referenciar a consciência crítica do inacabamento da sua pronúncia, ou a necessária atuação prática para sua implantação e implementação no sentido de transformar a realidade, principalmente social, que nos condiciona, como motivo suleador de qualquer iniciativa comunicacional.

Outro aporte adequado apresenta o professor Rozinaldo Antonio Miani (2011, p.230), graduado em jornalismo e história: "viabilizar uma determinada prática comunicativa, quanto no aspecto subjetivo, de apropriação simbólica de uma nova forma de sociabilidade, bem como de uma nova concepção sobre o fazer comunicação, a comunicação comunitária".

Esta Comunicação, que defendo neste estudo, é para uma Universidade mais presente, ativa, viva, pulsante, interativa, identificada e em diálogo com a sociedade, hoje e no futuro, que recolha, como seus elementos constitutivos, mais do que a estruturação básica de 'uma mensagem que tem uma fonte, segue através de um canal no destino de um receptor', como, usualmente, ficou consagrado – quase engessado e enferrujado – nas citações de qualquer processo comunicacional.

Equivale citar que, não basta a contratação de um profissional de uma determinada área, como a comunicação, e premiá-lo, com o crucifixo de que passa a ser o responsável pela solução dos problemas comunicativos e comunicacionais naquele setor da atividade pública ou privada. Não. É mais do que isso.

Essa Comunicação proposta precisa ter respirações interdisciplinares, multiprofissionais e transdisciplinares, autônomas e volitivas. Envolver pessoas e profissionais, discentes e docentes, técnicos e usuários demandados por serviços universitários, compreendidos, aqui, todos aqueles ligados ao conhecimento, ao saber e à convivência humana destinada ao bem viver e à cidadania.

Tal perspectiva se consolida, ao avaliar-se o excesso de informação à qual, cada aluno e servidor são submetidos, diariamente, muitas vezes, mais desinformando do que cumprindo o seu papel. Diante disso, acredito que, mais do que encarregar uma pessoa/equipe com a função de comunicador, é necessário escutá-la e dar oportunidade para que os conhecimentos sejam difundidos e o plano de comunicação fique estabelecido.

À medida que se valoriza, conforme exorta Paiva (2011, p. 37), o tripé ‘tecnologias’, ‘mídias’ e ‘educação’ é possível unir o grupo de emissores e receptores do processo comunicativo, inclusive, dentro de uma universidade, para que todos tenham acesso à informação de forma mais coesa e busquem mais detalhes daquilo que lhe parecer mais interessante, seja pelo site, e-mail, Facebook, Instagram ou Twitter. A comunidade tem posse desses dispositivos e os usa com finalidades recreativas, de lazer e informativas.

O Moodle é uma das plataformas que mais eu tenho usado. Procurei treinamento na instituição para compreendê-lo. Vali-me da “ajuda dos universitários” (parodiando um certo programa televisivo) para sabê-lo aperfeiçoado. Na docência atuava muito com os formandos dos cursos de graduação. Percebendo com meu filho que eu estava ‘desatualizando-me’, para não correr o risco de ser excluído das conversações, voluntariei-me para as disciplinas com calouros. Reuni bolsistas e monitores(a)s com uma árdua missão: traduzir-me para os “bixos” e a linguagem deles para mim. Pedagogicamente, aprendi e estamos em Comunicação.

Nesta abordagem sobre a construção de pistas para uma Pedagogia da Comunicação Universitária, quero fazer coro às advertências de que a comunicação da universidade precisa ser renovada, reinventada, aperfeiçoada, transformada e reestabelecida ao encontro das pessoas.

Recomendo que essa Comunicação seja articulada para dentro e para fora da instituição ‘universidade’. Que possa ser, não a do futuro, mas já a Universidade da atualidade, presente e contemporânea. Pensá-la, imaginá-la, sonhá-la é importante.

Todavia, crê-la possível é acreditar mais e refletir sobre a convocação de elementos para constituí-la: real e verdadeira.

Os pensamentos possíveis, as provocações persistentes e as possibilidades emergentes giram, estacionam ou gravitam em torno da universidade contemporânea, dita, por Zitkoski et al (2016) como, ainda, sob monopólios de modelos europeus do conhecimento colonizador.

Comunicá-la, sempre será revivê-la, recriá-la, revisita-la e reinventá-la para a interculturalidade, a integração comunitária, a ecologia dos saberes, a superação do colonialismo contemporâneo e o fortalecimento da educação como bem público e de cidadania. São concepções necessárias, saberes e conhecimentos fundantes à construção de uma Pedagogia para a práxis da Comunicação Universitária.

A essa Pedagogia Comunicacional agrego, novamente, a terminologia ‘ensinagem’ (ANASTASIOU, 1998), porque, na comunicação, do mesmo modo, ela pode ocorrer. A ‘ensinagem’ de uma pessoa será a (co)ensinagem da outra.

Discentes da comunicação, por exemplo, ensinam e aprendem com seus(suas) professore(a)s e com colegas de outros cursos e gente da comunidade. Essa reciprocidade, todavia, precisa ser planejada, conduzida e mediada, como atividade de ensino e de aprendizagem, de Comunicação Dialógica, em complexidade crescente e em acordo com o Projeto Político-Pedagógico de cada curso, programa ou plano de ação idealizado.

É comum, ao chegar às comunidades, eu ser avisado pelos moradores que houve alunos da universidade que os visitaram, normalmente, nas escolas, unidades de saúde ou associações esportivas e comunitárias. Às vezes, nas residências. Eles entendem que somos uma universidade, uma instituição única. Em diversas ocasiões, tentei descobrir algum mecanismo para desvendar essas iniciativas antecipadamente. É ruim saber que pessoas são entrevistadas ou fornecem do seu íntimo (dados, secreções para exame de escarro ou colpocitologia, saliva, urina, fezes, sangue) e nem sabem se um dia receberão

de volta esses resultados. À luz do esclarecimento: de que adianta diagnosticar-se uma criança com verminose e não lhe alcançar o tratamento? Uma pessoa com possibilidade de hipertensão ou diabetes não deve ser orientada e encaminhada? As antigas filas do serviço público de saúde (hoje Sistema Único de Saúde-SUS, antes: Sistema Unificado Descentralizado de Saúde-SUDS, Ações Integradas de Saúde-AIS, INSS, INAMPS, INPS...), em certos municípios, passaram a ser “fila de espera por atendimento ao telefone”).

Menciono que, de algum tempo, há moradores das comunidades habituados com as abordagens que eu e integrantes do nosso Núcleo NES fazemos a essas pessoas, solicitando-lhes detalhes, quando as encontramos. Passar a tarefa ao aluno não quer dizer prepará-lo. As pessoas têm trajetórias e acumulações que não são as mesmas.

Discentes matriculados no meu grupo de práticas disciplinares e estágios curriculares participam de um círculo de cultura, fazem leituras, produzem análises e estudos para, depois, ingressarem nas comunidades. Ao término desses períodos retornam a essas pessoas conhecimentos e saberes compartilhados.

É inegável observar que a metodologia tradicional da aula expositiva, quase um ‘instrução positivista’, associada à memorização, a exercícios repetitivos e à exposição do conteúdo como o centro do processo, ainda ‘mora’ em algumas salas e locais da universidade brasileira, sem a construção do pensamento complexo, integrativo, problematizado, flexibilizado e sem a intencionalidade de desafios recíprocos professor(a) e aluno(a)s ou universidade e sociedade. Como Anastasiou (1998, p.27) auxilia:

operacionalizamos com os alunos, nos três momentos propostos na metodologia dialética: mobilização, construção e elaboração da síntese do conhecimento, visando ao conhecimento da visão inicial ou sincrética, à efetivação da análise e à busca de uma síntese qualitativamente superior. Se ao analisar os objetivos dos programas de aprendizagem considerarmos esses três momentos, estaremos contando com mais um suporte auxiliar na definição das estratégias facilitadoras e desafiadoras do pensar e do consequente *apropriar* ou *agarrar* o conteúdo pelos estudantes.



Emergem, sim, novos tempos, tendências e movimentos dentro da Universidade. As resistências, porém, seguem presentes - e fortes - nas instituições, nos currículos, em docentes e entre discentes também. Por que não aderir à passividade? O que fazer diante de discentes que dormem em certas aulas? E quem não estuda? Repetir o processo é, apenas, se limitar a resultados já atingidos.

A questão é o conteúdo, o dinamismo da aula. Nem todos os tipos de aulas expositivas podem ser considerados como educação “bancária”. Todavia, há preleções “bancárias”: discentes ouvem, como se alguém estivesse cantando para eles; qual canção de ninar (FREIRE e SHOR, 1986, p. 31). Na minha turma de alunos, no passado, vi o instrutor jogar giz ou o apagador para acordar alguém sonolento. Agora há medidas punitivas para essas agressões. Todavia, a qualidade do processo educativo nem sempre tem evoluído.

Durante a pesquisa em uma das universidades, conversei com uma professora que estava feliz, porque saudava a troca do quadro de giz por um de acrílico e o retroprojeto por projeção multimídia.

– “Minha aula vai melhorar” – ela comentou. Referia-se, tão somente, à nitidez das imagens que os alunos poderiam visualizar.

Em outra localidade, deslocava-me pelo corredor, quando uma professora e seus(as) aluno(a)s foram surpreendidos, porque a sala da atividade não havia sido liberada pelo professor do horário anterior. Sabendo-me visitante, nossa conversa foi rápida:

– “Agora o Sr veja como está a situação aqui; coloque aí na sua Tese; me diga, não sei o que fazer com essa turma; liberá-la não posso; pega mal e estamos estourados na carga horária”.

Instigado, afetuosamente, respondi a ela:

– “Professora, se a Sra me permite, veja que tarde linda, ensolarada, quão grande é a sombra daquela figueira. Se a Sra e a turma já estão aqui, bastam alguns passos, uns bancos e cadeiras para a atividade ocorrer. A Sra já tem um bom tema para iniciar a conversa”.

Antes que a professora concluísse o seu raciocínio, alunos tomaram a iniciativa. Enquanto algumas repetiam “é isso”, houve quem já estivesse sentado na grama.

Despedi-me: – “Uma boa tarde, Professora”.

Poderia anexar neste trabalho, o email que eu recebi dela, agradecendo-me essa sugestão, que lhe “reduziu o estresse e desencadeou novas ideias”. Gostaria muito, entretanto, deixo de fazê-lo pela preservação ética da sua identidade e da universidade.

– “O Sr coloque isso na Tese, viu”.

– Sim, Professora, eu estou fazendo isso agora.

Recolho, como excelentes oportunidades, esses problemas. Reverencio, quando os materiais preparados para o multimídia não podem ser usados, porque faltou luz ou os aparelhos não são compatíveis. Antigamente, carregávamos quantidades imensas de disquetes, porque o sistema operacional poderia ser diferente de uma para outra instituição. Se a universidade é um ambiente para preparar futuros profissionais, porque – sempre – usufruir das melhores condições? É a melhor, a ambiência do campo de trabalho?

Conheci, em 1980, num Congresso realizado na Fundação Osvaldo Cruz-FIOCRUZ, Rio de Janeiro, o médico e professor Hélio Aguinaga. Da Academia Nacional de Medicina, ele lançava o livro *Pop. Eco. Pol. – Reflexões para uma vida melhor*. No título, essas abreviaturas correspondem a: população, economia e política, tal era a preocupação do autor na época.

Aprendi com ele – tenho repetido – que o estudante de medicina e das demais profissões da área da saúde convive nos hospitais universitários com realidades de equipamentos e materiais tecnológicos que, dificilmente, encontrarão e vão utilizar no campo das suas atividades profissionais.

Eu sei – e cumpro – a regra que não permite a referência de bibliografia muito antiga. Até vejo livros “velhos” sendo desprezados e colocados nas sessões “pegue e leve” das bibliotecas das nossas universidades. Que bom se pudesse ser: “pegue e leia”. Quero citar que se discutia no mundo, nos anos 90, novas concepções para prestar serviços de saúde. Aguinaga (1980, p.25) escreveu:

“Com efeito, se a Medicina se tornou sofisticada, com aparecimento de drogas quase milagrosas e aparelhagem complexa, a forma de transmitir esses recursos de saúde permaneceu estacionária ou mesmo regrediu. Necessitamos de um sistema de saúde dinâmico e não estático, preventivo e não curativo, capaz de uma maior cobertura a custos mais baixos. Isto só é possível, através de um sistema de atendimento regionalizado e com delegação de funções”.

Enquanto o meu exemplar do livro encontra-se encapado e cuidado na minha biblioteca, a ponto de recorrer a ele nesse instante, em uma das universidades encontrei-o no “pegue e leve”. De novo: “pegue e o leia”! Comentando mais: há raridades, verdadeiras relíquias, desprezadas ou nos comércios de livros usados, os “sebos”.

Ao recorrer a essa citação tão antiga, quero ressaltar que a orientação para cobertura preventiva de doenças é assunto há muitos anos. Nunca saiu de pauta – para consumir um “jargão” jornalístico. Ora, as áreas da comunicação, da educação e da saúde têm contribuições a oferecer frente a essa demanda. Não poderia ser um preparo interdisciplinar dos estudantes? Vale o comparativo para a educação. Quantos problemas do passado permanecem sem resolução no cotidiano das escolas e ambientes escolares? A comunicação que evolui em tecnologia tem humanizado, amorosamente, os

relacionamentos das pessoas? Nessas andanças, em várias instituições, visualizei gente almoçando em silêncio: quatro pessoas à mesa, todas digitando ao celular. Comunicação?

Quantas iniciativas interdisciplinares estão disponíveis na universidade e na sociedade? Reapresento a interrogação: de qual 'indissociabilidade' ensino, pesquisa e extensão estamos falando? Mais recente, foi muito pronunciado o termo 'reengenharia'. Houve que fizesse tratados sobre o termo. Passou. O lançamento hodierno é: 'interprofissionalidade'. Pode ser dessemelhante de 'interdisciplinaridade', mas não pode ser mais um modismo acadêmico. Por isso, proponho a Pedagogia da Comunicação Universitária. Pode ser construída e beneficiar as pessoas e as lideranças na sociedade; além dos estudantes, servidores técnicos e docentes nas universidades.

Nesse sentido, é preciso repensar a Comunicação para melhorar seus efeitos. Revisitar a Pedagogia. No entanto, é preciso delegar tarefas, a quem entenda desse processo e oportunizar tempo e condições para que os resultados, pautados, em um plano, se concretizem. E não se trata tão somente de delegação de incumbências.

Saberes há. Espaços e diálogos também. Se for desejo, que a Universidade Pública, sob dinâmicas, se esforce por ampliar o acesso público, que abrigue lutas para superar o colonialismo e o conservadorismo, que se encorajem as pessoas para valorizarem a epistemologia dessas demandas sociais, culturais, econômicas, filosóficas e políticas das populações e a pluriversidade (SANTOS, GUILHERME e DIETZ, 2016). Esforços e iniciativas propositivas libertam-se em experiências protagonistas.

Havendo essas disponibilidades, decisão política para buscar elementos e recursos que possam compor essa Universidade do presente e do futuro, sejam quais forem as respostas ou perguntas, do protagonismo à existência resistente, é indispensável que a Comunicação seja livre, esclarecida, libertária, cidadã, responsável e comunicativa, ao receber, maturar e produzir o fenômeno desse sistema interativo comunicacional.

Zitkoski (2000, p.239) reforça esses argumentos pró-Comunicação: “a dialogicidade vem a ser o fundamento desencadeador do processo político-cultural desde a sua origem”. Para que a palavra possa transformar o mundo, ensinava Freire (1993, p.71): “refletindo sobre si e sobre o mundo, vão aumentando o campo de percepção”. Com ele, o processo do conhecimento com vivências naturalmente intersubjetivas, humanas e comunicativas.

O desafio, com volume suficiente de conhecimentos e de saberes, pode sustentar políticas públicas sugeridas, como resolutivas e de possibilidades para o futuro, com o fortalecimento da universidade e pela emancipação concidadã de todas as pessoas, por isso mesmo, por uma pedagogia para a comunicação universitária.

Ao entrevistarem Boaventura Sousa Santos, Manuela Guilherme e Gunther Dietz, comentam que o modelo produzido na Europa, nos últimos séculos, para a universidade moderna tem pressionado as instituições de educação: o “conhecimento universitário”, base de um modelo hegemônico universalizador, e o “conhecimento pluriversitário”, que promove os saberes ecológicos, plurais e contra-hegemônicos (SANTOS; GUILHERME; DIETZ, 2016).

Perguntado, sobre como via e/ou previa a coexistência, por um lado, de um impulso para a internacionalização e transnacionalização dos sistemas de educação superior e, por outro lado, o impulso para interculturalizar, regionalizar e localizar uma universidade linguística e culturalmente relevante, Boaventura Santos respondeu que, essa primeira tendência, para a transnacionalização é, de longe, o fator dominante, promovido pelas forças que apostam em converter a educação universitária num serviço altamente rentável para o investimento de capital. Decorre, na maioria dos países, do subfinanciamento das universidades públicas e das necessidades de mão de obra qualificada para o capitalismo global. A isso, ele denomina: a neoliberalização da universidade (SANTOS; GUILHERME; DIETZ, 2016).

Como resultado expressivo desta pesquisa, convém enfatizar que eu anotei, dos planos, documentos e manifestações de dirigentes, uma boa maioria das universidades

estudadas, saudando essa tendência de internacionalização e/ou transnacionalização, como um grande feito de acompanhamento da evolução universitária no mundo. Sobram nos noticiários, conteúdos anunciando o avanço de novas unidades de ensino no Brasil oriundas de grupos empresariais estrangeiros. Nesses espaços midiáticos convencionais, os anúncios são frequentes e, não apenas, na veiculação de propaganda.

A devida seriedade, perspicácia e reserva para prevenir a repetição sem questionamentos é recomendada, principalmente quando se manifestam reitores e personalidades de instituições salientadas como são as universidades. E, quero grifar, esta pesquisa teve como território de estudo somente universidades públicas.

As outras dimensões apontadas, além da neoliberal, são as classificações (*rankings*) globais das universidades; a emergência de universidades globais e o licenciamento (*franchising*) de cursos e graus; a normatização (*streamlining*) da docência e da investigação, a partir de indicadores quantitativos; a gestão de universidades como um negócio qualquer (SANTOS; GUILHERME; DIETZ, 2016). Mais um comentário de constatação: até para as universidades públicas são estabelecidos índices de pontuação e *rankings*.

Considerada a neoliberalização da universidade com a primeira tendência acentuada pelos impulsos para a internacionalização e transnacionalização dos sistemas de educação superior, a segunda tendência, da pluriversidade, iniciou como movimento reformista ofensivo e de dois tipos de transformações, como ele explica:

Por um lado, os grupos sociais defendendo o reconhecimento da diferença cultural, histórica, sexual, regional e étnico-racial. O modelo universitário masculino, colonialista, monocultural e eurocêntrico (que presidiu à criação das universidades a partir do século XIX) gerou culturas institucionais e inércias que bloquearam ativamente esse modelo. No entanto, por meio do ativismo político e educacional desses grupos, foi sendo gradualmente aceite e considerada legítima uma maior diversidade, que veio a ser apelidada de pluralismo interno da ciência permitindo que novos programas de investigação se tivessem tornado cada vez mais credíveis (SANTOS; GUILHERME; DIETZ, 2016, p.2).

As universidades distantes e indiferentes aos problemas concretos da cidadania foram exigidas pelos movimentos sociais e por grupos de cidadãos para que o conhecimento científico se envolvesse nas soluções dessas dificuldades. Esses movimentos sociais defendem a agricultura camponesa, familiar, de pequena propriedade, contra a desocupação de terras, a expulsão de camponeses e povos indígenas. O ativismo de cidadãos, em articulação com cientistas empenhados, colocaram essa relevância e responsabilidade social na agenda política universitária. Deste modo, nasce a dimensão do pluralismo interno da ciência (SANTOS; GUILHERME; DIETZ, 2016).

Em ambos os casos, o conhecimento científico estabeleceu um contato mais próximo com outros saberes e reconheceu a validade “local”, sempre confinada aos limites de uma experiência social onde esses modos de conhecimento não acadêmico tinham sido gerados. A crise financeira é invocada com o alvo de destruir a diversidade e a diferença; palavra de ordem que legitima: o subfinanciamento das ciências básicas e das ciências sociais e humanas, fundos desviados para áreas da acumulação capitalista – ciência aplicada ao desenvolvimento de produtos – a nova ‘prioridade’, que tem moldado as universidades (SANTOS; GUILHERME; DIETZ, 2016).

E prossegue Boaventura Sousa Santos: “se o valor do conhecimento continuar a ser transformado em valor de mercado, ao ritmo atual, suspeito que, em algumas décadas, a universidade como nós a conhecemos será coisa do passado” (SANTOS; GUILHERME; DIETZ, 2016, p.3).

É necessário que haja mais reflexões problematizadas e, cada pessoa da comunidade universitária e fora dela, esteja atenta e preparada diante desse alerta da tendência de refundação da universidade. Defendo que, para a universidade chegar à sociedade e interagir com ela é preciso mais do que a formação acadêmica.

Com o processo de comunicação acontece muito semelhante. As pessoas devem compreender que é dinâmico e se processa em todos os segmentos da instituição e, além das condições de acesso à comunidade interna, necessitam incentivos e providências para

serem conquistados e estabelecidos vínculos fecundos e diálogos humanizados com a sociedade.

Os conhecimentos universitários merecem uma comunicação pedagógica, dentro e fora da instituição de ensino, que os tornem visíveis, mais disponíveis, mais operacionalizáveis e sempre mais compatíveis, inter-relacionados e identificados com os interesses e as necessidades da população. Para tanto, o plano (programa, minuta ou tenha o nome que tiver) não deve ser relegado a um especialista ou outro, mesmo que profissional da comunicação. E, várias unidades acadêmicas têm contado com novos servidores concursados para essa área.

Nos anos mais recentes, aumentaram mecanismos de divulgação nos veículos formais da quase totalidade das universidades. Porém, há *sites* com informações desatualizadas, tanto nos espaços reservados à Reitoria quanto em diversas Unidades Acadêmicas e Cursos. Por que seguir anunciando inscrições abertas para atividades concluídas, anunciando coordenações com mandatos vencidos e com novos integrantes ou postando seleções quando as datas foram ultrapassadas?

Identifiquei o segmento da Pós-Graduação como o mais ágil e completo ao publicar essas orientações e notícias. Poderiam antecipar, com maior prazo, a divulgação das qualificações, apresentações de dissertações e defesas de teses, bem como, publicar seus resumos sem que as pessoas precisem acessar a outras fontes de consulta. Desse modo, os trabalhos de conclusão de cursos de graduação ou de especialização e residência poderiam ser dinamizados.

Os dispositivos do sistema de bibliotecas, com raras exceções, têm divulgado, com rapidez, anúncios de trabalhos finais aprovados e boletins de novas aquisições. Além disso, observei que, em todas as universidades da pesquisa, há uma boa procura pelo acervo e que cuidam as bibliotecárias (maioria, são mulheres) para agilizar e atualizar a disponibilidade de referências indicados nos planos de ensino das disciplinas.



Outro elemento constitutivo de comunicação, que eu busquei nesta pesquisa sobre as universidades federais, localizadas no Rio Grande do Sul, foi a abordagem às vulnerabilidades humanas. Os documentos oficiais publicizados por elas pouco mencionam sobre os seus quefazeres e interfaces ao encontro da educação social e do bem viver.

A práxis acadêmica nos diversos cursos e áreas do saber mostra uma preocupação mais formativa e legal, a de capacitar e disponibilizar, periodicamente, novos recursos humanos profissionalizados. Entretanto, constatei que essa formação respalda-se na autonomia universitária mais do que no contexto da área de abrangência da instituição. Também não são destinados compromissos no cumprimento do aprendizado quanto ao papel social da instituição universitária na sociedade.

A universidade pública forma pessoas a partir de recursos públicos, porém o retorno desses profissionais à universidade não é uma prática habitual. Não há notícias disso. Soube de três casos, em duas cidades diferentes, onde a profissional responsável pelos estágios, mesmo egressa da universidade local, apresentava exigências como se não conhecesse a organização interna da instituição de ensino.

Os egressos poderiam contribuir, de algum modo, com a formação de novos profissionais ou oferecer uma modalidade de resposta ao investimento social? Penso que sim e que uma boa parte colaboraria até voluntariamente, entretanto, é um temário para outras ocasiões.

Há saberes diversificados e outras realidades na universidade. Resultados de pesquisas que são informados, academicamente, à comunidade científica, sem que, com o mesmo interesse e pressa, os mesmos sejam disponibilizados à utilização para população em geral, gestores públicos e lideranças comunitárias.

Também, não se identificam providências para tornarem mais acessíveis as leituras e a posse dessas informações, sejam oriundas de pesquisas, de atividades extensionistas ou de ensino.

O principal contato mantido com a sociedade, segundo a esmagadora maioria das instituições universitárias públicas, é responsabilidade assumida pelos segmentos de programas e projetos de extensão, sem que essa relação represente a interface com o conjunto da universidade. Por isso, o mecanismo ainda vigente é o de convênios e assinaturas de termos de parcerias institucionais, normalmente, aquelas que agregam organizações públicas. Por que pouco se discute essa concepção extensionista?

Se a interatividade externa, com a sociedade, carece de modelos mais alternativos e efetivos, com características mais dialógicas e abertas à interação, é fácil perceber que, nem toda atividade prevista em regulamentos e outros documentos oficiais, tem correspondência na prática cotidiana. O mesmo acontece em relação à necessidade de contatos e diálogos intrainstitucionais, pois seguem sendo reproduzidos pequenos feudos especializados, diferenciados, muitos dos quais, por meio de verbas obtidas em parcerias, editais e outras fontes externas à universidade.

Falar-se de condições interdisciplinares e compartilhadas, intra e extrainstituição, é reduzir-se as probabilidades confirmatórias, pois há experiências muito destacadas e elogiáveis em oposição a outras extremamente conservadoras e reacionárias, que, ainda, se vinculam a alguma universidade do passado. As novas instituições têm obtido significativas vantagens nisso, todavia, nem sempre, o grupo que pensou e organizou o início das atividades da instituição segue na mesma, após as primeiras contratações de servidores. Além disso, como os docentes e outros servidores provém de origens formativas diferentes e pouco incentivo recebem para ações de treinamento, acolhida e preparo para os primeiros movimentos na instituição universitária, são frequentes os casos nos quais a reprodução de metodologias conservadoras e tradicionais se mantenham, embora a instituição possa ter sido pensada para funcionar de modo mais diferenciado e com qualificação.

Embora a autonomia, as instituições federais sofrem o rigor das alterações político-governamentais que, neste governo, têm mantido medidas alzozes como racionamentos, desmonte das instituições e toda sorte de retrocessos, apoiado por um

neoliberalismo que impõe restrições severas a qualquer possibilidade de expansão e melhoria institucional das universidades.

Se os conhecimentos produzidos nas universidades públicas federais situadas no Rio Grande do Sul pudessem ser mais visíveis, disponíveis e identificados com os interesses e as necessidades das suas populações de referência, grandes melhorias seriam alcançadas e disponibilizadas às universidades e, também a sociedade, poderia responder com diálogos produtivos e qualificados na produção, distribuição e compartilhamento da ciência produzida na universidade.

A previsão legal de que haja 'indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão' é, atualmente, o melhor exemplo das dificuldades pelas quais passam as políticas gestoras internas e externas nas universidades públicas. Atividades seguem isoladas, quando não sejam sub-registradas nos mecanismos institucionais ou não realizadas para a promoção de melhores condições de vida e de convivência da universidade com o meio social.

Caminhos existem. São viáveis. Muitos dos quais, são do conhecimento de integrantes da sociedade e da gestão institucional. No entanto, nem sempre os melhores incentivos chegam a ser disponibilizados a servidores e discentes ou a líderes representantes das suas comunidades. Programas especiais têm tido consideráveis avanços, quanto maiores forem a dedicação, os esforços e intenções desses movimentos, que resultam mais do esforço e da iniciativa individual ou de pequenos grupos do que, propriamente, de uma ação coordenada da instituição.

#### 6.4 A COMUNICAÇÃO POR OUTRAS LINGUAGENS: um novo momento na Universidade

Na construção de pistas para uma Pedagogia da Comunicação Universitária, após a exposição das justificativas para tal, dos saberes necessários à práxis dessa elaboração e a problematização reflexiva sobre seus elementos constitutivos, acredito que seja prudente e inovador comentar a respeito de um novo momento na Universidade: a criação de espaços novos para compartilhar outras linguagens comunicacionais.

Iniciativas, antes restritas às aulas de literatura e educação artística das escolas de ensino médio, têm ingressado na Universidade, dela retornando às demais instituições das redes de ensino e se estendendo a múltiplas manifestações e eventos educacionais. Discentes e docentes, muitas vezes, são surpreendidos na sala de aula. Faz-se uma preliminar, um intervalo ou o encerramento da atividade, quando não sejam realizados momentos artísticos em duas ou três dessas etapas.

Vou ocupar-me mais do que escolho denominar ‘poesia’, na acepção de arte para sugerir emoções, em poemas, composições musicais, escultura, pintura, desenho, colagens e do configurar de sensações criativas e motivos especiais de posse e exercício das qualidades humanas. Admito a poesia no currículo como presença pluricomunicativa, formadora, ressignificada, interdisciplinar e multidimensional de saberes.

A partir das vivências pessoais e profissionais, principalmente, como educador formal e popular há mais de quarenta anos, acumulei constatações, registros, aplausos e pareceres no formato de propostas comunicativas, como projeto de reconhecimento, estímulo e de encorajar procedimentos alternativos de linguagem, na comunicação em círculos de cultura e em outras práticas pedagógicas. Encontrei lideranças comunitárias, “altamente ‘especializadas’ no seu saber popular de animar grupos, quebrar formalismos e ambientes frios, sem ânimo”. Há talentos locais e discentes com imensos saberes nessas outras ‘culturas’.

Atuações educativas consolidadas têm sido analisadas em seus conteúdos e contornos por vários tipos de olhares da didática, da pedagogia, da epistemologia e de campos técnicos especializados, como a comunicação, a formação educacional e a avaliação institucionalizada. Gestos oriundos de currículos formais sinalizam exigências e compromissos. Com relevo, aqueles ligados à carga horária e dos conteúdos a serem cumpridos, quase retilmente, durante o penhorado curto tempo previsto para desenvolver-se o processo ensino-aprendizagem nos diversos cursos formadores de profissionais. Contudo, basta um espaço festivo de homenagem na escola e lá estão estudantes pronunciando palavras, recreando-se e aprendendo em gincanas, dizendo versos, declamando poemas, executando instrumentos, dançando e/ou entoando cânticos de variados motivos e temáticas. O “show” precisa continuar. Precisa? De qual modo? Por quais motivos? De qual “show” estamos falando?

A disposição de abordar a poesia no currículo, como uma sugestão para a Pedagogia da Comunicação, nasceu da compreensão comprovada de que características mais humanizadoras e amorosas vêm sendo implantadas e incentivadas, com grande frequência, nos níveis de formação e de desempenho de atividades em grupos de pessoas. É a Comunicação por Outras Linguagens sendo criada, admitida e ‘matriculada’ na Universidade.

Momentos mais humanos, de afeto e de sensibilidade, de emotividades e de promoção criativa, libertadora, emancipatória e democratizadora têm valorizado, com mais cuidados, ação acadêmica. É notório verificar que, se forem comparados os índices de ocorrência e os respectivos registros estabelecidos nos documentos institucionalizados, os relatos desses momentos são raros e incomuns. Assim, parecendo infrequentes, inúmeros exemplos que poderiam servir como sugestões de procedimentos inovadores e de qualidade ficam indisponíveis a outros profissionais. Isso ocorre até na intradisciplinaridade.

Ao concordar que “o meu amanhã é o hoje que eu transformo”, como está asseverado em Freire (FOLMANN, 2008), preciso reforçar que as experiências vivenciadas

durante a ação profissional e, sobretudo, o trabalho docente dos cotidianos sejam tornados objetos escritos como referenciais para novas iniciativas e atuações. Todos os campos e setores do conhecimento e dos saberes comportam guardar apontamentos e comentários sobre atividades desenvolvidas e metas alcançadas.

As funções administrativas consagradas pelas estações do tempo organizam-se, na literatura produzida por Chiavenato (2010), a partir do planejamento, seguem-se pela organização e pela direção, prosseguem desse comando nos mecanismos de controle e se estendem à avaliação. Todavia, ousou incluir, com alto significado, um ponto que justifico como fundamental: o momento do registro detalhado dos episódios de cada evento. Para esse ‘território vivo’ da inserção de outras linguagens no cotidiano é essencial.

Se a estrutura garante a totalidade de um sistema e permite a sua integralidade, conforme argumenta Chiavenato (2010), habilidades são necessárias para administrar os diversos níveis de organização e contextos. Pereira (2011), referindo-se à relevância das informações no âmbito organizacional, elenca três grupos dessas habilidades: conceituais, técnicas e humanas. O conhecimento geral das organizações, cada setor em minúcias, suas finalidades e seu funcionamento, englobam as habilidades conceituais. O conhecimento especializado e os procedimentos específicos são exigidos pelas habilidades técnicas. Aptidões, atitudes, interações e aspectos similares das compreensividades reúnem-se nas habilidades humanas.

Ao recortar esse conjunto de itens, compostos pelo planejamento, pela organicidade, pela gestão e direção de projetos e atitudes, pelo controle, pela avaliação e pelos registros, apontando-os para os processos comunicativos e práticas pedagógicas dedico-lhes significativa importância. As perspectivas interdisciplinares conferem sentidos maiores em seus qualificantes. Por isso, a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade, a dialogicidade e a humanização nas ações têm tanta - e múltipla - importância.

A presença da poesia no currículo, incluídos os aspectos educativos e pedagógicos da Comunicação por Outras Linguagens, testemunham desafios ressignificadores em suas dimensões. Como formulação artística atualizada, a poesia se

reveste de um reconhecimento tecnoeducativo, didático e inclusivo de outras linguagens e formatos. É sugerida como opção alternativa válida e, acima de tudo, indicada como mecanismo metodológico para promover reflexões mais elaboradas, introspectivas e inspiradoras. Propicia condições emancipatórias para educandos, educandas, educadoras e educadores também. Lideranças comunitárias sabem bem desse formato de mobilização e envolvimento.

Por que a poesia e outras linguagens no currículo? Ora, como expliquei detalhadamente nos primeiros movimentos deste estudo, foi com essa conotação que me vi acolhido no Curso de Doutorado em Educação. Dirijo-me ao currículo, por reconhecê-lo com um grande poder de regulamentar e fornecer balizas aos aprendizados e novos conhecimentos. A comunicação é um desses principais exercícios, que independe, como mencionei anteriormente, de uma ou outra área profissional.

Evidente, não se trata de uma temática poética em especial. Menos, de uma estrutura fixa. Cito poesia – quero revigorar – para significar a versificação “humanamente sentida”, simples ou complexa, com formas variadas de manifestações artísticas, mesmo sem instrumentos auxiliares, muitas vezes sem rimas, representada nos poemas; nas músicas, de todas as tendências e ritmos; nas canções, independentes do gênero melódico; nas pinturas profissionais ou amadoras; nas esculturas; nos quadros; nos desenhos; nas danças, enfim, nas expressões da arte, da vida e das vivências do viver.

Essas pluralidades, de pensar a educação e a vida ampliando-as, mesclam o ato de criação com o aprender, apontamentos, ressonâncias, cenários e entrelinhas, escriturários de novas textualidades vividas e conhecimentos compartilhados.

A universidade é uma instituição social multissecular que se destina a construir na integração solidária, na cultura acadêmica, na inter e na transdisciplinaridade, na convivência participativa, nas concepções e instrumentalizações das convivências não exclusivas de teorias, aulas, cursos, livros e tarefas intradisciplinares, quase somente, gramaticais. Inventariar o pensamento é uma empreitada intervencionista e ao encontro

da poesia sentida, que circula sanguineamente pelo organismo humano e pelas humanidades circunvizinhas do viver.

Sentidos, afecções, conceitos, pensamentos, relações, aprendizagens, silêncios, vizinhanças, enunciados e fragmentos fornecem elementos para uma cartografia de intensidades, comparável à pergunta feita por Kohan em 2009, repetida por Dalarosa (2011, p.34): “O que é pedagogia”?

Ora, se dispomos do pensamento já pensado e daquele que ainda não pensamos, como registra Dalarosa (2011), ambos fabricam sentidos, dobras, estilos e performances criativas. Por ela, a Pedagogia da Comunicação e dos procedimentos propõe perguntas, pensares, modelagens e processos do aprender e do ensinar, com o conteúdo estabelecido por atualizações e ordenamentos curriculares formais e informais.

Há possibilidades, sim, para a presença da poesia no currículo dos quefazeres e na Pedagogia da Comunicação. Nas Universidades, extensionistas sabem bem da aceitação da música, da poesia e dessas outras linguagens nas atividades. São capacidades multidimensionais e pluricomunicativas para os diálogos dos saberes.

A cada encontro quinzenal do Seminário “Universidade na Contemporaneidade - possibilidades emergentes na formação do sujeito político”, do Programa de Pós-Graduação em Educação – FAGED/UFRGS, ou das aulas em outros modelos de estudos, o professor e filósofo Jaime José Zitkoski cuidou para que a motivação e a interatividade crescessem na direção do aprendizado aprazível, saudável e prazeroso, porém com intervalos, cujas apresentações e performances artísticas denominou-as como “Vitaminas”. “É navio que vai e navio que vem...” – da cantiga popular - e lá eu estava a compor novo poema, ritmado com a melodia de um tango por outros colegas de percurso para notificar o contexto das universidades emergentes na América Latina. Um ‘contexto’ de estudos, práticas, pensamentos, Pedagogia e Comunicação. Como referi em momento pretérito, os desafios dessas composições (poema e música quase de “improviso”) intensificaram-se e o Grupo Bem Viver tem feito “artes” em palcos oficiais de eventos públicos e educacionais.



Esses acordes musicais vitaminados destinam-se a acordar o pensamento e, sendo livres como a poesia, que favoreçam a emancipação e a liberdade da pessoa, a tornar seu mundo melhor e ser feliz com cidadania, pelo direito de dizer a sua palavra e de viver bem. São convites e convocações pela unidade e pela aproximação de saberes, dos fazeres, dos projetos, das amizades, dos afetos e dos desafios, inclusive, da educação libertadora.

A educação pautada pelo argumento da contemporaneidade tem sentido, mais ainda, na reconstrução social. À medida que se educa, o ser-pessoa se humaniza, se faz a si e com os demais, se liberta, se compromete, se atualiza e firma o passo aonde pisa. O filósofo e professor Domingos Kimieciki (2013) atribui, incondicionalmente, a busca de sentido para a existência humana, na abertura aos outros e ao mundo, onde o diálogo pressupõe a humildade de reconhecer que não se sabe tudo, de admitir a superação, de saber ouvir os outros e aceitar sua contribuição como condições dialógicas para o ser humano poder avançar nos conhecimentos.

A poesia tem, ao fazer-se presença ativa e orgânica no currículo, na comunicação e na Universidade, portanto, contribuições multidimensionares: afetivas, amorosas, humanas. Melhor, se puder ser criativa, dar sentido humano às construções didáticas, transgredir aos rigores metodológicos tradicionalizados e, muitos dos quais, cristalizados. A Escola e a Universidade – e nelas a poesia, como escolha possível e acessível para aprimorar a comunicação – precisam ter olhos, ouvidos, mãos, os outros sentidos, cérebro, espírito, alma viva dos sistemas corporais biológicos e coletivos. A arte educacional no território do ensino, da pesquisa e da extensão cidadã e universitária. A escola viva, vibrante, acolhedora, servindo como local de convívio, apoio, assistência e de impulsos sociais como instituição sede da rede de estudo dos saberes e do conhecimento.

Para a construção de um plano de procedimentos para a Pedagogia da Comunicação sobram aprendizados e exemplos assentados na experiência das pessoas que participam de comunidades universitárias. O gosto e a curiosidade em aprender, o lúdico como recurso facilitador e motivador da aprendizagem escolar, a leitura e a

reflexão na sala de aula acionam e se processam sob princípios freireanos como a amorosidade, o diálogo, a empatia, a afetividade, o sonho, a alteridade, a emancipação e a esperança.

A alfabetizadora Ângela Nascimento (2016), educadora há quinze anos em escola pública, promove um trabalho didático que inclui o lúdico no ambiente de aprendizagem e chama a atenção para que o intermediar docente considere os saberes acumulados pelo educando(a), leitor(a) do seu mundo pessoal antes de vir para a escola. Mesmo quem não lê convencionalmente, leem imagens, signos, significados, que lhes fazem sentido naquele dado instante. “O conceito do lúdico vem do latim *ludus*, associado a brincadeiras, jogos, divertimento; a música faz parte e os educandos cantam com alegria; (...) o momento da sala é bem diversificado” (NASCIMENTO, 1996, p.2). O educador também é “brincante” no espaço educativo. Agindo, assim, é participante do processo comunicativo e pedagógico.

Entre as poesias da vida, inúmeras sugestões para qualificar a prática pedagógica se ampliam criativamente, em especial, para que essa práxis seja alicerçada no diálogo, na afetividade, prazerosa e alegre aos interagentes. A pedagogia por outras linguagens têm relevância ímpar nesse contexto. Como docente e na coleta dos dados desta pesquisa, percebi que pessoas oriundas de grupos, quais sejam, comunitários, artísticos ou religiosos, têm maior facilidade para desincumbirem-se de tarefas de comunicação com presença de público. Por conseguinte, emergem perguntas problematizadoras: - qual o tipo de comunicação considerado no preparo de futuro(a)s profissionais, como habilidade adicional junto ao público? Há contribuições que retornam para a comunicação e para a educação? O que é mesmo Pedagogia? Preocupa-me, também, a intercomunicação pessoal e dos conhecimentos intradisciplinares e interprofissionais?

Diante desses subsídios dedicados a construir pistas para uma Pedagogia da Comunicação Universitária, saberes necessários, elementos constitutivos e desse novo momento de outras linguagens na Universidade, resta mencionar que a educação humanizada, a arte pedagógica e comunicacional para a emancipação bradam por

invenções, acolhidas, escutas, compreensões e diálogos verdadeiros, despertar o gosto pelo estudo, pelo conhecimento e pela participação social.

Os desafios, por maiores que se apresentem, são obstáculos a serem transpostos. Então, ao querer motivar para que sejam ressignificadas concepções e práticas na Universidade, com o aprimoramento da condição existencial dos seres humanos que a compõem, avanço para o ponto de chegada deste voo.

As reflexões, a propósito da construção de pistas para uma Pedagogia da Comunicação da Universidade e do seu compromisso institucional com o quefazer público ao encontro da educação social e do bem viver, seguem valendo-se da linguagem da poesia, pensando nos pousos e nas arrancadas das quatro aves inspiradoras do cenário desta Tese de Doutorado: a gaivota, a águia, a galinha e o quero-quero.

Tal qual ave, que retorna, ao território tão seu,  
eu retorno ao espaço meu; por evidente, diferente.  
No Doutorado, transparente, dediquei-me a aprender,  
encontrei-me no bem viver, confluência velho e novo.  
Agora, volto ao meu povo a partilhar o saber.

Não folgo em contar histórias. A idade propicia isso.  
A não ser com o serviço, eu nunca adulei patrão.  
Sempre fiz conclamação por registros; tenho anotados,  
fatos exemplificados que possam servir a alguém,  
para que sirva ao bem, faço deles: divulgados.

Sim, é Comunicação e o são em Outras Linguagens.  
Trago-os por homenagens a quem conviveu comigo.  
Voos rasantes, persigo: não poeta, um versejador.  
Descobri-me professor e, com alunos, aprendi.  
Os fatos, que conto aqui, têm data, gentes e valor.

#### 6.4.1 “Ainda têm sentido, a sala de aula e a escola”?

Três professores foram convidados para uma palestra conjunta, imagino que ao estilo da técnica de mesa redonda. O assunto: *A sala de aula como comunidade dialógico-problematizadora*. O docente que inicia a fala sugere:

Minha proposta é de que nós, os palestrantes, dialoguemos entre nós, problematizando o tema, em lugar de nos justapormos, falando, um após outro. Proponho, também, que abramos o diálogo com todos os participantes desta sessão, contrapondo-nos a uma rotineira pedagogia bancária dos eventos científicos (ANDREOLA; STRECK; GHIGGI, 2009).

Eram os professores Balduino Antonio Andreola, Danilo Streck e Gomercindo Ghiggi, da filosofia, das letras e da educação.

Logo no início, Andreola (2009, p. 56) indaga:

Não seria muito mais importante formularmos também nós, perguntas problematizadoras e desafiadoras, a nossos alunos, em nossas salas de aula, em lugar de silenciá-los com toneladas de respostas não solicitadas”?

A certa altura, novas perguntas: - ainda têm sentido, a sala de aula e a escola? Não teriam ficado desatualizadas quando Ivan Illich (1973) abriu a polêmica em torno da desescolarização? Para substituir as tradicionais sala de aula, Paulo Freire inventou os círculos de cultura e os centros de cultura. Outro questionamento: - com o avanço extraordinário das novas tecnologias da comunicação, das formas de educação à distância, não estariam suplantadas as tradicionais salas de aula e não teria sido superado o professor? (ANDREOLA; STRECK; GHIGGI, 2009).

Com a proposta do diálogo e para não neutralizar a problematização, ele preferiu que os seus dois colegas ‘dissessem as suas palavras’. E aquele *contrato* prosseguiu.

#### **6.4.2 “Aqueles ventiladores...”**

O magistério universitário começa por concurso público. Quem se candidata, apresenta um projeto de pesquisa. Aprovado, tem o estágio probatório. Meu projeto conversava com a minha trajetória e vivências profissionais: *A influência do ruído sobre o adoecimento humano: consciência, prevenção e autocuidado*.

Foram avaliadas as principais salas de aula do campus saúde da UFRGS. Na Unidade Acadêmica da minha lotação, medidos os níveis de pressão sonora, estavam os três melhores ambientes acústicos de toda a área. Até que a gestão resolveu instalar ventiladores de teto. A “obra” virou pesadelo no ‘estágio probatório’. Minha experiência de quinze anos em prefeitura aliviou-me do sufoco pelos ventiladores. O projeto de pesquisa alargou-se para o ensino e a extensão, quase indissociáveis.

#### **6.4.3 A Música é um exercício oculto de Aritmética**

Exercício oculto e alma inconsciente. A dinâmica cria contrastes capazes de cativar a atenção ouvinte, emocionar e, sobretudo, envolver a pessoa no discurso musical. A deficiência acústica do local pode prejudicar a audição, devido à sobreposição de sons e ao comprometimento energético. Pesquisar ensinamentos musicais é interligar origens históricas perceptíveis e encontrar trabalhos realizados por matemáticos e físicos, buscando explicar os eventos musicais. Na engenharia, os conhecimentos matemáticos são fundamentais, mas pouco se fala da proximidade entre números e melodias. Música e

a matemática se complementam. A primeira, pelo aspecto criativo, que envolve emoções pessoais; enquanto, a segunda, contribui com sua precisão (PAIXÃO et al, 2018b).

A aproximação entre música e engenharia é uma das contribuições da nova área de engenharia acústica, recentemente inaugurada no Brasil. Essa atuação interprofissional é capaz de elevar o padrão sonoro dos ambientes de espetáculos, espaços para as artes e sonorizações mais adequadas às especificidades, intersecção de conhecimentos e práticas relativas a musicistas, cantores, cantoras, engenheiros e engenheiras de diferentes habilitações, ferramenta para a compreensão de fenômenos físicos e matemáticos, qualificação de espaços e construção de equipamentos e instrumentais (PAIXÃO et al, 2018b).

#### **6.4.4 Novos horizontes para a Matemática**

Não melhorariam, as aulas de matemática se as expressões musicais fossem ensinadas? Estudantes já não fazem artes? Digo ‘artes’ aproveitando toda a largueza do termo.

A contadora Fernanda Momo e a engenheira e professora Dinara Paixão (2013) explicam que música e matemática são ciências distintas e com características próprias. A criação musical respeita intervalos, tempos e compassos. Há escalas de sons conjuntos, instrumentos da Pré-História e estudos desde o Renascimento. Não faltam teorias, nem romantismo. Sobram partituras para a criatividade.

#### 6.4.5 “Deu no rádio”! O dia em que eu descobri que “o ‘outro eu’ era mais importante”

Se “deu no rádio” ou “o cara do rádio falou” há grandes chances de ‘acreditação’ (para parodiar as ‘Certificações’ buscadas, com contumácia, por alguns segmentos institucionais). Eu, profissional da saúde. Eu, locutor e apresentador de um programa sobre Educação de Base na Rádio Medianeira (da Mitra Diocesana de Santa Maria-RS) e, nove anos depois, na Rádio Imembuí (Santa Maria-RS) mais cinco anos. Após, a docência na UFRGS e o professor-locutor e entrevistador na Rádio da Universidade.

Volto à 1985. Localidade: Canabarro, no distrito de Boca do Monte. Gravei o programa do rádio e viajei na equipe da Unidade Móvel da Secretaria Municipal de Saúde. O primeiro veículo, nesse molde, montado na América do Sul; talvez, na América Latina. Era um ônibus adaptado para atendimentos da medicina, enfermagem, odontologia, veterinária, agronomia, fisioterapia, farmácia e colegas municipais da supervisão de escolas e da assistência estudantil. Interprofissionalidade? Com certeza. Mas, nunca publiquei (nem publicamos) sobre isso. Os trabalhadores, ditos ‘da ponta’ nos sistemas municipais de educação ou da saúde, não eram estimulados nem apoiados para publicarem suas experiências. Ainda hoje, há dificuldades: “... pode haver liberação, se a carga horária for recuperada noutro momento” – é ouvido com frequência, lamentavelmente. Uma perda, porque poderiam servir de subsídios a outras iniciativas profissionais e de políticas públicas.

Feito o recorte, além de atendimentos, eu coordenava as atividades de educação em saúde, reunindo docentes, discentes e comunidade para rodas de conversa sobre autocuidado, saúde e prevenção de doenças pela informação. As pessoas não sabiam que eu era a mesma pessoa, ali com elas e na gravação da emissora de rádio. Quando descobri a audiência do programa (antigamente não havia a instantaneidade das pesquisas hodiernas), passei a antecipar os assuntos desses círculos de cultura (como aprendi com Paulo Freire). O rádio facilitava a discussão e acrescentava credibilidade.

Nos programas de debates com convidados, horário findo, eu atravessava a praça da cidade e ouvia populares ainda conversando sobre o que fora tratado na programação. Daí os nomes: Guia Geral e Pauta Livre. Tempo de aprendizado intenso e agradáveis lembranças radiofônicas.

#### **6.4.6 “O princípio da saúde é a boa informação”!**

Adotei este *slogan* por obra de uma conversa com o professor Juan Mosquera em 1982. Embora a proposta financeira, eu não queria assumir o rádio, porque era recém-formado na Licenciatura em Enfermagem. Nas primeiras palavras, aprendi que uma palestra na comunidade teria menor alcance do que as orientações – com formato adequado – num programa de rádio ou televisão. Este raciocínio decidiu a minha vida profissional. Qualifiquei minha formação na saúde, na comunicação e na educação e tenho procurado ser útil às pessoas.

A mídia digital disponibiliza dispositivos que transmitem e reapresentam programações segundo a escolha individual, para usufruir nas condições de local, temperatura e ambiência da predileção própria.

#### **6.4.7 “O povo pode ter a solução”!**

Um grupo da terceira idade foi criado no Vida Centro Humanístico, campo de estágio da UFRGS em Porto Alegre-RS. Interatividade, inovações, interface de saberes, viagens emancipatórias em vários sentidos. Ao final do semestre, o grupo da ‘melhor idade’, que fazia essa arte de múltiplos tipos, ensaiou uma peça de teatro para apresentar



na despedida dos estagiários e das estagiárias. O sucesso favoreceu a ideia de que proporcionassem a teatralização a toda a turma.

A iniciativa foi contagiante. A principal dificuldade? Sempre tem. Como transportar quarenta pessoas com média de idade em torno de 65 a 70 anos, homens e mulheres da zona norte ao campus da saúde na UFRGS?

Muitas reuniões preparatórias, porém docentes e discentes não ultrapassavam o óbice do transporte. Até para os veículos da instituição é preciso orçamento de combustível e diária ao motorista. Nosso problema cardinal foi dissipado numa gargalhada coletiva. A resposta foi instantânea, quase jogral, na reunião dos grupos, acadêmico e da terceira idade: - “Nós não pagamos passagens”!

O alívio de tantas insônias mudou-se em risos e aplausos na apresentação. O ônibus de linha do transporte urbano lotou em frente ao Vida Centro Humanístico. A lição permanente: o coletivo pode ter a melhor solução.

#### **6.4.8 “A gente aprende até com os erros”!**

Um concurso em Caxias elegeria a Música Tema para a Semana Farroupilha há alguns anos. Mobilização geral, eu fiz o texto-poema, porque épico, com a História do Rio Grande do Sul e o decênio da Guerra dos Farrapos. Venceríamos com vantagens: grupo bom, exímios executores da composição musical.

Ao final da letra, relatei “saudar” aos festejos regionalistas com o “saudosismo” das águas puras nas sangas, nos riachos e rios de ‘água boa’; ar puro, lavouras orgânicas, convivência humanizada das vizinhanças. Quantas saudades!

Dos três jurados, um deles tinha o conhecimento suficiente para ‘entender a ideia’ dessas entrelinhas. Resultado: perguntado por outro jurado sobre o “somos saudosistas”, covardemente, quis se omitir da decisão e o ufanismo épico não deixou dúvidas: ficamos em segundo lugar. É ser ufanista, ou se ganha ou perdeu?

#### **6.4.9 E o ‘micropoder’, como ensina Foucault?**

Meu primeiro campo de estágio, abertura para a graduação e pós-graduação da UFRGS. Três níveis de direção, depois os coordenadores e a supervisora do nosso convênio instituição e universidade.

“Como faremos para transportar pela comunidade, o grupo de alunos que fará o estágio”? A supervisora disse que era demorado, porque a instituição disponibilizaria duas kombis, desde que fosse encaminhada a demanda com três semanas de antecedência mínima e por memorando.

Observei, no dia seguinte, que o local do estacionamento reservado para o meu carro era ao lado das duas kombis e que os três gestores, como era praxe nos dirigentes daquela época, usavam terno e gravata.

No terceiro dia, cheguei com gravata. Dirigi-me aos dois motoristas, cumprimentei-os, apresentei-me e, a partir daquele dia, tivemos transporte das kombis sempre que precisássemos. Obrigado, Michael Foucault.

#### **6.4.10 Sem remédio? Remediado, está!**

Na área da ‘saúde’, que, ainda hoje, atende e medica a doença (mais do que seres humanos) em alguns ‘postos’ de atendimento, a imposição da alopatia oprimiu tanto a ponto de treinar indivíduos a se considerarem “bem atendidos”, somente se receberem o remédio. A hegemonia médica surgiu com o advento do hospital. É recente, como política oficial, a aceitação das práticas integrativas e, nela, as plantas.

Estávamos em Itaimbézinho, zona rural. O estoque de medicamentos acabou. Estudioso desses princípios ativos, distribuí indicações de “chá de alface, como água, para transtornos do sono; caldo da cenoura cozinhada em banho-maria e adoçado com mel como expectorante; o mel, o própolis, água e sabão, açúcar...” – há publicações cientificando isso. Gratifica muito, saber dos resultados.

Renovo consignações de que é necessário conhecimento sobre as indicações e as reações do uso dessas ervas e infusões.

#### **6.4.11 Quebrar paradigmas**

Eventos científicos podem ser agradáveis, todavia, no pós-almoço “os olhos pesam e o corpo pede descanso” com diminuição da atividade do cérebro e a maré alcalina pós-prandial. Momento oportuno para Balduino Andreola acionar o educador popular Ricardo Rambo, dizendo: - “Pega o acordeon, Rambo, e vamos quebrar o paradigma”!

Canções populares têm essa característica de animação e envolvimento. Porém, façam-se, com exagero, nos intervalos das aulas e se terá uma turma agitada no recomeço das atividades.

#### **6.4.12 O ruído do R.U.**

Um grupo de estudantes veio do restaurante universitário para o círculo de cultura do LERASEQ. Comentei, anteriormente: Laboratório de Estudos sobre Ruído, Acústica, Saúde, Educação Popular e Qualidade do Bem Viver. Como chegaram agitados, vazou que a culpa era do ruído do RU. Cogitaram as instalações inapropriadas, de imediato, como a hipótese mais cruel.

Como decidimos por uma pesquisa, empreenderam-se a explorar as condições dos cinco restaurantes na UFRGS, manuseando o medidor de nível de pressão sonora. A surpresa desencadeou novos projetos: os usuários provocam os maiores ruídos.

Atitudes como conversarem ao celular, jogarem as bandejas e pratos sem cuidado ou arrastarem mesas e cadeiras, podem ser prevenidas se orientadas educativamente. Claro, existem medidas para melhorar o tratamento acústico dos ambientes.

#### **6.4.13 Linguagem acessível**

A Comunicação, em formato acadêmico ou no que recomendo como outras linguagens, precisa considerar a adequação da mensagem com as características do destinatário e informações à pessoa que a emite. Independente da importância da retroalimentação desse processo, que é dinâmico e, muitas vezes, de resposta instantânea, o conteúdo aprendido pelo aluno nas aulas das disciplinas não pode ser transportado aos grupos das comunidades sem reflexão, análise profundamente comprometida com o bem viver das pessoas e corresponsabilizado, transversalmente, pelo interesse de ser educativo. Faz parte do compromisso da Universidade.

O indivíduo num grupo de comunidade não pode ter a sua situação de vida exposta e as pessoas do coletivo não serão “formadas” para fazerem diagnósticos e indicar tratamentos ou avaliar ocorrências e circunstâncias. Para tanto, este é um primeiro diálogo a encontrar cada estudante que chega ao campo de prática e estágio. O ensinamento acadêmico requer ‘tradução’ para linguagens mais compreensíveis à cidadania não técnica. A Universidade não ‘forma’ usuários dos serviços públicos com conteúdos profissionais ‘não metabolizados’. O aluno nota dez nas provas da graduação ou da pós-graduação pode ter desempenho diferente ao conviver com as comunidades.

Outra preocupação, que reputo como relevante, como ‘estourar balões nas festinhas infantis’ ou som em volume muito alto é a linguagem alterada e prejudicada que familiares adultos treinam aos recém-nascidos e bebês. Infantilizar palavras não pode ter sentido de agrado, mas de prejuízo mesmo, porque o hábito tornará viciada essa aprendizagem dos fonemas. Essa dislalia, troca do som das letras, poderá afetar também a escrita. Comunicação ou comunicação?

#### **6.4.14 “O peixe morre pela boca” – diz a sabedoria popular.**

Anotei, das vivências profissionais, que a melhor candidata, mais capacitada, currículo elogiável, experiência acumulada importante, na última etapa da sua seleção, não foi a pessoa contratada. Bastou uma resposta na entrevista. Ao ser perguntada sobre os seus interesses futuros, a candidata ao cargo executivo demonstrou certeza ao afirmar a sua pretensão de ser “dona do próprio negócio”, “ter a minha própria empresa, nesta área que eu gosto muito”.

Ora, a vaga fora desenhada para o perfil de alguém que desejasse firmar carreira, inclusive, qualificando seus estudos patrocinados pela empresa, como havia ocorrido com

a titular do cargo que abrisse o espaço pela aposentadoria. É conveniente que eu diga, novamente: “quem tem informação, tem poder”. E como.

#### **6.4.15 As respostas para as ‘não-perguntas’**

Os ventos, como às aves, conduziram-me para inúmeros aprendizados e conhecimentos. Vivências significativas restam assinaladas no diário de campo do estudo e nas anotações feitas. Outras lembranças, eu poderia acrescentar, porém volto-me ao professor Balduino Andreola, de quem ouvi, por diversas oportunidades, um ensinamento válido a quem estuda e, nos cursos de graduação ou pós-graduação de todos os níveis, tem uma data para defender o seu trabalho.

O episódio está firmado em Andreola (2007, p. 178). Há vários anos, em Pelotas-RS, na defesa de uma dissertação, um dos membros da banca, em sua arguição, formulou apenas uma pergunta para o mestrando. O aluno, retomando a palavra, desenvolveu longa argumentação. Tendo ele concluído, o arguidor disse-lhe: “Agradeço as muitas respostas que você deu a perguntas que não lhe fiz”.

Atesto que me foi possível, um ótimo aprendizado.

## 7 VOO 6 – A CHEGADA DO VOO: o pouso final ou novas arrancadas ?

*O voo, que chegou ao pouso final,  
é pouso a novas arrancadas.  
As hipóteses examinadas,  
as necessidades da população,  
dentro e fora da instituição,  
os conhecimentos mais disponíveis,  
mais operacionalizáveis e compatíveis,  
por uma Pedagogia da Comunicação !*

*(Dilmar Paixão, 2018)*

Empreendi os voos deste estudo pela Universidade: em diálogo com a sociedade, com a ‘cidadania’ e com a ‘concidadania’, pelo seu compromisso com a educação social, a que considera situações desiguais e as vulnerabilidades humanas.

O pouso final comprovou a **Tese** de que ***os conhecimentos universitários precisam de uma comunicação pedagógica, dentro e fora da instituição de ensino, que os tornem visíveis, mais disponíveis, mais operacionalizáveis e sempre mais compatíveis, inter-relacionados e identificados com os interesses e as necessidades da população.***

Das questões e hipóteses examinadas nesta pesquisa, dediquei-me às sete universidades federais existentes no Rio Grande do Sul, acessando os documentos oficiais disponíveis nos *sites* e acompanhando manifestações midiáticas de dirigentes institucionais, preferencialmente, seus Reitores e Pró-Reitores, bem como, notícias divulgadas sobre as mesmas, inclusive, na imprensa local e regional.

Por se tratar de instituições públicas, foi possível admitir cuidados para haver transparências de informações, encontradas, com certa facilidade, nos *sites* das

universidades e, todas, com a promessa de seus compromissos exercidos para com a sociedade, algumas extrapolando a localização regional em busca da internacionalização. A maioria delas ainda preserva “a intenção de vínculos com a população mais próxima de si”. Se expressa assim.

Visitei-as, pessoalmente, como cidadão. Raramente, fui identificado de outra maneira. Percebi que, pode ser difícil o ingresso como estudante formal, todavia, exceto nos locais dirigentes, é possível acessar e assistir a eventos, visitar lugares, pesquisar nas bibliotecas, enfim, circular nos espaços institucionais.

Pelos instrumentos oficiais de divulgação das universidades não encontrei práticas acadêmicas mais intensivas, empenhadas na busca de resolutividade para as vulnerabilidades sociais nas suas comunidades. Citam experiências isoladas e ações pontuais de segmentos individualizados e em pequenos grupos.

Por informações colhidas em várias das universidades estudadas, entendi que há direcionamento, em certas situações e cursos, mais nos últimos semestres. Constituem-se em organizar atividades em certas comunidades e grupos específicos, nas quais são abordados temas sobre a qualidade de vida e o bem viver. As necessidades curriculares para os cursos da área da saúde colocam discentes e docentes com participações bem ativas no segmento da atenção básica da rede pública de saúde dos municípios que têm universidade na sua área ou região.

Posso afirmar que os estudantes universitários são formados tendo contato com conteúdos mínimos de comunicação – teorias, técnicas, procedimentos contextualizados, análises atitudinais, planos de divulgação, efeitos, origens e funcionamento do fenômeno Comunicação Social em seus aspectos tecnológicos, sociais, econômicos, políticos e cognitivos – para valerm-se desses conhecimentos e habilidades na atividade profissional.

Há universidades com cursos de qualificação frequentados por uma boa procura regional, sobretudo especializações, na pós-graduação. Entretanto, as respostas por email



desses cursos são lentas e pouco eficazes, contrário senso – inevitável não comparar – com as instituições privadas sediadas do município.

As universidades públicas, que são multicampi, sofrem por essa natureza, ora centralizando as informações em um núcleo principal, ora repassando a contatos nas sedes específicas. Acontece diferente, nas universidades que tiveram derivações para outras localidades, ou seja, não descentralizaram sua sede.

A interdisciplinaridade não é prática permanente, com unidades acadêmicas e cursos de graduação atuando isolados, dirigindo-se à comunidade para diferentes modos de estágio e, com grande ênfase, para atividades extensionistas junto à população. No entanto, essas ações também são independentes das demais.

Observei que, embora o interesse afirmado por lideranças da população, os saberes produzidos e pesquisados na universidade, raramente, deslocam-se dos limites da instituição para o meio social, a não ser por projetos isolados de atividades da extensão. Nem são gerados de maneira interdisciplinar. Todavia, com raras exceções, há experiências de troca de saberes, mas beneficiadoras de pequenos grupos de pessoas e com tímido noticiário.

É necessária, a criação e ampliação de espaços dialogáveis, mecanismos de difusão de informações e compartilhar de conhecimentos que alcancem o público interno e o externo dessas instituições. Os veículos de comunicação social formais nas universidades têm papel secundário, apenas com a geração de momentos informativos e de duvidável audiência pública. Mesmo uma dessas instituições possuindo “a pioneira das emissoras de radiodifusão”, as características formais de vários programas não contata a maioria dos seus estudantes e indivíduos da comunidade interna, acontecendo o mesmo quanto à população externa. Sendo pioneira, não tem servido de exemplo para outras universidades.

Os *sites* têm sido mais informativos do que esses meios mais tradicionais como rádio, televisão, jornal ou revista. Soube da preferência por mecanismos como

“whatsapp”, predominando sobre emails que, por sua vez, sobrepõem aqueles meios mais antigos.

Observei docentes valendo-se muito de instrumentos digitais para divulgação, contato e até para a execução do processo pedagógico do que de modos convencionais. Nas instituições que existem outras possibilidades mais ampliadas, que poderiam chegar à população, como emissora de rádio, jornal, revista ou televisão, parecem estruturas alheias e não pertencentes à universidade.

A participação eventual de representantes da sociedade em comissões ou em gestão de processos não confere garantias de que as informações são compartilhadas com os demais, ficando distanciadas da população.

A visibilidade da universidade, seus movimentos internos por vezes conflitantes, a produção dos conhecimentos, a ciência e os saberes têm permanecido restritos e com chances incertas de uma rápida modificação nesse cenário. O quadro de sérias restrições de recursos materiais e orçamentários atingiu a universidade brasileira, que pode esclarecer à sociedade a dimensão do jogo de palavras técnicas. Sobre isso, o economista Ladislau Dowbor (2017, p.48) expõe:

A transformação das políticas sociais necessárias para a sociedade em juros pagos aos banqueiros é definida como política de ‘austeridade’, nome que dá uma impressão de severa, mas necessária seriedade. A rapina de bens públicos por grupos privados faria parte de uma política de ‘desestatização’, tirando um peso dos nossos ombros, quase um favor. A transferência de recursos públicos para bancos, nos Estados Unidos e na Europa, se chamou de *quantitative easing*(...). Os grandes grupos não desviam dinheiro, ‘enfrentam problemas de liquidez’.

Uma grande divergência com base nos dados coletados junto às universidades da pesquisa refere-se à determinação legal para que sejam indissociáveis o ensino, a pesquisa e a extensão. Somente duas instituições incluíram o termo ‘indissociabilidade’

nos seus principais textos, enquanto a maioria de quatro delas cita, ao largo, atividades de ensino, pesquisa e extensão. A previsão de 10% das horas curriculares dos cursos para a extensão é situação idêntica, com maciça tendência a não ser cumprida tal medida.

Portanto, posso avaliar que as universidades mais recentes, chamadas como emergentes, seguiram, mais explicitamente, o registro desse compromisso com o quefazer público. Não há dados, contudo, da resolutividade junto a quem, na população, sobrevive sob condições vulneráveis.

Verifiquei, na pesquisa, que documentos, como Estatuto e Regimento, têm sido mais duradouros em seus prazos, enquanto PDI e PPP, a cada período, têm recebido acréscimos e modificações.

Outra observação é a de que, embora os dados sejam com exposições visíveis nos *sites* institucionais e tenham sido elaborados e estado abertos à participação de representantes da comunidade interna e externa, as pessoas não demonstram interesse em acessar esses planejamentos.

Contudo, mais docentes do que discentes sabem do que se tratam quando se mencionam os Estatutos, Planos Pedagógicos ou Planos de Desenvolvimento Institucionais. Imagino que não sejam aludidos em aulas pelos seus professores. Questionar sobre o conteúdo dos mesmos é ouvir respostas como essa: “é provável que estejam lá no site”; “olha, quem sabe, perguntando lá na Reitoria”.

Por fim, notei uma disposição das instituições estudadas em prometer metas arrojadas ao encontro da população, público interno e público externo, sendo admissíveis, pelos movimentos que presenciei, identifiquei e acompanhei, o interesse em qualificar e dinamizar os seus Planos de Comunicação com a sociedade. “Queremos melhorar sim; a gente ainda está estudando ‘como fazer’, mas queremos mudar, sem dúvida”.

Como considerandos finais, retomo as metáforas provocativas dos livros *Fernão Capelo Gaivota* e *A Águia e a Galinha*, que motivaram a realização desta Tese e apresento, ao estilo de Comunicação por Outras Linguagens, indicações e indagações para novas arrancadas.

### **CONSTATAÇÕES**

A galinha sai para o campo, porque a águia a chama.  
A gaivota americana faz sobrevoo imponente.  
E, imitando, muita gente, chega sem pedir licença  
e impõe a sua presença no lugar mais saliente.

Acha que manda e governa bem mais do que as outras aves.  
Convoca reuniões e conclaves; em tudo, quer ter poder,  
dominar, mandar, vencer, qualquer discussão ou ato.  
As outras que paguem o pato. A gaivota não quer saber.

A galinha nada fez diante da gaivota aquela.  
Até parecia novela dessa emissora global,  
que acha muito natural coisas que acontecem, assim,  
a sociedade no fim sob o “Deus do Capital”.

A águia arriscou uns passos, pensava uma reação.  
Viu, depois, que não há união, nem nas aves, nem nos povos.  
É como conduzir ovos, com cuidado, atentamente,  
cada qual com o que sente. Muita pressão nos mais novos.

Mas, o campo e a restinga têm alimento e têm água.  
Porém, há dor, sofrimento e mágoa - tão injusta, é a divisão.  
E, quanto menor a porção, mais rica, a que tem mais cobre.  
As outras fiquem com o que sobre, pobres, sem luz, sem noção.

A águia viu a gaivota e olhou, atenta, para a galinha.  
 Já não tem mais o que tinha, porque a miséria se expande,  
 gastou o suor, deu o sangue e só ouviu lero-lero,  
 foi, então, que o quero-quero chegou, aqui, é o Rio Grande.

Nossa ave, também, sofre, com a espoliação que vem da Europa.  
 Somos tocados, que nem tropa, que vai sem saber o que faz,  
 porque o patrão e o capataz nem se importam com a peonada,  
 seguem com os bichos a mesma estrada, porque o discurso é de paz.

O quero-quero, que, aqui, grita, é a ave que faz o alerta.  
 Quero a Universidade, aberta, melhorar questões sociais,  
 resolver problemas atuais com o ensino, a pesquisa, a extensão  
 e a conscientização de que os direitos são iguais e, todos, podemos mais.

Falam em 'indissociabilidade' do ensino, pesquisa, extensão.  
 Está na legislação, mas é bem outra, a verdade:  
 é um pouco da sociedade, vendo o ensino ao longe  
 e a pesquisa, como um monge, pensando que é autoridade.

Todos falam em extensão, contato com a sociedade,  
 mas estar ao lado da cidade nunca foi integração.  
 E, com o campo, tem interação? Ou, tudo, é questão de quotas?  
 É a mesma história das notas: não estudou? Reprovação.

E eu, chegando do voo, que fiz, pela sociedade.  
 Vi muito na universidade: galinha, águia e gaivota.  
 Vi gente em busca da nota, conceito e aprovação,  
 sem pensar, na emancipação e no novo tempo que brota.

Nem tudo, está perdido; nem tudo, é ruim ou está mal.  
A dormência institucional é quebrada com os contrários,  
que interferem nos cenários com coragem, sem temor.  
Patrimônio, com valor, e Diálogos nos itinerários.

Criatividades audazes. Gente de iniciativa.  
E esta Universidade Viva: humanizando o saber,  
ensinagem, o conviver, a ciência, a poesia,  
raça, concidadania, qualidade e bem viver.

Emergentes, outros pensares, outras aves se achegando...  
E há tanta gente lutando, como águia e quero-quero.  
O meu desejo, sincero, é de que a liberdade  
conduza a sociedade a um outro mundo melhor.  
A lição se sabe de cor: é Compromisso da Universidade!

## REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. Histórias de vida de educadores: uma contribuição para a formação de professores reflexivos. In: *Educação Brasileira*. v.26, n. 53. Brasília: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras-CRUB, jul./dez., 2004, 132 p.
- ACOSTA, Alberto. Para entender a fundo os sentidos do Bem Viver. In.: *Carta Capital*. Entrevista concedida a Tadeu Breda, publicada em 21 jan. 2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/alberto-acosta-para-entender-a-fundo-os-sentidos-de-bem-viver>>. Acesso em 17 maio 2018.
- ADAMS, Telmo. Sulear. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Org.). *Dicionário Paulo Freire*. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p.445.
- AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? *Outra travessia*. Santa Catarina, UFSC, 2005. Conferência, segundo semestre de 2005. Disponível em: [https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=Agamben+-+2005&\\*>](https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=Agamben+-+2005&*>). Acesso em: 13 mar 2017.
- AGÊNCIA SENADO. *PEC que restringe gastos públicos é aprovada e vai à promulgação*. Brasília: Senado Federal, 2016. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/13/pec-que-restringe-gastos-publicos-e-aprovada-e-vai-a-promulgacao>>. Acesso em 13 de dezembro de 2016.
- AGUINAGA, Hélio. *Pop.Eco.Pol. Reflexos para uma vida melhor*. Rio de Janeiro: JBIG, 1980.
- ALEXANDRE NETTO, Carlos. Em 2016, esperanças renovadas. *Jornal da Universidade*. a.XIX, n. 187, Porto Alegre, p.2, 2015.
- ALVES, Rubem. *O suspiro dos oprimidos*. São Paulo: Paulinas, 1984.
- ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. Ensinar, aprender, apreender e processos de ensinagem. In: ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos e ALVES, Leonir Pessate. *Processos de ensinagem na universidade*. 3.ed. Joinville: UNIVILLE, 2004.
- ANDREOLA, Balduino Antonio; STRECK, Danilo A.; GHIGGI, Gumercindo. A sala de aula como comunidade dialógico-problematizadora. In: HENZ, Celso Ilgo; ROSSATO, Ricardo; BARCELOS, Valdo (orgs). *Educação humanizadora e os desafios da diversidade*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.
- ANDREOLA, et al. Educação, cultura e resistência: uma abordagem terceiromundista. In.: *Dos preconceitos de Hegel ao diálogo das civilizações*. Santa Maria: Pallotti/ITEPA/EST, 2007.
- ARROYO, Miguel Gonzáles. Educação e exclusão da cidadania. *Educação e cidadania: quem educa o cidadão?* São Paulo: Cortez, 23:31-79, 1987.

BACH, Richard. *Fernão Capelo Gaivota*. Tradução de Ruy Jungmann e Márcia Alves. Rio de Janeiro: Record, 2015. (recurso digital).

BATISTA, Neusa Chaves. A construção da esfera pública no Brasil e a gestão democrática da educação. In: *Políticas públicas para a gestão democrática da educação básica: um estudo do Programa Nacional de Formação de Conselheiros Municipais de Educação*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

BARROS, Aidil de Jesus Paes e LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. *Projeto de pesquisa: propostas metodológicas*. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

BERBEL, Neusi A.N. *A metodologia da problematização com o Arco de Maguerez: uma reflexão teórico-epistemológica*. Londrina: EDUEL, 2012.

BOFF, Leonardo. *A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana*. 43 ed. São Paulo: Vozes, 2006. 140p.

BOMBASSARO, Luiz Carlos. A dimensão ética da interdisciplinaridade. *Roteiro*. v. 39. Joaçaba, SC. NESP, 2014, p. 39-48. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/115084>>. Acesso em: 12 jun.2016.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 27 nov. 2015.

BRASIL. *Decreto nº 5.773*, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <<http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm>>. Acesso em: 12 maio 2015.

BRASIL. *Decreto nº 7.053*, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm)>. Acesso em: 12 abr. 2015.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_1ed.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf)>. Acesso em: 17 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria nº 2.488*, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488\\_21\\_10\\_2011.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html)>. Acesso em: 12 abr. 2015.

BRASIL. *Emenda Constitucional n.90*, de 15 de setembro de 2015. Dá nova redação ao artigo 6º da Constituição Federal para introduzir o transporte como direito social. Brasília: 2015. Disponível



em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc90.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc90.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2016.

BREILH, Jaime. Precisamos ter um novo viver, com taxas de crescimento menos agressivas, mas com mais qualidade. *Revista Poli: saúde, educação e trabalho*. Entrevista Cátia Guimarães e Raquel Júnia, a.IV, n.20, nov./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/precisamos-ter-um-novo-viver-com-taxas-de-crescimento-menos-agressivas-mas-com>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

BRITO, Lídia. Papel das universidades é o de fortalecer o desenvolvimento conjunto de soluções para as cidades. In: *III Encontro Cidades e Universidades*. Porto Alegre: UFRGS, 2016. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/papel-das-universidades-e-o-de-fortalecer-o-desenvolvimento-conjunto-de-solucoes-para-as-cidades>>. Acesso: 15 maio 2016.

BURMANN, Paulo. *O caráter público do ensino superior no Brasil*. Santa Maria, UFSM, 2016. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/midia/?p=35327>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. *Efeito Paidéia e o campo da saúde: reflexões sobre a relação entre o sujeito e o mundo da vida*. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v4n1/03.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2014.

CAMPOS, Jorge. O futuro do livro e o livro do futuro (Universidade e cultura digital). In: AUDY, Jorge Luis Nicolas e MOROSINI, Marília Costa (Org.). *Inovação e qualidade na universidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p.193-207.

CANÁRIO, Rui. *A escola tem futuro?* Das promessas às incertezas. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CARPINEJAR, Fabrício. Cheiro de bergamota pela casa. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 47, 12 abr. 2017.

CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 18.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CECCIM, Ricardo Burg. Pré-escola e o pré-escolar, uma contribuição teórica à enfermagem na saúde infantil. In: *Revista Gaúcha de Enfermagem*. Porto Alegre: 8:1-14, jan. 1987.

CECCIM, Ricardo Burg. Réplica. In.: *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*. v.9. n.16. Botucatu: set./fev., 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832005000100016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832005000100016)>. Acesso em: 10 mar. 2014.

CECCIM, Ricardo Burg e FEUERWERKER, Laura. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. In: *Physis – Revista da Saúde Coletiva*. v.14. n.1, 2004. p.41-65.

CECCIM, Ricardo Burg et al. A proposta de pesquisa-formação em saúde: construção do método de Círculos em Redes. In: *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*. v.7 n.4. 2013. Disponível em:

<<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/489>>. Acesso em: 12 maio 2015.

CIRIBELI, João Paulo e PAIVA, Vitor Hugo. Redes e mídias sociais na internet: realidades e perspectivas de um mundo conectado. *Mediação*. v.13, n.12, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/mediacao/article/view/509>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

CORAZZA, Sandra Mara. “Como dar uma aula?” Que pergunta é essa? In: MORAES, Vera Regina Pires (Org.). *Melhoria do ensino e capacitação docente*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1996.

COSTA, Daianny. Política. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Org.). *Dicionário Paulo Freire*. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 375.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos da Teoria Geral do Estado*. 33.ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

DÁVALOS, Pablo. “Os dispositivos de poder na América Latina não são apenas econômicos, mas também raciais”. *Revista Poli: saúde, educação e trabalho*. EPSJV/FIOCRUZ. Entrevista Cátia Guimarães e Raquel Júnia, a.IV, n.17, maio/jun.2011. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/os-dispositivos-de-poder-na-america-latina-nao-sao-apenas-economicos-mas-tambem>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

DIAS SOBRINHO, José. Universidade fraturada: reflexões sobre conhecimento e responsabilidade social da emancipação humana. *Avaliação*, Campinas, v. 20, n.3, p. 581-601, nov. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v20n3/1414-4077-aval-20-03-00581.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

DOWBOR, Ladislau. A economia que funciona. In.: *Adverso*. n.229. Porto Alegre: Adufrgs. nov./dez., 2017.

ENGUITA, Mariano, Fernández. *Educar em tempos incertos*. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Educação no Brasil anos 60: o pacto do silêncio*. São Paulo: Loyola, 1985.

\_\_\_\_\_. *Práticas interdisciplinares na escola*. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FÁVERO, Maria de Lourdes. *Universidade e poder*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1989.

FERLA, Alcindo. Cooperação internacional e desenvolvimento do trabalho: onde estamos? *Revista Rede Governo Colaborativo em Saúde*, Porto Alegre, n.3, p. 3-4, 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*: livro digital. São Paulo: Positivo, 2010. 2.272 p.

FERREIRA, Ronaldo Rossi. Saúde e pertencimento. Porto Alegre: 2017, *Jornal da Universidade*, a.XXI, n.206, p.15, Out. 2017. Entrevista concedida a Cássia Oliveira.

FIGUEIREDO, João B.A. Educação e afetividade na relação com o outro: contributos da perspectiva eco-relacional. HENZ, Celso Ilgo; ROSSATO, Ricardo; BARCELOS, Valdo. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

FILARDI, André Moura Blundi. Desenvolvimento do Reuni: crítica à sua implantação e sua relação econômica. In.: *Linhas Críticas*. Revista da Faculdade de Educação da UnB. Brasília: v.20, n.43, p. 563-582, set./dez., 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/12651/8827>>. Acesso em: 17 maio 2018.

FOLLMANN, Ivo. Universidade e sociedade: uma relação que se ressignifica. In: AUDY, Jorge Luis Nicolas e MOROSINI, Marília Costa (Org.). *Inovação e qualidade na universidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p.313-323.

FÓRUM DE ESTUDOS: LEITURAS DE PAULO FREIRE, XIX. Disponível em: <<http://xixforumpaulofreire.wixsite.com/forum2017>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

FRANCO, Sérgio Roberto. *O Plano Nacional de Educação*. Reunião UFRGS em 11 Jun 2018.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo\\_freire\\_educacao\\_e\\_mudanca.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_educacao_e_mudanca.pdf)>. Acesso em 22 jan. 2016.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. 17.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

\_\_\_\_\_. *Professora Sim; Tia, Não*: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

FUGANTI, Luiz. Conceito de dispositivo. In: *Seminário Especial Educação, Subjetividades e Saúde*, 2014. Porto Alegre: PPGEDU/UFRGS, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iQh8zBtJErQ>>. Acesso em: 18 jan. 2015.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *27ª Pesquisa Anual de Administração e Uso de Tecnologia da Informação nas Empresas*. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://link.estadao.com.br/noticias/gadget,brasil-chega-a-168-milhoes-de-smartphones-em-uso,10000047873>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

GADOTTI, Moacir. *Extensão universitária: para quê?* Disponível em: <<https://docplayer.com.br/47354671-Extensao-universitaria-para-que.html>>. Acesso em: 10 maio 2018.

GAMBOA, Sílvia Sánchez. *Epistemologia da pesquisa em educação*. Campinas, SP: Praxis, 1998. Disponível em <<http://www.geocities.ws/grupoepisteduc/arquivos/tesegamboia.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

GENTILI, Pablo e STUBRIN, Florencia. Igualdade, direito à Educação e Cidadania: quatro evidências de uma década de conquistas democráticas. In: *Política educacional, cidadania e conquistas democráticas*. Pablo Gentili (org.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/publicacoesfpa/wp-content/uploads/2015/08/8Gentili.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2016. p.15-25

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa – tipos fundamentais. In: *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29, 1995.

GUGLIANO, Alejandro Alfredo. Perspectivas para um outro mundo possível. In: *Jornal da Universidade*. a.XXI. n.213. Porto Alegre: UFRGS, Jun.2018.

GUIDO, Humberto. Filosofia Contemporânea da Educação: entre o antimoderno e o ultramoderno. In: Celso Ilgo Henz e Ricardo Rossato (Org.). *Educação humanizadora na sociedade globalizada*. Santa Maria: Biblos, 2007. p.45-77.

HAETINGER, Max Günther. O professor, o aprender e a mídia. In: *Temas em educação IV*. Curitiba: Futuro, 2005, p.189-195.

HENZ, Celso Ilgo e ROSSATO, Ricardo (orgs). In: *Educação humanizadora na sociedade globalizada*. Santa Maria: Biblos, 2007, 224 p.

HERZ GENRO, Maria Elly. Um grito que resiste. Porto Alegre: 2018, *Jornal da Universidade*, a.XXI, n.213, p.8-9, jun. 2018. Entrevista concedida a Ânia Chala.

KARAMAZOV, Fiódor Dostoiévski. (s.n.t.). Disponível em: <[https://www.pensador.com/autor/os\\_imaos\\_karamazov\\_fiodor\\_dostoevski/](https://www.pensador.com/autor/os_imaos_karamazov_fiodor_dostoevski/)>. Acesso em: 13 jul 2018.

KETZER, Solange Medina. Educar sob o signo da esperança. In: AUDY, Jorge Luis Nicolas e MOROSINI, Marília Costa (Org.). *Inovação e qualidade na universidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p.632-640.

LEOPARDI, M. T. *Metodologia da pesquisa na saúde*. Santa Maria: Pallotti, 2001.

LOPES, José Mauro Ceratti; RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa. A pessoa como centro do cuidado na prática do médico de família. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 34, p.1-13, jan., 2015. Disponível em: <<http://www.rbmf.org.br/rbmfc/article/view/870/678>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

MAICÁ, Cenair. Homem rural. In: *Caminhos*. 2º LP. Porto Alegre: Selo Rodeio, Gravadora WEA, 1980.

MEDEIROS, Martha. Educando para o medo. *Zero Hora*, Porto Alegre, p. 4, 12 abr. 2017.

MELO, José Marques de. *Teoria da Comunicação: paradigmas latino-americanos*. Petrópolis: Vozes, 1998.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático. In: *Intexto*. v.2, n.25, Porto Alegre: UFRGS, dez.,2011. p. 221-233.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 33. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2013.

MOMO, Fernanda da Silva; PAIXÃO, Dinara Xavier da. Música e Matemática: muito além dos números. In: Vozes do Partenon V. Porto Alegre: Partenon Literário, 2013.

MORAES, Dirce et al. O uso das tecnologias digitais por professores da escola básica: realidades do contexto educativo. In: *Revista da educação profissional*. Rio de Janeiro, v.41, n.2, maio/ago, 2015.

MORIN, Edgar. É preciso educar os educadores. In: *O Globo*. Rio de Janeiro. Entrevista concedida a Andrea Rangel em 02 jan 2017. Disponível em: <  
<https://www.fronteras.com/entrevistas/entrevista-edgar-morin-e-preciso-educar-os-educadores>>. Acesso em: 10 ago 2017.

MOTA, Ronaldo e SCOTT, David Meerman. *Educando para inovação e aprendizagem independente*. Rio de Janeiro, Campus, 2014.

NADER, Maria Helena. Crise financeira é superável, crise de valores é irreversível. *Adverso*, Porto Alegre, n.216, p.4-7, set./out., 2015. Entrevista concedida a Maricélia Pinheiro.

NAPP, Sérgio e DORNELES, Mário Barbará. *Onde o cantor expõe as razões do seu canto*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ngjwugwEBbs>. Acesso em: 15 jun 2018.

NICOLESCU, Basarab. Para uma educação e aprendizagem transdisciplinares. In: BASSIT, Ana Zahira (org.). *O interdisciplinar – olhares contemporâneos*. São Paulo: Factash, 2010.

PACIEVITCH, Caroline. Para além da memorização. In.: *Jornal da Universidade*. n.210. a.XXI. Porto Alegre: UFRGS, mar., 2018. Caderno JU. Entrevista concedida a Camila Souza e Vanessa Petuco.

PAIXÃO, Dilmar Xavier da. A qualificação para a qualidade. In: *Vozes do Partenon Literário IV*. Porto Alegre: Revolução Cultural, 2012.

\_\_\_\_\_. Afecção, cartografia e dispositivo em carta de sensações. In: *Seminário Especial Educação, Subjetividades e Saúde*, 2014. Porto Alegre: PPGEDU/UFRGS, 2014.

\_\_\_\_\_. *Comunicação: uma discussão do fazer pedagógico em saúde*. 1992. 116 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1992.

\_\_\_\_\_. A poesia no currículo e suas possibilidades como presença formadora, ressignificada, interdisciplinar, multidimensional e pluricomunicativa de saberes. In: ZITKOSKI, Jaime José; HAMMES, Lúcio Jorge; KARPINSKI, Raquel. *A formação de professores na contemporaneidade: perspectivas interdisciplinares*. Lajeado: UNIVATES, 2017.

\_\_\_\_\_. Transdisciplinar, eu? Onde se aprende isso? Notificações e compartilhamentos da assimetria entre a formação docente e a prática profissional emancipadora. In: *III Colóquio Internacional de Políticas Educacionais e Formação de Professores e IX Simpósio Nacional de Educação*. Frederico Westphalen: URI, 2016.

\_\_\_\_\_. *ArteSaniA*. (mimeo)

\_\_\_\_\_. *Acordes Vitaminados*. (mimeo)

\_\_\_\_\_. *Gaivota, Águia e Galinha*. (mimeo)

\_\_\_\_\_. *Germinal*. (mimeo)

\_\_\_\_\_. *Arte, Currículo e Linguagem*. (mimeo)

\_\_\_\_\_. *Paulo Freire: raízes, asas e sonhos*. (mimeo)

\_\_\_\_\_. *Universidades Emergentes*. (mimeo)

PAIXÃO, Dilmar Xavier da; ANTONIOLLI, Silvana Aline; COLLE, Marli. A responsabilidade ao tornar-se profissional. In: *Vozes do Partenon VII*. Porto Alegre: Partenon Literário, 2015.

PAIXÃO, Dilmar Xavier da; GIRON, Camila. Práticas Integrativas em Saúde: a experiência de plantar sementes no SUS. In: *XI Seminário Nacional de Diálogos com Paulo Freire*. Nova Santa Rita: FAMURS/Prefeitura Municipal, 2017.

PAIXÃO, Dilmar Xavier da; MACHADO, Wagner. Elementos constitutivos para uma universidade do futuro: pensamentos, provocações, possibilidades e emergências. In: *Seminário Especial: Universidade na contemporaneidade - possibilidades emergentes na formação do sujeito político. Inovação e qualidade na universidade*. Porto Alegre: Ufrgs, 2016.

PAIXÃO, Dilmar Xavier da et al. A cultura da vida pelas ações integrativas da prática científica com o saber popular. In: *Vozes do Partenon IX*. Porto Alegre: Partenon Literário, 2017.

PAIXÃO, Dilmar Xavier da, MACHADO, Wagner e FERREIRA, Ronaldo Rossi. A dupla via da comunicação entre o saber técnico científico e as necessidades dos usuários na contemporaneidade In: *II Seminário Gaúcho de Acústica e Vibrações-SEGAV*. Porto Alegre, SOBRAC, 2017.

PAIXÃO, Dilmar Xavier da, RAMBO, Ricardo Albino e PAIXÃO, Arthur Jaskulski Xavier da. Como compartilhar saberes técnicos com a comunidade? In: *II Seminário Gaúcho de Acústica e Vibrações-SEGAV*. Porto Alegre, SOBRAC, 2017.

PAIXÃO, Dinara Xavier da et al. Como compartilhar saberes técnicos com a comunidade? In: *II Seminário Gaúcho de Acústica e Vibrações-SEGAV*. Porto Alegre, SOBRAC, 2017.

PAIXÃO, Dinara Xavier et al. Ensino da Música para a Engenharia Acústica. In: XXVIII Encontro da Sociedade Brasileira de Acústica. Porto Alegre: 03 a 05 out. 2018b.

PAVIANI, Jayme. *Interdisciplinaridade: conceitos e distinções*. Caxias do Sul: EDUCS, 2008.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. Classes populares na universidade pública brasileira e suas contradições: a experiência do alto Uruguai gaúcho. 2014. 282f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/98599>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

PIRES, Marcelo Noriega. Viver e deixar viver! *Diário de Santa Maria*. a.15, n. 4520, Santa Maria, 23 jan. 2017, p.4.

POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, p. 3–15, mar. 2005. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3082>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

PRESTES, Nadja Hermann. As bases epistemológicas do ensino. In: MORAES, Vera Regina Pires. (org). *Melhoria do ensino e capacitação docente*: Programa de Atividades de Aperfeiçoamento Pedagógico-PAAP. Porto Alegre: UFRGS, 1996, p.78-86.

RIBEIRO, Marlene. Da educação popular à pedagogia da terra: apontamentos a uma pedagogia social. In.: HENZ, Celso Ilgo e GHIGGI, Gomercindo (orgs.). *Memórias, diálogos e sonhos do educador*: homenagem à Balduino Antonio Andreola. Santa Maria: UFSM-UFPEL-Palotti, 2005.

ROCHA, Ronai Pires. Dormência, linguagem e desesperanças de outono. In: MORAES, Vera Regina Pires(Org.). *Melhoria do Ensino e Capacitação Docente*. Porto Alegre, Editora da Universidade, 1996. p.71-77.

ROSSATO, Ricardo. Do lugar das humanidades na universidade. In.: HENZ, Celso Ilgo e GHIGGI, Gomercindo (orgs.). *Memórias, diálogos e sonhos do educador*: homenagem à Balduino Antonio Andreola. Santa Maria: UFSM-UFPEL-Palotti, 2005.

ROSSATO, Ricardo. *Universidade: reflexões críticas*. Santa Maria, UFSM, 1989.

\_\_\_\_\_. *Universidade: nove séculos de História*. Passo Fundo: UPF, 1998.

\_\_\_\_\_. Universidade Brasileira: novos paradigmas institucionais emergentes. In: ISAIAS, Silvia Maria de Aguiar (org). *Qualidade da educação superior*: a Universidade como lugar de formação. Porto Alegre: EDIPUC, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. *As epistemologias do Sul e as ciências sociais do futuro*. UfrgsTV. Porto Alegre, 09 set. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tvZBoV4o86Y>>. Acesso em: 12 out. 2014.

\_\_\_\_\_. *Por qué las epistemologías del sur?* UniRioTV. Espacios de Coloniales. Universidad, movimientos sociales y nuevos horizontes del pensamiento crítico. Universidad Nacional de Río Cuarto. Córdoba, Ar, 28 maio 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KB6RbYWfzk0>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. “Universidades públicas brasileiras integraram outras pessoas, mas não integraram outras culturas”. *Adverso*. Porto Alegre, n.218, p.9-34, jan./fev. 2016. Disponível em: <<https://issuu.com/verdeperto/docs/218>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa; GUILHERME, Manuela; DIETZ, Gunther. Da universidade à pluriversidade: Reflexões sobre o presente e o futuro do ensino superior. *Revista Lusófona de Educação*, [S.l.], v. 31, n. 31, feb. 2016. ISSN 1646-401X. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/5388>>. Acesso em: 16 maio 2018.

SANTOS, Jair Lício Ferreira e WESTPHAL, Marcia Faria. Práticas emergentes de um novo paradigma de saúde: o papel da universidade. In: *Estudos avançados*. v.13, n.35. São Paulo: USP, 1999, p.71-88. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9458>>. Acesso em: 12 de maio de 2016.

SANTOS, Suzana Lima dos. *Assumindo o compromisso: a responsabilização social da educação por meio dos mecanismos de governo do programa cidade escola*. 2016. 200f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/143602>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

SCUARCIALUPI, Luciana. Por dentro da Lei de Diretrizes e Bases. *Educar para crescer*. São Paulo: 13 maio 2015. Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/politica-publica/lei-diretrizes-bases-349321.shtml#>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

SILVA, André Luiz Reis da. O Brasil e os BRICS na construção de um mundo multipolar. In: *Jornal da Universidade-UFRGS*. a. XVII, n.170, Porto Alegre, maio 2014, p.10. Disponível em: <[https://issuu.com/jornaldauniversidade/docs/ju\\_170\\_-\\_maio\\_2014/10](https://issuu.com/jornaldauniversidade/docs/ju_170_-_maio_2014/10)>. Acesso em: 30 maio 2014.



SILVA, Maria Abádia da. *Educadores e educandos: tempos históricos*. 4.ed. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso/Rede e-Tec Brasil/Ministério da Educação, 2012. Disponível em: <[http://ead.ifap.edu.br/netsys/public/livros/02%20Cadernos%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20Pedag%C3%B3gica%201%20ao%206%20PROFUNCION%C3%81RIO/Caderno\\_02\\_Educadores\\_e\\_Educandos\\_tempos\\_historicos.pdf](http://ead.ifap.edu.br/netsys/public/livros/02%20Cadernos%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20Pedag%C3%B3gica%201%20ao%206%20PROFUNCION%C3%81RIO/Caderno_02_Educadores_e_Educandos_tempos_historicos.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2016.

SILVA, Franklin Leopoldo. Universidade: a ideia e a história. In: *Estudos avançados*. v.20, n.56. São Paulo: USP, 2006, p.191-202. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10129>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ACÚSTICA-SOBRA. *I Seminário Gaúcho de Acústica e Vibrações-SEGAV*. Porto Alegre: SOBRA-RS, 2016. Disponível em: <<http://www.eventosnobrasil.net/evento-1-semin-rio-ga-cho-de-ac-stica-e-vibra-es-sobrac-rs-porto-alegre-846124>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ACÚSTICA-SOBRA. *II Seminário Gaúcho de Acústica e Vibrações-SEGAV*. Porto Alegre: SOBRA-RS, 2017. Disponível em: <<http://acustica.org.br/2017/03/inscricoes-prorrogadas-para-o-2o-seminario-gaucho-de-acustica-e-vibracoes-ii-segav/>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

SOZO, Martha Luci Sozo e ROSA, Jaqueline de Menezes. O ensino superior no Brasil. In: PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira; FIORIN, Bruna Pereira Alves; SILUK, Ana Cláudia Pavão. *Aprendizagem no ensino superior*. Santa Maria: UFSM, 2013, p.91-97.

STRECK, Danilo Romeu. Pedagogia. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Org.). *Dicionário Paulo Freire*. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p.359.

TELES, Maria Luiza Silveira. *Educação: a revolução necessária*. Petrópolis, Vozes, 1992. p.52-59.

TIÃO CARREIRO e PARDINHO. *Viola Divina*. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/tiao-carreiro-e-pardinho/560744/>>. Acesso em: 13 Jul 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE-UFCSPA. Disponível em: <<https://www.ufcspa.edu.br/>>. Acesso em: 10 Jun 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL-UFFS. Disponível em: <[https://www.uffs.edu.br/institucional/a\\_uffs/a\\_instituicao/missao](https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/missao)>. Acesso em: 30 Jun 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE-FURG. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL-PDI DE 2019 a 2022. Disponível em: <[http://www.pdi.furg.br/images/PPI-2011-2022\\_PDI-2015-2018.pdf](http://www.pdi.furg.br/images/PPI-2011-2022_PDI-2015-2018.pdf)>. Acesso em: 09 Jun 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Estatuto e Regimento – UFRGS*. Porto Alegre: 2015. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/estatuto-e-regimento>>. Acesso em: 10 mar 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL-UFRGS. *Rádio da Universidade*. Porto Alegre: 2018. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/radio/>>. Acesso em: 14 abril 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Professor da UFRGS recebe Certificação Sociedade Brasileira de Acústica*. Porto Alegre: 2014. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/professor-da-ufrgs-recebe-certificacao-sociedade-brasileira-de-acustica>>. Acesso em: 31 out. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA-UFSM. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL-PDI 2016-2026. Disponível em: <<http://pdi.ufsm.br/>>. Acesso em: 04 Jun 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS-UFSCAR. PLANO DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (REUNI). Disponível em: <[http://www.sead.ufscar.br/wp-content/uploads/2016/10/RELATORIO\\_2012-2016\\_FINAL.pdf](http://www.sead.ufscar.br/wp-content/uploads/2016/10/RELATORIO_2012-2016_FINAL.pdf)>. Acesso em: 08 Jul 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA-UNIPAMPA. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL-PDI. Disponível em: <<http://porteiras.s.unipampa.edu.br/pdi/>>. Acesso em: 14 Jun 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS-UFPEL. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL- PDI. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/pdi/>>. Acesso em: 13 Jun 2018.

VASCONCELOS, Eymard. Formar profissionais de saúde capazes de cuidar do florescer da vida. In: VASCONCELOS, Eymard; FROTA, Lia Haikal; SIMON, Eduardo(Org.). *Perplexidade na universidade: vivências nos cursos de saúde*. São Paulo: Hucitec, 2006. p.265-308.

VILELA, Rita Amélia Teixeira et al. *A Teoria Crítica da Educação de Theodor Adorno e sua apropriação para análise das questões atuais sobre currículo e práticas escolares*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2006. Disponível em: <[http://www.pucminas.br/imagedb/mestrado\\_doutorado/publicacoes/PUA\\_ARQ\\_ARQUI20120828100151.pdf](http://www.pucminas.br/imagedb/mestrado_doutorado/publicacoes/PUA_ARQ_ARQUI20120828100151.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2016.

WIMMER, Gert Ferreira; FIGUEIREDO, Gustavo de Oliveira. Ação coletiva para a qualidade de vida: autonomia, transdisciplinariedade e intersectorialidade. *Ciência & Saúde Coletiva*. v.11, n.1, p.145-154, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v11n1/29458>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

WORLD HEALTH ORGANIZATION-WHO. Among environmental factors in Europe, environmental noise leads to a disease burden that is second in magnitude only to that from air pollution. *1º Relatório de Avaliação do Impacto da Doença do Ruído Ambiente na Europa*. 2011. Disponível em: <<http://www.euro.who.int/en/media-centre/sections/press-releases/2011/03/new-evidence-from-who-on-health-effects-of-traffic-related-noise-in-europe>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

ZABALA, Antoni. *Prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

ZITKOSKI, Jaime José. A formação universitária contemporânea: olhares em uma perspectiva interdisciplinar. In: ZITKOSKI, Jaime José; HAMMES, Lúcio Jorge; KARPINSKI, Raquel. *A formação de professores na contemporaneidade: perspectivas interdisciplinares*. Lajeado: UNIVATES, 2017.

\_\_\_\_\_. A universidade na América Latina. Algumas encruzilhadas diante do futuro de nosso continente. In: ZITKOSKI, Jaime José e MORIGI, Valter. (Org.). *Experiências emancipatórias e a educação: a docência e a pesquisa*. Porto Alegre: CORAG, 2013. p.13-25.

\_\_\_\_\_. Diálogo/Dialogicidade. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Org.). *Dicionário Paulo Freire*. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p.139.

\_\_\_\_\_. *Horizontes da (re)fundamentação em educação popular*. Frederico Westphalen: URI, 2000.

\_\_\_\_\_. *Paulo Freire e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ZITKOSKI, Jaime José; HERZ GENRO, Maria Elly; CAREGNATO, Célia Elizabete. *Experiências latino-americanas emergentes e possibilidades de democratização e descolonização da educação superior*. Frederico Westphalen: URI, 2016.

ZITKOSKI, Jaime José; HERZ GENRO, Maria Elly. Socialismo. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Org.). *Dicionário Paulo Freire*. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 433.

ZITKOSKI, Jaime José; MORIGI, Valter. *Educação popular e práticas emancipatórias: desafios contemporâneos*. Porto Alegre: CORAG, 2011.

## APENDICES

## APÊNDICE A - ArteSaniA

*Contra-arguir, se eu concordo, com as arguições implicadas ?  
Minha inscrição está situada no aprender a aprender.  
Reinventei-me, ao perceber, como se chega até aqui,  
desde a reinvenção de si à cronologia do ser.*

*Pensar-agir-perceber os fenômenos e as práticas,  
a rigidez das gramáticas desde o aprender a ler.  
Depois, a gênese do viver na reinvenção das normas,  
reconfigurar reformas com a potência do saber.*

*Conceitos, percepções, afetos, alteridade,  
fronteiras da realidade entre o que é e o virtual,  
técnica e intelectual, implicações do aprendiz,  
capturas para ser feliz.  
Micropolítica, o social.*

*Escritura das tensões da educação e da saúde.  
Até aqui fiz o que pude com as compreensões consentidas.  
Afetado na partida, como a pesquisar com a Alice,  
ouvi o que a Ética disse nos encontros com a vida.*

*Produção em meio à vida,  
a educação (do aprender) e a saúde (do atender)  
cruzam questões com rigor.  
A Ética do cuidador enuncia a pesquisa,  
que legitima, autoriza e afeta o construtor.*

*Por isso, peço passagem na vida com densidade,  
formando labilidade ao plural e impermanente.  
No território do consciente  
se vivo, seja com Ética.  
Nesta ArteSaniA: a minha Réplica,  
pois, por viver, sou vivente.*

## APÊNDICE B - Acordes Vitaminados

Os acordes musicais que compõe a melodia,  
Quando acordam o pensamento são livres como a poesia,  
Pois libertam a pessoa, como orquestra em sinfonia,  
Tornam o seu mundo melhor; bem melhor, a companhia.  
Cantar é nosso direito; Ser feliz com Cidadania !

### Estrilho

***Por isso, Amiga e Amigo, venham conosco cantar;  
Venham dizer tuas palavras; tuas posições sustentar  
E nossas bandeiras de luta. A nossa causa abraçar,  
Para que outras pessoas, também, possam se acordar,  
Celebrar Cidadania, Bem Viver e se Emancipar.***

À medida que se educa, o ser, então, se humaniza.  
Se faz a si com os demais – firma o passo aonde pisa;  
Se liberta da opressão, que maltrata e escraviza;  
Se compromete com o povo. No diálogo, se atualiza:  
Coerente, sabe aonde vai, de onde vem e a divisa.

Acordes vitaminados nos unem quase em dialetos  
importantes , os saberes, os fazeres e os projetos  
Finidades, infinitudes, desafios que fazem ecos  
Educação libertadora itinerários diletos  
abrem-se em aprendizagem nas Amizades e Afetos.

*Partenon, Porto Alegre, 24042016.*

*Este poema tem a parceria artística de Ricardo Rambo e Júlio Cesar Pires Pereira.*

## APÊNDICE C - Paulo Freire: raízes, asas e sonhos

Comentado: {(A partir do Depoimento do Prof. Moacir Gadotti, durante formação interna realizada no Instituto Paulo Freire-Brasil: *"O legado de Freire nos deu RAÍZES ético políticas para fundamentar nossas práticas; deram-nos ASAS, uma teoria para ir além dele, e muitos SONHOS, a utopia de uma sociedade de iguais"* (GADOTTI, 2015)}.

Do verso que fez o Gadotti, planto a semente do meu.  
 Soube que você escreveu e foi poeta *ad hoc*.  
 Por isso, levei um choque com tamanha coincidência  
 e vim prestar reverência tocando o cavalo ao trote.

Você, o grande Paulo Freire.  
 Eu, um poeta da querência  
 que vem colhendo vivência  
 lendo, vendo e aprendendo.  
 Aos poucos, vou conhecendo  
 do que você nos dizia,  
 tanto em texto, quanto poesia,  
 pensando, vou compreendendo.

Descoberta de mim mesmo, oprimido, abandonado,  
 por vezes, escravizado; mas esperançoso também.  
 Tenho diplomas, convém, a quem faz uma profissão  
 e estuda a educação desde a lição "fazer bem".

Se o saber academicista  
 exige tanto e oprime.  
 A educação, que reprime,  
 não pode ser educação.  
 Liberdade e vocação a todos para serem felizes.  
 Brotam firmes, as raízes freireanas.  
 É a reação!

Se essas RAÍZES são firmes, as ASAS são diferentes?  
 “Claro que não!”, diz p’ra gente cada lauda do seu texto.  
 E eu, que não uso pretexto, já pergunto pelos SONHOS:  
 de onde vêm sonhos risonhos, diante do nosso contexto?

RAÍZES firmes mantêm a planta rija e forte,  
 que não se abate ao vento norte  
 e dá frutos todo tempo.  
 As ASAS produzem ventos e enfrentam tempestades,  
 voam p’ras felicidades que toda a vida merece.  
 Dos SONHOS, a gente não esquece,  
 lembra-nos o seu talento.

Quanto mais lemos seus textos  
 mais se aprofundam as raízes.  
 Como asas de perdizes,  
 os pensamentos se espalham.  
 Nem os sonhos atrapalham quem lê e vê na leitura  
 a imensa verve e a cultura do saber dos que trabalham.

Os quefazeres do povo  
 são ações e movimentos, raízes, aprofundamentos,  
 asas para pensar o ser e os sonhos para vencer,  
 qual Freire texto e poesia,  
 bem como, você dizia:  
 “aprendendo a aprender”.

Ante ao seu saber Paulo Freire,  
 este meu verso novato  
 é aluno ante o literato  
 querendo muito aprender:  
 como pensar e saber,  
 produzir diálogos com o povo.  
 Primeiro, a galinha ou o ovo?  
 O que é mesmo: saber?



Atos, fatos e relatos  
brotam, aqui, das suas raízes.  
Suas escritas foram matrizes  
para ensinar que a felicidade  
nasce do amor à verdade  
e que os sonhos são humanos,  
quando as nossas ações e planos  
dão asas à liberdade.

RAÍZES, ASAS e SONHOS  
na sociedade de iguais.  
Éticas, políticas, geniais  
eram RAÍZES da utopia,  
que, aos SONHOS da teoria,  
previa evolução.  
Deu-nos ASAS ao cidadão.  
Paulo Freire, o seu legado  
para sempre será lembrado  
bradando E M A N C I P A Ç Ã O.

*Partenon, Porto Alegre, 24/04/2016.*

*Este poema tem a parceria artística de Ricardo Rambo e Rafael Abdala Norberto*

## APÊNDICE D - Universidades Emergentes

São quatro horizontes  
auroras emergentes,  
experiências valentes para o bem viver.  
Universidades, com sabedorias,  
férteis rebeldias, enfrentando o poder.

Se o Vale do Rio São Francisco é unidade.  
A Universidade precisa emergir.  
Assim a UNIVASF, bandeira que irmana,  
a formação humana, do povo, a sorrir.

O Sul da Bahia, tem integração  
e articulação do ensino formal.  
E, nessa trajetória, básico e superior  
ressaltam o valor do Conselho Social.

O ensino, no Sul, marcou sua Fronteira:  
Realeza, Laranjeiras, Passo Fundo, Erechim,  
Chapecó e Cerro Largo – as sedes locais.  
Movimentos Sociais justificam seus fins.

A força das águas em Itaipú  
trocou o saber cru por seres competentes,  
por isso a UNILA aproxima e ensina:  
a América Latina é a UNILA emergente.

E ser emergente, Universidade,  
é a liberdade p'ra sobrevir.  
Cresce o ser humano, com a educação,  
Cidadã, Cidadão, liberdade e bem viver.

Portanto, a cantiga é hino de fé.  
Na pampa de Sepé, tem Freire valente.  
Nesta trajetória, cantamos Vitória,  
porque ficam para a História, as Universidades Emergentes.

*FACED, Porto Alegre, 10052016.*

*Este poema tem a parceria artística de Ricardo Rambo e Júlio Cesar Pires Pereira*

## APÊNDICE E - Gaivota, Águia e Galinha

Cabeça baixa, ciscando e andando sempre por perto.  
 Raramente, em campo aberto: por qual seria o motivo ?  
 A galinha é um ser vivo. Pouca gente cuida dela.  
 Até que cai na panela...  
 Rotina: viver cativo.

A águia quebra a rotina com voo vibrante e esperto.  
 E nem é bom estar perto deste ser impressionante,  
 que voa a lugar distante, mas, de repente, retorna;  
 pela comida contorna e ataca em voo rasante.

As diferenças se alinham entre a galinha e a gaivota.  
 Também, com a águia se nota a submissão da galinha.  
 Conformismo ? A gente tinha e outros têm em rudes agravos  
 que os mantém por escravos amarrados por uma linha.

Vejam as fragilidades o que fazem com os mortais,  
 que os próprios animais se revoltam quando aprendem.  
 Pois, se os mercados os vendem, servis e domesticados,  
 podem reagir revoltados e, com o cativo, contendem.  
 Portanto, galinha ou águia ou gaivota ?  
 Qual o seu bando ?  
 Dos que estão se libertando ou de quem segue conformado ?  
 Há quem não lembre que o Estado pode oprimir e controlar:  
 promete que vai cuidar, mas deixa o povo abandonado.

Os discursos são bonitos, organizados, bem feitos.  
 Alguns são quase perfeitos falando em cidadania.  
 É uma galinha, em poesia, com a imponência da gaivota.  
 Uma águia não se provoca ou oferece companhia.

Cada qual tem seus direitos para escolher o que queira:  
 quefazer, seguir, ter bandeira e reafirmar o que diz.  
 Por isso, para ser feliz, pouca coisa é necessário:  
 pensamento libertário e ser dono do seu nariz.

Nem tanto, águia ou galinha.  
 Nem gaivota amansada.  
 Sim, bandeiras desfraldadas pela condição humana:

a liberdade, que irmana; a paz; a vida diletta.  
 Tal qual um verso de poeta:  
 “se voar livre, não se engana”!

Ao mesmo tempo, a galinha abriga e é agregada;  
 a gaivota é devotada querendo o bando melhor  
 e a águia que, do penhasco pior, larga para ensinar o voo.  
 Eu que aprendi, hoje, perdoo, penso, conheço e sei de cor.

Se cabrestiei, cabisbaixo, alistado qual galinha,  
 vinha no lote que tinha a caça domesticada.  
 Por vezes, arrisquei a estrada.  
 Em outras, fiquei ciscando.  
 “Mais comendo do que pensando se faz pouco, quase nada”.

Por águia, me tive às vezes, ao empreender novos saltos,  
 que eram cada vez mais altos furando o céu e o horizonte.  
 Parece que “tresontonte” dei de mão no meu filhote  
 e, qual pastor ou sacerdote, mostrei-lhe a água na fonte.

Contudo, vejo-me gaivota  
 num “espelho de mim mesmo”.  
 Com sonhos de voar a esmo  
 juntando águias, galinhas  
 e gaivotas – até as sozinhas –  
 em voos por ideais,  
 por motivos, por memoriais  
 e por razões como as minhas.

Gaivotas em um mesmo bando,  
 com águias cheias de pretextos  
 e galinhas em recomeços:  
     - nada disso é por esporte.  
         - Ou liberdade ou a morte ?  
             - muitas lições aprendidas,  
             porque, também, há outras vidas  
             e outros ventos além do norte.

## APÊNDICE F - GERMINAL \*

\*À Profª Drª Maria Elly Herz Genro e ao Grupo Germinal,  
pioneiras do feminismo em Santa Maria-RS

*Por estas Guerreiras,  
com suas bandeiras,  
Mulheres pioneiras da luta social,  
olhamos em frente;  
passado: semente;  
exemplo: presente;  
Grupo Germinal.*

*A Mulher, que é da luta, enfrenta a labuta.  
Da sua conduta: germina a ação,  
provoca modelos, comunga apelos,  
desata novelos, sobra-lhe razão.*

*Mulher cotidiano,  
Mulher ser humano, ideias e planos gerando emoções.  
Graduando expertises, firmaram raízes,  
Mulheres felizes, nas mobilizações.*

*Mulheres gestoras e agricultoras,  
as batalhadoras germinam, afinal.  
No campo e cidade, Mulher majestade faz a sociedade ter sonho ideal.*

*Mulher realidade conecta verdade,  
Universidade, perfil digital.  
A Pesquisadora, Mulher Professora,  
Estudante, Doutora:  
Grupo Germinal.*

Partenon, Porto Alegre, 08032016.

Este poema tem a parceria artística de Ricardo Rambo e Júlio Cesar Pires Pereira

## APÊNDICE G - ARTE, CURRÍCULO E LINGUAGEM

*Ao Prof Dr Balduino Andreola*

Um professor declamando em aula da Academia,  
um # *hashtag* à poesia, mas tem gente murmurando.

Tem alguns se perguntando:

- “o que tem acontecido”?
- “Cuidado”!
- “Olha o perigo”!
- “Não é evolução demais”?
- “As cartilhas e os manuais estão se modificando”?

- “Onde estão as teorias”?
- “Conteúdos”?
- “Disciplinas”?

Até a Hermenêutica se empina como a questionar se havia:

- “Uma nova Filosofia”?
- “Novo Saber”?
- “Nova Prática”?
- “Como ensinar Matemática”?
- Geografia ou Teorema”?
- “Pode a História lendo poema”?
- “O que fazer com a Gramática”?

Servidão por vassalismo sob escravismo colonial  
é o poder do capital, usufruto das urgências,  
que não enxerga as emergências  
impondo dogma e doutrina.

Como entender toda a rima na construção da alegria  
e humanizar cidadania no bem viver da autoestima?

- “O que foi mesmo Escolástica”?
- “Iluminismo”?
- “Escola Nova”?
- “Por que avaliação sem prova”?
- “E aí, o aluno estuda”?

Há gente “douta”, graúda, dos currículos universais  
mudando os pontos cardeais, leais à bússola forte,  
que segue mirando o norte:  
“chapéu na mão”, por ajuda.

Vejo-o Mestre de outros Mestres e as Professoras do agora  
percebendo que aflora uma nova realidade,  
novos sonhos, Universidade,  
culturas e alegorias.  
A Escola tem mais poesias e saberes multicores,  
perfumes, belezas, flores, vida e arte,  
liberdade !

## **ANEXO**



## **ANEXO A - Manifesto de Córdoba, 1918**

### **Manifesto de Córdoba, 1918 - Reforma Universitária**

REFORMA UNIVERSITÁRIA de 1918

Da Juventude Argentina de Córdoba aos homens livres da América

Manifesto de Córdoba

21 de junho de 1918

Homens de uma República livre, acabamos de romper a última cadeia que, em pleno século XX, nos atava à antiga dominação monárquica e monástica. Resolvemos chamar todas as coisas pelos nomes que têm. Córdoba se redime. A partir de hoje contamos para o país uma vergonha a menos e uma liberdade a mais. As dores que ficam são as liberdades que faltam. Acreditamos que não erramos, as ressonâncias do coração nos advertem: estamos pisando sobre uma revolução, estamos vivendo uma hora americana.

A rebeldia estala agora em Córdoba e é violenta porque aqui os tiranos tinham muita soberba e era necessário apagar para sempre a lembrança dos contrarrevolucionários de maio. As universidades foram até aqui o refúgio secular dos medíocres, a renda dos ignorantes, a hospitalização segura dos inválidos e - o que é ainda pior - o lugar onde todas as formas de tyrannizar e de insensibilizar acharam a cátedra que as ditasse. As universidades chegaram a ser assim fiel reflexo destas sociedades decadentes que se empenham em oferecer este triste espetáculo de uma imobilidade senil. Por isso é que a ciência frente a essas casas mudas e fechadas, passa silenciosa ou entra mutilada e grotesca no serviço burocrático. Quando em momento fugaz abre suas portas aos altos espíritos é para arrepender-se logo e fazer-lhes impossível a vida em seu recinto. Por isso é que, dentro de semelhante regime, as forças naturais levam a mediocritizar o ensino, e o alargamento vital de organismos universitários não é o fruto do desenvolvimento orgânico, mas o alento da periodicidade revolucionária.

Nosso regime universitário - mesmo o mais recente - é anacrônico. Está fundado sobre uma espécie de direito divino; o direito divino do professorado universitário. Acredita em si mesmo. Nele nasce e nele morre. Mantém uma distância olímpica. A federação universitária de Córdoba se levanta para lutar contra esse regime e entende que nele se vai a vida. Reivindica um governo estritamente democrático e sustenta que a comunidade universitária, a soberania, o direito de dar-se governo próprio radica principalmente nos estudantes. O conceito de autoridade que corresponde e acompanha um diretor ou um professor em um lar de estudantes universitários não pode apoiar-se na força de disciplinas estranhas à substância mesma dos estudos. A autoridade, em um lar de estudantes, não se exercita mandando, mas sugerindo e amando: ensinando.

Se não existe uma vinculação espiritual entre o que ensina e o que aprende, todo ensino é hostil e por conseguinte infecundo. Toda a educação é uma longa obra de amor aos que aprendem. Fundar a garantia de uma paz fecunda no artigo combinatório de um regulamento ou de um estatuto é, em todo caso, amparar um regime de quartel, mas não um trabalho de ciência. Manter a atual relação de governantes e governados é agitar o fermento de futuros transtornos. As almas dos jovens devem ser movidas por forças espirituais. Os meios já gastos da autoridade que emana da força não se conformam com o que reivindica o sentimento e o conceito moderno das universidades. O estalo do chicote só pode atestar o silêncio dos inconscientes e dos covardes. A única atitude silenciosa, que cabe em um instituto de ciência é a do que escuta uma verdade ou a do que experimenta para acreditar ou comprová-la.

Por isso queremos arrancar na raiz do organismo universitário o arcaico e bárbaro conceito de autoridade que nestas casas de estudo é um baluarte de absurda tirania e só serve para proteger criminalmente a falsa dignidade e a falsa competência. Agora advertimos que a recente reforma, sinceramente liberal, trazida à Universidade de Córdoba pelo Doutor José Nicolás Matienzo não inaugurou uma democracia universitária; sancionou o predomínio de uma casta de professores. Os interesses criados em torno dos medíocres encontraram nela um inesperado apoio. Nos acusam agora de insurretos em nome de uma ordem que não discutimos, mas que nada tem que fazer conosco. Se é assim, se em nome da ordem querem continuar nos enganando e embrutecendo, proclamamos bem alto o direito da insurreição. Então a única porta que fica aberta para nós à esperança é o destino heroico da juventude. O sacrifício é nosso melhor estímulo; a redenção espiritual das juventudes americanas nossa única recompensa, pois sabemos que nossas verdades são de todo o continente. Que em nosso país uma lei - se diz -, a lei de Avellaneda, se opõe à nossas aspirações? Pois reformem a lei, que nossa saúde moral está exigindo.

A juventude vive sempre em transe de heroísmo. É desinteressada, é pura. Não teve tempo ainda de contaminar-se. Não se equivoca nunca na eleição de seus próprios mestres. Ante aos jovens não se faz mérito adulando ou comprando. É preciso deixar que eles mesmos elejam seus professores e diretores, seguros de que o acerto vai coroar suas determinações. Adiante, só poderão se professores na república universitária os verdadeiros construtores de almas, os criadores de verdade, de beleza e de bem.

Os acontecimentos recentes da Universidade de Córdoba, com o motivo da eleição para reitor, esclarecem singularmente nossa razão de como apreciar o conflito universitário. A federação universitária de Córdoba acredita que deve fazer conhecer ao país e à América as circunstâncias de ordem moral e jurídica que invalidam o ato eleitoral verificado no dia 15 de junho. Ao confessar os ideais e princípios que movem a juventude nesta hora única de sua vida, quer referir os aspectos locais do conflito e levantar bem alta a chama que está queimando o velho reduto da opressão clerical. Na Universidade Nacional de Córdoba e nesta cidade não foram presenciadas desordens; se contemplou e se

contempla o nascimento de uma verdadeira revolução que há de agrupar bem rápido sob sua bandeira a todos os homens livres do continente. Relataremos os acontecimentos para que se veja quanta razão tínhamos e quanta vergonha nos tirou a covardia e falsidade dos reacionários. Os atos de violência, dos quais nos responsabilizamos integralmente, se cumpriam como no exercício de puras ideias. Derrubamos o que representava o anacrônico e o fizemos para poder levantar o coração sobre essas ruínas. Aquilo representa também a medida de nossa indignação na presença da miséria moral, da simulação e do engano arteiro que pretendia filtrar-se com as aparências da legalidade. O sentido moral estava obscuro nas classes dirigentes por uma hipocrisia tradicional e por uma pavorosa indigência de ideais.

O espetáculo que oferecia a assembleia universitária era repugnante. Grupos de amorais desejosos de captar-se a boa vontade do futuro reitor exploravam os contornos no primeiro escrutínio, para inclinar-se depois ao bando que parecia assegurar o triunfo, sem lembrar a adesão publicamente empenhada, o compromisso de honra contraído pelos interesses da universidade. Outros - os demais - em nome do sentimento religioso e sob a advocação pelos interesses da Companhia de Jesus, exortavam à traição e ao pronunciamento subalterno (Curiosa religião que ensina a menosprezar a nota e rebaixar a personalidade! Religião para vencidos ou para escravos!). Tinha-se obtido uma reforma liberal mediante o sacrifício heroico de uma juventude. Acreditava-se ter conquistado uma garantia e da garantia se apoderavam os únicos inimigos da reforma. Na sombra, os jesuítas tinham preparado o triunfo de uma profunda imoralidade. Consentir com isso seria outra traição. À enganação respondemos com a revolução. A maioria representava a soma da repressão, da ignorância e do vício. Então demos a única lição que cabia e espantamos para sempre a ameaça do domínio clerical.

A sanção moral é nossa. O direito também. Aqueles puderam obter a sanção jurídica, embutir-se na lei. Não permitimos. Antes de que a iniquidade desse um ato jurídico, irrevogável e completo, nos apoderamos do salão de atos e expulsamos os canalhada, só então amedontrada. Que isso é certo, o patentiza o fato de, logo depois, a federação universitária ter feito uma sessão no próprio salão de atos e de mil estudantes terem assinado sobre o mesmo púlpito do reitor, a declaração de greve por tempo indeterminado.

De fato, os estatutos reformados dispõem que a eleição para reitor terminará em uma só sessão, proclamando-se imediatamente o resultado, com a leitura de cada uma das cédulas e a aprovação da respectiva ata. Afirmamos, sem temor de ser cocorrigidos, que as cédulas não foram lidas, que a ata não foi aprovada, que o reitor não foi proclamado, e que, por conseguinte, para a lei, ainda não existe reitor nesta universidade.

A juventude universitária de Córdoba afirma que jamais fez questão de nomes nem de empregos. Se levantou contra um regime administrativo, contra um método docente, contra um conceito de autoridade. As funções públicas se exercitavam em benefício de determinadas camarilhas. Não se reformavam nem planos nem regulamentos por medo

de que alguém nas mudanças pudesse perder o emprego. O lema "hoje para você, amanhã para mim", corria de boca em boca e assumia a validade de estatuto universitário. Os métodos docentes estavam viciados de um estrito dogmatismo, contribuindo em manter a universidade distante da ciência e das disciplinas modernas. As eleições, encerradas na repetição interminável de velos textos, amparavam o espírito de rotina e de submissão. Os corpos universitários, zelosos guardiães dos dogmas, tratavam de manter a juventude na clausura, acreditando que a conspiração do silêncio pode ser exercitada contra a da ciência. Foi então quando a obscura universidade mediterrânea fechou suas portas a Ferri, Ferrero, Palacios e outros, ante o medo de que fosse perturbada sua plácida ignorância. Fizemos então uma santa revolução e o regime caiu a nossos golpes.

Acreditamos honradamente que nosso esforço tinha criado algo novo, que pelo menos a elevação de nossos ideais merecia algum respeito. Assombrados, contemplamos então como se coligavam para arrebatrar nossa conquista os mais crus reacionários.

Não podemos deixar nossa sorte à tirania de uma seita religiosa, nem ao jogo de interesses egoístas. Eles querem nos sacrificar. O que se intitula reitor da Universidade de San Carlos disse sua primeira palavra: "Prefiro antes de renunciar que fique o varal de cadáveres dos estudantes". Palavras cheias de piedade e de amor, de respeito reverencioso à disciplina; palavras dignas do chefe de uma casa de altos estudos. Não invoca ideais nem propósitos de ação cultural. Se sente custodiado pela força e se levanta soberbo e ameaçador. Harmoniosa lição que acaba de dar à juventude o primeiro cidadão de uma democracia universitária! Recolhemos a lição, companheiros de toda a América; talvez tenha o sentido de um presságio glorioso, a virtude de um chamado à luta suprema pela liberdade; ela nos mostra o verdadeiro caráter da autoridade universitária, tirânica e obcecada, que vê em cada petição um prejuízo e em cada pensamento uma semente da rebelião.

A juventude já não pede. Exige que se reconheça o direito de exteriorizar esse pensamento próprio nos corpos universitários por meio de seus representantes. Está cansada de suportar os tiranos. Se foi capaz de realizar uma revolução nas consciências, não pode desconhecer-se a capacidade de intervir no governo de sua própria casa.

A juventude universitária de Córdoba, por meio de sua federação, saúda os companheiros da América toda e os incita a colaborar na obra de liberdade que se inicia.

Enrique F. Barros, Horacio Valdés, Ismael C. Bordabehere, presidentes - Gumersindo Sayago - Alfredo Castellanos - Luis M. Méndez - Jorge L. Bazante - Ceferino Garzón Maceda - Julio Molina - Carlos Suárez Pinto - Emilio R. Biagosh - Angel J. Nigro - Natalio J. Saibene - Antonio Medina Allende - Ernesto Garzón.

original em espanhol disponível

em: <http://www.fmmeducacion.com.ar/Historia/Documentoshist/1918universidad.htm>

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES DO BRASIL. *Manifesto de Córdoba, 1918 - Reforma Universitária*. Córdoba: 21 jun. 1918. Disponível em: < <http://www.une.org.br/2012/12/reforma-universitaria-95-anos-do-manifesto-de-cordoba/> >. Acesso em: 02 maio 2018.

